

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Educação**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social**

Francis Albert Cotta Formiga

**ENSINAR, VIGIAR E PUNIR:**  
**práticas educativas e disciplina militar (Portugal e América portuguesa – 1762-1777)**

Belo Horizonte

2020

Francis Albert Cotta Formiga

**ENSINAR, VIGIAR E PUNIR:  
práticas educativas e disciplina militar (Portugal e América Portuguesa – 1762-1777)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Conhecimento e Inclusão Social.

Linha de Pesquisa: História da Educação.

Orientadora: Profa Dra Thais Nívia de Lima e Fonseca.

Belo Horizonte  
2020

F725e  
T

Formiga, Francis Albert Cotta, 1971-  
Ensinar, vigiar e punir [manuscrito] : práticas educativas e  
disciplina militar (Portugal e América portuguesa -- 1762-1777) / Francis  
Albert Cotta Formiga. - Belo Horizonte, 2020.  
184 f. : enc, il.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Educação.

Orientadora: Thais Nívia de Lima e Fonseca.

Bibliografia: f. 156-170.

Apêndices: f. 175-184.

1. Educação -- Teses. 2. Educação -- História -- Séc. XVIII --  
Teses. 3. Educação militar -- História -- Séc. XVIII -- Teses. 4. Disciplina  
militar -- História -- Séc. XVIII -- Teses. 5. História militar -- Séc. XVIII --  
Teses.

I. Título. II. Lima e Fonseca, Thais Nívia de. III. Universidade  
Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.9

**Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – CONHECIMENTO E**  
**INCLUSÃO SOCIAL**



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**ENSINAR, VIGIAR E PUNIR: PRÁTICAS EDUCATIVAS E DISCIPLINA**  
**MILITAR (PORTUGAL E AMÉRICA PORTUGUESA – 1762-1777)**

**FRANCIS ALBERT COTTA FORMIGA**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 14 de dezembro de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Profª. Dra. Thais Nivia de Lima e Fonseca - Orientadora  
UFMG

Profª. Dra. Ana Maria de Oliveira Galvão  
UFMG

Prof. Dr. Cláudio Luiz Denipoti  
UEL

Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos  
UFPR

Professora Dra. Andrea Moreno  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:  
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG

Belo Horizonte, 29 de dezembro de 2020.

## AGRADECIMENTOS

Ao chegar a esta etapa da pesquisa, na qual os resultados são apresentados aos leitores e leitoras, tenho o sentimento (e quase a certeza) de que este trabalho é uma produção coletiva. Ele está impregnado por atos altruístas das pesquisadoras e pesquisadores que participaram desse processo. Ações marcadas pelos olhares cuidadosos, pela generosidade em compartilhar saberes e práticas vivenciadas em suas pesquisas, pela doação dos seus tempos, pelas energias e amor ao saber, e, sobretudo, pelo cuidado com as pessoas envolvidas nesta construção (orientando e orientadora).

A caminhada iniciou com os saberes (re)construídos nas aulas, vivenciadas em meio a abraços e apertos de mãos, momento em que podíamos ver expressões e sorrisos. O prazer de caminhar pelos corredores da Faculdade de Educação cheios de pessoas, *locus* do plural e da diversidade, e mesmo nas rápidas “espiadas” durante os seminários de História Social da Cultura na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Em um piscar de olhos estávamos em outros tempos, imersos numa pandemia global, em meio às aulas remotas virtuais emergenciais [...] dos seminários dos tópicos especiais em História, Cultura e Educação na América Ibérica, na Universidade Estadual de Londrina.

Sensível a este momento, me solidarizo com aquelas pessoas e amigos que estão a vivenciar a “presença da ausência” daqueles entes queridos que “fizeram a passagem”, e com outras que lutam por suas vidas, exatamente no momento desta (re) escrita, da leitura realizada pelos (as) avaliadores (as) e quando da apresentação pública [virtual] desta dissertação. Situações que fazem refletir sobre paradoxos antropológicos, a força e a fraqueza do humano, em suas diversas dimensões e alcances, sobre a nossa efemeridade e ao mesmo tempo sobre o que podemos deixar de bom para a coletividade e para a Humanidade. Retomando ao processo de elaboração desta dissertação, recebi muitas “dádivas intelectuais”, e aqui deixo registrada minha gratidão.

Agradeço à minha orientadora Profa Thais Nívia, pela generosidade acadêmica, por acreditar na escrita dessa história, pelo bom humor e assertividade, pelos diálogos, e, sobretudo, pelas orientações precisas e pontuais em termos metodológicos e conceituais. Foi muito bom estudar um tema tão próximo à minha prática como educador. Obrigado por me permitir exercitar a autonomia intelectual e pela oportunidade de dialogar com a História das Minas setecentista, Nova História Militar (minhas velhas conhecidas) e, sobretudo, com a História da Educação (uma jovem, a quem a pouco fui apresentado).

À Profa Ana Galvão, revisora e avaliadora do projeto de pesquisa que se tornou esta dissertação, pela ajuda na proposta de delimitação e sistematização dos conteúdos. Com precisão proporcionou reflexões que apontaram pontos a serem pesquisados. Seus conhecimentos e maturidade na investigação lançaram novas possibilidades para pensar aspectos das culturas do escrito e dinâmicas pedagógicas não percebidas. Obrigado por me ajudar a realizar uma travessia tranquila num momento tão sensível e decisivo da minha vida profissional e acadêmica.

À Profa Cynthia Greive, pelas aulas maravilhosas, que proporcionaram reflexões indispensáveis para construção de saberes que buscam uma educação ética, humana e humanizadora. Por mostrar que a Educação tem seus sentidos, e que ela foi construída por processos sócio-histórico-culturais plurais, complexos, paradoxais e multifacetados. Obrigado pela sensibilidade e por me ensinar, na prática, vários sentidos do respeito à alteridade.

Ao Prof. Marcus Tabora, pela companhia generosa nas trilhas da historiografia da Educação, possibilitando (re) visitar autoras e autores clássicos, bem como conhecer a recente produção; por mostrar os dilemas e contradições na construção do campo. Pelo exemplo de educador sensível, arguto e preocupado com a emancipação e autonomia do educando. Por mostrar a dimensão coletiva da produção acadêmica.

Ao Prof. Luciano Mendes, educador humanista e humanizador, que com seu exemplo ensinou o sentido do compartilhar, da confiança e do trabalho coletivo. Por mostrar que o diálogo e a comunicação são os melhores instrumentos para processos de ensino-aprendizagem prazerosos e enriquecedores.

Ao Prof. Antonio César, da Universidade Federal do Paraná, pela leitura atenta, cuidadosa e metódica do texto apresentado para a qualificação. Suas observações foram decisivas para a reestruturação desta dissertação, pois lançou luz sobre pontos não percebidos ou explorados anteriormente e, que nesta versão procurei incorporar.

Ao Prof. Cláudio DeNipoti pelas indicações de leitura, discussões realizadas pessoalmente durante o seminário internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno, orientações no CEIbero, e, virtualmente, nas aulas de Tópicos Especiais em História, Cultura e Educação na América Ibérica. Obrigado pelas oportunidades e pela empatia, tão necessárias em momentos de crise.

Ao Prof. Wilson de Souza, mestre das artes do pincel, pesquisador sensível e arguto, com quem muito aprendi sobre a história do desenho, especialmente sobre os figurinos militares e a importância dos calígrafos e engenheiros militares na América portuguesa. Muito obrigado

pela interlocução e sensibilidade.

Aos professores Luiz Villalta, Eduardo Paiva, José Newton e Márcia Almada minha gratidão pelos diálogos, seminários, e indicações de leituras e de fontes sobre um período histórico que nos une e pelo qual somos apaixonados.

Do outro lado do Oceano aos professores Pedro Brito, Nuno Monteiro, Rui Bebiano e ao saudoso Prof. António Hespanha, com os quais aprendi e continuo a aprender. Muitas interpretações realizadas pelos mestres lusitanos relacionadas às dinâmicas sócio culturais do Antigo Regime e ao universo militar foram incorporadas nesta dissertação. À querida Profa Carmen Bernand e ao Prof. Paolo Bianchini pelas interlocuções e ensinamentos.

Ao chegar nesse ponto da escrita, e rememorando as contribuições recebidas ao percorrer o caminho, percebo os suportes recebidos, o que reafirma a dimensão coletiva, plural e diversa dessa produção acadêmica, a todas e todos que me ajudaram a escrever esta pequena faceta da “história da educação” [militar], minha gratidão.

O caminho percorrido me ajudou a compreender processos, práticas e eventos educativos, imersos em uma cultura militar de longa duração, que marcaram e marcam profundamente as práticas educativas, os sentimentos e as vidas de homens e mulheres que se inseriram e inserem voluntariamente, ou não, no universo militar. Assim, sinto que aprendi muito e que esta dissertação pode lançar um pouco de luz sobre um universo hermético, simbólico, permeado por relações de poder, em que a “disciplina militar” se tornou central, sendo operacionalizada pelo “ensinar-vigiar-punir”.

Por fim, meus agradecimentos especiais à CAPES/PROEX pelo apoio ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Ação vital para a continuidade para a oferta de uma educação pública gratuita, de qualidade e com uma excelência internacional.

## RESUMO

Em meados do século XVIII a Europa estava envolvida na Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Como desdobramento dos conflitos tropas franco-espanholas invadiram o território português. Nesse momento, tornou-se urgente a modernização da organização militar portuguesa. Assim, iniciou-se uma ampla reforma capitaneada pelo oficial anglo-germânico Conde Wilhelm, de Schaumburg-Lippe. Para a realização das diretrizes propostas por Lippe foram utilizados escritos militares de sua autoria, que tinham como base a “disciplina militar”. Diante desse cenário, esta dissertação procurou responder a seguinte pergunta: como se construíram as dimensões e as propostas de instrumentalização dessa “disciplina militar”, que direcionou as práticas educativas militares em Portugal e na América Portuguesa, na segunda metade do século XVIII? Em busca de respostas, colocou-se como objetivo geral descrever as dimensões e as propostas operativas da “disciplina militar” provenientes dos escritos do Conde de Lippe. Para tanto, interpretou-se o processo de construção da “disciplina militar” e suas dimensões a partir da trajetória pessoal de Lippe e seu contexto sociocultural, marcados por suas redes familiares e de sociabilidades, seus processos de escolarização, suas experiências como militar, governante e criador de uma Academia Militar. Identificaram-se nos seus escritos e em suas ações, os saberes escolhidos para serem transmitidos, os materiais e métodos utilizados no processo de ensino-aprendizagem, os sujeitos envolvidos nas práticas educativas e os tempos e espaços a elas destinados. Analisou-se como os saberes contidos nos escritos de Lippe e/ou decorrentes do seu pensamento foram utilizados pelos administradores e comandantes militares na América portuguesa. Em termos metodológicos utilizou-se dos “jogos de escalas de análises”. Os escritos, bem como os militares foram percebidos como “mediadores culturais” inseridos nas “culturas do escrito”, numa dinâmica de circulação de saberes e de pessoas. As variações da escala de observação permitiram passar de uma história a outra, sem perder as singularidades, as negociações, as intencionalidades e as subjetividades dos atores. Aspectos que podem ser observados por meio das culturas visual-oral-escrita, e dos elementos materiais da cultura militar. Da interpretação das fontes (“escritos militares”, correspondências e iconografias) percebeu-se que a disciplina militar direcionou as práticas educativas e estaria sustentada no tripé ensinar-vigiar-punir. Inicialmente era necessário ensinar as leis e regulamentos, proporcionando os conhecimentos que estavam relacionados à utilidade e à conduta do militar. Na sequência, era preciso vigiar os comportamentos, por meio de uma teia de olhares pluridirecionais, que envolviam hierarquicamente superiores, pares e subordinados. Por fim, era necessário punir os transgressores contrários às condutas esperadas do “bom e leal vassalo” militar. As dimensões da disciplina militar, baseadas nos princípios propostos pelo Conde de Lippe, teriam eco na América portuguesa, sendo possível identificá-las em práticas educativas que podem ser percebidas em elementos materiais da cultura militar, tais como desenhos, plantas, mapas e livros. Eles se constituem fragmentos que permitem a comprovação dos legados educacionais em tempos e espaços diversos.

**Palavras-chave:** Práticas educativas militares. Escritos militares. Mediadores culturais. Elementos materiais da cultura militar. Disciplina militar.



## RESUMEN

A mediados del siglo XVIII Europa se vio envuelta en la Guerra de los Siete Años (1756-1763). Como resultado de los conflictos las tropas franco-españolas invadieron el territorio portugués. En ese momento, la modernización de la organización militar portuguesa se hizo urgente. Así, comenzó una reforma liderada por el oficial anglo-alemán Conde Wilhelm, de Schaumburg-Lippe. Para la realización de las pautas propuestas por Lippe se utilizaron escritos militares de su autoría, que se basaban en la “disciplina militar”. Ante este escenario, esta disertación buscó dar respuesta a la siguiente pregunta: ¿cómo se construyeron las dimensiones y propuestas para la instrumentalización de esta “disciplina militar”, que guió las prácticas educativas militares en Portugal y la América portuguesa, en la segunda mitad del siglo XVIII? En busca de respuestas, se planteó como objetivo general describir las dimensiones y propuestas operativas de la “disciplina militar” a partir de los escritos del Conde de Lippe. Para ello, se interpretó el proceso de construcción de la “disciplina militar” y sus dimensiones a partir de la trayectoria personal y el contexto sociocultural de Lippe, marcado por su familia y redes sociales, sus procesos de escolarización, sus vivencias como militar, gobernante y creador de una Academia Militar. En sus escritos y en sus acciones se identificaron los conocimientos elegidos para ser transmitidos, los materiales y métodos utilizados en el proceso de enseñanza-aprendizaje, los sujetos involucrados en las prácticas educativas, y los tiempos y espacios para las mismas. Se analizó cómo los conocimientos contenidos en los escritos de Lippe y / o resultantes de su pensamiento fueron utilizados por los administradores y comandantes militares en la América portuguesa. En términos metodológicos, se utilizaron “juegos de escalas de análisis”. Los escritos, así como los militares, fueron percibidos como “mediadores culturales” insertados en las “culturas de la escritura”, en una dinámica de circulación de saberes y personas. Las variaciones en la escala de observación permitieron pasar de una historia a otra, sin perder las singularidades, las negociaciones, las intencionalidades y las subjetividades de los actores. Aspectos que se pueden observar a través de culturas visual-oral-escritas y elementos materiales de la cultura militar. De la interpretación de las fuentes (“escritos militares”, correspondencia e iconografías) se advirtió que la disciplina militar dirigía las prácticas educativas y se sustentaría en el trípode enseñar-vigilar-castigar. Inicialmente, era necesario enseñar leyes y reglamentos, proporcionando conocimientos relacionados con la utilidad y conducta de los militares. En la secuencia, fue necesario monitorear los comportamientos, a través de una red de miradas pluridireccionales, que involucró jerárquicamente a superiores, pares y subordinados. Finalmente, era necesario castigar a los transgresores que fueran contrarios a la conducta esperada del militar “vasallo bueno y leal”. Las dimensiones de la disciplina militar, basadas en los principios propuestos por el Conde de Lippe, tendrían eco en la América portuguesa, permitiendo identificarlas en las prácticas educativas que se perciben en elementos materiales de la cultura militar, como dibujos, planos, mapas y libros. Son fragmentos que permiten la prueba de legados educativos en diferentes tiempos y espacios.

**Palabras-clave:** Prácticas educativas militares. Escritos militares. Mediadores culturales. Elementos materiales de la cultura militar. Disciplina militar.

## ABSTRACT

In the mid-18th century, Europe was involved in the Seven Years' War (1756-1763). As a result of those conflicts, Franco-Spanish troops invaded the Portuguese territory. A modernization of the Portuguese military organization became urgent. Thus, a great remodeling took place, developed by the anglo-germanic Count Wilhelm of Schaumburg-Lippe. To accomplish the Lippe's guidelines, his military writings on "military discipline" were a main source. In the view of this scenario, this paper pursued to answer the following question: How the extents and efforts of instrumentalization of this Military discipline guided the educational military practices in Portugal as well as in the Portuguese America, in the second half of the 18<sup>th</sup> Century. In search of those answers, we describe the dimensions and the operative propositions on "military discipline" issued from the Count of Lippe's writings. To this end, the construction of a "military discipline" and its dimensions were interpreted based on Lippe's personal trajectory and socio-cultural context, marked by his family and sociability networks, his schooling, his experiences as a military man, ruler, and the creator of a Military Academy. We identified, in his writings and actions, what knowledge was chosen in order to be transmitted, which materials and methods were used in the learning-teaching process, what subjects were involved in the educational practices, as much as when and where to allocate them. Then, we analyzed how the administrators and military commanders in the Portuguese America took the Lippe's writings and/or ideas. In methodological terms, we used "sets of analysis scales". The writings and the military men were treated as "cultural mediators" inserted in the "writing cultures", in a dynamic of knowledge and people circulation. The observation scale variation permitted to go from one story to another, without losing the singularities, the negotiations, the intentionalities and the subjectivities of the actors. Those aspects can be observed by means of visual-oral-written cultures, and the material elements of the military culture. From the sources' interpretation ("military writings", correspondence and iconography) we noticed that the military discipliners conducted the educational practices and were sustained by the tripod teach-watch-punish. In the beginning, it was needed to teach laws and regulations, which provided the knowledge about the utility and the military conduct. Afterwards, it was needed to watch the behaviors by a grid of pluridirectional eyes involving hierarchically superiors, partners and subordinates. Finally, it was needed to punish the transgressors who contradicted the conducts expected for the "good and loyal [military] vassal". The dimensions of military discipline, based on the principles proposed by Count de Lippe, would have an echo in Portuguese America, making it possible to identify them in educational practices that can be perceived in material elements of military culture, such as drawings, plans, maps and books. They are fragments that allow the proof of educational legacies in different times and spaces

**Keywords:** Military education practices. Military writings. Cultural mediators. Material elements of military culture. Military discipline.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Conde Albert e Condado de Bückebug. c. 1740 .....	37
Figura 2 – Wilhelm Friederich e Georg August. Década de 1740 .....	40
Figura 3 – Moeda com a representação de Lippe como governante. 1763 .....	43
Figura 4 – O Marechal-General dos Canhões. 1767 .....	45
Figura 5 – Detalhe dos canhões e cavalaria negro. 1767 .....	46
Figura 6 – Academia Militar de Wilhelmstein. Bückebug. 1787 .....	51
Figura 7 – Representações do Conde de Lippe. Século XVIII .....	52
Figura 8 – Medalhão com retrato de D. José I e a Estrela da Ordem da Águia Negra ..	53
Figura 9 – Organograma - Família Freire de Andrade e o Conde de Lippe .....	63
Figura 10 – Posição de Artilharia. Conde de Lippe. 1762 .....	83
Figura 11 – Padronização de armamentos e calibres de Corpos Auxiliares. 1766 .....	108
Figura 12 – Quartel do Regimento de Cavalaria. Construído em 1779 .....	113
Figura 13 – Visão externa e brasão do Quartel do Regimento de Cavalaria. 1779 .....	114
Figura 14 – Militares em cerimônia de continência com armas. 1784 .....	135
Figura 15 – Detalhes dos movimentos de “Apresentar Armas”. 1784 .....	136
Figura 16 – Detalhe da assinatura do autor militar do desenho. 1784 .....	138
Figura 17 – Detalhes de mapas produzidos pelo Cabo-de-Esquadra de Minas. 1777 .	140
Figura 18 – Planta de Vila Boa Capital da Capitania Geral de Goyas. 1782 .....	142
Figura 19 – Detalhe dos figurinos militares da Capitania de Goyas. 1782 .....	143
Figura 20 – Exercícios dos alunos da Aula Militar da Bahia. 1778 .....	144
Quadro 1 – Organização das "Instruções Gerais". 1762 .....	64
Quadro 2 – Instruções do Conde de Lippe para Sargentos Mores [Majores]. 1762 .....	66
Quadro 3 – Instruções do Conde de Lippe aos Capitães. 1762 .....	67
Quadro 4 – Composições dos Conselhos de Guerra. Século XVIII .....	89
Quadro 5 – Valores militares e punições nos <i>Artigos de Guerra</i> . 1763 .....	92
Quadro 6 – Composição do Estado-Maior de um Regimento de Cavalaria (1764) ....	111
Quadro 7 – Indisciplina em sua dimensão moral: condutas individuais e coletivas ...	128
Quadro 8 – Organização territorial do Regimento de Cavalaria de Minas. 1778 .....	130

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADIM	Autos de Devassa da Inconfidência Mineira
AG	Artigos de Guerra
AHE	Arquivo Histórico do Exército Brasileiro
AHM	Arquivo Histórico Militar
AHMI	Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANRJ	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
APM	Arquivo Público Mineiro
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BPNA	Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda.
BGUC	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
CCC	Coleção Casa dos Contos. Ouro Preto
CEALE	Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita
CECO	Centro de Estudos do Ciclo do Ouro
CEíbero	Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
SC	Seção Colonial
SG	Secretaria de Governo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 Contextualização, objeto, problema, hipótese e objetivos .....	18
1.2 Percursos conceituais e metodológicos .....	22
1.3 Tipologia, especificidades e possibilidades das fontes militares .....	27
1.4 Organização e apresentação dos capítulos da dissertação .....	31
<b>2 O PENSAMENTO DO CONDE DE LIPPE E O ENSINO MILITAR .....</b>	<b>33</b>
2.1 Trajetórias, experiências e influências .....	35
2.2 O pensamento ilustrado de Lippe e concepções da educação em Portugal .....	47
2.3 Academia Militar de Wilhelmstein e as práticas educativas .....	51
<b>3 ESCRITOS MILITARES E AS DIMENSÕES DA DISCIPLINA MILITAR .....</b>	<b>58</b>
3.1 Escritos para a educação militar: a base para “ensinar-vigiar-punir” .....	61
3.2 A dimensão educativa: representações do “bom, e fiel vassalo” militar .....	76
3.3 Instrução militar: <i>Sciencia</i> da Guerra e a utilidade do soldado .....	81
3.4 Justiça Militar: Conselhos de Guerra, o devido processo legal e as penas .....	85
3.5 A “Arte Militar de Curar”, o cuidado com o soldado e a vigilância médica .....	93
<b>4 PRÁTICAS EDUCATIVAS E A “UTILIDADE” DOS CORPOS MILITARES DA AMÉRICA PORTUGUESA .....</b>	<b>97</b>
4.1 A Cabeça da América e o Inspetor Geral das Tropas e da Disciplina Militar .....	98
4.2 Reorganização dos auxiliares em 1766 e a “Arte Militar Defensiva” de Lippe .....	103
4.3 Mudanças e permanências militares no Coração da América portuguesa .....	108
4.4 Paradoxos da disciplina militar e os soldados de Minas .....	115
4.5 Outros escritos: saberes militares “práticos e úteis” .....	129
<b>5 FRAGMENTOS DO PENSAMENTO DE LIPPE NA CULTURA MILITAR .....</b>	<b>133</b>
5.1 Leituras de elementos materiais da cultura militar à luz dos escritos de Lippe .....	135
5.2 Legados dos escritos do Conde de Lippe para a cultura militar .....	145
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>152</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>156</b>
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>171</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>175</b>
Apêndice A – Disciplina Militar nos livros publicados em Portugal (1631-1792) .....	175
Apêndice B – Formalidades para o reconhecimento como Cadete .....	176
Apêndice C – Livros militares da biblioteca particular do 2º Conde de Bobadela .....	177
Apêndice D – Fragmentos da “Pena da Arte Militar de Curar” (1676-1817) .....	178
Apêndice E – Estrutura hierárquica do Exército Português (Séculos XVIII-XIX) .....	179
Apêndice F – Organização militar na América portuguesa. Século XVIII .....	180
Apêndice G - Artigos de Guerra. 1763 .....	183

## 1 INTRODUÇÃO

Ao se realizar uma breve revisão da literatura para situar o estado da arte<sup>1</sup> da historiografia militar que trata da Era Moderna percebe-se que nas últimas décadas ocorreu um movimento de (re)leituras de temas, analisados à luz de novas problematizações, com uso de referenciais teórico-conceituais e metodológicos renovados. Nesse contexto, se insere o objeto de estudo desta dissertação. Ele está na interface entre a Nova História Militar e a História da Educação, com concentração na História da Educação Militar.

Os estudos sobre a História Militar foram por muitos séculos centrados em uma história política tradicional, factual e episódica. Essa história era composta por narrativas focadas nas batalhas e no detalhamento de táticas e estratégias utilizadas pelos grandes generais, com forte carga nacionalista, especialmente a partir do século XIX. Esse tipo de escrita seria alvo de reflexões a partir de meados do século XX, sob a influência da história social, que buscava compreender as relações entre a guerra, os exércitos e a sociedade.

O precursor de uma história social das forças militares foi o historiador francês André Corvisier (1958), com o seu seminal livro *Um problema social do Antigo Regime. A composição do exército* (tradução nossa).<sup>2</sup> Em seus estudos, ele perseguiu as dimensões sociais das forças militares (CORVISIER, 1964, 1976, 1997), construindo uma escola de pensamento historiográfico dedicada à temática militar. À essa produção somaram-se historiadores sociais ingleses como Geoffrey Francis Best (1982), com *Guerra e Sociedade na Europa revolucionária (1770-1870)* (tradução nossa)<sup>3</sup> e Matthew Anderson (1988), autor de *Guerra e Sociedade na Europa do Antigo Regime (1618-1789)* (tradução nossa).<sup>4</sup> Como afirma Andujar Castillo (1999, p. 10), nessa perspectiva analítica, “a história da guerra era tão importante quanto a história da preparação para a guerra, da instituição militar, dos homens que intervêm nela e o que dizem sobre ela.”<sup>5</sup>

Desse movimento historiográfico, fruto de um processo que conjugava influências plurais tais como as tendências gestadas nos *Annales*, a Sociologia Militar norte-americana e a História Social inglesa, emergiu o que se denominou “Nova História Militar”. Ela propuza oferecer uma visão ampliada das forças militares, a partir de temas como: composição social

<sup>1</sup> O “estado da arte” é uma referência ao estado atual de conhecimento sobre um determinado tópico que está sendo objeto de estudo.

<sup>2</sup> *Un problème social de l'Ancien Régime. La composition de l'armée.*

<sup>3</sup> *War and Society in Revolutionary Europe (1770-1870).*

<sup>4</sup> *War and Society in Europe of the Old Regime (1618-1789).*

<sup>5</sup> *Tan importante era la historia de la guerra como la historia de la preparación para la guerra, de la institución militar, de los hombres que intervienen en ella y de los que dicen sobre la misma.*

das instituições, organizações internas, relações institucionais estabelecidas com os poderes políticos, formas de financiamento do esforço militar, intervenções e impactos sociais, políticos e econômicos.

Essa historiografia revisitou temas clássicos para os estudos militares. Entre eles estava a tese do historiador inglês Michael Roberts (1956) sobre a “revolução militar europeia”, uma interpretação baseada nas mudanças de táticas e tecnologias. Os debates possibilitaram ampliar a compreensão desse fenômeno e lançar luz sobre peculiaridades dos processos de constituição dos Estados europeus, dinâmicas de tributação, recrutamentos, manutenção dos exércitos permanentes e relações com a sociedade.<sup>6</sup>

Nesse período, a historiografia italiana se fez presente nas discussões da Nova História Militar, com a publicação do livro da italiana Sabina Loriga (1992) intitulado: *Soldados. A instituição militar no Piemonte do século XVIII* (tradução nossa).<sup>7</sup> Loriga iniciou seus estudos em Turim, orientada por Giovanni Levi e, em seguida, continuou suas pesquisas em Paris, sob a direção de Jacques Revel.<sup>8</sup> O livro, resultado do seu doutoramento em Ciências Sociais, foi publicado simultaneamente na Itália e na França.

Uma das hipóteses defendidas por Loriga (1992, p. 12) é que “em meados do século XVIII, centenas de milhares de homens na Europa foram submetidos à disciplina militar com um objetivo muito específico: quebrar os ritmos lentos do campo de batalha.” (tradução nossa).<sup>9</sup> A autora destaca a utilização da disciplina militar no exército do Piemonte, Estado da península italiana com longa tradição militar.

Sabina Loriga (1992) dá voz à pluralidade e à diversidade de atores sociais que se tornaram militares. Dessa forma, observa-se uma tendência que seguirá boa parte dessa nova historiografia militar, que é a busca do entendimento do cotidiano da vida do soldado:

Nobres das províncias, aristocratas da corte, vassallos, soldados simples lotavam as guarnições de expectativas diferentes, com inúmeras lembranças, com vários projetos individuais e coletivos. Suas "histórias", muitas vezes tão diferentes umas das outras, permitem analisar a variedade de experiências institucionais e a qualidade das relações de poder (LORIGA, 1992, p. 20,

<sup>6</sup> Nesse contexto de produção historiográfica estão os trabalhos de: Tilly (1992); Quatrefages (1996); Parker (1996); Andújar Castillo (1999).

<sup>7</sup> *Soldati. L'istituzione militare nel Piemonte del Settecento* (tradução nossa).

<sup>8</sup> Ambos os autores fazem parte do referencial teórico desta dissertação, especialmente sobre os “jogos de escala de análise” e aspectos da Micro-história. Por sua vez, Sabina Loriga traz reflexões que remetem à questão da biografia e a história, que serão incorporadas nesta dissertação.

<sup>9</sup> *A metà del Settecento centinaia di migliaia di uomini in Europa erano sottoposti Alla disciplina militare con un obiettivo concreto molto preciso: incrinare i ritmi lenti del campo di battaglia.* Essa perspectiva, em especial, se alinha às propostas de Lippe quando trata da “Guerra Conjugada” e da velocidade.

tradução nossa).<sup>10</sup>

Observam-se atores de diversos estratos sociais, que, ao se transformarem em soldados, traziam consigo suas expectativas, lembranças, intencionalidades, projetos individuais e coletivos. Um universo marcado pela multiplicidade de experiências que impactavam as relações de poder que se estabeleciam no intramuros da vida castrense.<sup>11</sup>

Nesse movimento historiográfico se inserem vários historiadores ibéricos que desenvolveram pesquisas sobre as forças militares em Portugal e na Espanha na Era Moderna. Entre eles, estão os espanhóis Juan Marchena Fernández (1992), Francisco Andújar Castillho (1999) e os portugueses Nuno Gonçalo Monteiro (1996), Fernando Dores Costa (1998, 2007, 2010), Rui Bebiano (1989, 2000), António Manuel Hespanha (2003) e Pedro Brito (2011, 2012, 2018). Novos objetos foram alvo dos estudos: dimensões simbólicas; o direito militar; o recrutamento e as formas de resistências; os corpos militares auxiliares e irregulares e suas relações com as comunidades locais; as origens sociais e a vida do soldado.

O soldado se tornou um objeto privilegiado para a historiografia iberoamericana, como demonstra o livro de Castrillo Mazerés (1992) *O Soldado da Conquista* (tradução nossa).<sup>12</sup> Nele, o autor dedica vários capítulos para a análise da origem geográfica e social dos militares conquistadores; sua vida cotidiana na Península, nas viagens e na América espanhola; busca compreender os valores, qualidades negativas, a vida e a morte. Nessa direção vai a obra de Marchena Fernández (1992) *Exército e Milícias no Mundo Colonial Americano* (tradução nossa).<sup>13</sup> Nele, existem dois capítulos que permitem entender o universo do soldado: *Oficiais e soldados do monarca ilustrado; a vida de guarnição e a vida cotidiana das cidades* (tradução nossa).<sup>14</sup>

Por sua vez, a consolidação da Nova História Militar Luso-Americana tem como marcos historiográficos a publicação de obras coletivas que trazem essa denominação, a exemplo da *Nova História Militar de Portugal*, coordenada por António Hespanha (2003), e a *Nova História Militar Brasileira*, organizada por Castro, Izecksohn e Kraay (2004), além de outras obras coletivas publicadas por historiadores como Possamai (2012), Rodrigues e Arias Neto

<sup>10</sup> *Nobili di província, aristocratici di corte, vassalli spiantati, semplici soldati affollavano le guarnigioni di differenti aspettative, con innumerevoli ricordi, con svariati progetti individuali e collettivi. I loro "racconti" spesso così diversi l'uno dall'altro, consentono di analizzare la varietà delle esperienze istituzionali e la qualità delle relazioni di potere* (LORIGA, 1992, p. 20).

<sup>11</sup> Essa proposta interpretativa será utilizada nesta dissertação, buscando relacionar trajetórias pessoais e seus contextos sociais e culturais. Castrense diz respeito à vida militar. Ver Glossário.

<sup>12</sup> *El Soldado de la Conquista* (CASTRILLO MAZERES, 1992).

<sup>13</sup> *Ejército y Milicias en el Mundo Colonial Americano* (MARCHENA FERNÁNDEZ, 1992).

<sup>14</sup> *Oficiales y soldados del monarca ilustrado; la vida de guarnición y la vida cotidiana de las ciudades* (MARCHENA FERNÁNDEZ, 1992).



(2019).

Essas obras somente foram possíveis graças aos trabalhos de gerações de historiadores e historiadoras que, mesmo não tendo a História Militar como área de concentração, tangenciaram temáticas afins, bem como contribuíram no processo de orientação e avaliação das pesquisas realizadas (História Moderna, História Colonial, História da Educação). Vários desses autores e autoras, que tratam especificamente do período estudado, serão retomados/as ao longo dessa dissertação.

Em linhas gerais, observa-se que a História Militar também foi impactada pelas disputas acadêmicas do campo, traduzidas em tendências teórico-metodológicas das correntes historiográficas francesas, inglesas e italianas. A saída da História Militar dos quartéis e a eleição de novos objetos por pesquisadores ligados a programas de pós-graduação em História e Ciências Sociais de diversas universidades possibilitaram mudanças conceituais e metodológicas que contribuíram para a ampliação do campo de estudo e a consolidação da Nova História Militar.

Sem vinculações e compromissos institucionais com as organizações militares, historiadores e historiadoras exercem a liberdade de escolha de seus temas e elaboram problemas de pesquisa norteados pelos referenciais teórico-metodológicos que melhor se adequem à natureza e aos objetivos de suas investigações. Dessa pluralidade epistemológica surgem novos objetos de estudo, vistos com outras lentes, possibilitando outros olhares e descobertas. Nesse esforço está a proposta da presente dissertação, que se insere numa História da Educação Militar, concentrando-se no período que abrange a segunda metade do século XVIII, o que será melhor contextualizado a seguir.

### 1.1 Contextualização, objeto, problema, hipótese e objetivos

Em 1762, Portugal se encontrava em conflito bélico contra a Espanha e a França, como reflexos da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). As invasões das tropas espanholas ao território português ocorreram devido à recusa do rei de Portugal, Dom José I (1714-1777), em expulsar os navios ingleses de seus portos. A Inglaterra, aliada tradicional de Portugal, enviou para Lisboa um reforço de aproximadamente 7.000 militares britânicos, entre os quais estavam oficiais ingleses, suíços, austríacos e alemães. Para comandar as forças anglo-lusitanas o governo inglês indicou Wilhelm Friedrich Ernst (1724-1777), oficial militar anglo-germânico e conde reinante do Condado de Schaumburg-Lippe.

Em 10 de julho de 1762, Lippe foi nomeado Marechal-General do Exército Português. Suas ações iniciais estavam relacionadas aos aspectos práticos que proporcionariam respostas imediatas em termos de enfrentamento às tropas espanholas e francesas. Sob seu comando estabeleceram-se “manobras defensivas” bem sucedidas, que ficaram conhecidas como “Guerra Fantástica” (1762).

Ao analisar as ações desenvolvidas por Lippe desde 1762 percebe-se que ele utilizou parte dos seus escritos militares, elaborados anteriormente para os corpos militares de seu condado na Alemanha, como instrumentos educacionais para operacionalizar a reforma do exército português. De acordo com Pedro de Brito (2018, p. 245), Lippe também se valeu do manual impresso em Berlim, em 1750, intitulado: *Regulamento para a Real Infantaria Prussiana: no qual se contém as evoluções, o manuseamento e o carregamento, e como o serviço deve ser executado em campanha e na guarnição, bem como todos os oficiais se devem comportar, e quanto deve ser pago em soldos, e quanto descontado, e como deve ser executado o fardamento* (tradução de Pedro de Brito).<sup>15</sup>

No título do regulamento destacam-se dois aspectos que interessam a esta dissertação: “como o serviço deve ser executado” e “como todos os oficiais se devem comportar”. Trata de aspectos relacionados ao “fazer” e ao “ser”, portanto ligados às práticas do agir e às dimensões morais prescritas para as condutas dos militares. Assim, o controle e a vigilância do comportamento e dos corpos dos militares eram centrais para as práticas educativas propostas por Lippe.

---

<sup>15</sup> *Reglement Preußische Infanterie, worinn enthalten die Evolutions, das Manual und die Chargirung, und wie der Dienst im Felde und in der Garnison geschehen soll, auch wornach die sämtliche Officiers sich sonst zu verhalten haben, desgleichen wie viel an Tractament bezahlet und darvon abgezogen wird, auch wie die Mundirung gemachet werden soll* (1750).

Esta dissertação, a despeito da importância dos aspectos táticos dos conflitos, (revisitados com chaves interpretativas da Nova História Militar) não tem como foco a análise das táticas e estratégias militares utilizadas nas guerras. Tampouco busca aprofundar conhecimentos sobre as inovações na artilharia ou engenharia militar, que foram introduzidos em Portugal pelo Conde de Lippe. Tais pontos foram tratados por Pedro de Brito (2012) em *O artilheiro Conde de Lippe*. Outros aspectos relativos à estratégia militar podem ser compreendidos no livro de António Barrento (2006), intitulado *Guerra fantástica (1762)*, que trata da liderança de Lippe no desdobramento da Guerra dos Sete Anos em terras portuguesas.

Nesse contexto, delimita-se temporalmente, para os estudos da presente investigação, o período compreendido entre 1762 e 1777, com necessários avanços e recuos cronológicos que permitam a compreensão dos processos e práticas educativas no “ambiente político e cultural do Antigo Regime português, particularmente no que se refere ao contexto de reformas educacionais realizadas sob influências das luzes” (SANTOS, DENIPOTI, FONSECA, 2020, p. 568). Esse recorte tem como marco o início da construção do arcabouço educativo militar de Lippe em Portugal (1762) e a sua morte e a do rei de Portugal, Dom José I (1777). Nesse mesmo ano encerrou-se a atuação do Marquês de Pombal.<sup>16</sup>

Ao problematizar o tema desta dissertação (escritos militares, práticas educativas e disciplina militar), colocando-o diante dos pressupostos teóricos e conceituais, fundamentado na tipologia das fontes e nas propostas para sua interpretação, define-se como objeto: as dinâmicas das práticas educativas e sua instrumentalidade centradas na “disciplina militar”, analisadas a partir dos escritos militares elaborados pelo Conde de Lippe. Dessa forma, é necessário realizar uma reflexão inicial sobre o sentido da “disciplina militar” (um conceito no campo das práticas educativas), uma vez que ele é o eixo da análise proposta para esta dissertação.

Atentando-se para as possibilidades de mudanças de sentidos atribuídos às palavras em termos temporais e locais, busca-se apreender o que significava a “disciplina militar” no período de análise. Para tanto, foram utilizadas fontes do século XVIII, cruzando-se as informações do dicionário da época, com fontes militares.

No *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1789), o lexicólogo brasileiro António de Moraes Silva (1789, t.1. p. 441) esclarece que a “Disciplina Militar – [compreende] as regras da arte da guerra, e os preceitos que devem guardar os soldados, na obediência aos chefes, nas investidas, no bater.” Ao analisar os componentes dos significados apresentados por Moraes

---

<sup>16</sup> Discussões sobre os conceitos de “época pombalina” e “pombalismo” ver Santos (2011b).

Silva identificam-se duas dimensões: uma trata de aspectos ligados às “regras da arte da guerra”, portanto, relacionados aos conhecimentos técnicos, táticos e estratégicos que permitem o emprego do militar no sentido prático. A outra dimensão (ligada ao comportamento moral do soldado) diz respeito aos “preceitos que devem guardar os soldados, na obediência aos chefes, nas investidas e no bater.”

Ao cruzar os sentidos da “disciplina militar” atribuídos por Moraes Silva com uma fonte tipicamente militar, o *Repertório das Ordens do dia dadas ao Exercito Portuguez* (1708 a 1830), organizado pelo Major João Crisóstomo do Couto e Melo (1830), é possível perceber a continuidade das duas dimensões, pois ele afirma que a “disciplina militar” é a:

**instrução** de um Côrpo militar: nas Leis e Regulamentos concernentes às Tropas. Emprega-se a palavra Disciplina para exprimir o sistema das disposições destinadas a manter entre elas, a todos os respeitos, a **obediência** e bôa ordem; das quaes os *Artigos de Guerra* constituem a parte mais importante. Consegue-se pela **educação** dos seos individuos, e pela **repressão das faltas** deles (MELO, 1830, p. 87, grifos nosso).

No verbete do Major Melo ressaltam as palavras “instrução”, “educação”, “obediência” e “repressão das faltas”. Sobre os processos educativos, o Conde de Lippe, ao tratar do “Do Ensino das Recrutas”, determinava que, ao admitir um soldado de recruta na companhia, ele seria “posto debaixo da tutela de um soldado capaz, e bem procedido, para que o ensine e instrua no methodo de ser conservar asseado, e ter o seu armamento limpo e em boa ordem” (LIPPE, 1764, § I, p. 55).

Existe uma sequência de ações no processo educativo militar: primeiro um militar “capaz” e “bem procedido” deveria ensinar ao recruta quais eram os procedimentos técnicos (fazer) e as condutas desejadas (ser). Na sequência, era preciso vigiar os comportamentos e, por fim, punir os transgressores das ordens que foram estabelecidas (“repressão das faltas”). Portanto, a “disciplina militar” baseava-se no tripé: “ensinar-vigiar-punir”.

Optou-se pelo termo “ensino”, devido sua recorrência nos escritos militares do Conde de Lippe e em outras fontes militares coevas. Thais Fonseca (2020), em seu verbete *Educação/Instrução*, mostra que, no século XVIII, os termos “educação, instrução e ensino” poderiam ser percebidos como sinônimos. Entretanto, ela salienta que a “educação” estava relacionada ao processo de formação geral para a vida em sociedade. A “instrução” se ligava aos procedimentos utilizados, aos mecanismos de transmissão de conhecimentos. O “ensino”, por sua vez, estava ligado à formação. Moraes Silva (1789, t.1. p. 507) esclarece: “ENSINO, £ m. instrucção. § Educação. § *Bom ensino*, urbanidade; *máo ensino*, descortezia. § *Ensinos*, conselhos, direcções, preceitos, máximas de se haver em algum negocio prudencial, ou moral.”

(grifo do autor). Assim, a utilização do termo “ensino” se torna apropriado para o exercício de interpretação do processo educacional visto como “ensinar-vigiar-punir”, especialmente pela “natureza formativa”, e pelos aspectos relacionados aos “preceitos” e “direções” que são estabelecidos para a conduta do militar.

Diante desse quadro, coloca-se como problema de pesquisa a seguinte questão: como se construíram as dimensões e as propostas de instrumentalização da “disciplina militar”, que direcionou as práticas educativas militares em Portugal e na América portuguesa, na segunda metade do século XVIII?

Como hipótese propõe-se que a disciplina militar, inserida nos escritos de Lippe, se construiu tendo como base uma cultura militar diferente dos costumes militares portugueses, especialmente em sua dimensão educativa. Ela representou uma proposta de mudança às práticas militares portuguesas, e também um avanço em relação ao pensamento militar prussiano clássico. Esses direcionamentos se refletiram em diversos pontos: estruturação da Justiça Militar; critérios para alistamento e promoção dos oficiais; valorização da educação e da instrução militares; desenvolvimento dos pressupostos da “Arte Militar Defensiva” e incorporação de dimensões da disciplina militar por administradores e comandantes militares na América portuguesa.

Formulada a hipótese, coloca-se como meta a ser alcançada para comprová-la os seguintes objetivos: 1) geral: descrever as dimensões e as propostas operativas da disciplina militar provenientes dos escritos do Conde de Lippe; 2) específicos: a) interpretar o processo de construção da disciplina militar e suas dimensões a partir da trajetória pessoal de Lippe; b) identificar nos seus escritos e em suas ações (especialmente à frente da Academia Militar), os saberes escolhidos para serem transmitidos, os materiais e métodos utilizados no processo de ensino-aprendizagem, os sujeitos envolvidos nas práticas educativas e os tempos e espaços a elas destinados; c) analisar como os saberes contidos nos escritos de Lippe e/ou decorrentes do seu pensamento foram utilizados pelos administradores e comandantes militares na América portuguesa.

Para atingir os objetivos, as fontes selecionadas e analisadas estão dispostas em quatro capítulos, sendo que nos dois primeiros busca-se compreender o Conde de Lippe, por meio de aspectos que desvelam seus “pertencimentos identitários e principais instâncias de socialização” na infância, adolescência e fase adulta (GALVÃO, 2020). Instâncias essas que englobam sua escolarização, redes familiares e de socialibilidades, vivências como militar nos campos de batalhas e governante. Nesse processo, instrumentaliza-se os cuidados sobre a relação entre biografia e história, apontados por Loriga (1998, 2011). Na sequência, serão

apresentados e analisados os escritos militares utilizados pelo Conde de Lippe na reforma militar portuguesa.

As fontes que tratam da instrumentalização dos escritos de Lippe na América portuguesa estão organizadas nos dois últimos capítulos. Entre elas estão instruções, memórias, correspondências, relatos de viajantes e iconografias, tais como figurinos militares, plantas, vistas parciais e cartografia.

## 1.2 Percursos conceituais e metodológicos

As opções teórico-metodológicas que direcionaram a seleção, coleta, descrição e interpretação das fontes desta dissertação emergiram da conjugação de variáveis que levaram em conta: sua aderência ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e, em especial, aos trabalhos da linha de pesquisa História da Educação; às discussões e investigações do grupo de pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero).<sup>17</sup> Dessa forma, procurou-se conjugar discussões de matrizes conceituais francesas, italianas e da produção de pesquisadoras e pesquisadores que tratam do campo da História da Educação luso-americana setecentista.

Foram utilizados pressupostos teórico-metodológicos de matrizes historiográficas francesa e italiana, que propõem exercícios de interpretações que levem em conta os “jogos de variação de escalas de análise” (REVEL, 1998), a dinâmica dos “mediadores culturais” (GRUZINSKI, 2004, PAIVA, 2006, FONSECA 2013), a relação entre “biografia e história” (LEVI, 1989, 2006; LORIGA, 1998, 2011) e as “Culturas do Escrito” (GALVÃO, 2007, 2020; ALMEIDA, DENIPOTI, FONSECA, 2020).

O exercício de variação das escalas de análise permite compreender como militares, imersos em redes familiares, clientelares e de compadrios, idealizaram e realizaram práticas educativas, ao mesmo tempo em que faziam parte de processos mais amplos, como a reforma militar empreendida pelo Conde de Lippe. Assim, vivências de militares como o Tenente-General Böhn, Marquês do Lavradio, Coronel Dom Antonio de Noronha, Cabo-de-Esquadra Joaquim José da Rocha, Cabo-de-Esquadra Joaquim Vieira da Silva, Soldado Manuel Ribeiro Guimarães, entre outros, se entrelaçam e conectam a Europa à América portuguesa.

---

<sup>17</sup> A despeito dessa dissertação se inserir na Linha de Pesquisa “Instituições e práticas culturais e educativas”, ela dialoga com pressupostos conceituais e metodológicos das linhas “Administração, instrução e educação” e “Cultura escrita e práticas culturais e educativas. Para melhor entendimento do funcionamento, temas, e pesquisadores do CEIbero ver: Santos, DeNipoti, Fonseca (2020), e: <https://ceibero.wordpress.com/http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2752103468623511>

Junta-se à dinâmica dos jogos de escalas de análise a interpretação que percebe tanto os escritos quanto os militares como “mediadores culturais”. Os escritos e as produções dos militares (desenhos, plantas, cartografia, entre outros) são vistos como “elementos materiais da cultura”. De acordo com Meneses (2011), esses elementos são documentos das realidades sociais e estão “integrados à sua construção”. Os objetos não são apenas fetiches ou detentores de sentidos sociais deslocados de seus usos. A ideia de que eles estão integrados à sua construção é fundamental para perceber como os militares incorporam nesses artefatos as diretrizes e aspectos dos escritos militares.

A variação de escalas, como propõe Revel (1998, p. 38) “permite passar de uma história a outra (e, por que não, para várias outras).” Essa ação possibilita pensar a História da Educação Militar de forma macro e microanalítica, entrelaçando as vivências particulares dos militares com as ações realizadas na reforma militar em Portugal e seus reflexos na América portuguesa. Parte-se do entendimento de que, como afirma Revel (1998, p. 14), “nenhuma escala de análise tem privilégio sobre a outra, pois o social se apresenta como uma massa folhada”, portanto é composta por camadas que se interligam como um todo.

As práticas educativas militares advindas da reforma militar ilustrada, baseada no arcabouço construído pelo Conde de Lippe a partir de 1762, foram fundamentais no esforço de manutenção do Império português, especialmente na América, uma vez que a questão da defesa e da disciplina militar eram componentes fundamentais ao “governo dos povos”<sup>18</sup> e à “Razão de Estado”.<sup>19</sup>

Nesse contexto, são considerados aspectos mais amplos relacionados aos movimentos bélicos europeus de meados do século XVIII, que entrelaçam as histórias militares de Portugal, Inglaterra, Prússia, Alemanha, Espanha, França e Itália. As diretrizes de Lippe também fizeram parte do cotidiano militar da América portuguesa e da África portuguesa. As histórias militares e dos militares se interligam, em realidades que se comunicam temporal e espacialmente, o que faz pensar nas “conexões esquecidas, apagadas ou borradas”.<sup>20</sup> O Império português, dessa forma, se constitui um espaço de circulação de militares, dos seus escritos e de suas ideias nas diversas localidades.

<sup>18</sup> Como defendido por Costa (1998, p. 969) “Governo no sentido do conjunto de técnicas de condução dos comportamentos sociais, e não no sentido banal e corrente, que faz coincidir o termo com a administração ou com o exercício de uma mera dominação”.

<sup>19</sup> Sobre a “Razão de Estado” existem tratados que circularam em Portugal, entre outros: *Da razão de Estado*, de Giovanni Botero, publicada em 1589, trata da catolização da obra de Maquiavel; *Verdadera razón de Estado* (1616), de Fernando Alvia de Castro, publicada em Lisboa e, *Discursos de La jurídica y verdadera razón de Estado* (1627), de Pedro Barbosa Homem, um antimachiavel radical (COTTA, 2004).

<sup>20</sup> Tais pressupostos foram desenvolvidos por Gruzinski (2004, 2016); Prado (2012); Fonseca (2013).

Revel (1998, p. 19) afirma que “a mudança da escala é essencial para a definição da micro-história”. A variação cuidadosa se torna fundamental na operação de análise sócio-histórica, na busca de articulações possíveis. Assim, na América portuguesa as diretrizes contidas nos escritos militares se apresentavam como possibilidade de reordenações e de reinvenções dos saberes cotidianos, num contexto marcado por interesses e intencionalidades de grupos e indivíduos que integravam os corpos militares, sempre em meio a resistências, negociações e acomodações provisórias.

Partes específicas de regulamentos militares, especialmente aquelas relacionadas à educação militar, eram lidas, compulsoriamente, para os soldados formados em dispositivos militares, que ouviam atentamente como condição *sine qua non* para recebimento de seus soldos.<sup>21</sup> Esses rituais fazem pensar no “ler-ouvir” como uma dimensão educativa das “Culturas do Escrito” (GALVÃO, 2007, 2020; FONSECA, 2007; SANTOS, DENIPOTI; FONSECA, 2020). Uma dinâmica que envolvia o escrito, a leitura e a escuta, de maneira integrada, vinculada e educativa.

Acrescenta-se aos saberes militares a dimensão da “instrução militar”, que é composta por conhecimentos técnicos que se valem do “escrever-desenhar-ver-fazer”, presentes nas produções de cartógrafos, desenhistas e engenheiros militares atuantes nos litorais e nos sertões da América portuguesa. Muitos militares instrumentalizavam esses conhecimentos na elaboração de mapas, figurinos militares, vistas parciais, plantas de quartéis e outros prédios, e mesmo acompanhando autoridades reais e cientistas pelos sertões.<sup>22</sup>

A construção de saberes militares, as dinâmicas de ensino-aprendizagem, as práticas educativas militares levam à percepção de que eles são interativos e, portanto se valem da conjugação do “ler-falar-ouvir” e também do “escrever-desenhar-ver-fazer”, na operacionalização da disciplina militar, especialmente para o caso da sociedade luso-americana setecentista.

A apreensão dessas dinâmicas somente é possível em virtude das mudanças de escalas de análise, que, conforme Revel (1998, p. 12), possibilitam compreender aspectos das “lógicas de significação das experiências em suas singularidades. Assim, identificam-se fragmentos e indícios que mostram percursos diversos, permeados por incertezas, conflitos, negociações e construções de estratégias individuais relacionais. Por meio dos escritos militares é possível ver as conexões entre ideias que circulam e suas chancelas formais nos alvarás que confirmam suas

---

<sup>21</sup> Ver Glossário.

<sup>22</sup> Tais aspectos metodológicos aplicados a outros objetos de estudos estão presentes nos trabalhos de Márcia Almada (2012, 2018) e Wilson Souza (2008).



“utilidades”.

O uso dos escritos pelos militares permite entender as práticas educativas, bem como as maneiras de interação estabelecidas entre movimentos globais e dinâmicas locais. Essas interações fazem parte de uma longa tradição militar lusitana, que foi conformada por meio de tradições que se difundiam (e fundiam), dos tipos de contatos estabelecidos e, especialmente, pela circulação de saberes e dos militares.<sup>23</sup>

Muitos militares circulam entre espaços geograficamente distantes e fizeram circular os escritos, saberes e práticas educativas, sejam eles oficiais ou militares que não tinham patentes de oficiais. Dessa forma, a pesquisa, seguindo os alertas de Galvão (2007) e Loriga (2011), não se limita a trajetórias de indivíduos “ilustres”, dos grandes generais.

Juntam-se aos militares os escritos e outros elementos materiais da cultura que circularam e fizeram circular os saberes militares no Império português. Tanto os homens quanto os livros levavam ideias e projetos de um mundo a outro e, às vezes, criavam ferramentas para o controle dos imensos espaços da monarquia ibérica (GRUZINSKI, 2001, 2004; BERNAND, 2001).

Para Thais Fonseca (2013, p. 69), o mediador cultural é “um indivíduo entre dois mundos, que por meio de um movimento de mão dupla produz leituras, interpretações e sínteses, no qual circulam elementos ou fragmentos das culturas que se colocam em contato”. Para a historiadora, o mediador não apenas promove a circulação ou o trânsito, como também cria novas configurações culturais. Ele estabelece a comunicação, levando ideias, projetos de um mundo a outro. Os *passeurs culturels* (mediadores culturais) são “agentes responsáveis pelo trânsito de e entre culturas, no tempo e no espaço” (PAIVA, ANASTASIA, 2002, p. 9).

Tanto os escritos quanto os militares são percebidos como mediadores culturais, que levam de uma cultura para outra saberes, experiências, vivências, percepções sobre as realidades sociais. Eles impactavam e também eram impactados pelas situações com as quais se deparam e com as respostas que apresentam às demandas que experenciam. Dessas interações ocorreram adaptações, reapropriações e criações, que podem ser observadas em casos concretos, diante das contingências e dos recursos disponíveis para suas soluções.

Não se pode desconsiderar o fato de que escritos militares, uma vez formalizados, são relativamente estáticos e mais perenes. Uma vez produzidos, impressos e distribuídos não sofrem mudanças significativas em seus conteúdos. Entretanto, estão sujeitos a interpretações

---

<sup>23</sup> Trata de uma interpretação do processo de constituição da cultura militar portuguesa engendrada por séculos de contatos e trocas realizadas pelos militares nas “quatro partes do mundo” que faziam parte do Império português. Nomeadamente por meio dos aprendizados bélicos com diversos países da Europa, Ásia, África e América. Os diálogos bélicos transoceânicos foram estudados em Cotta (2004, 2006).

diante das recepções dos militares, que fazem suas leituras a partir dos seus lugares, suas formações e visões de mundo, mesmo correndo o risco de serem repreendidos por tais interpretações.

Os militares, como mediadores, estão imersos em dinâmicas móveis, marcadas por pressões, reelaborações, resistências, negociações e acomodações. Um desses mediadores é o oficial alemão Böhn, que atuou ao lado do Conde de Lippe na Alemanha, em várias batalhas da Guerra dos Sete Anos e também no território português durante outro desdobramento dessa guerra cujo evento ficou conhecido por Guerra Fantástica. Böhn participou do processo de reorganização do exército português na Europa e, ainda no final da década de 1760, deslocou-se para o Rio de Janeiro, e de lá para o Sul da América portuguesa. Ele fez circular aspectos da cultura militar alemã, ao mesmo tempo em que foi impactado pelas dinâmicas e teias de sociabilidades e significados construídas pelos vassalos militares na América.

Militares e escritos militares realizam a mediação de culturas, de saberes e de práticas. Os escritos de Lippe possuem aspectos racionalistas do iluminismo, que se deparam com uma cultura militar portuguesa fortemente marcada por tradições. Em seus escritos estão presentes saberes provenientes de suas experiências, observações e anotações, além de tratados de teóricos da *Scientia* de Guerra. Os militares levavam para o sertão da América portuguesa, percebido como um “lugar inculto”, suas experiências e visões de mundo, traduzidas em ações que impactaram o cotidiano das tropas e nas relações entre os envolvidos nos processos.

### 1.3 Tipologia, especificidades e possibilidades das fontes militares

Nesta dissertação serão analisados diversos “escritos militares”, manuscritos e impressos, produzidos pelo Conde de Lippe e que se encontram em fundos arquivísticos públicos e particulares localizados em Portugal, na Alemanha e no Brasil. O termo “escrito”, de acordo com Moraes Silva (1789, t. 1º, p. 536) está relacionado à “composição”, que, por sua vez, é a “disposição de partes unidas de algum tratado” ou a própria “ação de compor alguma obra” (MORAES SILVA, t. 1º, p. 298). Em virtude da pluralidade dos tipos de composições realizadas pelo Conde de Lippe, optou-se por reuni-las debaixo do termo “escritos militares”, utilizada como “uma categoria de análise”.<sup>24</sup>

Fazem parte dessa tipologia documental as instruções, regulamentos, ordenanças, memórias, ordens do dia, entre outros tipos de escritos, sejam eles impressos ou manuscritos. Essas fontes, confrontadas com outros documentos coevos, inclusive com elementos materiais da cultura militar, possibilitam captar aspectos das ideias e das diretrizes que impactaram as práticas educativas militares portuguesas na segunda metade do século XVIII.

Os escritos militares levaram inovações táticas e estratégicas para Portugal e outras partes do Império; por esse motivo eram controlados por uma questão de “Segredo de Estado”. De acordo com Pedro Brito (2018, p. 246), “por esta razão, as primeiras edições de qualquer regulamento oficial tinham tiragens limitadas, o que, além de outras vicissitudes posteriores, os torna relativamente raros”.

Entre os tipos de fontes militares estava a “Instrução”. De acordo com Moraes Silva (1789, t.1. p. 726) a “Instrução” estava relacionada ao ensino e à educação, mas também era um “documento, apontamento que se dá a alguém para se reger por elle”. O primeiro escrito do Conde de Lippe, composto por 49 páginas e que foi impresso em Lisboa, pertencia a esse tipo documental. Ele se denomina: *Instruções Geraes relativas a varias partes essenciaes do Serviço Diario para o Exercito de S.Magestade Fidelissima debaixo do mando do illustrissimo e excelentissimo senhor Conde Reinante de Schaumbourg Lippe Marechal General dos Exercitos do mesmo Senhor, e General em Chefe das Tropas Auxiliares de Sua Magestade Britanica*. Elas foram publicadas na *Officina de Miguel Rodrigues, impressor do Eminentissimo Cardial Patriarca*, no formato *in octavo* de 15 cm por 22 cm.

Outro tipo de fonte militar é o “regulamento”. Ele é um documento formal, feito por ordem do rei, prescritivo de condutas e que contém regras, sendo geralmente organizado em

---

<sup>24</sup> Os “escritos militares” como categoria de análise se consolidou nos diálogos realizados durante os seminários de História, Cultura e Educação na América Ibérica. Universidade Estadual de Londrina (DENIPOTI, 2020).

capítulos e parágrafos, podendo contar com notas explicativas. Ele regula, de forma imperativa e compulsória, as ações e procedimentos daqueles a quem é destinado, tendo em vista o correto funcionamento da estrutura militar. Em 1763, o Conde de Lippe elaborou o regulamento para a Infantaria, e, em 1764, o regulamento para a Cavalaria. Ambos foram publicados em Lisboa, na “Secretaria de Estado” (nos originais não se menciona em qual secretaria).

O primeiro regulamento impresso, elaborado por Lippe em Portugal é composto por 27 capítulos dispostos em 247 páginas e denomina-se: *Regulamento para o Exercício, e Disciplina, dos Regimentos de Infantaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelíssima: Feito por Ordem do mesmo Senhor por Sua Alteza O Conde Reynante de Schaumbourg Lippe, Marechal General*. O segundo possui 20 capítulos, dispostos em 236 páginas, e intitula-se *Regulamento para o Exercício, e Disciplina dos Regimentos de Cavallaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima: Feito por Ordem do mesmo Senhor por Sua Alteza O Conde Reynante de Schaumbourg Lippe, Marechal General*. Ambos medem 11 cm por 17 cm. Seus tamanhos, formatos, qualidade e resistência das folhas de papel os tornam apropriados para manuseio, condução e consulta no campo.

A “Ordenança” ou lei militar é um tipo de fonte na qual se dá uma ordem específica e detalhada sobre ações a serem cumpridas. Em 1767 foi publicada na “Secretaria de Estado” a *Ordenança que determina as obrigaçoens dos Inspectores das Tropas de Sua Magestade Fidelissima: estabelecida por ordem do mesmo Senhor pelo Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, Marechal General dos Exércitos da mesma Magestade Fidelissima, e Feld Marechal<sup>25</sup> das de El Rey da Graõ Bertanha (sic)*. O documento consta de sete páginas.

Ainda em 1767 foram impressas na “Secretaria de Estado”, em Lisboa, as *Direcçoens, que Ham de Servir Para os Senhores Coroneis, Tenentes Coroneis, e Majores dos Regimentos de Infantaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima com precizaõ os grandes movimentos das Tropas Estabelecidas por Ordem do mesmo Senhor por Sua Alteza o [...] / traduzidas do Original de S.A. na lingua Portugueza por D. Joaquim de Noronha*.

A “Memória” é um tipo de escrito militar elaborado em decorrência de experiências, reflexões e observações práticas do seu autor. Um exemplo dessa fonte são os manuscritos redigidos em francês pelo Conde de Lippe e que foram organizados em forma de um códice composto por 227 folhas, intitulados: *Memórias da Campanha em Portugal [no] ano de 1762: sob o Conde Reinante de Schamburg-Lippe. Marechal General*.<sup>26</sup> Outra “Memória” elaborada

---

<sup>25</sup> Ver Glossário.

<sup>26</sup> *Mémoires de la Campagne en Portugal l'année 1762: sous le Comte Regnant de Schaumbourg y Lippe. Mar[ech]al Gen[er]al.*

por Lippe em 1773 e impressa em Lisboa em 1791 denomina-se: *Memoria sobre os exercicios de meditação militar para se remeter aos senhores Generaes e Governadores de Provincias a fim de se distribuir aos senhores Chefes de Regimentos dos Exercitos de Sua Magestade* (tradução nossa). Era composta por 31 páginas e foi anexada às impressões dos regulamentos para a Infantaria e Cavalaria. O “canto do cisne” do Conde de Lippe foram as *Memórias para uso na Arte Militar Defensiva* (tradução nossa)<sup>27</sup>, publicadas em Stadthagen, em 1776, um ano antes de sua morte.

Também serão utilizados os manuscritos de 1767 e de 1778, ambos localizados nos “Reservados” da Biblioteca Nacional de Portugal. O primeiro intitulado: *Compilação de cartas de Guillaume de Valleré e do Conde de Lippe, avisos e portarias*; e o segundo *Compêndio das diversas obras que o Conde de Lippe remeteu ao brigadeiro Christiano Frederico de Weinholtz, para serem traduzidas na língua portuguesa e entregues a esta Corte*. Dessa forma, os escritos de Lippe ultrapassam aqueles que foram apenas impressos em Portugal, ampliando-se a tipologia para o acervo localizado no Arquivo de Bückeberg, na Alemanha.

As correspondências e os escritos do Conde de Lippe que estão localizados no Condado de Schaumburg-Lippe, na Baixa-Saxônia, Alemanha, foram organizados em três volumes por Curd Ochward, por ocasião dos 200 anos da morte do Conde Reinante (1777). Esses escritos foram revisitados e alguns textos traduzidos para o português por Pedro de Brito, oficial de Artilharia, licenciado em Alemão e História, e mestre em História Moderna pela Universidade do Porto.<sup>28</sup>

As fontes primárias, organizadas por Ochward, foram publicadas pela editora Klostermann, em Frankfurt, com os seguintes títulos: 1) *Wilhem, Conde de Schaumburg-Lippe – Escritos e Correspondência I – Escritos filosóficos e políticos* (1977); 2) *Wilhem, Conde de Schaumburg-Lippe – Escritos e Correspondência II – Escritos militares* (1977); 3) *Wilhelm, Conde de Schaumburg-Lippe – Escritos e Correspondência III – Correspondência* (1983).

Outro tipo de fonte utilizada é a “ordem do dia”. Ela tinha um caráter direto expedida pelas autoridades militares, de acordo com as necessidades, no sentido de fazer cumprir as leis, regulamentos e instruções. Sobre a dinâmica das ordens do dia, Lippe dedicou uma parte específica de suas *Instruções Gerais* (1762), como adiante se verá.

<sup>27</sup> *Mémoires pour servir à l'art militaire défensif* (tradução nossa).

<sup>28</sup> Brito atuou como tradutor de alemão no exército português. Ele disponibilizou vários de seus trabalhos para a elaboração dessa dissertação, além de se tornar um interlocutor privilegiado, o que possibilitou uma melhor compreensão do pensamento do Conde de Lippe e o esclarecimento de dúvidas.

Em 1830, o Major João Crisóstomo do Couto e Mello, após ter compilado a legislação militar dispersa, a organizou e publicou na Tipografia de Bulhões, “com a Licença da Mesa do Desembargo do Paço e Privilegio Real”. A obra recebeu o título: *Repertório das Ordens do Dia dadas ao Exército Portuguez desde 15 de março de 1809 até 5 d’abril de 1830, concernentes á Organização, Economia, Disciplina, Policia, Serviço, Saúde, e Justiça Criminal: acrescentado de muitos e interessantes Artigos da Legislação Pátria, extraídos das Ordenações do Reino, Cartas de Lei, Provisões, Regimentos, Pragmáticas, Estatutos, Alvarás, Decretos, Regulamentos, Cartas Regias, Resoluções, Portarias, e Avisos com relação ao Estado Militar e presentemente em vigôr*. A despeito de estar no título “desde 15 de março de 1809 até 5 d’abril de 1830”, o repertório abarca a legislação do período compreendido entre 1708 e 1830.

Os escritos militares de Lippe, publicados em Lisboa, teriam validade para todo o Império português. Entretanto, eles possuíam circulação restrita, sendo destinados aos Oficiais militares, em virtude do sigilo necessário dos seus conteúdos. Sobre esta questão, afirma Brito (2018, p. 245), que a eles “aplicava-se com frequência a cláusula de confidencialidade, que vinha habitualmente nomeada nos próprios regulamentos”.

Para além dos escritos de Lippe, as correspondências entre os militares são fontes que possibilitam captar fragmentos de discursos, justificações, intencionalidades latentes e, ao serem confrontadas com outros documentos, podem corroborar ou não os argumentos expostos, além de lançar luz sobre outros aspectos.

Outras fontes são os “elementos materiais da cultura”, artefatos que foram produzidos por militares, tais como: desenhos, pinturas, plantas, mapas, vistas, quartéis. Eles podem ser alvo de análises atentas aos detalhes, fragmentos e indícios, conforme percursos metodológicos realizados por Wilson Souza (2008), Márcia Almada (2012, 2018, 2019) e Thais Fonseca (2019b). Eles são fruto da inventividade dos militares e estão impregnados do saber e do fazer dos militares nesse período histórico.

#### 1.4 Organização e apresentação dos capítulos da dissertação

A dissertação está organizada em dois momentos. No primeiro, composto pelos dois capítulos que sucedem essa introdução, procurou-se entender o Conde de Lippe a partir de sua formação intelectual, trajetória militar, experiências de vida, e influências recebidas. Essa constelação de vivências ajudam a lançar luz sobre a instrução e a educação militares idealizadas por Lippe. Finalizando essa primeira parte será realizada a descrição e a análise dos seus escritos militares direcionados à organização militar portuguesa.

O segundo momento busca compreender as recepções e as instrumentalizações dos escritos e do pensamento de Lippe na América portuguesa, verticalizando o olhar para os casos da sede do vice-reinado, no Rio de Janeiro e para a capitania de Minas Gerais. A escolha dessas duas localidades tem por finalidade conhecer as dinâmicas militares tanto da “cabeça” (vice-reinado) quanto do “coração” (Minas) da América portuguesa, em um contexto de conflito bélico contra os espanhóis e da presença de três militares que serviram com o Conde de Lippe na Guerra dos Sete Anos em Portugal. Busca-se em suas ações, bem como nas correspondências entre os administradores e comandantes militares fragmentos discursivos que permitam captar a recepção (aceitação ou não) das ideias de Lippe. O último capítulo analisa, à luz dos escritos de Lippe, alguns elementos materiais da cultura militar, por meio da decodificação de iconografias e de outros artefatos. Realizada essa visão geral de como se organizou o material coletado e o fluxo da argumentação, passa-se ao detalhamento de cada capítulo.

No capítulo intitulado: *O pensamento do Conde de Lippe e o Ensino Militar* realiza-se o estudo de como se construiu o teórico e o educador militar, por meio de suas trajetórias, experiências e influências, seja pelas leituras ou pela convivência com pessoas “ilustradas” de seu tempo. As ações de criação, organização e administração da Academia Militar de Wilhelmestein pelo Conde de Lippe, a partir de 1767, permitem conhecer como ele percebia o que era necessário à formação dos cadetes em termos de saberes, métodos, sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, práticas educativas, tempos e espaços a serem utilizados.

No capítulo *Escritos militares e as dimensões da disciplina militar* busca-se conhecer, por meio dos escritos de Lippe, as dimensões da “disciplina militar”, que estão relacionadas ao “ser” e ao “fazer” do soldado. Seja sua formação como “bom e fiel vassalo”, numa dimensão educativa; seja sua “instrução”, que ressaltava a sua utilidade, como aquele que conhece e emprega corretamente a “*Sciencia Practica da Guerra*”. A consolidação de uma Justiça Militar autônoma é uma contribuição de Lippe para Portugal, que terá como base o “devido processo legal”, “as penas individualizadas” e o julgamento pelos subordinados, pares e superiores em

um Conselho de Guerra. A dimensão do cuidado do soldado é assunto tratado na “Arte Militar de Curar”, que aborda questões relacionadas aos cirurgiões militares, seus auxiliares e os hospitais militares.

No segundo momento da dissertação analisam-se os contextos, os atores envolvidos e as práticas quando da transposição dos escritos do Conde de Lippe para a América portuguesa. Assim, no capítulo: *Disciplina Militar e suas “utilidades” nos corpos militares da América portuguesa* realiza-se o exercício de: desembarcar, juntamente com o Inspetor Geral das Tropas e da Disciplina, na sede do vice-reinado; relembrar as ordens e as dinâmicas que impactaram a reorganização militar dos corpos auxiliares; e deslocar para o “Coração da América portuguesa”, para conhecer aspectos relacionados à constituição de um regimento de cavalaria por um Coronel de carreira que lutou à época do Conde de Lippe. Nesse ambiente, observam-se os paradoxos da disciplina militar numa “capitania de centro”, longe do litoral e a necessidade de elaboração de saberes militares práticos e úteis que se entrelaçam aos princípios da disciplina militar.

No último capítulo, *Fragmentos do pensamento de Lippe na cultura militar*, são realizadas leituras, por meio de elementos materiais da cultura militar, à luz do pensamento de Lippe. Entre eles estão desenhos que representavam ritos militares, plantas, mapas e escritos elaborados por outros militares. Enfim, busca-se verificar os legados educacionais, técnicos e táticos do Lippe para a cultura militar.

Nas *Considerações Finais* realiza-se uma síntese dos resultados alcançados, mesmo que provisórios e sujeitos a outras interpretações. A partir da retomada do objeto de estudo resgata-se a questão que levou à realização desta dissertação, a hipótese proposta e os objetivos desenvolvidos durante a pesquisa.

Em virtude da pluralidade de conceitos, leis e práticas do Universo Militar Luso-Americano, que se apresenta como um desafio para os pesquisadores, foram elaborados um glossário e apêndices. Esses elementos jogam luz sobre aspectos da vida militar. Optou por transcrever as citações preservando-se a ortografia da época. Todos as graduações e postos militares foram grafados com iniciais maiúsculas. A despeito do título: “Ensinar, vigiar e Punir”, este não é um trabalho que tem como fio condutor as teses foucaultianas.



## 2 O PENSAMENTO DO CONDE DE LIPPE E O ENSINO MILITAR

Ao realizar a revisão da literatura que trata do Conde de Lippe, encontram-se estudos que buscaram compreender diversos aspectos de suas intervenções no cenário militar português.<sup>29</sup> Os primeiros trabalhos em língua portuguesa foram elaborados por militares. No século XIX, o General Augusto Palmeirim publicou o livro *Alguns factos militares portugueses do século XVIII* (1873). Nele, o Oficial dedicou algumas páginas às ações de Lippe. Na sequência, o General e engenheiro militar José Maria Latino Coelho publicou, entre 1874 e 1891, três volumes da *Historia Politica e Militar de Portugal, desde Fins do XVIII Seculo até 1814*. No tomo III também tratou de Lippe.

No século XX, o Major de Cavalaria e escritor Carlos Selvagem publicou o livro *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as Origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança* (1931). Ainda na década de 1930, o Capitão capelão Ernesto Augusto Pereira Sales publicou um livro que tratava com exclusividade do Marechal General: *O Conde de Lippe em Portugal* (1936). Essas primeiras obras serviram de referência para diversos escritores que os seguiram.

O interesse da academia pelo Conde de Lippe pode ser percebido na tese de doutoramento de Christa Banaschik-Ehl, defendida junto à Universität des Saarlandes, Saarbrücken (Alemanha), em 1969, intitulada: *Professor de Scharnhorst, Conde Wilhelm von Schaumburg-Lippe, em Portugal. A reforma do exército 1761-1777* (tradução nossa).<sup>30</sup> Nela, a pesquisadora trata da “Guerra Fantástica”, e utiliza-se de fontes primárias localizadas em arquivos portugueses, alemães e franceses.

Na década de 1980, vários artigos sobre Lippe foram publicados em revistas militares portuguesas e alemãs. Entre eles, está o elaborado por José de Carvalho Filgueira: *O Exército Português sob o comando do Conde de Lippe* (1982), e o de Hans Klein, *Wilhelm de Schaumburg-Lippe. Clássico da teoria da dissuasão e professor de Scharnhorst* (1982) (tradução nossa).<sup>31</sup>

No início dos anos 90 do século XX, o interesse pela obra do Conde de Lippe continuou com a produção de trabalhos como o de Charles Raueber, *O pensamento militar do Conde de Schaumbourg-Lippe: 1724-1777* (1991).

<sup>29</sup> Brito (2011) realizou uma revisão da literatura alemã sobre o Conde de Lippe. Parte dessa literatura será utilizada neste capítulo, especialmente por tratarem do período anterior a suas ações em Portugal.

<sup>30</sup> *Scharnhorsts Lehrer, Graf Wilhelm von Schaumburg-Lippe, in Portugal. Die Heeresreform 1761-1777*. Em 1974 foi publicada em forma de livro.

<sup>31</sup> *Wilhelm zu Schaumburg-Lippe. Klassiker der Abschreckungstheorie und Lehrer Scharnhorsts*.

Em 1997, Rui Bebiano defendeu tese de doutoramento em História Moderna junto à Universidade de Coimbra intitulada: *A Pena de Marte. Escrita da Guerra em Portugal e na Europa (Séculos XVI – XVIII)*.<sup>32</sup> Nela, mesmo não sendo o foco do seu estudo, dedicou algumas páginas para compreender a contribuição de Lippe na reestruturação do exército português.

Somam-se a esses esforços os trabalhos de Fernando Dores Costa (1998, 2004, 2007, 2012), que tratam do recrutamento militar e de aspectos sociais e de Nuno Monteiro (2004), que investiga a questão das elites e os comandos militares.

Agregando-se ao olhar acadêmico a análise de um militar de carreira do século XXI está o didático livro do General português António Eduardo Queiroz de Martins Barrento, intitulado: *Guerra Fantástica (1762), Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos*, publicado em 2006. Nele o General sintetiza décadas de estudos sobre esse evento.

Nos últimos anos foram publicados os estudos do Oficial de Artilharia, tradutor de alemão e historiador militar Pedro de Brito (2011, 2012, 2018). Sua obra apresenta uma rica bibliografia alemã. Entre seus objetivos está o de apresentar Lippe como artilheiro militar, além de fornecer uma bibliografia pouco conhecida pela historiografia de língua portuguesa.

Do outro lado do Atlântico, pesquisadoras e pesquisadores que realizam investigações sobre história da justiça militar e trajetórias de militares na América portuguesa se depararam com aspectos que exigiram o entendimento das reformas de Lippe em Portugal (COTTA, 2004; 2012, 2019, 2020; SOUZA, 2015; RODRIGUES, 2017).

Muitos autores e autoras realizaram análises que ajudam a pensar aspectos relacionados ao objeto desta dissertação. Dessa forma, inicia-se este capítulo cruzando informações já disponíveis com algumas fontes pouco conhecidas, para tecer a trama de experiências sociais diversas vividas por Wilhelm Friedrich num exercício, como destacado por Sabina Loriga (2011, p. 222), em que “cada espaço e cada tempo remete a outro espaço e outro tempo.”

Optou-se por realizar uma narrativa que contemple uma perspectiva cronológica da vida do futuro Conde de Lippe, realizando pequenas pausas para explicar correlações possíveis entre ele e outros atores sociais, bem como conceitos de época, que permitem melhor compreensão do contexto.

---

<sup>32</sup> Sua tese recebeu o Prêmio de Defesa Nacional, instituído pelo Ministério de Defesa Nacional e pela Comissão Portuguesa de História Militar, no ano de 1997. Em seguida foi publicada em forma de livro em 2000, pelas Edições Minerva Coimbra.

## 2.1 Trajetórias, experiências e influências

Wilhelm Friedrich Ernst nasceu em Londres, em 1724. Sua mãe, Margarete Gertrude von der Schulenburg (1701-1726), Condessa de Oeynhausen, era filha ilegítima de Jorge I, rei da Grã-Bretanha e Eleitor de Hanover<sup>33</sup>. Seu pai, Albert Wolfgang (1699-1748) seria o soberano do condado de Schaumburg-Lippe-Bückeburg, Estado independente no Sacro Império Romano-Germânico. Seus pais se casaram em Londres, em 1721 e seu irmão mais velho, Georg August Wilhelm, nasceu em 1722.<sup>34</sup>

Os laços de parentesco e as redes clientelares eram aspectos importantes em uma sociedade do Antigo Regime, uma vez que abriam caminhos para a indicação a postos e cargos. Assim, os fatos de Wilhelm e Georg serem sobrinhos de Jorge II e primos de Frederico II, da Prússia, devem ser levados em conta. Essas teias possuíam dimensões simbólicas e, ao mesmo tempo, eram tecidas em meio à fluidez e às mudanças dos territórios, pactos, conchavos e interesses do momento.

Nesse sentido, cabem breves considerações sobre os territórios, “nações” e “nacionalidades” na configuração política dessa época. Esses cuidados se devem à afirmação, por parte de muitos escritores, de que Wilhelm Friedrich (futuro Conde de Lippe) era prussiano. No século XVIII, antes da Revolução Francesa, ainda não se pode falar de “nações” e “nacionalidades”. Fala-se antes de reinos ou senhorios (condados, marquesados, ducados...).

Na Alemanha eram abundantes os senhorios soberanos e as cidades livres imperiais, mas todos implicavam uma vassalagem ao Imperador Romano-Germânico. No início do século XVIII, Frederico de Hohenzollern (avô de Frederico II, o Grande) obteve a concordância do Imperador (um Habsburgo) para assumir o título de rei (não “da”, mas “na”) *Preussen*, também designada por Borússia, que era composta pelos territórios que hoje constituem o norte da Polônia (como principal cidade Danzig) e um enclave russo como principal cidade Kaliningrado (Koenigsberg). Frederico I manteve, no entanto, vassalagem ao Imperador, que foi declinada por Frederico II, depois de ter conquistado ao Imperador o sul da Polônia, a Silésia.

Somente os súditos de Frederico passaram a se designar por prussianos, mas, atendendo ao prestígio do Grande Frederico, muitos alemães que não o eram, assim se intitularam. A posição política do Conde de Lippe em relação ao Imperador era a mesma original do Rei da

<sup>33</sup> Hanover era uma possessão alemã dos reis da Grã-Bretanha. Em 1714 a família soberana de Hanover passou a ser a família real britânica. Partiram para Londres: Georg I, seu filho, agora Príncipe de Gales, sua nora, e também a favorita de Georg, Ehrengarde Melusine (mãe de Margerete Gertrude) (BRITO, 2011 b, p. 12).

<sup>34</sup> A breve biografia aqui apresentada é tributária da correspondência da Família Schaumburg-Lippe, localizada no Arquivo de Bückeburg, Alemanha, sendo que algumas cartas foram traduzidas por Pedro Brito, a quem agradeço pela generosidade acadêmica em compartilhar seus estudos e fontes.

Prússia. O território de Schaumburg-Lippe estava situado na região da Baixa Saxônia e dele era o conde, tão soberano e vassalo do Imperador como o Rei da Prússia. A mãe de Wilhelm Friedrich era meia-irmã (ilegítima) da mãe de Frederico, o Grande. Dessa forma, Wilhelm Friedrich, futuro Conde de Schaumburg-Lippe, nasceu em Londres, é alemão e não prussiano.<sup>35</sup>

A trajetória familiar de Wilhelm Friedrich foi marcada por violências, traições, perseguições e mortes prematuras. Mesmo se tornando órfão aos dois anos de idade, percebe-se a presença de mulheres que impactaram na sua formação, entre elas está a sua avó, a Condessa de Schaumburg-Lippe.

Johanna Sophie Hohenlohe-Langenburg (1673-1743), Condessa de Schaumburg-Lippe, chegou à Corte de Jorge I, em Londres, juntamente com seus dois filhos (Albert e Friedrich) após terem fugido do Condado de Schaumburg-Lippe. De acordo com seus biógrafos, a fuga do Condado ocorreu em virtude da vida dissoluta e da brutalidade do seu marido, Conde Friedrich Christian (1655-1728) (BRITO, 2012). Johanna era protestante e envolvida no Movimento do Pietismo.<sup>36</sup> Mesmo ligada ao luteranismo, enviou seus filhos para estudarem numa universidade calvinista: a Academia de Genebra.<sup>37</sup>

O trânsito da Condessa Johanna pela Corte em Londres lhe permitiu intermediar vários interesses. Entre eles estavam os contidos nos escritos de Voltaire, que Johanna compartilhou com a Rainha da Prússia.<sup>38</sup> Os contatos da Família Schaumburg-Lippe com Voltaire continuariam nas décadas seguintes, tendo Wilhelm se beneficiado dessa relação, posteriormente continuada por meio da Condessa de Bentinck.

A Condessa Johanna somente retornou a Bückeburg em 1728, após a morte do seu marido. Nesse mesmo ano, o agora Conde Albert, viúvo desde 1726, assumiu o condado e,

<sup>35</sup> BRITO, Pedro (apedrodebrito@gmail.com) [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: Francis Albert (francis.antropologia@gmail.com). Em 19 Ago 2020.

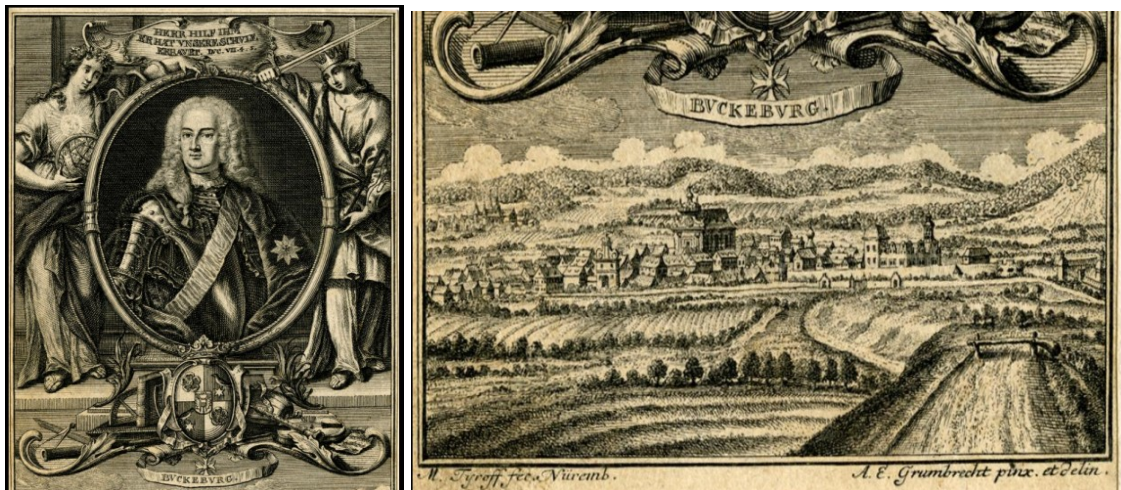
<sup>36</sup> O termo Pietismo originou-se do pensamento de Philip Jacob Spener (1635-1705) a partir de seu livro *Pia Desideria (Desejos Pios para a Reforma da Verdadeira Igreja Evangélica)*. Era um manifesto para a renovação da Igreja que propunha uma reforma moral e religiosa no luteranismo alemão. Focava-se na prática, privilegiando reuniões nas casas (*collegia pietatis*) nas quais todos os cristãos deveriam participar com suas reflexões. Buscava uma Igreja dentro da Igreja. Entre outras ações propunha a reorganização da formação teológica das universidades, a redução da jurisdição eclesiástica e a valorização da teologia mística e da contemplação espiritual. Para Robert K. Merton o Pietismo e o Puritanismo estão relacionados ao surgimento das Ciências Naturais (BREYMYER, 1993; MERTON, 2013).

<sup>37</sup> Foi fundada em 1559 por João Calvino, para formar pastores protestantes. A partir de 1700 iniciou seu processo de secularização e o francês passou a ser a língua oficial dos cursos. Cf.: Universidade de Genebra. 1559-2009. Quatro séculos e meio de ensino e pesquisa. Marcos históricos. [*Université de Genève. 1559-2009. Quatre siècles et demi d'enseignement et de recherche. Repères historiques*].

<sup>38</sup> Essa situação foi narrada por Curt Ochwadt em seu livro *Voltaire e o Conde Schaumburg-Lippe* (1977) [Voltaire un die Graf zu Schaumburg-Lippe]. O livro, publicado em Bremen, apresenta várias correspondências entre o Filósofo e a Família Schaumburg-Lippe.

quatro anos após, ele se casou com Charlotte de Nassau-Siegen (1702-1785).<sup>39</sup> A Figura 1 traz uma representação do Conde Albert e do Condado de Bückeburg. Na imagem existem vários símbolos que fornecem pistas sobre as influências que contribuíram para as ações governativas do Conde Albert, e mesmo posteriormente pelo seu descendente.

Figura 1 - Conde Albert e o Condado de Bückeburg. c. 1740



Nota: Dividiu-se a gravura original em duas partes para dar maior destaque ao Condado de Bückeburg.  
 Fonte: Museu Britânico. Localização Bb, 14,72. Autores: Martin Tyroff (gravador); Anton E. Grumbrecht (desenhista). Nuremberg. C. 1740.

Na parte superior da gravura está uma frase em alemão: *Herr Hilf Ihm Er Hat Unsere Schule Erbaut [...]*, que significa, em tradução livre, “Senhor, ajude-o a construir nossa Escola”. Ao centro, está o busto do Conde Albert sobreposto a uma base oval. Ele usa armadura, faixa e capa com a Estrela da Ordem da Águia Negra.

Postada ao direito do Conde Albert está uma figura feminina com longos cabelos cacheados, com uma grinalda na cabeça, espécie de “louros da vitória” e usando sandálias. Por cima de suas vestes, na região peitoral localiza-se um sol com face humana. No seu braço esquerdo, parcialmente coberto por uma manta, que se encontra apoiada na imagem do Conde Albert, observa-se uma serpente enrolada. Em mão direita segura uma esfera armilar. Ela tem o olhar direcionado para o Conde Albert.

Ao lado esquerdo do Conde Albert encontra-se uma figura masculina que também calça sandálias e tem em sua cabeça uma coroa. Ele segura, em sua mão direita, que está apoiada na imagem de Albert, uma espada. Segura na mão esquerda um bastão de comando.

<sup>39</sup> Fragmentos da trajetória familiar de Lippe podem ser coletados nas correspondências pessoais publicadas por Ochwad (1977a, 1977b, 1977c, 1983), nas *Memórias do Conde de Lippe*, de Schmalz (1783), bem como nos estudos genealógicos de Brito (2011a, 2012b).

A faixa com a inscrição Bückeberg está na parte inferior da gravura. Do lado direito do Conde Albert, entre outros objetos, se encontram uma régua, um compasso, um esquadro transferidor e um livro. Do outro lado estão uma flauta e um violino. Essa imagem apresenta requintada brasonaria da nobreza com motivos iluministas e/ou do neoclassicismo, com minúncias do armorialismo castrense.<sup>40</sup>

Pedro de Brito (2011a), ao tratar das publicações alemãs, menciona que Ludwig Keller (1849-1915), Mestre Supremo do Oriente Interno da Grande Loja em Berlim, publicou o livro *O Conde Albert Wolfgang de Schaumburg-Lippe e o início da Liga Maçônica na Inglaterra, Holanda e Alemanha* (1901) (tradução nossa).<sup>41</sup> Nesse sentido, alguns pesquisadores, como Stradonitz (1907), argumentam que o Conde Albert teria iniciado seus filhos na Maçonaria além de os enviar para estudar na mesma escola onde ele e seu irmão se formaram.<sup>42</sup>

Em 1735, quando Wilhelm Friedrich completou 11 anos de idade foi enviado, juntamente com seu irmão, para a Academia de Genebra. Além do ensino das humanidades, a Academia valorizava o estudo das ciências exatas, tais como a matemática, física newtoniana, geometria e arte da construção civil. Entre seus professores estava Jean-Louis Calandrini (1703-1758), lente de Matemática, Física e Filosofia. Ele escreveu, entre 1739 e 1742, aproximadamente 100 comentários sobre os *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural* (1687), de Isaac Newton (1643-1727).

O antigo professor do Conde Albert em Genebra, o jurista Karl Friedrich Necker (1686-1762), foi o responsável pelo plano de estudos, formação moral, religiosa e física de Wilhelm e Georg. Juntavam-se aos conhecimentos teóricos recebidos pelos jovens as aulas de equitação, saltos, dança, esgrima e lutas corporais, típicas da nobreza europeia naquele momento (BRITO, 2012a, 2012b).

Os anos de estudo na Academia de Genebra e as influências dos seus professores<sup>43</sup> poderiam ter despertado em Wilhelm a curiosidade pela matemática, física, geometria e construção, bem como para a prática de equitação, esgrima e lutas.<sup>44</sup> Tais saberes teriam sido instrumentalizados em sua juventude e na fase adulta, uma vez que Wilhelm, por ser o “filho

<sup>40</sup> Sobre o termo castrense, ver o Glossário.

<sup>41</sup> *Graf Albert Wolfgang von Schaumburg-Lippe und die Anfänge des Maurerbundes in England, Holland und Deuschland*.

<sup>42</sup> O “Almanack Maçônico (Astréa) para 5846”, publicado no Rio de Janeiro em 1845, menciona que no dia 24 de agosto de 1738 ocorreu a “Iniciação de Frederico, o Grande, em uma L [oja] de Brunswick — O Conde de Lippe [Conde Albert] refere o seguinte: O Príncipe Real chegou á meia noite. Conforme o seu desejo de ser tratado como qualquer particular, observáram-se todas as formulas do costume, e tivemos de admirar o socego e desembaraço do real neophyto. Retirou-se o Príncipe muito satisfeito às quatro horas da madrugada.”

<sup>43</sup> Os contatos com o Prof. Calandrini continuariam (OCHWADT, 1983, p. 33; BRITO, 2012a, p. 5).

<sup>44</sup> Palmeirim (1873, p. 17) ao realizar uma descrição do Conde de Lippe em Portugal, na década de 1760 afirmava: “era forte na esgrima, e cavalgava admiravelmente”, além de “ser dotado de felicíssima constituição física”.

segundo”, estaria destinado à carreira das armas e não a ser o conde reinante de Schaumburg-Lippe.<sup>45</sup> Como destacam Santos, DeNipoti e Fonseca (2020, p. 583), ao tratarem das “Culturas do escrito”, é importante considerar o “capital cultural das famílias a partir de suas relações com a escrita.”

Em 1740, ao iniciar a Guerra de Sucessão Austríaca (1740-1748), o Conde Albert decidiu que seus filhos iriam estudar na Universidade de Leiden<sup>46</sup>, na Holanda (SCHMALZ, 1783, p. 11). Entre seus professores estava o matemático e filósofo Willem Jakob S’Gravesande (1688-1742), autor de vários livros que tratavam de temas estudados por Issac Newton.<sup>47</sup> Wilhelm foi seu aluno, tendo realizado pagamentos extras para ter aulas particulares sobre “a Dinâmica, capítulo da Física, que é a base da Balística” (BRITO, 2012, p. 7).

Em Leiden, Wilhelm e Georg tiveram contato com Voltaire. Em dezembro de 1740, a caminho de Berlim, Voltaire hospedou-se por vários dias no Palácio Bückeberg. Ali conheceu a Condessa Bentinck, que se encontrava sobre a proteção do Conde Albert. Em 1743, Voltaire voltou a Bückeberg e a Condessa Bentinck se tornou muito mais que uma interlocutora. Em anos posteriores, quando ela se encontrava em Berlim, proporcionou, em sua casa, vários encontros entre Voltaire e Wilhelm (1977c, p. 15-18).<sup>48</sup>

A Figura 2 traz as representações dos jovens Wilhelm e Georg na fase inicial de suas carreiras militares. Essas imagens, como as outras apresentadas nesta dissertação, são utilizadas como fontes históricas que possibilitam identificar fragmentos que dialogam com outras fontes, na busca da compreensão da relação entre trajetórias individuais e contextos sociais e culturais.

---

<sup>45</sup> No sistema sucessório do Antigo Regime, centrado no direito bíblico de primogenitura, caberia aos filhos segundos a inserção nos cargos e rendimentos da igreja ou do exército (BRITO, 2012a, p. 6).

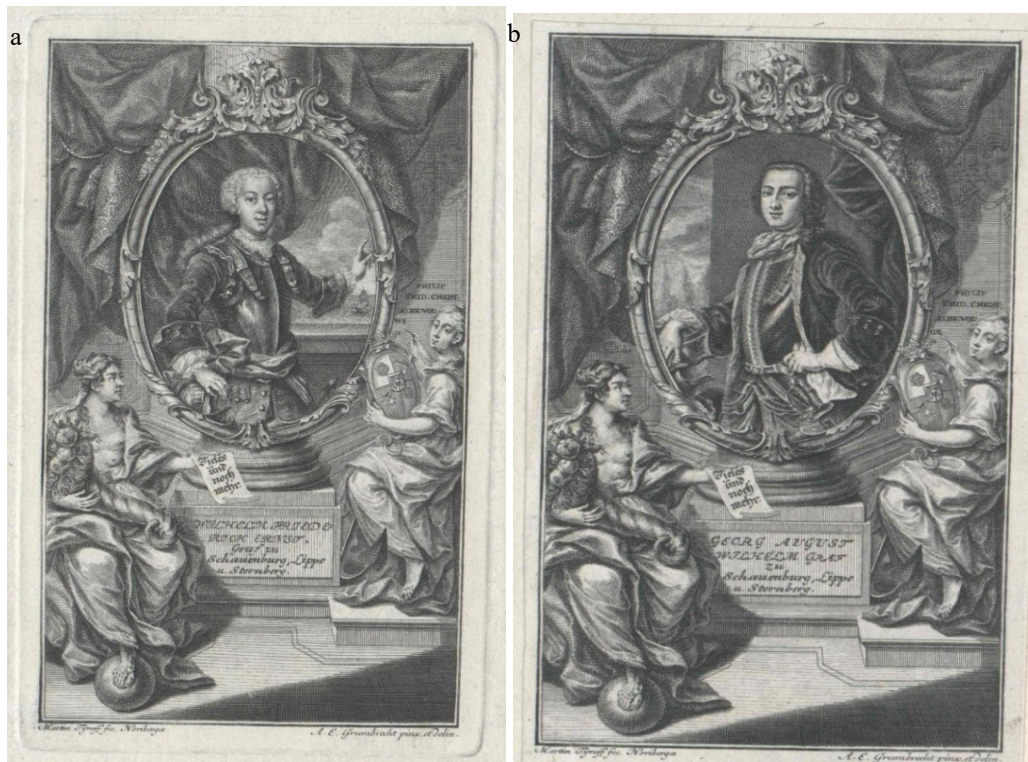
<sup>46</sup> Universidade mais antiga dos Países Baixos, fundada em 1575 por Guilherme I, Príncipe de Orange.

<sup>47</sup> *Essai de Perspective* (1711) [Ensaio de Perspectiva]; *Philosophiae Newtonianae Institutiones, in usus academicos* (1723) [Instituições de Filosofia Newtoniana e usos acadêmicos]; *Physices elementa mathematica, experimentis confirmata, sive introductio ad philosophiam Newtonianam* (1720-1721) [Elementos físicos matemáticos, experimentos que foram confirmados e a Introdução à Filosofia Newtoniana]; *Introductio ad Philosophiam, Metaphysicam et Logicam* (1736) [Introdução à Filosofia, Metafísica e Lógica]. Exemplares dos livros de Willen S’Gravesande fazem parte da biblioteca particular de Bückeberg e da Academia Militar de Wilhelmstein (MATZKE, 2003).

<sup>48</sup> O livro de Ochwaldt (1977c) sobre as relações de Voltaire com a Casa de Schaumburg-Lippe traz cerca de 60 obras não publicadas (incluindo duas cartas de Voltaire) localizados em Bückeberg. O período estudado começa com as mediações realizadas pela Condessa Johanna Sophia, ainda em Londres, e termina com testemunhos póstumos sobre Voltaire, em 1788.



Figura 2 - Wilhelm Friederich e Georg August. Década de 1740



Legenda: a) Wilhelm Friederich.  
b) Georg August.

Fonte: Biblioteca Nacional da Áustria. Imagens digitais. Números dos inventários: Wilhelm: Port\_00065079\_01. Georg: Port\_00065077\_01. Créditos das imagens: ÖNB. Autorias: Martin Tyroff (gravador); Anton E. Grumbrecht (desenhista). C. 1740. Escola/estilo alemão.

Nas duas gravuras, a figura feminina que se encontra sentada com o pé direito sobre um globo traz em sua mão esquerda um manuscrito em que se lê em alemão *Fides und noch mehr*, que traduzida para o português quer dizer “Muito e muito mais”. A figura feminina que está posicionada do lado esquerdo de Wilhelm (e também na representação de Georg), segura com a mão esquerda o brasão de Schaumburg-Lippe. Com a mão direita escreve a genealogia masculina iniciando pelo nome do avô, “Philip”[e] “Fri[e]d”[rich]. “Christ”[ian], na sequência está seu pai, “Albert Wolf”[gang] e inicia-se os nomes de “Wi”[lhelm] e “Ge”[org]. Abaixo das imagens estão os nomes do gravador e do desenhista.

Ao analisar comparativamente as duas gravuras (sobre Wilhelm e Georg) percebe-se que Georg é representado com as luvas brancas, enquanto Wilhelm não as possui.<sup>49</sup> Pela tradição, Georg estava destinado a governar o Condado de Schaumburg-Lippe. Wilhelm aponta para um navio, pois nessa época uma possibilidade de carreira seria prestar seus serviços à

<sup>49</sup> No rito maçônico na Europa, principalmente na França e Alemanha, era costume presentear o candidato recém iniciado com dois pares de luvas brancas. Uma para ele, e outra para sua esposa ou prometida.



Marinha Real Britânica.<sup>50</sup>

Em 1742, o Conde Albert, soberano de Schaumburg-Lippe, também era Major-General no Exército Holandês.<sup>51</sup> Nesse ano, seu filho Georg, por sua influência, assentou praça de Capitão no Regimento de Friesland. Por sua vez, Wilhelm foi comissionado em *Grenadier Guards*, nos *1<sup>st</sup> Guards* em Londres, como Alferes comandante de uma guarda.<sup>52</sup>

Em agosto de 1742, a “Roda da Fortuna” surpreendeu a todos.<sup>53</sup> Georg se envolveu em um duelo e faleceu em Venlo, na Holanda.<sup>54</sup> Diante desse evento inesperado e traumático, Wilhelm demissionou-se dos *Guards* e, no posto de Ajudante de Campo, acompanhou seu pai na Batalha de Dettingen (1743).

Em 1745, Wilhelm participou de operações no norte da Itália. Em decorrência dessas experiências bélicas elaborou seu primeiro escrito militar: *Memórias militares de tudo o que aconteceu ao Exército Austríaco na Itália, de 9 de abril de 1745 até 11 de setembro do mesmo ano* (tradução nossa).<sup>55</sup>

Em 1748, o Conde Albert faleceu, aos 49 anos de idade, e Wilhelm, com apenas 24 anos assumiu o condado de Schaumburg-Lippe-Bückeburg, tornando-se o Conde de Lippe. Após assumir o Condado, em 1751 publicou o *Regulamento para a Milícia da Terra (1751)* (tradução nossa)<sup>56</sup>, que trata das condições de arrolamento e prestação do serviço da milícia, composta por infantes, artilheiros, engenheiros, mineiros, granadeiros, caçadores e carabineiros.<sup>57</sup> Nesse regulamento afirmava que a eficiência da instrução somente ocorreria se fosse realizada nos seis meses mais quentes do ano, nos domingos e feriados. Para comandar essa tropa, Lippe convidou o oficial alemão Johann Heinrich Böhn, que o acompanhou a Portugal e ali recebeu o posto de Tenente-General do exército português, sendo posteriormente indicado para ser o

<sup>50</sup> Segundo Augusto Palmeirim (1873), na década de 1740 teria se alistado na Marinha Inglesa, não permanecendo por problemas de saúde.

<sup>51</sup> Segundo Brito (2012b, p. 9), em 1721, ao se casar com a Condessa Margarete, Albert comprou o posto de coronel do Regimento holandês de Friesland, cuja concretização se deu apenas em 1727.

<sup>52</sup> Entre as missões dos *Guards* estavam: a escolta do soberano, dos membros da casa real, e autoridades inglesas e estrangeiras.

<sup>53</sup> "A Roda da Fortuna" é o tear das Moiras, Cloto, Láqueis e Átropos - as deusas gregas que fiavam, teciam e cortavam o fio da vida. Trata-se de uma metáfora dos processos de nascimento, crescimento e desenvolvimento, e morte. O fio da vida na roca do destino. Fortuna quer dizer sorte, destino e não fortuna material. O que faz da Roda da Fortuna uma metáfora para as mudanças do destino, o que sobe acaba descendo e o que desce acaba subindo.

<sup>54</sup> Alguns biográficos aventam a possibilidade de que esse duelo teria sido motivado por uma “questão de honra” na qual o duelante de Georg teria mencionado a situação vivida pelo Conde Albert em relação à sua amante, a Condessa Carlota Sophia Bentinck, com a qual nessa época já tinha um filho ilegítimo, e residia no Palácio em Bückenburg.

<sup>55</sup> *Memórias militares de tout ce qui s'est passé à l'Armée Autrichienne en Italie, depuis le 9 Avril 1745 jusqu' à l'onze de Septembre de la même année* (OCHWADT, 1977b; BRITO, 2012, p. 13).

<sup>56</sup> *Reglement für den Land-Ausschuss*.

<sup>57</sup> Ver Glossário.

Inspetor Geral da Tropas na América portuguesa.

Outra ação desenvolvida por Lippe foi criar em seu condado, no ano de 1753, o Corpo de Carabineiros, uma pequena unidade híbrida ligeira, composta por 75 militares de cavalaria, 50 de infantaria, e 76 caçadores. Como era um exímio cavaleiro, conduziu pessoalmente a instrução do seu esquadrão (DÜRING, 1828, p. 7).

No ano seguinte Lippe publicou as *Regras de procedimento para os oficiais do Batalhão de [sua] Guarda Pessoal [...]* (1754). Esse escrito trazia determinações específicas sobre ações a serem realizadas pelos oficiais no desempenho de suas funções e instruções de combate para a Infantaria.<sup>58</sup>

Como estrategista militar, Lippe realizava a prospecção do cenário político-militar europeu e tinha sempre em mente a defesa do seu condado, que à época contava com aproximadamente 17.000 súditos e tinha como suserano o Imperador da Áustria. Esse quadro político mudou rapidamente ao eclodir a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), pois seu condado, assim como outros pequenos territórios desta área, se aliaram, por razões geográficas e financeiras, à Prússia-Inglaterra (protestantes) contra a Áustria-França (católicos).

Lippe desempenhou um papel importante como *Feldzeugmeister* [Marechal de Campo de Artilharia] aos serviços de Hanover. Durante a Guerra dos Sete Anos, especificamente em 1761, o corpo militar comandado por ele contava com 700 militares, sendo a maioria de artilheiros. Ele apostou na interação entre as várias armas (cavalaria, infantaria, artilharia) no teatro de operações. Entre os militares estavam sapadores, mineiros, homens responsáveis pela construção de defesas, escavações de minas, produção de cargas explosivas e rastilhos das bombas. Ele utilizava a tática que conjugava “fogo e movimento” (BRITO, 2012a, p. 23). Teve sucesso em várias batalhas, como as de Krefeld, Minden (1759) e Vellinghausen, bem como durante o cerco a Münster (1759) (SCHULZ, 2010, p. 216). Nesse processo, também aprendeu com os insucessos, como os ocorridos em Wesel (1760) e em Kassel (1761). Esses eventos lhe renderam duas memórias.

As memórias foram transcritas por Curd Ochawadt (1977), na coletânea *Escritos e Correspondências – Escritos Militares*, e se intitulavam: *Memórias relacionadas ao cerco de Wesel no outono de 1760* e *Memória resumida do que aconteceu no cerco de Kassel em 1761, desde a abertura das trincheiras até 28 de março, dia do levantamento do cerco* (tradução nossa)<sup>59</sup> (OCHWADT, 1977, p. 8-13; p. 17-33).

<sup>58</sup> *Verhaltens-Befehle vor die Officiere des Hochgräflich Schaumburg-Lippischen Leib-Bataillons* (tradução de Pedro Brito). (BRITO, 2012b, p. 20).

<sup>59</sup> *Mémoire relatif au siège de Wesel en automne 1760, e Mémoire abrégé de ce qui s'est passé au siège de Kassel*

A *expertise* militar desenvolvida pelo Conde de Lippe, atrelada aos laços de parentesco, permitiram que “seu primo”, George III da Grã-Bretanha, o indicasse para comandar as tropas inglesas que foram enviadas a Lisboa em 1762, para fazer frente diante da invasão espanhola a Portugal. Em Portugal, Lippe recebeu do rei Dom José I, o título de Marechal General dos Exércitos de Sua Magestade Fidelíssima (1762), posto que ocupou até sua morte, em 1777.

A Figura 3 é uma imagem da moeda de ouro cunhada em Hesse, em 1763, na qual Wilhelm foi retratado como conde regente de Schumburg-Lippe. Nela é possível identificar informações sobre aspectos militares do governante. No anverso da moeda está o busto de Lippe e no reverso o escudo coroadado em cruz, corrente de ordem, seção nominal e ano.

Figura 3 - Moeda com a representação de Lippe como governante. 1763



Fonte: Münzkabinett, Staatliche Museen zu Berlin / Lutz-Jürgen Lübke (Lübke und Wiedemann).

Nota: A moeda feita de ouro, possui o diâmetro de 23 mm e pesa 13.30 gr.

A moeda possui as seguintes seguintes gravações: na parte da frente: *WILH.I. DEI. GR: C: REGN: IN SCH: N: D: AC. C: LIPP: & ST:*; no verso: *COPIAR: AUG: REG: LUSIT: DUX SUPREM // X.THA. LER / 1763*.<sup>60</sup> Observa-se o brasão coroadado de quatro campos com um escudo central, dois bastões de marechal cruzados, em torno está o colar da ordem da Águia Negra. Nessa representação destacam-se dois bastões de Marechal: o de “Marechal General dos Exercito da Magestade Fidelissima [Rei de Portugal] e General em Cheffe das Tropas Auxiliares de Sua Magestade Britanica” (LIPPE, 1762); o colar demonstra o reconhecimento de seus méritos pela Prússia. A moeda, enquanto “elemento material da cultura”, diz muito sobre a dimensão diplomática adotada pelo Conde de Lippe, uma vez que nela estão “presentes” Portugal, Inglaterra e Prússia.

*en 1761, depuis l'ouverture de la tranchée jusqu'au 28 Mars de Mars, jour de la levée du siège.*

<sup>60</sup> Disponível em: <https://nat.museum-digital.de/index.php?t=objekt&oges=543926&cachesLoaded=true>. Acesso em 19 out. 20.

De acordo com Brito (2012a, p. 89), seu pensamento estratégico, desenvolvido a partir da experiência militar do Conde de Lippe e aprimorado até seus últimos anos de sua vida, baseava-se em algumas premissas e ações:

- 1º) Optar por uma **estratégia defensiva**, utilizando ao máximo as eventuais vantagens do terreno [...] proteger a artilharia; só dar batalha campal como última opção, e só em terreno muito bem escolhido;
- 2º) Utilizar todas as **forças disponíveis**, inclusive veteranos que pudessem servir o material de artilharia em posições fixas;
- 3º) Utilizar os **camponeses locais** para a construção de fortificações provisórias, devidamente orientados por militares engenheiros (sapadores) e mineiros (grifo nosso).

Nesse sentido, um dos principais tratados teórico-militares do Conde de Lippe foram as *Memórias para uso na arte militar defensiva* (tradução nossa)<sup>61</sup>, publicadas em Stadhagen, em 1776, pouco antes de sua morte. Nelas estão importantes contribuições para o conceito de “Guerra Defensiva”, que o Marechal-General considerava como a única guerra legítima.

A ideia central de Lippe era o aperfeiçoamento dos meios de guerra para prevenir a guerra, especialmente tendo em mente a estratégia defensiva do condado de Schaumburg-Lippe, que somente poderia funcionar mediante a aliança com a Prússia e Hanover (SCHULZ, 2010, p. 220). Portanto, nessa lógica, faz sentido sua preocupação com o preparo técnico e moral dos militares, com a criação da Academia Militar e com os processos que envolviam as negociações por meio da diplomacia. Essas competências seriam desenvolvidas mediante o conhecimento dos principais estrategistas militares e pensadores da época.

Wilhelm buscou estabelecer um novo sistema militar, que poderia ser um modelo a ser seguido por outros Estados. Ele introduziu o recrutamento geral em seu condado. Essa ação procurou superar a política militar de contratação de mercenários. Também implementou ações que buscavam uma administração racional (SCHULZ, 2010).

Em 1754 construiu em Buckeburg uma fundição de canhões, dirigida pelo oficial de Artilharia Anton Wilhelm Storch. Ela dispunha de uma perfuradora criada pelo próprio Lippe, utilizada nos tubos que seriam os canhões. Eles eram confeccionados para a Artilharia do condado e, de acordo com biógrafos, teriam sido exportados para a Inglaterra e Portugal. A fundição funcionou até 1788 (BRITO, 2012). A importância dada por Lippe aos canhões e à Artilharia pode ser vista na representação feita por Joshua Reynolds, em 1767 (FIG. 4).

---

<sup>61</sup> *Mémoires pour servir à l'art militaire défensif*.

Figura 4 – O Marechal-General dos Canhões. 1767



Fonte: *The Royal Art Collection*, Londres. RCIN 405893. Pintor: Sir Joshua Reynolds (1723-1792). Nota: Oléo sobre tela. Estilo: Romantismo. Tamanho: 245,4 × 206,7 cm. 1767.

A pintura pertence à Coleção Real Britânica e faz parte da representação de “heróis-camaradas anglo-germânicos da Guerra dos Sete Anos”. Ela foi encomendada por George Townshend, 1º Marquês Townshend (1724-1807), que serviu sob o comando de Lippe. Na representação, o Conde de Lippe está utilizando luvas brancas e descansa seu braço direito em um cajado. Ele está de pé ao lado de dois canhões (FIG. 5).<sup>62</sup>

<sup>62</sup> O quadro foi dado em 1810 a George IV, Príncipe de Gales, pela viúva do 1º Marquês Townshend. Ele se encontra na Sala Carmesim do *Carlton House Terrace*. Disponível em: <https://www.rct.uk/collection/search#/9/collection/405893/frederick-william-ernest-count-of-schaumburg-lippe-1724-77>. Acesso em: 14 out. 2020.

Figura 5 – Detalhe dos canhões e cavaliço negro. 1767



Fonte: *The Royal Art Collection*, Londres. RCIN 405893. Pintor: Sir Joshua Reynolds (1723-1792).

Os canhões são os símbolos maiores da Artilharia. Ao fundo da cena observa-se um ambiente cheio de fumaça que faz lembrar a queima da pólvora, proveniente dos disparos. O Marechal-General está com seu traje azul prussiano, sendo visível, na região da cintura, a condecoração militar da Águia Negra da Prússia. Do lado direito de Lippe está uma bandeira branca e à sua esquerda, posicionado abaixo, está seu cavalo, que é segurado por um cavaliço negro que direciona seu olhar para o Conde Reinante de Bückebug.

## 2.2 O pensamento ilustrado de Lippe e concepções da educação em Portugal

Boa parte da historiografia militar interpretou as ações do Conde de Lippe como sendo tributárias unicamente do pensamento de Frederico II, considerando-o como mais um promotor das ideias militares do Rei da Prússia. Inclusive nomeando-o como um oficial prussiano. Entretanto, ao analisar aspectos pontuais de seus escritos militares e de suas ações pedagógicas, percebe-se que seu pensamento sobre a disciplina militar se afasta de alguns pressupostos do Rei da Prússia.

Frederico II considerava que a forma de instruir os militares seria utilizar o método que herdou de seu pai, o Rei Soldado (Frederico I), baseado na “obediência cega” (*Blinder Gehorsam*). De acordo com Brito (2012, p. 99), Lippe considerava o “Comando pelo Caráter” e a “Obediência pela Convicção”. Aqui se apresentam aspectos relacionados à educação militar que entrelaçavam conceitos dos campos da moral, da virtude e da razão.

Outro ponto que não parece se alinhar ao pensamento e às práticas do Conde de Lippe em relação a Frederico II se relaciona à diretriz de que somente aos nobres competiam exercerem as funções de oficiais. Lippe destacava a capacidade de comando do militar por meio de atributos e aspectos técnicos. Uma das ações de Lippe que vai nessa direção é relatada pelo Major Ritter G.W. von Düring (1828, p. 6-7), em sua *História do Corpo de Carabineiros e Caçadores de Lippe*. Ele menciona a escolha feita pelo próprio Lippe, em 1753, do Cabo Monkewitz para ser o comandante do seu *Karabinier*. Ao final da Guerra dos Sete Anos, esse militar atingiu o posto de oficial superior, como Tenente-Coronel (BRITO, 2012).

Para Lippe, o oficial deveria ter formação específica. Entendia que a “dignidade militar” revestiria o cargo de oficial, independentemente de ser fidalgo ou não. Para ele, a nobreza provinha da profissão das armas e não da antiguidade dos pergaminhos. Rui Bebian (1989) afirma que Lippe procurou delinear as regras da profissão militar e também de etiqueta e sociabilidade que assegurassem ao oficial o seu lugar na escala de respeitabilidade. Uma das ações para atingir este objetivo foi criar uma Academia Militar, que fundou em 1767, no seu condado.

Oliver Schulz (2010) propõe que nos governos do Conde Albert e do Conde Wilhelm, o condado de Schaumburg-Lippe tornou-se um laboratório de práticas governativas reformistas de natureza iluminista. Isso teria ocorrido em virtude de ideias que tinha como foco a liberdade do indivíduo.

O conceito de *Aufklärung* [Iluminação] pode ser observado nas ações que abriam a possibilidade de educação não somente aos nobres, mas também aos filhos dos trabalhadores do campo e de outras profissões, buscando o desenvolvimento de indivíduos autodeterminados e interessados no bem comum. Essa experiência seria possível no pequeno Condado de Schaumburg-Lippe.<sup>63</sup>

Com base na transcrição das fontes localizadas no Arquivo em Bückeberg, entre elas correspondências e cadernos de notas, Curt Ochawadt (1977a, 1977b, 1983) e Pedro de Brito (2012b) apresentam textos escritos em francês e alemão que possibilitam compreender algumas das suas inquietações do Conde de Lippe. Os textos dos cadernos de notas não parecem ter sido elaborados intencionalmente para publicação. Eles estão em forma de anotações, que eram utilizadas nas atividades docentes da Academia Militar de Wilhelmstein.<sup>64</sup> Como os textos dos cadernos de notas não estavam datados, Curt Ochawadt os organizou por temas, entre os quais estavam aqueles que tratavam de aspectos relacionados à metafísica, à arte e governar e aos aspectos de como legislar. O conjunto dessa produção totaliza 603 textos.

Entre os autores citados pelo Conde de Lippe em seus escritos e cujas obras faziam parte de sua biblioteca, estavam John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Montesquieu, Voltaire, Helvétius, Marmontel, Raynal e Beccaria.<sup>65</sup> Lippe também desenvolveu estreita relação pessoal com o pensador judeu português Isaac de Pinto. Desde sua juventude, a presença de Voltaire não lhe era estranha, em virtude dos contatos iniciais do filósofo com sua avó, seguidos pelo seu pai e, por fim, pela Condessa de Bentick.<sup>66</sup>

Em Bückeberg, Lippe conviveu com o filósofo e teólogo Thomas Abbt (1738-1766), que, além de ter sido professor na Universidades de Frankfurt, era o responsável pela organização da Igreja Reformada do condado de Bückeberg. Com a morte de Abbt, em 1766, Johann Gottfried Herder (1744-1803) assumiu as funções da Igreja em Bückeberg, e com ele Lippe estabeleceu intenso contato. Também faz parte do seu círculo de interlocutores o filósofo iluminista judeu alemão Moses Mendelsohn (1729-1786).<sup>67</sup>

Entre os temas abordados por Lippe em seus escritos filosóficos estava a metafísica, com assuntos sobre a imortalidade, o Entre Supremo, a maldade e o ateísmo. Ao refletir sobre

<sup>63</sup> O conceito kantiano de *Aufklärung* é concebido como um processo individual, no qual o indivíduo é intimado a aprimorar-se por si.

<sup>64</sup> Essa Academia, devido sua importância, será melhor estudada no próximo subcapítulo.

<sup>65</sup> Exemplares de livros desses autores se encontram na Biblioteca de Bückeberg. O mais bem representado é Voltaire, com 31 títulos (MATZKE, 2003; BRITO, 2012).

<sup>66</sup> Para um estudo detalhado sobre essas relações sugere-se a leitura de *O Conde de Lippe, sageza cristã no século das luzes* (2012), de Pedro de Brito.

<sup>67</sup> Brito de Brito (2012c) realizou levantamento e estudo detalhado sobre os contatos de Lippe com pensadores iluministas de tempo. Muitos eram recebidos no Castelo de Bückeberg.



a relação entre ateísmo e os militares, Lippe afirma que “se o ateísmo se espalhar entre os militares, acabará por destruir a pouca coragem que ainda existe entre os oficiais nos exércitos, pois o espírito da literatura progride de tal forma que as paixões entusiasmarão menos – e que grau de coragem se pode esperar do ateísmo?” (OCHAWADT, 1977a, p. 175). Da leitura de seus escritos identificam-se dois tipos de coragem. Aquela emocional, “daqueles menos cultos que não leem nem meditam”; e a “coragem serena dos mais cultos, mas que é suscitada pela sua crença em Deus e na vida eterna”.<sup>68</sup>

Sobre a questão da Justiça, encontra-se na biblioteca do Conde de Lippe, entre outros livros, um exemplar da primeira tradução francesa do livro de Cesare Beccaria intitulado *Dos Delitos e das Penas* (1766).<sup>69</sup> Nesse momento várias ideias sobre a Justiça circulavam na Europa. O que teria contribuído para a realização dos processos militares, os Conselhos de Guerra e a construção de uma Justiça Militar em Portugal.

Percebendo as limitações das leis, Lippe afirmava que elas “servem para impedir os fatos [crime], mas não melhoram os homens. Para melhorar os caracteres seria necessário encontrar maneira de fomentar, ou melhor, aumentar o desejo de praticar boas ações” (OCHAWADT, 1977a, p. 145). Para Lippe, “a atrocidade dos castigos torna os homens mais atrozés sem impedir os crimes” (OCHAWADT, 1977a, p. 77).<sup>70</sup> Dessa forma, o ensino e a vigilância deveriam atuar para minimizar a punição. Os responsáveis pelas ações educativas seriam os oficiais.

Lippe, na esteira do pensamento de John Locke, defendia o “Comando pelo Caráter”, e reforçava a necessidade do “exemplo” dos oficiais. Essa lógica permaneceu no discurso militar, uma vez que no século XIX, ao tratar da disciplina militar, afirmava-se que “o melhor método d’introduzê-la nos Corpos é o exemplo dos seus Oficiais”.<sup>71</sup>

No século XVIII, muitos escritores portugueses foram influenciados pelas ideias de Locke, Fénelon e Rousseau. A ideia do “exemplo” como um instrumento educativo foi recepcionada em Portugal em obras pioneiras como os *Apontamentos para a educação de um*

<sup>68</sup> Na década de 1760, o Conde de Lippe retomou essa questão nos “Artigos de Guerra”, que foram inseridos nos regulamentos para a Infantaria (1763) e para a Cavalaria (1764) ao afirmar que “Todo o Militar deve regular os seus costumes pelas regras da virtude, da candura, e da probidade: deve **temer a Deos**; reverenciar, e amar ao seu Rey; e executar exactamente as ordens, que lhe forem prescriptas.” (LIPPE, 1763, XXIV, grifo nosso). Doravante será utilizado como referência ao mencionar os Artigos de Guerra o Regulamento para a Infantaria (1763).

<sup>69</sup> Brito (2012b) cita o *Traité des Délittis er des peines* (1766), localizado na Biblioteca de Bückeberg. O original em italiano: *Dei delitti e delle pene* foi, originalmente, publicado em 1764.

<sup>70</sup> Tradução dos originais de Pedro de Brito.

<sup>71</sup> Repertório das Ordens do Dia dadas ao Exército Portuguez. Ordem do dia de 15 de março de 1809.

*menino nobre* (1734), de Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743)<sup>72</sup>; e as *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760), de António Ribeiro Sanches (1699-1783).<sup>73</sup> Para Thais Fonseca (2019b p. 322-323, 2020), tanto em Ribeiro Sanches quanto em Pina e Proença observam-se influências de Locke. Neles, o “exemplo deveria partir, preferencialmente, dos integrantes das elites, fosse por sua condição de nascimento ou pela ocupação de cargos e funções”.

Outro aspecto que se percebe nos escritos do Conde de Lippe é a “utilidade” do militar e da “instrução militar”. Seus pressupostos de alinham ao *Verdadeiro método de estudar para ser útil à República, e à Igreja* (1746), de Luis António Verney. Em seu livro, Verney defende uma educação fundada nos princípios da razão e instrumentalizada para o bem do Estado e da sociedade. Para ele, ocorreria a união da educação, de caráter formativo com fundamentos morais, e a instrução, focada da transmissão de conhecimentos práticos (FONSECA, 2020).

A questão da “utilidade” e do “exemplo” no processo formação do militar pode ser percebida nas ações educativas realizadas por Lippe ao criar a sua Academia Militar. Ela funcionou como um laboratório de experiências práticas.<sup>74</sup> Lippe, embora se preocupasse com a educação e instrução dos militares de forma ampla, seja da Infantaria ou da Cavalaria, a Academia Militar de Wilhelmstein foi planejada para formar militares da “arma *savante*”<sup>75</sup>, isto é, da artilharia, bem como os engenheiros militares.

---

<sup>72</sup> Governador interino e Capitão-General de Minas Gerais entre 1736-37.

<sup>73</sup> Em 1735 foi nomeado médico dos exércitos imperiais na Rússia. Ele teve várias experiências *front* e atuou no Nobre Corpo de Cadetes. Na guerra, realizou anotações sobre as doenças que vitimavam os soldados. Também elaborou reflexões sobre os hospitais militares. Cf.: Biografia de António Ribeiro Sanches. Disponível em: [http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs\\_biografia.html](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_biografia.html). Acesso em: 18 out 2020.

<sup>74</sup> Brito (2012) esclarece que para além da formação dos cadetes, na Academia desenvolviam-se novos tipos de armamento ligeiro e pesado e experimentam novas táticas e estratégias.

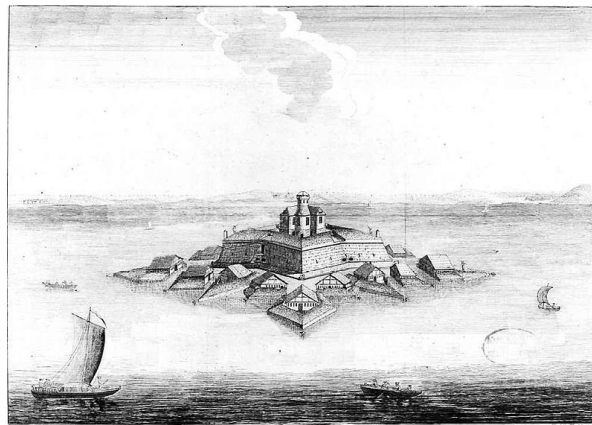
<sup>75</sup> Um ramo que exigia conhecimentos técnicos e científicos relacionados à matemática, física, balística e química. Seus integrantes deveriam se dedicar ao estudo continuado.

### 2.3 Academia Militar de Wilhelmstein e as práticas educativas

Nessa seção buscou-se compreender a Academia Militar de Wilhelmstein, especialmente no período de 1767 a 1777, como um laboratório de práticas educativas<sup>76</sup> e da operacionalização do pensamento pedagógico do Marechal-General do Exército Português em seu Condado. Em primeiro lugar, verificou-se quais instalações físicas foram destinadas à Academia. Na sequência, identificaram-se seus objetivos e o sentido atribuído à educação naquele momento. Posteriormente, procurou-se saber qual era a composição da direção e do corpo docente; que recursos didáticos estavam disponíveis e que tempos eram destinados ao ensino. Nesse processo foi possível conhecer as origens dos futuros cadetes, como eram admitidos e tratados. Por fim, procurou-se analisar aspectos relacionados às ações de ensino-aprendizagem, aos saberes escolhidos para serem transmitidos e os métodos utilizados.

Essa experiência de educação militar inicia-se em meados de 1767, quando Lippe fundou a Academia Militar de Wilhelmstein. Ela estava situada na Fortaleza de Wilhelmstein, construída na ilha artificial do Lago Steinhuder, que possui 12.500 m<sup>2</sup> e atualmente se localiza em Hanover, no norte da Alemanha (FIG. 6)<sup>77</sup> A fortaleza foi construída entre 1761 e 1767, de acordo com as orientações de Lippe.<sup>78</sup>

Figura 6 - Academia Militar de Wilhelmstein. Bückeburg. 1787



Fonte: Gravura de Anton Wilhelm Strack. 1787.

<sup>76</sup> As práticas educativas estão relacionadas ao estabelecimento de estratégias, definidas como “ações de grupos ou de indivíduos, de diferentes segmentos relacionadas com as diversas esferas diferenciadas de poder, institucionalizado ou não” (FONSECA, 2009; SANTOS, DENIPOTI, FONSECA, 2020, p. 571).

<sup>77</sup> Suas instalações ainda estão preservadas e são atualmente um ponto turístico situado nas coordenadas: [52°27'37.08"N 9°18'28.01"E](#)

<sup>78</sup> De acordo com Brito (2012a) o primeiro a realizar uma descrição pormenorizada sobre a Academia Militar de Wilhelmstein foi Theodor Schmalz, em seu livro: *Memórias do Conde Wilhelm de Schaumburg-Lippe*, publicado em Hanover, em 1783. Muitos dos relatos que seguiram foram baseados nesses escritos. Brito realizou parte da tradução do alemão para o português dos escritos de Schmalz, os quais foram incorporados nessa descrição sobre o funcionamento da Academia Militar.

A Figura 6 traz a representação da Fortaleza de Wilhelmstein, elaborada por Anton Wilhelm Strack (1758-1829), que viveu e trabalhou em Bückeberg como pintor, gravador e foi professor de desenho na Academia Militar de Wilhelmstein. Para além das representações das paisagens locais, do cotidiano e de charges, Anton também retratou o Conde de Lippe tendo como base a pintura feita pelo artista alemão Johann Georg Ziesenis (1716-1776), que pintou vários nobres europeus, entre eles Frederico, o Grande (FIG. 7).

Figura 7 - Representações do Conde de Lippe. Século XVIII



Legenda: a) Conde Wilhelm Friedrich Ernst. c. 1770. Dimensões: 71,7 x 87 cm.

Autor: Johann Georg Ziesenis. Photo ©bpk – Photo Agency/Gemäldegalerie, Staatliche Museen zu Berlin - Preubischer Kulturbesitz /Volker-H, Schneider.

b) Conde Wilhelm Friedrich Ernst de Schaumburg-Lippe. Feito após Johann Ziesenis. 1782.

Autor: Anton Wilhelm Strack.

Na representação feita por Johann Ziesenis, Lippe está diante de uma paisagem, que lembra as colinas do Condado de Schaumburg-Lippe (FIG. 7a). Ele apoia a mão direita com o bastão de comando em um pedestal. A mão esquerda está atrás das costas e sua cabeça está lateralizada para a esquerda, na qual está o tricórnio preto com o botão brilhante. A silueta de Lippe é enfatizada pela cor vermelho vivo da sua farda, que forma um contraste aos tons verde-azulados do fundo da paisagem. A Estrela da Ordem da Águia Negra está presa à farda folheada a ouro. O bastão do Marechal-General está apoiado no pedestal de arenito no qual o brasão do conde está preso. O casaco de arminho azul, pendurado no parapeito, destaca sua dignidade como conde regente. Em volta do pescoço encontra-se o retrato medalhão do rei Dom José I de Portugal, engastado em diamantes, que lhe deu juntamente com o botão do chapéu em 1763 (FIG 8a).

Figura 8 - Medalhão com retrato de Dom José I e a Estrela da Ordem da Águia Negra da Prússia



Legenda: a) Medalhão com a imagem do rei de Portugal Dom José I  
b) Estrela da Ordem da Águia Negra da Prússia

Fonte: Detalhes da pintura *Conde Wilhelm Friedrich Ernst de Schaumburg-Lippe. 1764*. Dimensões: 71,7 x 87 cm. Autor: Johann Georg Ziesenis. Photo ©bpk – Photo Agency/Gemäldegalerie, Staatliche Museen zu Berlin - Preubischer Kulturbesitz /Volker-H, Schneider.

Os dois distintivos utilizados pelo Conde de Lippe possuem dimensões simbólicas que fazem parte de sua trajetória como militar e que impactaram seus escritos militares e sua pedagogia militar. O medalhão destaca-se pelo tamanho, centralidade e pelo detalhamento da pintura da face de Dom José I. A Estrela da Ordem da Águia Negra, a mais alta ordem da Cavalaria na Prússia, era a concedida como forma de reconhecimento pela valentia no combate e pela excelência na liderança militar. Ela era colocada do lado esquerdo e tinha ao centro a inscrição em latim: *Sum Cuique [tribuere]*, que significa “a cada um o que lhe é devido”, ou “a cada um o que é seu”. Essa condecoração foi concedida por Frederico, o Grande, ao Conde de Lippe em 1751, em virtude das ações na Vestfália.

A ideia de que “todos podem receber o que lhes é devido” parece ter sido uma máxima perseguida pelo Conde de Lippe no processo pedagógico ocorrido na Academia Militar de Wilhelmstein, em termos de habilidades e capacidades dos cadetes.

A Academia Militar tinha como principal objetivo formar os futuros oficiais da Artilharia, bem como os engenheiros militares. Também era um local onde se realizavam

experiências e testes relacionados à Artilharia, além de receber oficiais de outras localidades, para divulgar os conhecimentos de sua “arte militar defensiva”.

Os testes e observações geraram escritos militares elaborados pelo Conde de Lippe, e que foram publicados em Bückeberg. O Coronel de Artilharia Strack von Weissenbach, em seu livro *O Conde Reinante Wilhelm de Schaumburg-Lippe: um contributo para a história do Principado de Schaumburg-Lippe, bem como para a Guerra dos Sete Anos* (1889) (tradução nossa)<sup>79</sup>, traz informações sobre a produção intelectual do Conde de Lippe nesse contexto e menciona os seguintes escritos: *Manual do artilheiro para serventes de Artilharia na forma de perguntas e respostas* (1769); *Regulamento Especial para os Cadetes de Wilhelmstein* (1770); *Ensaio sobre a forma de reduzir ao mínimo o diâmetro das focas de fogo* (1771); quatro manuscritos: *a verificação do movimento e percurso das munições de artilharia*; *Artilharia Ligeira*; *Novo tipo de reparo de Campanha, e sobre investigação para conseguir carregamento e tiro mais rápido de mosquetes*.<sup>80</sup>

Dos sete escritos militares do Conde de Lippe, três eram publicações impressas e quatro eram manuscritos. Nota-se que, em 1770, foi elaborado o *Regulamento Especial para os Cadetes de Wilhelmstein* (tradução nossa), o que demonstra preocupação de sistematizar, formalizar e padronizar as condutas dos alunos.

A Academia era dirigida pelo Major francês L'Étienne, e supervisionada pelo próprio Lippe. Para garantir uma educação técnica e prática, foram nomeados os melhores oficiais de artilharia para serem os professores. A Academia era formada por sete divisões, cada uma comandada por um Tenente, tendo um Segundo-Tenente ou *Conducteur* como auxiliar. Nessas divisões se inseriam os cadetes (BRITO, 2012a, p. 103).

Sobre o corpo docente, Schulz (2010, p. 222) afirma que desde 1773 a Academia possuía “três professores [que] lecionavam ao mesmo tempo [...]”. Juntavam-se a eles duas professoras, uma que atuava como intérprete e ensinava inglês/português<sup>81</sup>; a outra lecionava Desenho. A presença de mulheres como professoras na Academia Militar pode ser reflexo das influências de mulheres cultas na vida do Lippe, como sua avó, a Condessa Johanna e a Condessa Bentinck.

O Conde de Lippe frequentemente transmitia aos cadetes os seus conhecimentos adquiridos pelas experiências, leituras e reflexões. Os assuntos ensinados aos cadetes deveriam ser baseados na “mais atualizada literatura militar acessível” (SCHULZ, 2010, p. 221). Assim,

<sup>79</sup> *Regierende Graf Wilhelm zu Schaumburg-Lippe. Ein Beitrag zu der Geschichte des Fürstentums Schaumburg-Lippe, sowie der des siebenjährigen Krieges.*

<sup>80</sup> Tradução de Pedro de Brito.

<sup>81</sup> Essa dinâmica teria proporcionado a tradução de diversas obras para a biblioteca da Academia (SCHULZ, 2010, p. 225).

uma das primeiras ações foi transferir para a Academia 253 títulos da biblioteca particular de Lippe, localizada no Castelo em Bückeburg (MATZE, 2003; SCHULZ, 2010; BRITO, 2012a).

O “livro didático” básico para o ensino dos cadetes era “Novo curso de matemática para o uso de artilharia e engenharia onde as partes mais úteis desta ciência são aplicadas à teoria e à prática de diferentes assuntos que podem estar relacionados à guerra” (1725) (tradução nossa)<sup>82</sup>, de autoria do também professor de Artilharia Bernad Forest de Bélidor (SCHMALZ, 1783; SCHULZ, 2010, p. 224)<sup>83</sup>

A admissão dos candidatos que seriam cadetes era feita mediante entrevista conduzida pelo Conde de Lippe. O candidato deveria ter entre 13 e 17 anos e preferencialmente ser da região de Schaumburg-Lippe. Devido à ótima reputação da Academia, no decorrer dos anos aumentou-se o número de candidatos (SCHULZ, 2010, p. 222).

No processo de admissão não havia diferença entre os de “nascimento privilegiado ou humilde”, entre filhos de camponeses, burgueses ou aristocratas. Um dos melhores exemplos dessa situação foi a admissão de um filho de fazendeiros, nascido próximo a Hannover, Gerhard Johann David von Scharnhorst (1755-1813). Ele frequentou a Academia de Wilhelmstein entre 1773 e 1778 (SCHULZ, 2010, p. 222). Como oficial, desempenhou as funções de professor de Artilharia e bibliotecário-chefe na Academia Militar de Hannover e foi chefe do Estado-Maior e General prussiano, conhecido pelas reformas no exército, por sua liderança nas guerras napoleônicas e por seus escritos militares.<sup>84</sup> Este era um dos aspectos que diferenciava a Academia Militar de Wilhelmstein de outras, como a Academia Militar Prussiana, que mantinham privilégios tradicionais dos aristocratas.

Uma vez na Academia, os cadetes realizavam serviços militares, sem nenhum tratamento especial. Todos deveriam estar envolvidos nas atividades do dia-a-dia da caserna, como a guarda da fortaleza e, para tanto, recebiam soldo. Entretanto, não pagavam pela educação militar recebida (SCHULZ, 2010, p. 221).

---

<sup>82</sup> *Nouveau Cours de Mathematique A L'Usage De l'Artillerie Et Du Genie Ou L'On Applique Les Parties les plus utiles de cette Science à la Theorie & à la Pratique des differens sujets qui peuvent avoir rapport à la Guerre.*

<sup>83</sup> Na biblioteca existiam quatro livros em português, dois de Bélidor: *Novo Curso de Mathematica*, 4 volumes publicados em Lisboa, em 1761; *Obras Posthumas* [s.l.], 1767 (BRITO, 2012 a, p. 107).

<sup>84</sup> Entre seus escritos, estão: *Manual para oficiais nas partes applicadas à Ciência da Guerra*. 5 volumes. Hanover (1787-1790) [*Handbuch für Offiziere in den angewandten Teilen der Kriegswissenschaften*]; *Manual militar para uso em campo* (1792) [*Militärisches Taschenbuch zum Gebrauch im Felde*]; *Memórias Militares*. 5 volumes. Hanover (1797-1805) [*Militärische Denkwürdigkeiten*]; *Manual de Artilharia*. Hanover (1804, 1806, 1814) [*Handbuch der Artillerie*]; *Escritos Militares Seleccionados* (1797) [*Ausgewählte militärische Schriften*]; *Sobre o efeito do rifle de fogo. Para a realza. Escolas de Guerra Prussianas* (1813) [*Über die Wirkung des Feurgewehrs. Für die Königl. Preußischen Kriegs-Schulen*]. Disponível em: <http://www.epoche-napoleon.net/de/bio/s/scharnhorst.html>



A dinâmica de ensino-aprendizagem apresentava diferenças significativas em relação a outras academias militares tradicionais, especialmente devido ao grande valor atribuído ao “auto-estudo” e o encorajamento às ações independentes, valorizando-se o desempenho do cadete (SCHULZ, 2010, p. 224).

Os cadetes se alternavam, mês a mês, entre a Fortaleza e a pequena cidade de Steinhude, localizada à margem do lago. Na fortaleza eles estudavam e eram envolvidos nas atividades cotidianas da guarnição. Em terra, realizavam exercícios planejados, como a prática de tiro.

A Academia Militar oferecia uma formação especializada, possuindo disciplinas como: matemática pura e aplicada, economia, física, arquitetura civil, história natural, geografia, história, agricultura, ciências militares: tática, artilharia, fortificações. Em lições particulares ensinavam-se línguas estrangeiras e desenho (ensinadas pelas professoras) (SCHULZ, 2010, p. 222; BRITO, 2012 a, p. 104). Durante os dez primeiros anos de existência, a Academia Militar recebeu 44 cadetes.

De acordo com Schmalz (1783), as aulas eram realizadas uma para cada tipo de ciência. Os “lentes” faziam o comentário sobre o assunto do livro, buscando relacionar os conteúdos ministrados aos assuntos de outras matérias. Existiam na Academia uma “coleção de modelos” (os quais não se especifica) e outra de “minerais”, além de um observatório, que podia ser utilizado por todos. A biblioteca estava aberta aos oficiais, regentes, Sargentos-estagiários e cadetes às quartas-feiras e aos sábados, das oito às doze da manhã e das duas às seis da tarde (SCHULZ, 2010, p. 225).

Eram realizados “exames públicos”, muitas vezes inopinados, os quais eram acompanhados pelo próprio Lippe, que já se encontrava no condado. Os cadetes eram submetidos a provas orais, com resolução de problemas táticos e de matemática, além de realizarem composições escritas em alemão ou francês. Os melhores desenhos e esboços, provenientes das avaliações, eram levados e afixados no Castelo de Bückeberg, onde poderiam ser vistos e avaliados por todos. Aqueles que se destacavam eram recompensados com aumento de soldo, dádivas e medalhas (BRITO, 2012 a, p. 104). Essa lógica foi aplicada aos oficiais portugueses das Companhias de Bombeiros, Mineiros e Artiheiros, conforme recomendações do *Plano de Artilharia* (1763).<sup>85</sup>

---

<sup>85</sup> Aqueles que distinguíssem por seus estudos e préstimos seriam gratificados com aumento dos vencimentos, que seria gradual e proporcional ao conhecimento “que cada um mostrar” ao ser submetido a um “rigoroso exame da sua ciência”. Àqueles que dominassem “perfeitamente o que pertencer às suas diversas aplicações” seria concedido o dobro dos soldos. *Plano que S. M. manda seguir e observar no estabelecimento, estudos e exercícios das aulas dos Regimentos de Artilharia* (1763).



Andújar Castillo (1999) ressalta que, apesar do funcionamento de academias, escolas e colégios militares nos finais do século XVIII, a formação era um problema generalizado em todos os exércitos europeus, porque, assim como a sociedade, conservavam inalteradas as estruturas sociais. Sendo esse um dos pontos atacados pelo Conde de Lippe.<sup>86</sup>

As reformas educativas nas instituições militares representavam a intenção de resposta parcial à crescente burguesia que ia se impondo diante das fortes tradições para dar lugar a valores que fossem mais compatíveis com as concepções burguesas de “mérito e capacidade”. De acordo com Andújar Castillo (1999, p. 130):

No final do século XVIII, predominava em todos os exércitos europeus um sistema educativo centrado na auto-formação e na ideia de que a melhor **escola** era a própria guerra e o **exercício da profissão militar**. Como complemento a sua **formação**, os oficiais dispunham de um grande corpo de **tratados militares**, embora nem todos fossem acessíveis à maioria (tradução nossa, grifo nosso).<sup>87</sup>

O diagnóstico realizado por Andújar Castillo faz pensar em aspectos que o Conde de Lippe tratou durante a reforma militar do Exército Português, a saber: “exercício da profissão militar”, valorização da prática, formação, leitura e os escritos militares.

---

<sup>86</sup> António Ribeiro Sanches em suas *Cartas Sobre a Educação da Mocidade* (1760) trata da Escola Militar mostrando que o pensamento reformista de Lippe estava em sintonia com a Luzes europeias.

<sup>87</sup> *Sea como fuere, a finales del siglo XVIII predominaba en todos los ejércitos europeos un sistema educativo nucleado en torno a la autoformación y a la idea de que la mejor escuela era la propia guerra y el ejercicio de la profesión militar. Como complemento a su formación los oficiales disponían de un amplio cúmulo de tratados militares aunque no todos ellos estuvieron accesibles a la mayoría.*

### 3 ESCRITOS MILITARES E AS DIMENSÕES DA DISCIPLINA MILITAR

Vários escritos militares europeus insistiam em mencionar textos romanos clássicos, tais como: *Acerca de Assuntos Militares* (tradução nossa)<sup>88</sup>, de Publius Flavius Vegetius.<sup>89</sup> Para os romanos a vida militar tinha como base o rigoroso controle do comportamento e em um tal grau de abnegação que fizesse do soldado um modelo de virtude e austeridade. No século XVIII, com as reformas de Frederico II da Prússia, novas formas de controle do comportamento do soldado foram apresentadas. Para Andújar Castillo (1999, p. 131), numa perspectiva de longíssima duração histórica, teria ocorrido um amálgama de ideias que “darão aos exércitos uma forma cuja essência foi preservada até nossos dias: uma mistura de modelo romano, de inspiração cristã e ética estoica de sacrifício, renúncia e rigor” (tradução nossa).<sup>90</sup>

A honra, fidelidade e obediência continuaram sendo as motivações do homem de guerra na Época Moderna. Da honra derivava o sentimento de pertencimento à nobreza. Ela era o bem mais apreciado que a baixa nobreza europeia podia adquirir na profissão das armas, onde se justificava todos seus privilégios e seu verdadeiro valor. Teria ocorrido um sincretismo conceitual da moral militar, ao assimilar-se a obediência cristã com a subordinação militar, independentemente da matriz protestante ou católica. Essa premissa pode ser identificada na determinação de que “todo o Militar deve regular os seus costumes pelas regras da virtude, da candura, e da probidade: deve temer a Deos; reverenciar, e amar ao seu Rey; e executar exactamente as ordens, que lhe forem prescriptas.” (LIPPE, 1763, XXIV).

Antes da chegada de Lippe em terras portuguesas existiam vários livros militares, publicados que em alguma medida tratavam da “disciplina militar” (APÊNDICE A). Em 1º de janeiro de 1707 Dom João V (1689-1750) foi aclamado rei de Portugal. Em meio à Guerra de Sucessão da Espanha (1701-1714) a organização militar portuguesa sofreu várias transformações. Por meio do alvará de 15 de novembro de 1707 estabeleceram-se as “Ordenações Militares”, e em 1708 publicaram-se os *Regimentos em que dá nova forma a Cavallaria, & Infantaria [...]* ou *Regimento das Novas Ordenanças Militares* (PORTUGAL, 1708), composto por 240 capítulos. Em 1721, publicou-se o *Regimento da Junta dos Três*

<sup>88</sup> *De Re Militari*.

<sup>89</sup> Em 1785, O Tenente de Cavalaria José Marques Cardoso publicou o livro *Elementos da Arte Militar*, “escrito com o desejo de recopilar debaixo de principios simplicis, claros, e methodicos, huma Intrucção, ou Elementos da Arte, e Disciplina Militar” (CARDOSO, 1785, p. 5). Nele reservou um capítulo intitulado “Da ordem com que se devem conservar, instruir, e disciplinar os Soldados segundo a Milicia Romana” (CARDOSO, 1785, p. 229-244); também transcreveu a “Carta do Imperador Marco Aurelio para Popilio, Capitão dos Parthos” (CARDOSO, 1785, p. 277).

<sup>90</sup> *Estas ideas, inspiradoras das reformas de Federico II de Prusia, dotarán a los ejércitos de una forma cuya esencia se ha conservado hasta nuestros días, una mezcla de modelo romano, de inspiración Cristiana y de ética estoica de sacrificio, de renuncia y de rigor.*

*Estados.*

Entre as mudanças propostas estava a transformação dos terços portugueses (estrutura tática de matriz espanhola, os famosos “*Tercios Espanõles*” [terços espanhóis], vitoriosos em Flandres) para “Regimentos” (aos moldes franceses); o Mestre-de-Campo tornou-se Coronel; a “Aula de Fortificação e Arquitetura Militar” foi transformada em Academia Militar da Corte.<sup>91</sup> Em 1735, pela resolução régia de 22 de março, a Infantaria recebeu uma nova unidade tática, o Batalhão. No ano seguinte, criaram-se a Secretaria de Estado de Negócios de Guerra e a Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha e Conquistas e a Secretaria de Estado nos Negócios do Reino.<sup>92</sup>

Nesse contexto, fundaram-se a Academia Real de História Portuguesa (1720) e a Biblioteca Joanina na Universidade de Coimbra (1728). Em 1742, o rei adoeceu, falecendo em 1750. Essa situação, atrelada ao modelo de governo de Dom João V, teria paralisado a administração central.<sup>93</sup> A organização militar foi deixada de lado, refletindo no despreparo do Exército, o que se constatou quando das ações bélicas ocorridas durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

Em maio de 1762, tropas espanholas invadiram Portugal pela fronteira de Trás-os-Montes, conquistando Bragança, Miranda e Chaves. Diante da situação, Portugal recorreu novamente à Grã-Bretanha, que enviou tropas, juntamente com oficiais comandados por Lippe. Ao realizar um diagnóstico inicial da oficialidade portuguesa, Lippe afirmou:

As ordens quase nunca eram distribuídas da forma como eram feitas. Entre os oficiais obrigados a vir buscá-las no quartel-General, alguns não as compreendiam, outros as esqueciam, outros as interpretavam e acrescentavam comentários, e embora eu **tenha feito os Majores dos regimentos escrevê-las, esta arte comum [da escrita] era ignorada por muitos** (tradução nossa, grifo nosso).<sup>94</sup>

A afirmação do Conde de Lippe sobre a deficiência dos oficiais na recepção e transmissão das ordens recebidas dizia respeito àqueles responsáveis pela disciplina militar. Muitos não sabiam ler ou escrever. Corroborando essa percepção, afirma Brito (2011a, p. 21) que o

<sup>91</sup> Permaneceram em funcionamento as aulas militares já existentes em capitânias litorâneas da América portuguesa, como: Bahia (Salvador, aula fundada em 1698), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, aula fundada em 1698), Pernambuco (Recife, aula fundada em 1701) e Maranhão (São Luiz, aula fundada em 1705).

<sup>92</sup> Sobre as mudanças na organização militar no início do século ver: Bebiano (2000); Cotta (2004).

<sup>93</sup> Para aspectos administrativos do governo de Dom João V, ver: Monteiro (2000) e Silva (2009).

<sup>94</sup> *Les ordres ne se distribuient presque jamais comme ils étoient donnés. Parmi les officiers tenus a les venir prendre au quartier général, quelques uns les comprenoient pas, d'autres les oublioient, d'autres les interprétoient et les augmentoient de commentaires, et quoique je fisse les Majors des régiments pour les écrire, cet art so commun étoient ignoré de plusieurs.* Trata-se das afirmações do Conde de Lippe no original francês setecentista, que integram o conjunto de cartas organizadas por Curt Ochwadt (1977) e apresentadas ao público de língua portuguesa por Brito (2011b).

“analfabetismo e a incompetência da oficialidade fidalga parecem confirmados, e se se encontra ocasionalmente um grande fidalgo ilustrado, a maioria devia ser perigosamente soberba e ignorante”. Assim, é possível compreender por que muitos nobres resistiram às propostas de Lippe, bem como às do Marquês de Pombal.<sup>95</sup>

Nesse contexto emergiam novos atores militares que estavam ávidos para assumirem os postos de comando na organização militar lusitana, entre eles aqueles oficiais oriundos da Artilharia (incluindo os engenheiros) e boa parte dos capitães, Tenentes e Alferes da Infantaria e da Cavalaria, muitos deles “segundões” ou “tarimbeiros” [*officiers de fortune*, na França]. Os tarimbeiros eram oficiais que tinham sido promovidos das fileiras da tropa. De acordo com Brito (2012, p. 77), eles eram mais próximos dos Sargentos, dentre os quais tinham sido promovidos. Geralmente contavam com aproximadamente 20 anos de serviço e “eram tratados com sobrançeria pelos seus imberbes e inexperientes camaradas aristocratas do mesmo posto [...], os “tarimbeiros” gozavam de confiança dos soldados cujas tarimbas conheciam, ao contrário dos jovens aristocratas que só conheciam os seus berços de ouro”.

Lippe propunha a profissionalização do exército português com centralidade na disciplina militar. A educação seria o meio para atingir os objetivos (o que faz pensar na importância da criação do Colégio de Nobres em 1761). Nesse sentido, Brito (2011, p. 22) afirma que Lippe estava convicto de que:

Uma carreira militar era também **uma carreira de educação permanente** e isso na proporção do nível hierárquico: a um General deviam ser exigidos mais conhecimentos que a um Coronel, a um Coronel mais do que a um Capitão. Mas essa era uma preocupação que passava ao lado da fidalguia indolente e auto convencida (grifo nosso).

Nuno Monteiro (2004, p. 103-105) esclarece que, durante as reformas de Lippe, ocorreram alterações no que diz respeito às origens dos oficiais. A grande nobreza foi superada pelas locais e pelos oficiais estrangeiros. Contudo, aquele índice estaria mais relacionado à presença dos oficiais estrangeiros nos quadros militares portugueses do que ao acesso de pessoas sem distinção de nascimento aos postos do alto comando. Entretanto, já no período que antecedeu à queda de Pombal, foi percebida a recuperação dos índices de participação dos titulares nos postos de comando.

Um dos instrumentos utilizados por Lippe para implementar a disciplina militar (instrução e educação) eram os seus “escritos militares” (regulamentos, ordens-do-dia,

---

<sup>95</sup> Tais aspectos sócio-culturais foram estudados por Fernando Costa (2005) em sua tese de doutoramento: “Insubmissão: aversão e inconformidade sociais perante os contrangimentos do estilo militar em Portugal no século XVIII.”

ordenações, meditações), os quais possibilitariam desenvolver o processo educacional militar baseado nas ações de “ensinar-vigiar-punir”. Essa fórmula se apresenta como central no processo, pois é da conjugação dessas ações que se busca atingir a disciplina militar, seja em sua dimensão moral ou técnica. Aí está a novidade das ações de Lippe. Antes de sua chegada em Portugal existiam diversos livros militares, conforme o Apêndice A. Entretanto, o acesso a tais obras seria limitado por não dominarem a arte da leitura, assim poucos oficiais se debruçavam sobre eles. Os conhecimentos neles contidos não chegavam à linha de frente, servindo apenas para a erudição de alguns poucos oficiais e não para melhorar os processos e práticas militares.

Lippe, secretariado por Dom Miguel de Arriaga, permaneceu em Portugal de junho de 1762 até 20 de setembro de 1764, quando retornou à Alemanha. Voltou às terras lusitanas em 16 de setembro de 1767, e somente se retirou em 1º de março de 1768. Todavia, mesmo à distância, sua assessoria prosseguiu por meio de correspondências com o ministro Sebastião José de Carvalho.

### **3.1 Escritos para a educação militar: a base para “ensinar-vigiar-punir”**

Encerrada a Guerra Fantástica (1762), o Conde de Lippe deu continuidade à reforma militar portuguesa por meio de várias ações, entre as quais estava a elaboração dos seus escritos. Para tanto, deslocou-se para Vila Viçosa, em Portugal, onde redigiu o *Regulamento para o Exercício, e Disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exercitos de Sua Magestade* (1763), o *Plano, que Sua Magestade manda seguir, e observar no estabelecimento, estudos, e exercícios das aulas dos regimentos de Artilharia* (1763); e o *Regulamento para o Exercício, e Disciplina dos Regimentos de Cavalaria* (1764).

As vivências bélicas de Lippe se entrelaçavam com seus afetos e amores em terras portuguesas. Essa dimensão o coloca como um homem do seu tempo, marcado por sensibilidades, desejos, interdições e frustrações. Interessa, nesse momento, colher alguns fragmentos das subjetividades do Marechal-General alemão. Um homem de razão e também de emoção.

À época em que escrevia os regulamentos, ao visitar um convento nas proximidades de onde estava hospedado, Lippe conheceu a freira Dona Maria do Monte Freire de Andrade, irmã do Capitão-General do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, António Gomes Freire de Andrade, que atuou na América portuguesa entre 1733 e 1766 e de José António Freire de Andrade, que

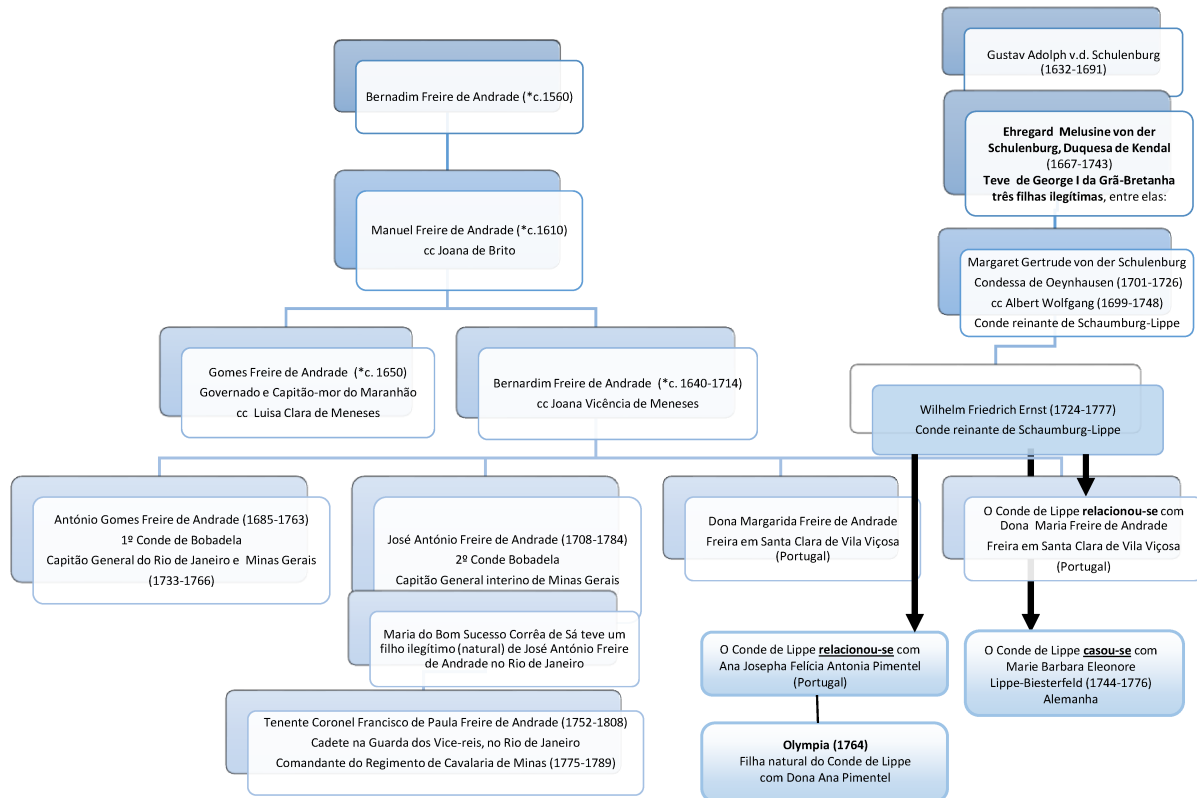
também foi Capitão-General de Minas Gerais entre 1752-1758 (BRITO, 2011). Entretanto, seu relacionamento não prosperou por interdição da Família Freire de Andrade. Para melhor entendimento dos contatos e genealogias, a Figura 9 mostra parte das árvores genealógicas das famílias dos Freire de Andrade e do Conde de Lippe.

O organograma (FIG. 9) possibilita visualizar uma teia de contatos em que as histórias individuais se conectam e impactam histórias coletivas. O último personagem da genealogia dos Freire de Andrade é o Tenente-Coronel Francisco Paula Freire de Andrade, que será o primeiro comandante do Regimento Regular de Cavalaria de Minas, criado em 1775 sob a égide das diretrizes do *Regulamento de Cavalaria* (1764), elaborado pelo Conde de Lippe em terras portuguesas.

No organograma é possível verificar a presença de filhas e filhos ilegítimos, como a mãe de Lippe, filha natural do rei da Grã-Bretanha; Francisco Freire de Andrade, filho natural do 2º Conde de Bobadela e Olympia, única descendente de Lippe. Entretanto, percebe-se que essas situações de bastardia não se constituíram elementos de interdição, uma vez que esses filhos e filhas naturais se inseriam em redes de proteção e clientelagem.

Como se afirmou, a Família Freire de Andrade não aprovou o relacionamento do Conde de Lippe com a freira Dona Maria Freire de Andrade. Sobre esta questão, Curd Ochwaldt (1983) e Pedro de Brito (2011) mostram, por meio das cartas entre o Marechal-General e Dona Maria, que ele não temia por sua vida, uma vez que estava sob a proteção da sua eficiente e fiel guarda alemã. Nas cartas, Lippe demonstrava preocupação com Dona Maria, em virtude da ira da família e pela constante violação das missivas. Diante da situação, Lippe envolveu-se amorosamente com outra portuguesa.

Figura 9 - Organograma - Família Freire de Andrade e o Conde de Lippe



Fontes: elaborado pelo autor a partir de Brito (2011); Autos de Devassa da Inconfidência Mineira.

O Conde de Lippe se relacionou com Ana Josepha Felícia Antonia Pimentel, e com ela teve uma filha ilegítima, de nome Olympia, nascida em 1764. Em setembro do mesmo ano retornou para a Alemanha, onde se casou com Marie Barbara Eleonore, irmã do Capitão Conde Ferdinand Johann Benjamin, que o havia acompanhado em Portugal.<sup>96</sup> Apesar de vários pedidos para que Olympia fosse enviada à Alemanha, ela permaneceu em Portugal.

Para além da concepção anedótica, vista como um pormenor curioso e pouco divulgado, os fragmentos das trajetórias individuais se entrelaçam, conectam-se, ligando atores social e geograficamente distantes. Possibilitam captar, nos fatos escondidos do vivido, tradições e costumes que ultrapassam dimensões locais, estereótipos e particularismos. Assim, colocam-se em cena eventos permeados pelas subjetividades (emoções, desejos, alegrias, temores e angústias) de personagens sociais de “carne e osso”.

<sup>96</sup> Esses aspectos foram estudados por Sales (1945), Ochwart (1983), Brito (2011, p. 38).

Ao chegar em Portugal publicou as *Instruções Gerais* (1762), direcionando recomendações à oficialidade: oficiais-generais, coronéis, Sargentos-Mores, capitães e oficiais subalternos (Tenentes e Alferes), conforme se observa nos quatro primeiros títulos do Quadro 1.

Quadro 1 - Organização das "Instruções Gerais". 1762

Articulos	Páginas	Quantidade		Títulos
		páginas	parágrafos	
Articulo I	p. 1-5	5	12 §§	Dos Officiaes Generaes
Articulo II	p. 6-9	4	9 §§	Dos Coroneis
Articulo III	p. 10-16	7	18 §§	Dos Sargentos-móres
Articulo IV	p. 17-21/5	4/5	14 §§	Dos Capitaens, e Officiaes Subalternos
Articulo V	p. 21/5-25	4/5	12 §§	Do serviço economico dos Regimentos
Articulo VI	p. 26-29	4	12 §§	Da disciplina em geral
Articulo VII	p. 30-39/5	9/5	31 §§	Das marchas
Articulo VIII	p. 39/5-44	5/5	16 §§	Das guardas, dos póstos, e dos destacamentos
Articulo IX	p. 45-48/5	3/5	12 §§	Da Ordem
Concluzaõ	p. 48/5-49	1/5	1 §	Concluzaõ
Total	49 p	49 p	137 §§	10 títulos

Notas: Foi mantida a grafia original do texto de 1762. Cada “parágrafo” é numerado sequencialmente de acordo com o “articulo” no qual está inserido. O parágrafo é um unidade autossuficiente do discurso. Cada “articulo” traz orientações específicas para o seu destinatário. Originalmente a instruções não possuem esse sumário, aqui elaborado para analisar seu conteúdo.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de LIPPE, 1762.

Na construção da complexa rede de vigilância, Lippe inicia suas orientações dirigindo-se hierarquicamente aos oficiais-generais, que ocupavam o topo da pirâmide militar. Suas orientações se concentravam em aspectos relacionados às ações do “vigiar”, num nível estratégico (coordenação e controle). A eles cabiam o “detalhe do serviço e da disciplina”, sendo assessorados por Ajudantes de Ordens, que deviam ser “Officiaes de capacidade, e actividade conhecidas; devem hir muitas vezes ao campo para ver se tudo se faz com ordem”. Os Ajudantes deveriam ter sempre seus “Mapas, ou listas exactas” (LIPPE, 1762, § VI e X).

A primeira instrução dada aos coronéis e comandantes dos regimentos diz respeito a terem “o maior cuidado, que neles [regimentos] haja a melhor ordem”. A vigilância recai de maneira mais incisiva nas mãos do Sargento-Mor ou Major. Ele, portanto, é responsável por vigiar o exato cumprimento das ordens. Dessa forma, o Major é uma figura central no processo de coordenação e controle do cotidiano do corpo militar.

Recomenda-se aos coroneis que “não devem permitir, que se faça coiza alguma, sem que o Sargento-Mór lho haja participado” (LIPPE, 1762, § III). Apela-se para o “espírito de corpo”, orientando que “Officiaes se dem as mãos reciprocamente para o bem do serviço; que tudo se faça com promptidaõ, e que não haja mais, que hum espirito naquelles corpos; que se



observe huma subordinação perfeita, e a disciplina a mais exacta.” (LIPPE, 1762, § I). A ideia de “espírito de corpo”, artifício central para a coesão dos militares, se constituiu uma das muitas permanências na cultura militar (ultrapassou os séculos XVIII, XIX e XX). Ela fortalece a metáfora do corpo na qual todos os membros devem funcionar de maneira harmonica, cada qual com sua função e seu lugar, primando-se para a saúde do corpo como um todo. Assim, aquele membro que desvia é visto como um doente que deve receber um remédio: a punição, tendo em vista a preservação da saúde do corpo militar.

Nos escritos de Lippe, o Sargento-Mor (Major) é o elemento catalizador das ações relativas à disciplina militar nos regimentos. Nas *Instruções Gerais* (1762), sete páginas, que incluem 18 parágrafos, contidos no *artículo* III, são destinadas aos Majores. Os aspectos que sobressaem do conjunto de atividades que deveriam ser executadas pelos Majores estavam relacionadas ao controle, fiscalização, cuidado, disciplina e coordenação: 1) controle do tempo do soldado, do efetivo e dos ruídos; 2) fiscalização da limpeza dos locais, dos materiais, dos equipamentos, das armas e dos soldados; 3) cuidados com os cartuchos e com a pólvora; 4) disciplina, à ordem, à subordinação e ao tratamento do soldado; 5) formas de coordenação tais como: a produção de “mapas” diários [espécie de relatório], elaborados com “exatidão”, comunicações sobre a realização de exercícios e de faltas observadas, procedimentos formalizados e escritos, e a formação dos oficiais.

Os Majores deveriam ser “Oficiais inteligentes, peritos e ativos” (LIPPE, 1762, Art. III, § XV). Eles eram responsáveis pela administração do Estado-Maior dos regimentos (órgão gestor do corpo militar), que era composto pelo quartel-mestre, capelão, auditor e cirurgião. Ao realizar a análise dos aspectos a serem observados pelos Majores percebe-se a centralidade e a recorrência de pontos ligados à limpeza, boa ordem, polícia, disciplina e subordinação. As ações desenvolvidas traduzidas no tripé “ensinar-vigiar-punir” podem ser observadas na transcrição, descrição e análise das instruções dadas pelo Conde de Lippe aos majores, condensadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Instruções do Conde de Lippe para Sargentos Mores [Majores]. 1762

Determinações das Instruções Gerais	Ação
São encarregados particularmente da disciplina dos regimentos, do exercício, da limpeza, da boa ordem, e da polícia do campo (§ I)	Vigiar
Serão responsáveis se os destacamentos que forem mandados, não partirem na mesma hora [...] (§ II)	Vigiar
[...] O Campo estará limpo: as barracas postas em linha [...] havendo soldados que mereçam castigo por culpas leves serão empregados nas obras (§ III)	Punir
Terão a seu cargo a conservação de toda a ferramenta e instrumentos pertencentes ao regimento, como pás, picaretas, etc, e que nada falte nele (§ IV)	Vigiar
Cuidarão de que os regimentos estejam sempre providos das munições necessárias [...]. Cuidarão da limpeza das armas, que devem ser examinadas todos os dias. Não permitindo que os soldados entrem nas barracas sem terem posto primeiro as armas no estado em que as devem ter [...] (§ V)	Vigiar
Cuidarão sempre no gasto da pólvora e dos cartuchos; e estarão nos termos de poder dar todas as vezes que lhe pedirem, um Mapa Circunstanciado das ocasiões, em que se consumirão (§ VI)	Vigiar
Quando um regimento está para fazer o exercício de fogo, deve o Major, na véspera, pedir licença para ele no Quartel General (§ VII)	Vigiar
Os Majores mandarão chamar as companhias ao menos quatro vezes por dia, e castigar rigorosamente todos aqueles que estiverem ausentes sem licença do Chefe ou Comandante do Regimento (§ VIII)	Punir
Todas as noites ao recolher farão formar as companhias (§ IX)	Vigiar
Os soldados deverão saber armar e desarmar as barracas sem perder tempo ou fazer rumor (§ X)	Vigiar
Os regimentos devem se formar sem rumor e as ordens para isso deve-se dar de boca (§ XI)	Vigiar
Em dia de batalha os Majores não de estar a cavalo detrás do regimento e correr aonde for necessária a sua presença para animar os soldados ou encaminhá-los segundo as ocorrências, mas fazendo tudo sem rumor, o mais que pode ser (§ XII)	Vigiar
Os Majores devem sempre atender com igualdade aos soldados do regimento, não favorecendo mais os das suas companhias. Cuidarão muito no procedimento dos Furreis mores para que todas as distribuições de de dinheiro, pão ou carne etc se façam logo sem a mínima desigualdade, e que lhes não demorem os seus pagamentos (§ XIII)	Vigiar
Dar parte de todas as faltas (§ XIV)	Vigiar
Como não basta que os ditos Sargentos Mores sejam oficiais <b>inteligentes, peritos e ativos</b> , é preciso que eles formem também os capitães e os oficiais subalternos; que <b>comuniquem as suas luzes e observem a sua conduta</b> ; que façam cumprir as suas obrigações, não dissimulando as culpas que cometem. O bem do serviço pede, que cada oficial se ponha capaz de mandar um regimento em caso de necessidade (§ XV)	Ensinar
Mandarão todos os dias de madrugada o mapa diário do seu regimento ao Quartel General por um Sargento ou Cabo de Esquadra [...] Esses mapas virão assinados por eles e fechados, pois devem ser em todo o sentido responsáveis da sua regularidade e exatidão, porque se faltasse um só homem no número do efetivo dos combatentes debaixo das armas, o senhor Marechal-General lho deve dar em culpa a eles principalmente, pois é um sinal de que não há nem subordinação, nem disciplina no regimento, e que o Ajudante de Ordens com os Subalternos e Sargentos não cumprem com as suas obrigações. É necessário dar parte ao General de dia de tudo o que acontece de extraordinário (§ XVI)	Vigiar
Quando os Sargentos Mores receberem alguma ordem do Quartel General, ou do Comandante da Brigada darão sempre ao portador um recibo feito com tinta, onde farão menção da hora, em que receberam a dita ordem (§ XVII)	Vigiar
Pelo pouco que acaba de dizer do ministério dos Sargentos Mores é fácil de concluir qual a sua extensão; a necessidade da sua presença no Campo, perto dos seus regimentos, a paciência, e o cuidado que devem ter no cumprimento das suas obrigações. O Senhor Marechal suplica aos ditos Sargentos Mores queiram dar toda a sua atenção ao que fica referido, e confiar do seu cuidado o seu adiamento (§ XVIII)	Vigiar

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de LIPPE, 1762, Art III.

Nota: A ortografia do documento de 1762 foi atualizada, alguns trechos foram suprimidos.

Da análise das 18 determinações do Conde de Lippe aos Majores, percebe-se que se sobressaem as ações relacionadas ao “vigiar” (15 prescrições), seguidas do “punir” (2 prescrições), e apenas uma prescrição diretamente relacionada ao “ensinar”. As determinações também se estendiam aos capitães, tenentes e alferes.

Os capitães, comandantes das companhias e seus oficiais subalternos (tenentes e alferes) também participavam da instrumentalização da disciplina militar, por meio de práticas educativas, baseadas no “ensinar-vigiar-punir”. Eles deveriam recorrer ao Major todas as vezes que tivessem alguma dúvida. Os capitães seriam responsáveis por assessorar o Estado-Maior do regimento, devido ao conhecimento que tinham de suas companhias. O Quadro 3 destaca ações importantes dentre os 14 parágrafos destinados aos capitães.

Quadro 3 - Instruções do Conde de Lippe aos Capitães. 1762

Aspectos	Determinações das Instruções Gerais para Capitães	Ações
Disciplina e obediência	Devem estabelecer nas Companhias a mais exacta subordinação; a mais perfeita harmonia, e a melhor disciplina Como os Capitaens devem obedecer prontamente ás ordens dos seus superiores de a razão que pretendaõ a mesma obediencia dos seus inferiores (§ II).	Vigiar
Limpeza	A limpeza devendo ser considerada, como hum objecto essencial para a conservação dos Soldados deve-se cuidar nella por todos os modos possiveis [...] (§ V).	Vigiar
Comportamento e controle do tempo	He necessario observar, que Soldados façãõ juntos a sua cozinha, e a horas assinaladas (§ VI). Os Sargentos, e os Cabos de Esquadra, que vivem continuamente com os Soldados, devem examina-los, e conhecer as suas boas, e más qualidades para dar de tudo, huma conta fiel, e imparcial ao Capitãõ, não lhe ocultando coiza alguma, porque seraõ punidos das faltas, se tendo noticia dellas não as tiverem comunicado (§ X)	Vigiar
		Punir
Honra e exatidão das informações	Os Capitaens seraõ responsáveis sobre a sua honra da exactidão das Relações, que derem aos seus Superiores (§ VII)	Vigiar
Boa ordem e bom procedimento	Devem os Capitaens aplicar-se muito a conhecer, e estudar de alguma sorte o caracter de todos aquelles que as compoem as suas Companhias; <b>devem explicar</b> a cada hum dos Subalternos [Alferes e Tenentes] a sua obrigação: não basta mandar sómente; he necessario tambem examinar se tudo se faz prompta, e exactamente; não consentir a minima negligencia, nem a vida licencioza; emendar as faltas; animar os homens a obrarem bem, e cuidar sempre em tenhaõ bom procedimento (§ I)	Ensinar
Armas e munições	Por-se-haõ sempre as Companhias em estado de marchar: as suas armas de conservaãõ sempre bem tratada; devem-se <b>examinar</b> a miudo, como tambem as muniçoens (§ III).	Vigiar

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de LIPPE, 1762, Art. IV, § I-XIV.

Semelhante às atribuições do Major, destacam-se as ações de vigilância, seguidas do ensinar e do punir. Os capitães não atuavam sozinhos; eles eram auxiliados pelos oficiais subalternos (Alferes e Tenentes). Esses, por sua vez, tinham os Sargentos, furriéis e Cabos-de-Esquadra, que exerciam, de maneira hierarquizada, o “ensinar-vigiar-unir” cotidianamente no interior dos quartéis. Por diversas vezes aparece a subordinação hierárquica do Capitão ao “Major do Corpo”, isso porque o corpo militar (seja ele um terço, regimento ou batalhão – estrutura tática onde se organizam os soldados) era composto por companhias, cada qual comandada por um Capitão, e todas subordinadas ao Major.

O *artículo VI*, denominado *Disciplina em Geral*, é composto por doze parágrafos que tratam de determinações sobre as condutas a serem mantidas pelos militares. Elas podem ser agrupadas nas seguintes ações: realizar a leitura de ordens e leis que tratavam da polícia e da disciplina; agir em conformidade com as ordens, agir com subordinação e acatar as ordens; conceder licenças somente por escrito; controlar os ruídos; controlar os soldados; castigar os que cometessem desordens; punir os transgressores. Nessas ações também se observa a dinâmica “ensinar-vigiar-punir”.

Nas *Instruções Gerais* (1762) não existe “artículo” específico que trate dos praças (soldados, Cabos-de-Esquadra, furréis e Sargentos). Entretanto, as ações relacionadas às condutas dos oficiais estão diretamente relacionadas a eles. Assim, para compreender o processo de disciplinarização do soldado, recorre-se às “Notas do terceiro e quarto capítulos” do *Regulamento para a Cavalaria* (1764, p. 55-62), que tratam da “Escola de Recrutas”. Nas descrições é possível identificar as ações educativas que atuam sobre seu corpo, a mente e as

emoções do soldado. Esse processo tinha início no momento em ele se tornava recruta e assentava praça num regimento.

O recruta era colocado sob a responsabilidade de um “soldado capaz e bem procedido”. Aqui, têm-se as duas dimensões da disciplina militar: instrução (capaz) e a educação (bem procedido). Esse soldado é um tipo idealizado, que seria o preceptor do recruta, ensinando-o e instruindo-o tanto em termos comportamentais quanto na execução correta dos exercícios.

No dia seguinte ao que assentasse praça, o Cabo-de-Esquadra, a quem “elle pertencer”, forneceria tudo o que lhe competia e o levaria à presença do “seu Official com todo seu uniforme, e armamento posto”. Inicia-se a construção da ideia de “pertencimento” do recruta não somente à estrutura militar, traduzida na figura do Cabo-de-Esquadra e do oficial, mas também o “espírito de corpo” representado pelo fardamento. Na sequência, o recruta da Cavalaria receberia a sela e arreios para seu cavalo, “ensinando-lhe o modo de o aparelhar, e limpar as correias, e ferragem” (LIPPE, 1764, § I, p. 55). Essas ações instrucionais farão parte do cotidiano do militar.

A instrução era baseada na demonstração preliminar do método, observação do recruta, e execução até que se atingisse o resultado desejado. Assim, “o Cabo na lição, que der ao Soldado de Recruta dos principios da obrigação, deve mostrar-lhe o methodo de executar qualquer cousa, que lhe estiver ensinando, fazendo-a elle primeiramente, e depois mando-lha fazer até estar perfeito nella.” (LIPPE, 1764, Nota Cap III e IV, § I, p. 56). O recruta somente avançaria para o próximo exercício se o ponto abordado fosse bem compreendido e corretamente executado.

Em meio às instruções, o Cabo advertia ao recruta para sempre ter “o cabello bem penteado e atado, como se costuma; e não sabendo fazer, ordenar-se-ha ao seu camarada que o ensine” (LIPPE, 1764, Nota Cap III e IV, § I, p. 56). Esses cuidados com o corpo e com a aparência do militar são reiteradas em vários escritos e na legislação. Percebe-se que o “educar” se constitui uma ação coletiva, na qual o “camarada” o ensinaria.

Após esses primeiros ensinamentos e estando apto, o soldado era enviado ao manejo das armas e à picaria. O picador, na presença de um oficial da companhia, antes de iniciar as instruções aos novos soldados, conferia se a sela estava bem posta, se os arreios e armamento estavam como deviam e se o freio na boca do cavalo estava corretamente colocado. Encontrando alguma irregularidade, o Cabo era repreendido ou castigado, pois tinha a seu cargo

o recruta e por ele deveria zelar.<sup>97</sup>

Era dado ao recruta um tempo para que aprendesse a “primeira parte” da sua obrigação, isto é, se vestir e aparelhar o cavalo. Findo este prazo e ocorrendo erros na execução de suas tarefas, o Cabo, “que as governa, as repreenderá pela primeira vez, e pela segunda fará queixa para serem castigadas por faltarem ao que devem” (LIPPE, 1764, Nota Cap III e IV, § 7, p. 57).

No desenrolar da prática educativa, caberia ao Coronel fiscalizar o picador, para que ele, ao ensinar o exercício a cavalo aos recrutas, observasse com “escrúpulo os princípios ordenados no Regulamento, não se utilizando de nenhum outro método”. Ao se apresentarem para o “exercício de pé”, os recrutas deveriam estar devidamente uniformizados, cabendo ao Cabo ou soldado proceder rigoroso exame do estado do armamento e do fardamento, observando se as correias estavam asseadas, o pó bem escovado e se as guarnições de ferro e bronze se encontravam bem luzidas.

O Cabo seria responsável por colocar os recrutas em uma linha, postados em forma de filas abertas “com os calcanhares distantes uma mão travessa um do outro; artelhos virados para fora e todos em linha”. O corpo endireitado, o peito para fora, e a barriga para dentro, a cabeça bem levantada e as mãos postas bem atrás. Depois de normatizar o corpo, o Cabo atuaria no movimento deste corpo, mandando “à direita, e à esquerda, e voltar à primeira forma”, tomando o cuidado de levantar bem os calcanhares quando se movem e bater o pé que vai à frente com bastante força. Marchavam dessa forma, sem armas, com os joelhos direitos ao levantar e assentar o pé no chão “e quando os moverem inclinavam os artelhos para baixo virados para fora”.<sup>98</sup> Na marcha, a cadência era firme e, passando junto a uma pessoa, olhavam-na com ar intrépido, fazendo alto freqüentemente. Tais movimentos se faziam sem as clavinas por alguns dias, “para adquirirem a paciência de soldados e perderem o ar bisonho (LIPPE, 1764, Nota Cap III, IV, §§ II, 4).

Quando o recruta estivesse firme na sua posição, marchando com segurança e olhando com intrepidez, o que poderia conseguir em uma semana, iniciaria os exercícios com a clavina. Antes da execução de qualquer movimento, este lhe seria explicado e demonstrado em seus pormenores, destacando o correto método de execução. Se, ao realizar o movimento, o recruta cometesse algum erro, o Cabo lhe explicaria onde errou e lhe mostraria como deveria executar corretamente. Tendo o recruta aprendido todo o manejo por divisões, iniciaria o exercício pelas “vozes do mandamento”, contando-se-lhe os movimentos de cada mandamento, conservando a

<sup>97</sup> A punição, na disciplina, não passa de um elemento de um sistema duplo: gratificação-sanção. E é esse sistema que se torna operante no processo de treinamento e correção.

<sup>98</sup> Artelho é a junta que liga a perna ao pé; tornozelo.

mesma cadência de tempo no contar.

Por haver vários soldados em diferentes níveis de aprendizagem na “Escola de Recrutas”, caberia ao Cabo dar as suas lições a um grupo e depois ao outro, iniciando com os mais adiantados. O grupo que descansava aprenderia ao observar tanto por meio da instrução ministrada pelo Cabo quanto pelos erros cometidos pelos que faziam os exercícios. Na picaria, seria responsabilidade do Cabo ensinar a montar e apejar com armamento posto, colocar a clavina em seu lugar, tirar a correia, abrir a mola, tirar e embainhar a espada, manejar a clavina e a pistola a cavalo. Em tudo estando atento para que os recrutas executassem tais movimentos com a mesma precisão dos movimento a pé. Estando os recrutas em condições de sair da escola, o ajudante os integraria a soldados capazes, exercitando-os por uma semana. Achando algum “incapaz, ou trêmulo”, este voltaria à “Escola de Recrutas”. Aqueles que executassem perfeitamente suas obrigações seriam enviados a tirar os serviços de guardas e demais obrigações do regimento. Ao incorporar no regimento os recrutas, depois do juramento geral, tomavam o mesmo juramento no quartel do comandante, em presença do auditor, do capelão e de um oficial da companhia. O juramento sacralizava o rito de passagem por meio do processo de disciplinarização. De acordo com Silva (1789, t.1, p. 441), o disciplinado é “o ensinado, [é aquele] que sabe”. Portanto, é aquele que conhece a norma e os preceitos.

Ampliando as diretrizes que buscam controlar as condutas, especialmente o “vigiar”, em 1767 foi impressa em Lisboa a *Ordenança que determina as obrigações dos Inspectores das Tropas de Sua Magestade Fidelissima* [...]. De acordo com a *Ordenança*, o inspetor é:

Hum Official Militar que Sua Magestade encarrega por determinado tempo, ou por Commissão dirigida, ou a huma Provincia, ou a alguns Regimentos, ou a hum delles sómente; com **authoridade para fazer a Inspecção das Tropas** da Repatição, ou dos Corpos que lhe são encarregados: isto he que está autorizado para se **informar se os Regulamentos, e as Leys Militares estabelecidas pela Authority Real se executaõ** a todos os respeitos sem alteração alguma, e com todo o rigor (LIPPE, 1767, § I, grifo nosso).

O inspetor deveria estar “perfeitamente instruído nas leis militares, e nos regulamentos”, não ignorando os seus mínimos aspectos, os quais deveriam ser objeto de “estudo perpétuo das referidas Leys, Ordens, e Estabelecimentos para os ter sempre presentes na memoria”. Ele teria autoridade para realizar as “revistas” dos regimentos, devendo apenas pedir licença ao General do exército, governador da província ou ao governador da praça em que os regimentos estiverem de guarnição. Entre suas obrigações estaria verificar: o estado completo do regimento, os livros de registros, se os exercícios são realizados segundo os regulamentos; se

todos os pontos da disciplina são observados; os procedimentos dos oficiais; cuidados com os materiais, armamentos e munições (LIPPE, 1767, § II-VI). No caso dos Regimentos de Artilharia, além dos aspectos mencionados, deveria examinar:

Se as Escolas de Theorica, e Pratica, se observa exactamente, e sem a menor alteração debaixo de qualquer pretexto que possa ser, o Methodo estabelecido pelo Plano dos Estudos, e Exercicios de que Sua Magestade determinou a execução rigorosa no seu Alvará de 15 de Julho de 1763.: Precavendo que se não ensinem nas Escolas de Theorica, nem para a Geometria pura e simples; nem para a Theorica applicada, outros Authores que não sejaõ os que se achaõ prescriptos no referido Plano [...] (LIPPE, 1767, § VII).

Nesse particular, demonstra cuidado especial com o processo de ensino-aprendizagem da Artilharia, ao recomendar ao Inspector que realizasse “memórias com individuação nas suas Relações dos Progressos que se tem feito nos Estudos, e Exercicios de huma Inspeção á outra; e do adiantamento de cada hum dos Officiaes, e Discipulos da Aulas” (LIPPE, 1767, § VIII). A *Ordenança* encerrava-se alertando para que inspector não desse ordem alguma “aos Chefes dos Regimentos, pois lhe não são por modo algum subordinados a sua qualidade de Inspector [...] as Ordens não podem vir aos Regimentos, se não dos Officiaes Generaes que commandarem o Exercito ou as Provincias” (LIPPE, 1767, § X).

O “ensinar” pode ser percebido em outro tipo de escrito militar de Lippe, a *Memória sobre os exercícios de meditação militar* (1773), redigida em Hagenbourg. Ela trata de aspectos relacionados à biblioteca militar, livros recomendados e práticas de leitura nos regimentos. De acordo com o Conde de Lippe:

A Leitura serve para formar-se o Espirito Militar, e prover-se de ideas: por ella se enriquece com as luzes, e com a experiência dos outros: e os Senhores Officiaes não poderaõ melhor, nem mais agradavelmente (para aquelles que amaõ a sua Profissão) empregar, do que na Leitura, as horas de descanso que deixaõ, especialmente em tempo de Paz, as funções do Serviço diario (LIPPE, 1773, § IV).

É recorrente em vários escritos de Lippe a referência à leitura. Nessa época, Lippe, com 49 anos de idade, assinou a *Memória* como conde reinante de Schaumborg-Lippe, marechal-General dos exércitos de sua majestade fidelíssima [rei de Portugal] e General Feld-Marechal de sua majestade el-rei da Grã-Bretanha. Em sua percepção, a leitura forneceria os conhecimentos para formar o “Espírito Militar”.

Lippe recomendava que, em cada guarnição militar, debaixo da guarda e direção do governador ou comandante, deveria existir um número de “exemplares de livros militares” que o “Ministro de Estado, dirigindo os Negocios da Guerra ordenar, em consequencia das Ordens de S. Magestade” (LIPPE, 1773, p. 4).

Em princípio, os exemplares de cada livro estariam em sua língua original e, quando possível, seriam traduzidas.<sup>99</sup> Os empréstimos aos oficiais seriam feitos mediante recibo. Após um mês, os livros seriam devolvidos à biblioteca para serem emprestados a outros oficiais ou para realizar-se a renovação dos recibos. O número de exemplares seria mais importante do que a diversidade de títulos, pois não se desejava formar “letrados, nem fazer ostentação de erudição. O fim desta instituição, he sómente exercitar o talento dos Leitores, e fornecêllos [...] para fazer uso immediato na Practica” (LIPPE, 1773, p. 5). O acervo básico indicado por Lippe (1773) seria:

Arte da Guerra, pelo Marechal de Puysegur; Memorias do Marquez de Feuquieres; Instrucções d’El Rei da Prússia aos seus Generaes, com hum Tractado das Obrigaçoens da Cavallaria Ligeira; Arte da Guerra pelo Conde de Turpim; Memorias de Montecuculi; Reflexoens Militares e Politicas do Marquez de Santa Cruz; Arte da Guerra Practica, de Ray de St. Genies; A Pequena Guerra, ou Tractado do Serviço da Tropa Ligeira em Campanha, de Grand-Maison; Tractado da Pequena Guerra, de La Croix; Engenheiro de Campanha, de Clairac (LIPPE, 1773, § VI).

Os livros tratam de uma teoria geral, destacando a importância do estabelecimento de “regras precisas”, as quais deveriam prever e enquadrar todas as possibilidades práticas exequíveis, sejam elas as mais favoráveis ou aquelas que se mostrem completamente adversas, excluindo inteiramente toda e qualquer forma de improviso.

Além dos livros mencionados, a biblioteca militar deveria possuir livros e regulamentos militares publicados na Espanha, pois era “conveniente achar-se instruido do [conhecimento] Militar dos seus vizinhos.”(LIPPE, 1773, § VIII). Numa perspectiva que valorizava uma historiografia militar fundada em “virtudes do coração” e nas “virtudes [militares] sublimes” provenientes dos bons exemplos, o Conde de Lippe incitava um escritor hábil a enriquecer a “Biblioteca Militar” com um “Compendio de Factos” que:

[...] se apresentassem exemplos daquellas Virtudes sublimes, que o Estado Militar tem a gloriosa vantagem de dar particularmente occasião de se praticarem, taes como o heroico Sacrificio das vidas, a Constancia nos trabalhos e perigos, a Obediencia cega, e resignada, o Desenteresse, a Magnanimidade com os vencidos, &c. Sera necessário fazer escolha destas passagens Históricas com discernimento naõ admittindo senaõ aquellas que forem bem veridicas, e sem mistura de alguma circunstancia, que possa escurecer-lhe o lustre [...] (LIPPE, 1773, § IX).

As “virtudes militares”, assim com o “Espírito Militar” seriam incorporadas nos séculos seguintes no universo militar, sendo reproduzidas de forma discursiva em termos pedagógicos,

---

<sup>99</sup> Sobre a complexa atividade da tradução, especialmente para o caso português do século XVIII, ver os estudos de Cláudio DeNipoti (2018, 2017, 2014).



não somente nos escritos, mas, sobretudo, no cotidiano dos quartéis, buscando mudar condutas e conquisitar mentes e corações.

Lippe se mostrava um admirador da trajetória militar de Portugal, especialmente quando pensava na construção do império lusitano nas quatro partes do mundo. Ao tratar da elaboração de sua história militar afirmava:

A Historia de huma Nação como a Portuguesa, que soube levar a Gloria das suas Armas até ás extremidades da terra, e (o que he mais ainda,) cujas virtudes heroicas, para libertar, defender a Patria, triunfaraõ por largo tempo do numero e do poder, fornecerá abundante materia (LIPPE, 1773, § IX).

Algumas advertências eram feitas em relação à obediência, à hierarquia militar e às práticas de leitura. As “luzes adquiridas” pelo estudo eram tão necessárias para “saber obedecer como para mandar com inteligência”. Lippe acreditava que alguns espíritos, por terem lido muito, “se deixavam levar tão fortemente da opinião do seu próprio saber, que por este meio se enfraquecia e diminuía o respeito e a atenção devido a seus superiores”. Outros se transportavam para além da sua esfera e, supondo-se “habilitados para postos mais elevados do que a sua atual situação, se descuidavam das obrigações do cargo que ocupavam” (LIPPE, 1773). A subordinação seria a alma do serviço e, sem ela, eram inúteis as melhores qualidades militares (LIPPE, 1773, §§ XII-XVIII).

Para as aulas realizadas nos regimentos de artilharia eram indicados autores específicos e, segundo o “Plano de Estudos”, era proibido, sob pena de expulsão das aulas e dos regimentos, “que algum oficial compre ou retenha outro livro de profissão que não sejam os que foram determinados para os seus estudos.”<sup>100</sup> Os livros obrigatórios para a artilharia eram: *Curso de matemática*, de Bernard Forest de Béliador; *Mecanismo de Artilharia*, de Joseph Dulac; *Ataque e defesa das praças*, de Sébastien Le Prestre de Vauban; obras de Jean-Florent de La Vallière; Lormee; Surirey de Saint-Rémy e Joseph Dulac. Para a Engenharia: *Engenheiro de Campanha*, de Clairac e as obras de Le Blond (LIPPE, 1766). Sobre a indicação de livros proibidos, em nota inserida após os parágrafos, o Conde de Lippe (1773, p. 19) explicava que:

Leituras que parecem prohibidas pelo Alvará publicado em 1763, em que o Plano que Sua Magestade manda seguir no Estabelecimento, Estudos, &c. § 17. Lin.8 e seg. devo necessariamente para justificar os motivos que a isso me obrigaraõ, dizer que **esta prohibição tinha por objecto estabelecer a Autoridade dos Auctores** expressamente prescriptos para as Informaçoes, e Licçoens públicas; obrigar a estuda-los sem distracção, e desviar eficazmente tudo que pudesse dar occasiaõ a se introduzirem **innovaçoen**,

---

<sup>100</sup> A que tudo indica existia uma coerência com os princípios estabelecidos em outras instâncias educativas neste contexto, tais como o controle da educação, a Real Mesa Censória, entre outras.

**alteraçoes, e discussoes particularmente nocivas** a hum Estabelecimento novo (grifo nosso).

Afirmava que naquele momento o Plano de Estudos públicos estava estabelecido pelo decurso de 10 anos, de tal forma que não se misturassem os “Estudos Particulares” com as “Informaçoes, e Practicas públicas”. Dessa forma seria conveniente para se acompanhar o desenvolvimento e perfeição das “Sciencias em diversos Paizes, he preciso, para não ficar a traz em quanto os outros vão illustrando, instruir-se dos progressos delas”. Assim, o Conde de Lippe (1773, p. 21), em sua “nota final” da *Memoria sobre os Exercícios de Meditação Militar* defendia ser importante:

Permitir-se, e ainda mesmo animar os Estudos, e Leituras particulares de Auctores diferentes daqueles que se achão estabelecidos por autoridade, para serem ensinados nas Aulas de Artilharia, e Engenharia; bem entendido, que não deve permitir-se de se introduzir qualquer cousa que seja nas informaçoes públicas, e menos ainda nas Practicas do Serviço, senão quando houverem Ordens legitimas superiores para este effeito; contentando-se com se lerem outros Autores diferentes daquelles que estão autorizados para se ensinarem, só para o fim de aumentar-se o saber de cada hum, instruir-se nos progressos das Sciencias, e habilitar-se antecipadamente para a intelligencia e mais perfeita execuçãõ do que puder vir a ser auctorizado pelo tempo adiante.

Uma prática educativa sugerida pelo Conde de Lippe era a realização do que ele denominou “Problemas Militares”. Eles deveriam ser propostos pelo Coronel de cada regimento aos seus oficiais. Os problemas deveriam ser construídos de tal forma que não se colocasse nenhum impossível de se resolver e sempre mais próximo da realidade. Eles seriam elaborados de forma bem detalhada para que se “apliquem com clareza, exactidão, e miudeza”. Os oficiais deveriam dar “duas soluções **por escrito**: isto he: farão memorias nas quaes darão conta [...] as Memorias conteràõ com a maior **explicação** as Ordens, e Instrucçoens” (LIPPE, 1773, § XXII, 1-4, grifo nosso). Até esse momento tem-se uma etapa teórica da metodologia proposta. Na sequência, apresenta uma etapa prática, na qual os oficiais, após o planejamento, escolhem o “local do Theatro da Operaçãõ”. Para tanto devem produzir um “borraõ da Carta do Local”, elaborado com base em seu conhecimento do local “ou pelos guias habitadores do Paiz, ou outras pessoas que tenhaõ delle hum conhecimento particular”. Nesse borrão deveriam estar indicados a situação dos lugares, as estradas reais, os montes e vales, os rios, regatos, pontes, desfiladeiros e tudo que há de interesse militar (LIPPE, 1773, § XXII, 5-7).

Essas orientações demonstram aspectos importantes do pensamento educacional de Lippe. Inicialmente, percebe-se a reafirmação da hierarquia, pois inicia suas recomendações descrevendo as atribuições que seriam realizadas pelo Coronel, situado no topo da pirâmide. Seria ele quem proporia as atividades aos seus oficiais, localizados logo abaixo na hierarquia militar. Aqui se observa a necessidade do “saber” do Coronel para propor os “problemas militares”. A metodologia seguida tem como base o pensamento científico, pois se inicia com o problema. Em seguida apresentam-se as hipóteses para sua resolução. Dos oficiais é exigida a habilidade de escrever, uma vez que deveriam apresentar “memórias”. O contato com a dimensão prática, de contato com o terreno e com as pessoas são fundamentais para elaborar o “borrão”, isso é o desenho que servirá para planejar as operações.

Este capítulo buscou demonstrar como nos escritos do Conde de Lippe a educação militar estava sustentada no tripé “ensinar-vigiar-punir”, de maneira embrincada, na qual se misturavam as ações. O que pode ser observado em ações cotidianas. Ao se ensinar um procedimento ao soldado, o método adotado era demonstrar como se fazia, seguido da repetição, diante do olhar vigilante daquele que ensinava. Caso o soldado não realizasse o procedimento como lhe fora ensinado, sofria a punição, que tinha a função de corrigir. A vigilância do comportamento moral e das ações técnicas do soldado era baseada na educação que recebera, e o lembrava da punição futura em caso de desvio.

Como analisado, o primeiro instrumento utilizado por Lippe para pontuar essas ideias foram as *Instruções Gerais* (1762). Elas tinham como foco inicial definir as atribuições dos oficiais, e segue com o detalhamento dos procedimentos cotidianos em relação às atividades militares, entre eles a “disciplina geral”.

Os regulamentos para a Infantaria (1763), para a Cavalaria (1764) e o Plano da Artilharia (1763) uniam a educação moral com a instrução técnica. Uma vez definidos os parâmetros do “ensinar-vigiar-punir” no interior dos regimentos, buscou-se ampliar o “vigiar” por meio das *Obrigações dos Inspectores das Tropas* (1767). Estava, assim, estruturada a rede de vigilância, para coordenação e controle, que se iniciava com o soldado “capaz e bem procedido” (expressão por meio da qual se pode perceber as dimensões técnica e moral) sobre o recruta que entrava no regimentos, passando pelo controle dos Cabos-de-Esquadra, Sargentos, e chegando aos oficiais subalternos, capitães, Majores, Tenentes-coronéis e coronéis. Em nível maior estavam os oficiais-generais que desempenhavam as funções de inspetores das tropas.

No bojo desse processo está a questão das “Culturas do Escrito”, entendida a partir das reflexões propostas por Ana Galvão (2007, 2017, 2020). Assim, interpreta-se as fontes militares atentando-se para o fato de que “os lugares que o escrito ocupa não são os mesmos para os

diferentes sujeitos e grupos que vivem naquela sociedade. Portanto, “não podem ser consideradas fora das relações de poder.”<sup>101</sup> Esses aspectos são potencializados quando se insere em relações altamente simbólicas e marcadas por hierarquias rígidas, como é o caso do universo militar.

Do que foi apresentado, percebe-se a centralidade das práticas educativas propostas, operacionalizadas e supervisionadas pelo Conde de Lippe, por meio de ações que aqui se interpreta como “culturas do escrito”. Num primeiro momento, demonstrou-se a presença dos seus “escritos militares”, disponíveis em uma variedade de formatos e suportes (instruções, regulamentos, ordenanças, memórias, planos).

Nessa dinâmica observam-se as determinações para a “publicização direcionada” dos escritos militares de Lippe. Num primeiro momento, o alvo era a oficialidade. Apesar da pluralidade de atores envolvidos no processo de ensino militar, a centralidade em termos de coordenação e controle caberia ao Major.

Essa ação buscava colocar o oficial como responsável pelo ensino (educação e instrução), em virtude do conhecimento adquirido. Um dos meios para atingir essa meta seria a leitura. Essa preocupação transparece, com maior intensidade, nas recomendações contidas na *Memória sobre os exercícios de meditação militar* (1773). Nela, destaca-se a importância dos livros e da biblioteca militar.

Definidos formalmente os instrumentos para o ensino dos soldados, busca-se compreender na próxima seção outra dimensão da disciplina militar, percebida como “educação”, que buscava formar o “bom, e fiel vassalo” militar.

### 3.2 A dimensão educativa: representações do “bom, e fiel vassalo” militar

A dimensão educativa da “disciplina militar” trata das representações do “bom, e fiel vassalo [militar]”. Essa expressão está presente na fórmula-padrão do Termo de Juramento:

Eu F., que ora estou alistado em praça de Forriell, Cabo de Esquadra, ou Soldado na Companhia de F. do Regimento, de que he Coronel F.; Juro aos **Santos Evangelhos**, em que ponho minhas mãos, de **servir bem, e fielmente a Sua Magestade**, e de **obedecer** com a mais exacta promptidão, e respeito a tudo, o que contém os **Artigos de Guerra**, e a **todas as ordens dos meus**

<sup>101</sup> Para melhor entendimento indica-se consultar o *Glossário Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para Educadores*, do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) da Faculdade de Educação da UFMG. Em especial, indica-se a leitura do verbete “Cultura escrita”, elaborado por Ana Galvão, disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/cultura-escrita>.

**Superiores**, concernentes ao Real Serviço, e de me não apartar por pretexto algum do meu Regimento sem licença, e de servir em toda a parte com zelo, e valor seguindo sempre os Estandartes, sem já mais os desamparar, debaixo dos quaes estou alistado, e **prompto para derramar todo o meu sangue** em sua defesa, **como bom, e fiel Vassallo**; e para firmeza de tudo, assinei este Termo de Juramento, feito em Elvas, Estremoz, &c. (LIPPE, 1764, XX, grifo nosso).

No juramento é possível verificar aspectos da religiosidade cristã, lealdade ao soberano, obediência às determinações dos *Artigos de Guerra*, aos superiores na hierarquia militar e a disposição de pagar seu “tributo de sangue” como “bom, e fiel Vassallo” militar.

Na sociedade portuguesa do século XVIII todo vassalo deveria pagar seu “Tributo de Sangue” ao rei.<sup>102</sup> Homens de todas “qualidades” e “condições”, com raras exceções, estavam inseridos no esforço militar da Coroa, seja nas tropas regulares, auxiliares ou irregulares. Os corpos militares eram formados por “nobres e plebeus”, brancos, mestiços, livres, libertos, populações nativas e, em algumas circunstâncias, por escravos. Dessa forma, em algum momento, em maior ou menor grau de intensidade, algum aspecto da disciplina militar (educação e instrução) atingiria esses vassalos.

O juramento traz um ponto importante da disciplina proposta por Lippe: o acatamento aos *Artigos de Guerra*. Eles estavam inseridos no capítulo XXVI do *Regulamento para o Exercício, e Disciplina, dos Regimentos de Infantaria* (LIPPE, 1763) e no capítulo IX do *Regulamento para o Exercício, e Disciplina dos Regimentos de Cavallaria* (LIPPE, 1764).

Entre as ações realizadas para formar o soldado estavam a leitura e a explicação dos “Artigos de Guerra”. Essa prática de “leitura-explicação-escuta” se iniciava após o recrutamento, continuava com o “juramento de fidelidade aos estandartes” e permanecia todos os dias de pagamento. De acordo com o *Regulamento de Infantaria* (1763):

Acabada a revista, mandará o Capitão unir as fileiras, e o Sargento **lerá em voz alta, e intelligivel** os Artigos da Guerra; os quaes **serão bem explicados** aos soldados novos, para que sejam perfeitamente **instruídos das suas obrigaçoens**. 11 -Depois que o Sargento **acabar de ler**, fará o Capitão abrir as fileiras e dar pelo Furiel O pagamento aos Soldados; que estiverem presentes [...] (LIPPE, 1763, IX, §§ 10-11, grifo nosso).

Esse tipo de prática possibilita compreender, como afirma Galvão (2007, p.14), “a oralidade como mediadora das relações com o escrito e o papel desempenhado pelas redes de socialização”. Aqui, o ouvir, a leitura e a explicação dos *Artigos de Guerra* pelo Sargento, num

---

<sup>102</sup> Essas tradições provêm do medievo, quando as relações de vassalagem foram de fato estabelecidas. No período “Moderno” é possível observar as ambiguidades, que bebem em antigas tradições de ordenação social (DENIPOTI, 2020).

momento altamente ritualizado (a revista da tropa), se constituem em um evento educativo. A interpretação desse evento educativo corrobora os argumentos de Thais Fonseca (2019b, p. 320), que percebe “a educação dirigida ao ver e ao ouvir como práticas educativas”.

A disciplina também estava relacionada ao ensino e à educação. De acordo com Silva (1789, t. 1, p. 462), a “Educação é a criação que se faz em alguém, ou se lhe dá, ensino de coisas, que aperfeiçoam o entendimento, ou servem de dirigir a vontade, e também do que respeita do **decoro**” (grifo nosso). Nota-se que a disciplina militar buscava dirigir, vigiar e controlar a vontade do soldado, lembrando-o de seu lugar na ordem que ocupava.<sup>103</sup> A Ordem-dia de 21 de agosto de 1811 tratava do Decoro Militar, afirmando que:

Sem ele não pode existir subordinação no seu auge, da qual depende a *Disciplina militar*: os Oficiais não devem familiarizar-se com os Sargentos, nem com os Soldados; e os Sargentos também não devem ter familiaridade com os Soldados: a conservação todavia destes limites não exclue a docilidade, que todo o Superior deve empregar para com o seu inferior, desviando toda a espécie de dureza (MELO, 1830, p. 75, grifo do autor).

Assim, estabelecia-se a relação entre o decoro militar e a subordinação como dimensão central e estruturante da disciplina militar, especialmente no que diz respeito aos lugares ocupados por cada militar em termos hierárquicos. Reafirmam-se a segregação e as divisões entre oficiais, Sargentos e soldados. Ao mesmo tempo determinava-se a “docilidade” que o “superior” deveria ter com o seu “inferior”.

Ocorreria no universo militar uma tecnologia de autoridade que congregava a “disciplina do corpo e da alma” (ANTUNES, 2012, p. 52). Uma vigilância do corpo, engendrada pela normalização e pela repressão, que criavam formas de dirigir as condutas dos vassalos militares, baseados em mecanismos disciplinares.

Conforme se analisou anteriormente, uma das primeiras ações do Conde de Lippe no processo de institucionalização da disciplina militar foi elaborar, imprimir e colocar em execução as *Instruções Geraes relativas a varias partes essenciaes do Serviço Diario* (LIPPE, 1762). Nelas, a importância do asseio e da limpeza era central. A vigilância baseada no corpo do militar (individualmente) e o castigo pela desobediência buscavam a saúde do corpo militar (estrutura militar tática):

---

<sup>103</sup> De acordo com Russel-Wood (2012, p. 22), no contexto do Antigo Regime, a “boa ordem” está relacionada ao comportamento aceito, ao “código de comportamento” e “representava a personificação da fusão do costume habitual e do uso estabelecido”, gerando um comportamento previsível, o que possibilitava equilíbrio e harmonia.

A **limpeza** deve ser considerada como um objeto essencial para a conservação dos soldados, deve-se cuidar nela por todos os modos possíveis, mandando ver as suas muxilas pelos Sargentos e Cabos de Esquadra; examinar se tem a sua roupa lavada, e concertada; no caso de terem perdido alguma coisa por descuido, **devem ser castigados**, e com mais aspereza se a tem vendido. Achando-se-lhes trastes alheios, devem os Capitaens averiguar se foraõ furtados, e havendo suspeita contra elles, serão prezos, e se dará parte ao Major (LIPPE, 1762, Art. IV, § V, grifo nosso).

A vigilância direta e imediata das condutas dos soldados caberia aos Sargentos e Cabos-de-Esquadra, que, por sua vez, eram vigiados pelos capitães e Tenentes. Essas atribuições também estavam presentes no *Regulamento para a Infantaria* (1763):

Os Capitaens, e Officiaes Sobalternos faraõ huma **exacta revista** ás suas Companhias, e examinãõ se os Soldados vão bem vestidos, penteados, e com todo asseyo; e se as armas, e petrechos estaõ no estado, em que devem estar (LIPPE, 1763, Cap VIII, 5, grifo nosso). [...] Cuidadosamente se **examinará** se os Officiaes Inferiores, Soldados e Tambores vão bem vestidos e penteados, e se a roupa branca vay lavada e limpa, e o boldrié branqueado” (LIPPE, 1763, Cap. IX, § 3, grifo nosso).

O artigo 19 dos *Artigos de Guerra* determinava que “todo o soldado que não tiver cuidado nas suas armas, no seu uniforme e em tudo que lhe pertence, que o lançar fora, que o romper ou arruinar de propósito e sem necessidade será pela primeira e segunda vez preso, porém, a terceira, será punido de morte” (LIPPE, 1763). A pena capital é o instrumento utilizado para lembrar o soldado sobre o cuidado que deveria ter.

O militar deveria ter cuidado com o seu corpo, com a farda, com os equipamentos e com os armamentos. Ratificando essa visão, o Alvará de 24 de março de 1764 afirmava que:

Atendendo ao muito que convêm ao [meu] Real serviço e á conservação, e decencia das minhas Tropas, que os fardamentos delas se achem promptos nos seus devidos tempos; de sorte que naõ faltem ás mesmas Tropas, nem a comodidade, nem o **acêio**, que constituem huma taõ importante parte da **disciplina Militar** (grifo nosso).

No item 17, o alvará previa o fornecimento de pentes de madeira, “o qual sirva de huma parte para limpar a cabeça; e da outra parte para concertar o cabelo”. Os dispositivos de controle e asseio do corpo do soldado permaneceram na prática e no arcabouço militar. No início do século XIX ele foi reafirmado por meio da Ordem-do-Dia de 11 de setembro de 1809, que indicava:

O Aceio é absolutamente necessario para conservar a saúde dos soldados; e todo o Oficial é pessoalmente responsável, tanto quanto lhes respeita, porque os soldados, que tem a seo cargo estejão sempre lavados, barbeados, e em fim

aceados no corpo, na cabeça nas mãos e nos pés: para este fim é preciso que cada soldado esteja sempre fornecido de sabão; o qual os Officiaes lhes devem fazer comprar; assim como outros pequenos artigos para o seo aceio e do seo vestido, taes como pentes, escovas etc (MELO, 1830, p. 3).

O asseio dos militares, a conservação e limpeza das fardas, bem como a manutenção dos equipamentos e armamentos eram vistos como aspectos centrais na *disciplina militar*, baseados no “ensinar-vigiar-punir”. O controle dos corpos e dos comportamentos dos militares extrapolavam os regulamentos, as normas e leis, pois faziam parte de uma vigilância constante imersa numa dinâmica complexa que ia além da ideia verticalizada de hierarquia. Ela apresentava uma perspectiva ampliada, na qual os superiores controlavam os subordinados, os pares se vigiam e os subordinados observavam as condutas de seus superiores, uma vez que estes deveriam ser exemplos de correção de atitudes. Nesse contexto, é possível pensar numa auto-vigilância, na qual o militar, por medo da punição, internaliza a norma e controlava seu comportamento.

Em 14 de novembro de 1767, ao retornar a Portugal, o Conde de Lippe reafirmava a necessidade de dar continuidade às leis e regulamentos militares que estabeleciam a:

Disciplina, administração da justiça, economia, instrução e exercício dos Regimentos de Infantaria, Cavallaria e Artelharia dos seus Exercitos, se observem com a maior exacção athé os seus minimos detalhes, sem alteração alguma debaixo de qualquer pretexto que se possa ser (LIPPE, 1767c, p. 41, grifo nosso).

Nos escritos militares estavam as prescrições para a disciplina, no sentido de controle dos comportamentos desejados, especialmente em termos de subordinação e obediência hierárquica. A Justiça Militar estava representada na montagem do arcabouço penal-disciplinar dos Conselhos de Guerra, que, mediante o devido processo legal, analisavam os casos concretos de violação à norma, isto é, os Artigos de Guerra. A economia militar diz respeito à coordenação e ao controle dos gastos feitos com os pagamentos dos soldos das tropas, com a compra e manutenção dos armamentos, com a aquisição do fardamento e tudo necessário ao bom andamento da atividade militar. A instrução e exercício dos regimentos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia estavam dispostos de maneira técnica nos regulamentos e outros escritos, que tinham por objetivo padronizar ações e potencializar, por meio da *Scienza* da Guerra, o uso das forças dos militares e dos corpos militares, em termos técnicos, táticos e estratégicos.



### 3.3 Instrução militar: *Sciencia da Guerra* e a utilidade do soldado

Na proposta interpretativa desta dissertação, a “disciplina militar” é entendida em duas dimensões, integradas e complementares: a educação e a instrução, percebidas como relacionadas, respectivamente, ao controle de comportamentos, gestos e vontades dos soldados (ser); e ações de transmissão de conhecimentos técnicos úteis sobre a “*Sciencia Práctica da Guerra*” (fazer). Para o Conde de Lippe (1773):

A **Sciencia Practica da Guerra**, ou a Arte de fazer as Tropas o uso mais conveniente nas occasioens, contém objectos taõ multiplicado, complicados, e variaveis, que he impossivel estabelecer, sómente para os Officiaes nos Regimentos, Leis de conducta bastante circunstanciadas (LIPPE, 1773, § II, grifo nosso).

Na leitura experimentada do Conde de Lippe a “*Sciencia da Guerra*” é adjetivada com a “*Practica*”, o que demonstra a valorização do fazer racional por meio de condutas “bastante circunstanciadas”. Nesse sentido, o “Repertório das Ordens do Dia” (1830, p. 14) complementa esse pensamento, ao afirmar que a “*Sciencia ou Arte da Guerra* é a arte de paralisar as forças do inimigo: seus elementos são número, rapidez, ordem e valor”. Portanto, possui uma dimensão técnica e prática. Essa dimensão fornecia conhecimentos úteis para o emprego eficiente do soldado.

O aumento da eficiência por meio da busca da uniformidade pode ser identificada em vários escritos do Conde de Lippe, especialmente pela elaboração de modelos a serem seguidos pelos militares. Ele busca apresentar o método apropriado para potencializar e melhorar os resultados.

Nesse sentido está o *Regulamento para a Cavalaria* (1764). Nele, estão previstos 30 tipos de “exercícios a pé” e suas consequentes subdivisões, além de 32 evoluções. Esse processo é engendrado pelos tempos e por seus elementos constitutivos: a aplicação, a exatidão e a regularidade. Na execução dos exercícios há uma nítida articulação entre o corpo e o objeto. Ao tratar dos “exercícios a pé”, Lippe orienta que, estando formado o regimento para iniciar os exercícios, o Coronel ou oficial daria a ordem:

1 Juntar a mão direita à clavina - um tempo

Este mandamento se executa pegando a clavina com a mão direita voltando os fechos para a parte de fora e tendo sempre a clavina nesta posição.

2 Armas à frente – um tempo

Tira-se a clavina arbatadamente do ombro pegando-lhe com a mão esquerda juntamente por cima dos fechos, de modo que o dedo mínimo toque a extremidade superior, o dedo polegar estendido sobre a coronha e que a clavina não esteja muito desviada do corpo, a mão esquerda deve ficar na altura dos olhos (LIPPE, 1763, Cap IV, § I).

Observa-se uma decomposição do tempo e do movimento. A divisão do gesto em duas séries paralelas: a dos elementos do corpo que são utilizados (mão direita, mão esquerda, ombro, dedo mínimo, polegar, olhos) e os elementos do objeto manipulado (fechos, cano, coronha). Essas ações são correlacionadas de acordo com número de gestos simples (pegar, levantar).

Tem-se, assim, o que Michel Foucault ([1975], 2020, p. 148) denominou “Elaboração Temporal do Ato”. O ato é decomposto em seus elementos; é definida a posição do corpo, dos membros, das articulações, para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma duração; é prescrita sua ordem de sucessão. “O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder”. O sucesso dessa dimensão do poder disciplinar se deve, sobretudo, ao olhar hierárquico. Segundo Lippe, “as revistas particulares de cada regimento são apropriadamente das inspeções e servem para examinar com detalhe o estado do regimento em todos os pontos.”<sup>104</sup> Assim, o tripé “ensinar-vigiar-punir” é uma constante que se observa em outros tipos de instrução como aquela destinada aos soldados de Artilharia. Para além da demonstração, observação e execução da atividade, Lippe utilizou-se de imagens em suas ações educativas.

A Figura 10 é um desenho que apresenta duas imagens: uma com a vista superior do movimento da peça de Artilharia, e a outra com a vista em corte da saliência da fortificação e da plataforma interior (com 3 serventes artilheiros). No texto inserido junto aos desenhos identifica-se por três vezes a expressão “método”, além da palavra “modo de servir”. Isso é um indicativo do pensamento educacional de Lippe sobre aspectos técnicos que potencializavam o emprego do militar. O aprendizado do método de se posicionar a artilharia é ilustrado pedagogicamente com “o desenho que representa.” Dessa forma, a imagem atua como um instrumento visual para o aprendizado do militar.

---

<sup>104</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (doravante, BNRJ). Cod.1.13,3,14. Ordens do dia do Conde de Lippe. Agosto de 1762.

Figura 10 – Posição de Artilharia. Conde de Lippe. 1762



- Legenda: a) Gravura colorida com a assinatura do Conde de Lippe e selo real de Portugal.  
 b) Detalhe do texto explicativo, em cartela, que compõe a gravura.  
 c) Detalhe ensinando as posições e ações dos militares para a utilização do método.  
 d) Detalhe da assinatura do Conde de Lippe, destacando-se o título de Marechal-General.

Fonte: Catálogo Castro e Silva. MES. 1506JC016. Lisboa.

O texto que está em cartela na gravura é uma fonte importante para compreender a valorização do “método” nos escritos de Lippe. Nele percebe-se a recorrência do termo “método”. Por ser um tema muito técnico, nesse caso específico, optou-se por atualizar a grafia do texto para melhor compreensão das recomendações:

Este desenho representa o **modo de** servir as Peças à Barba, sempre que fique exposto o que as carrega, nem os mais que as movem, à Artilharia e mosquetaria dos inimigos. O que aponta, sobe à Plataforma, e se escarranha sobre as Falcas, ficando coberto com a mesma Peça, enquanto aponta, não o devendo fazer pelo método ordinário pela parte de cima, nem pelos lados, mas sim, pela parte de baixo; para cujo efeito, será necessário servir-se de duas Palmetas, postas, uma de um, e outra de outro lado, debaixo da Culatra das Peças, ficando espaço bastante para as mesmas duas Palmetas na faixa alta da Culatra, para pôr entre elas poder fazer livremente a pontaria. **Este método**, exclusivamente dá vantagem de cobrir os Artilheiros que servem as referidas Peças, tem mais duas: 1º Que por este modo se evita, enfraquecer o parapeito pela abertura das Canhoerias; 2º Que podendo obliquar as ditas Peças tanto quanto for necessário, se pode com elas atirar para todas, e quaisquer direcções da mesma Bateria. O desenho representa, uma Plataforma estabelecida em um ângulo saliente, donde se faz evidente que este mesmo **método** é igualmente aplicável a toda, e outra qualquer parte do âmbito da Fortificação (grifo nosso).

A Figura 10 traz a representação [idealizada] dos soldados [serventes artilheiros] que se apresentam bem fardados e limpos, mesmo em meio ao uso de pólvora e ao manuseio das munições. Cada soldado executa uma função definida de acordo com o método estabelecido. Destaca-se o aspecto defensivo, por meio do tipo da construção onde estão posicionados os canhões, que podem ser movimentados de um lado para outro mediante um sistema de roldanas de tração.

As atividades bélicas são percebidas como uma *Sciencia*, com procedimentos sistematizados que deveriam ser conhecidos pelo oficial militar, em sua profissão, por meio do estudo:

A Guerra não he para Officiaes hum Officio, mas sim huma **Sciencia**, de que cada Ramo pede o seu estudo, e que a mesma experiencia não he mais, do que huma Practica cega, que não instrue verdadeiramente o Offical na sua **Profissão** se elle não tem o espirito preparado para della se aproveitar (LIPPE, 1773, § X, grifo nosso).

O “ramo” mencionado diz respeito à Infantaria, Cavalaria, Dragões e Artilharia. Aspectos relacionados às instruções técnica e tática estão presentes tanto no *Regulamento para Infantaria* (1763), quanto no *Regulamento para o Exercício e Disciplina dos Regimentos de Cavallaria* (1764). Essa interpretação da instrução militar corrobora as afirmações de Thais Fonseca (2019a, p. 24), ao afirmar que a instrução “se aproxima do processo de aprendizado de conhecimentos práticos que dariam ainda maior sentido à utilidade social dos indivíduos”.

Para finalizar o processo educacional proposto pelo Conde de Lippe está a constituição de uma instância formal responsável por apurar e julgar as transgressões disciplinares/crimes militares, com vistas à punição daqueles que teriam recebido a educação, foram vigiados e, mesmo assim, se desviaram.

Nos regulamentos para a Infantaria (1763) e para a Cavalaria (1764), além de conteúdos relacionados aos aspectos técnicos e táticos constam os *Artigos de Guerra*, os interrogatórios, os tipos de castigos, a dinâmica dos Conselhos de Guerra, além dos termos de juramento de fidelidade, da dinâmica de escolha dos cirurgiões e os cuidados com os soldados enfermos.

### 3.4 Justiça Militar: Conselhos de Guerra, o devido processo legal e as penas

Ao realizar o cruzamento das fontes militares produzidas na segunda metade do século XVIII com outros tipos de escritos coevos, buscou-se no *Diccionario Poetico* (1765, p. 225-226), obra literária do frade oratoriano Cândido Lusitano (1719-1773), os sentidos atribuídos à disciplina. Em meio à polissemia do termo, observam-se fragmentos que lançam luz sobre o “punir”:

Arte liberal, Sciencia, faculdade: Ou Ensino, criação, exercício. = Sabia, prudente, instructiva, áspera, custosa, penosa, acerba, difícil, dificultosa, industriosa, engenhosa, polida, útil, proveitosa, frutuosa, judiosa, perspicaz, sollicita, estudiosa, rígida, rigorosa, severa, grave, jucunda, attractiva, deleitosa, liberal, nobre, ilustre, generosa, honrosa.

Observa-se a relação da disciplina como “Sciencia”, “ensino”, “exercício”, ao mesmo tempo que é adjetivada como “áspera, rígida, rigorosa, severa, grave”. Esses termos fazem pensar na dimensão da disciplina como ação de “punir”. Ao trazer essa perspectiva para as práticas educativas propostas por Lippe, apresenta-se a constituição do sistema punitivo militar, especialmente centrado nos *Artigos de Guerra*<sup>105</sup>, sem desprezar a presença dessa dimensão em outros escritos de Lippe, e mesmo nas leis militares vigentes em Portugal.

O Conde de Lippe incorporou em seus “escritos filosóficos” aspectos do pensamento iluminista relacionados à Justiça. Tais escritos, segundo seus biógrafos, teriam sido utilizados por Lippe nas aulas ministradas aos cadetes da Academia Militar de Wilhelmstein. Essa influência foi incorporada nas propostas para a institucionalização da Justiça Militar autônoma em Portugal.

Os *Artigos de Guerra* definiam quais eram as condutas desejáveis e as indesejáveis para o militar. Posteriormente, eles serviriam de base para os julgamentos dos transgressores. Nesse momento não se distinguiam quais ações ou omissões eram consideradas “transgressões militares” e quais eram “crimes militares”.<sup>106</sup>

<sup>105</sup> Todos os *Artigos de Guerra* estão presentes tanto no Regulamento para a Infantaria (1763), quanto para a Cavalaria (1764).

<sup>106</sup> Contemporaneamente o Direito Penal e o Direito Disciplinar são institutos jurídicos diferentes. Eles não tratam das mesmas categorias de ilicitude, mesmo que tenham a mesma finalidade jurídica: punição e prevenção contra o delito. A “transgressão disciplinar” é toda ação ou omissão contrária ao dever, ética e obrigação militar, que afete a honra pessoal, pundonor militar e decoro da classe (previstas nos regulamentos ou nos códigos de éticas militares). O “crime militar” é ofensa mais grave a esse mesmo dever, segundo o preceituado na legislação penal militar (COTTA, 2020, p. 3).

Várias penas poderiam ser aplicadas aos militares, de acordo com as transgressões/crimes cometidos. O infrator poderia ser preso, expulso por infâmia, castigado corporalmente de maneira rigorosa, ter uma argola de ferro com corrente presa ao tornozelo, uma corrente, trabalhar em fortificações, receber 50 pancadas de espada de prancha, poderia ser enforcado ou arcabuzado (“punido de morte”).

Eles se aplicavam a todos os militares, independentemente do seu posto ou graduação. De acordo com Lippe, os “*Artigos de Guerra* obrigaõ todo o Militar de qualquer gráo que seja, e sem excepção alguma; e serviraõ de base, ou de Leys fundamentaes em todos os Conselhos de Guerra” (LIPPE, 1763, XXVI, I).

Com a publicação dos *Artigos de Guerra* foi instituído em cada regimento português um Conselho de Guerra. Ele era um tribunal militar formado por militares do próprio regimento, que ocupavam as funções de presidente, vogais e auditor. A eles caberia julgar os delitos praticados pelos membros do seu corpo militar.

A função de presidente era ocupada pelo oficial de maior patente, podendo variar de acordo com o posto ou graduação dos réus. Os vogais ou “juízes de fato” realizavam o exame das provas e o julgamento, sempre pautados nas leis militares, não podendo modificar a disposição dos *Artigos de Guerra* transgredidos, nem usar nas sentenças outras palavras que não fossem idênticas às constantes nos *Artigos* e nos regulamentos.<sup>107</sup> Observa-se nesse ponto a observância ao “Princípio da Legalidade” ou da “Reserva Legal”. Isso significa que a conduta proibida deveria estar registrada de forma explícita.<sup>108</sup> Assim, faz sentido a determinação de que os *Artigos de Guerra* fossem lidos “em todos os dias de pagamento” na frente da companhia, e que eles fossem compreendidos pelos militares.

O juiz auditor militar era “letrado e instruído não só nos *Artigos de Guerra*, mas também nos outros crimes que pelas leis civis se acham defendidos em benefício da paz pública dos meus reinos e bem comum.”<sup>109</sup> Sua jurisdição estava limitada aos conselhos de guerra. No desempenho de suas funções recomendava-se deliberar “sem ódio, amor, sem ira, sem compaixão, sem interesse e sem temor.” (CASTELO BRANCO, 1783, Cap. II, 2). Assim, iria julgar com acerto e sentenciar “com os olhos no serviço de Deus, no serviço do monarca, na boa disciplina das tropas e na reta administração da justiça a favor dos inocentes e em castigo dos culpados.” (CASTELO BRANCO, 1783, Cap. III).

<sup>107</sup> Arquivo Histórico Militar. Lisboa. AHM/Div/3/3/2/2. Alvará de 15/7/1763.

<sup>108</sup> Contemporaneamente só pode ser considerada a conduta contrária ao que está expreso, sendo incabível a sua “extensão”, “analogia” ou “proximidade” (COTTA, 2020, p. 5).

<sup>109</sup> Arquivo Histórico Militar. Lisboa. AHM/Div/3/3/2/2. Decreto de 20/10/1763 e Lei de 21/10/1763.

Entre as atribuições do Auditor estavam a realização das justificações e habilitações de soldados que pretendessem servir como cadetes, a confecção dos inventários por falecimento de oficiais nos quartéis ou em campanha, e a ação educativa, expressa na seguinte determinação:

Depois da publicação dos Artigos de Guerra, o Auditor fará **compreender muito bem** aos Soldados de recluta, a força do juramento; representando-lhes vivamente os **castigos Divinos, e humanos**, com que são **punidos os prejuros**. Isto feito, irá lendo o Juramento, o qual irá repetindo, palavra por palavra, aquelle, que o tomar (LIPPE, 1763, Cap. XXVI, 3-4, grifo nosso).

Dois anos após a criação dos conselhos de guerra regimentais detectaram-se irregularidades na formalização dos processos e nos julgamentos dos militares.<sup>110</sup> Os auditores formalizavam os conselhos a partir de simples perguntas feitas aos réus, proferindo imediatamente as sentenças condenatórias, se confessavam, e absolutórias, se negavam o delito. Tais ações não estavam de acordo com o pensamento do Conde de Lippe e pela lógica do “devido processo legal.” Era fundamento impreterível de todo juízo criminal o *auto de corpo de delito*, e, a partir dele, se daria início aos interrogatórios para, então, se impor a devida pena.

As ações dos juízes-auditores-militares dos conselhos de guerra somavam-se às do Intendente Geral da Polícia. Ambos os magistrados trabalhariam de maneira harmônica, cada qual em sua instância:

A **Disciplina Militar** e a **Polícia** [são] os dois pólos que sustentam a Paz Pública e tranquilidade dos povos. E devendo por isso ser inseparáveis e coadjuvarem-se mútua e reciprocamente, de sorte que entre uma e outra não haja o menor conflito de jurisdições.<sup>111</sup>

Sobre as jurisdições civis e militares, e as peculiaridades do foro militar estabeleceu-se que os militares tinham competência para prender os criminosos que “virem delinquir ou quando forem chamados para sossegar qualquer distúrbio”.

Por outro lado, os magistrados e oficiais civis eram competentes para prender os militares incurso em crimes, sem com isso violarem o “privilégio militar”. Logo que o criminoso civil chegasse ao Corpo da Guarda Militar e se desse parte de sua captura ao comandante da praça, esse comunicava por escrito ao juiz. No caso de militar preso por civil, o magistrado comunicava por escrito ao comandante da tropa para que esse mandasse buscar “com decência o culpado e o fizesse conduzir à prisão militar.”<sup>112</sup>

<sup>110</sup> Arquivo Histórico Militar. AHM/Div/3/3/2/3. Lisboa. Alvará de 4/9/1765.

<sup>111</sup> Arquivo Histórico Militar. Lisboa. AHM/Div/3/3/2/2. Alvará de 21/10/1763. Item 5º. Regula as jurisdições civis e militares. Grifo nosso.

<sup>112</sup> *Idem*, Item 6º.

Como pessoa alguma poderia “ser isenta dos procedimentos sumários da *polícia*, contra a tranquilidade e bem comum”, caberia ao Intendente Geral da Polícia apreender e reter na prisão os militares que tivessem culpas. Após a formalização do *processo verbal e informatório*, o Intendente o enviava, juntamente com o militar preso, ao seu respectivo comandante militar, para ser julgado pelo Conselho de Guerra.<sup>113</sup>

Caso ilustrativo do conflito de jurisdições entre as justiças civil e a militar foi o açoitamento público do soldado Antônio Pedro. Em 1770, o Intendente Geral da Polícia e o Corregedor do Crime do bairro do Rossio determinaram o castigo do militar pelas ruas de Lisboa. Ciente do fato, o Rei esclareceu que os magistrados agiram

com a notória transgressão da minha lei de 21 de outubro de 1763, que estabeleceu os justos **limites das jurisdições civil e militar** e contra outras disposições que determinam que **os uniformes que são distintivos de uma profissão que tem por instituto a honra** e de que eu faço por isso uma estimação merecida, se **não ouse uma tal injuriosa ignomia**, me pareceu participar-vos tudo para que mandando chamar à Relação ao dito corregedor o façais nela **reprender muito severamente pelo indesculpável erro que cometeu** ao mandar o dito soldado ao Intendente Geral da Polícia que incompetentemente mandou fazer a correição do crime da corte. E fazendo convocar os ministros que foram no referido acórdão, lhes ordenareis que logo o rescindam por outro em que declarem por manifestamente incompetente e como nulo para produzir algum efeito de infâmia ou prestar o menor impedimento em juízo ou fora dele ao mesmo condenado. Hei por bem comutar no agravo que indevidamente se lhe fez todas as penas, que aliás merecia pelo delito, e mandareis que seja solto e restituído ao regimento.<sup>114</sup>

Os auditores não deveriam agir somente pela confissão do réu sem por outro meio constatar o crime cometido pelo militar. A confissão somente seria válida se fosse feita clara e espontânea, se o réu fosse maior de 25 anos, e se o crime confessado fosse provado por testemunhas. Era necessário, sobretudo, a realização do “auto de corpo de delito” e ter provas. Os auditores poderiam seguir a prática da *Lei da Polícia*, formando primeiro os autos com a produção das provas.<sup>115</sup>

A composição do Conselho de Guerra possuía uma dimensão de reafirmação da hierarquia militar, pois os presidentes e interrogadores eram sempre superiores aos réus. Entretanto, os membros eram superiores, pares e subordinados.

<sup>113</sup> *Ibidem*, Item 8º.

<sup>114</sup> Repreensão ao doutor Manoel José da Gama Oliveira, Intendente Geral da Polícia, e ao corregedor do crime do bairro do Rossio José de Mascarenhas Salter por terem sentenciado o soldado Antônio Pedro à pena de açoites e degredo por acórdão de 3 de Junho de 1770. Palácio do Pinheiro, 22/2/1771 *apud* CASTELO BRANCO (3ª Parte, Cap. I, Grifo nosso). Dando continuidade à essa lógica, em 1781, a rainha ordenou que os réus condenados a açoites e penas vis, sendo militares, antes de se lhes infligir a pena, fossem retirados com toda a segurança de seus respectivos regimentos, para neles serem “exautorados das honras, como é necessário à conservação do espírito militar”. Decreto de 12/7/1781.

<sup>115</sup> Biblioteca da Guarda Nacional Republicana. Lisboa. Documentos avulsos. Lei de 25/06/1760, § 5. Essa prática era confirmada pela Lei de 20/10/1763, § 8.



Essa dinâmica colocava o julgamento como um *locus* privilegiado para a reafirmação dos valores militares numa dimensão pedagógica. O evento conjugava práticas de leitura, de escuta e do ver; formalizações racionais típicas do mundo do Direito, com suas fórmulas e ritos; emoções como o medo, ansiedade e incerteza. Em meio aos processos de defesa e julgamento do réu, criavam-se momentos para exercícios de empatia, no sentido de perceber aquele local (de réu) como potencialmente seu, em virtude do arcabouço prescritivo dos comportamentos típicos do mundo militar e, sobretudo, da rede de vigilância.

O Quadro 4 apresenta as composições possíveis para os Conselhos de Guerra, do soldado ao oficial superior (Major, Tenente-Coronel e Coronel). Em relação à constituição dos membros dos conselhos de guerra, nota-se que estão presentes todas as classes (praças e oficiais), de acordo com o réu.

Quadro 4 – Composições dos Conselhos de Guerra. Século XVIII

Réu	Presidente	Interrogadores	Membros	Hieraquia
Oficial Superior	General Chefe do Exército	Comandante do Regimento outro Oficial Superior	2 Tenentes-Coronéis 2 Majores 2 Capitães	superior pares subordinados
Capitão	Tenente-Coronel	Oficial Superior Capitão	Tenente-Coronel 2 Majores 2 Capitães 2 Tenentes 2 Alferes	superior superiores pares subordinados subordinados
Oficial Subalterno	Oficial Superior	Capitão Subalterno	Oficial Superior 2 Capitães 2 Tenentes 2 Alferes	superior superiores pares subordinados
Oficial Inferior	Capitão	Tenente Alferes	2 Tenentes 2 Alferes 2 Sargentos 2 Cabos-de-Esquadra	superiores superiores pares subordinados
Soldado	Capitão	Tenente antigo	2 Tenentes 2 Alferes 2 Sargentos 2 Cabos-de-Esquadra 2 Anspençadas 2 Soldados	superior superior superior superior superior pares

Fonte: Elaborado a partir de LIPPE, 1764. Cap. XI. *Interrogatórios e dos Conselhos de Guerra*.

Esse espaço educativo, o rito para a realização do julgamento seguia as seguintes etapas: estando o Conselho de Guerra formado e todos os membros presentes, o presidente mandaria vir o réu à sua presença, tiraria-lhe primeiro os “ferros”, e solicitaria ao auditor militar que lesse o interrogatório. O auditor militar era o fiscal das perguntas realizadas pelos interrogadores. Caso ocorresse alguma irregularidade nessas perguntas, o auditor deveria, com moderação, insinuar-lhe o modo de as fazer (LIPPE, 1763, Cap. XI, § 7).

Após essas ações, o presidente perguntava ao réu se tinha algo a acrescentar à sua defesa, após ordenava que o conduzisse novamente para a cadeia ou para a guarda donde saiu. O auditor relatava sumariamente o interrogatório, expondo, em poucas palavras, o delito e a defesa, e, então, o presidente separava as classes para que cada um desse o seu voto (LIPPE, 1763, Cap. XI, § 8).

Se algum militar se obstinasse em não votar, o presidente do Conselho o prenderia como réu do crime de desobediência e o substituiria por outro. Após a substituição, a votação era concluída e encerraria o Conselho de Guerra. O *processo verbal* seria concluído em 24 horas. Em casos especiais, esse prazo poderia ser prorrogado por até oito dias (LIPPE, 1763, Cap. XI, § 10). Notas-se nesse ponto o “princípio da celeridade” do processo.

As penas deveriam estar escritas e publicizadas anteriormente, como nos *Artigos Militares*. O capítulo XI, do *Regulamento para a Infantaria* (1763), intitula-se *Dos Castigos*. Nele são definidas três categorias de delitos, de acordo com a gravidade da ação ou omissão: os maiores, os graves e as culpas leves.

No caso dos “delitos maiores”, como motim, homicídio premeditado e traição, a punição seria a morte. O condenado seria enforcado ou padeceria morte mais severa nos casos extraordinariamente atroz, conforme julgamento do Conselho de Guerra. Na execução da sentença seguia-se o ritual previsto nas *Novas Ordenanças* (1708):

O condenado era trazido com boa guarda onde estiverem as tropas em batalha e se tocarão os tambores e se mandará lançar bando e, que se proibia com pena de morte a todos os soldados de qualquer qualidade que sejam de darem vozes pelo perdão do delinquente, e **lida a sentença na frente das mesmas tropas** será conduzido ao lugar de suplício e se o réu for condenado a ser arcabuzado se atará ao poste e o destacamento que o houver conduzido se porá em três fileiras, três ou quatro passos e dará a carga e tocarão os tambores e o destacamento que pegou nas armas para **assistir a esta execução** desfilará por quatro passando diante do morto, que depois disto será levado a enterrar.<sup>116</sup>

Para além da teatralização do poder e da autoridade, realizada de maneira pedagógica, percebe-se a interdição do uso da fala pelos soldados no sentido de pedirem clemência para o condenado, segue-se a prática da leitura da sentença para todos os soldados, o que faz pensar na dimensão educativa pela “escuta”. O aprendizado pelo “olhar” é definido na própria realização do ritual de execução do soldado transgressor.

---

<sup>116</sup> Arquivo Histórico Militar. Lisboa. AHM/Div/3/3/2/1. Alvará de 20/2/1708. Cap. 148. O Regulamento de Infantaria (1763) derogou em parte o de 1708, mas muitas práticas permaneceram em vigor.

Nos delitos graves, os condenados seriam enviados para trabalharem nas fortificações por meses ou por anos, conforme a gravidade do delito. Eles trabalhariam com grilhão no pé e na mão direita e um rótulo nas costas que declarasse o seu delito. Faziam com que eles trabalhassem mais tempo e em obras mais penosas que os demais trabalhadores. Enquanto durasse o tempo de suas condenações se conservariam em estreita prisão e não receberiam de pão e paga mais que o necessário para sustentar a vida. Tais penas seriam dadas pelo Conselho de Guerra (LIPPE, 1763, Cap. X, 2).

As culpas leves, cometidas por descuido ou inadvertência, seriam castigadas com: 1) vinte, trinta ou cinquenta pancadas dadas com a espada de prancha; 2) prisão a pão e água; 3) montando Guarda sem lhe competir; 4) carregando o infrator de armas uma ou muitas horas; 5) colocando o infrator no tornilho<sup>117</sup> quatro, seis, oito ou mais até vinte e quatro horas. Esses castigos se dariam sem Conselho de Guerra (LIPPE, 1763, Cap X, 3).

Nenhum oficial subalterno poderia aplicar sem ordem, nem impor ao subordinado nenhum dos castigos descritos, salvo se estivesse comandando um posto destacado. Nesse caso, faria uso da sua autoridade, mas sempre com a moderação necessária, uma vez que seria responsável por sua “conduta” (LIPPE, 1763, Cap. X, 4).

Os *Artigos de Guerra* primavam pelas “virtudes militares”. A esse respeito, o aluno do Conde de Lippe na Academia Militar de Wilhelmstein, General Gerhard von Scharnhorst (1755-1813) afirmava que “começamos a prestar mais atenção à Arte da Guerra do que às virtudes militares; isso tem sido o sinal de decadência dos povos em todos os tempos” (SCHIRMER, 1987, p. 8). No Quadro 5 destacam-se virtudes militares valorizadas nos *Artigos de Guerra*.

---

<sup>117</sup> O tornilho consiste em atravessar duas espingardas, uma sobre o pescoço e outra nas curvas das pernas, apertando-as com correias, de sorte que faziam dobrar o corpo com dificuldade e dor.

Quadro 5 – Valores militares e punições nos *Artigos de Guerra*. 1763

Virtudes	Prescrições nos <i>Artigos de Guerra</i> e suas punições
Obediência	Aquelle, que recusar por palavras, ou discursos, <b>obedecer ás ordens</b> dos seus superiores, concernentes ao serviço, será condemnado a trabalhar nas Fortificaçoens: porém se se lhe oppozer servindo-se de qualquer arma, ou ameaça, será <b>arcabuzado</b> (A.G. I).
	Todos os Officiaes inferiores, e Soldados devem ter toda a devida <b>obediência</b> , e respeito aos seus Officiaes do primeiro ate o ultimo em geral (A.G.VII).
Controle do Discursos	Todo aquelle que <b>fallar mal do seu superior</b> nos Córpos de Guarda, ou nas Companhias, será <b>castigado aos trabalhos da Fortificação</b> : porém se na indagação, que se fizer, se conhecer que aquella murmuraçãõ não fora procedida sómente de huma soltura de língua, mas encaminhada a rebelliãõ, será <b>punido de morte</b> , como cabeça de motim (A.G. XVI).
	Todo o Soldado deve achar-se onde for mandado e á hora, que se lhe determinar, posto que lhe não toque, <b>sem murmurar</b> , nem pôr difficuldades: e se entender que lhe fizeram injustiça, depois de fazer o serviço, se poderá queixar, porém sempre com toda a moderação (A.G. IX)
Coragem	Todo Militar, que cometer huma fraqueza escondendo-se, ou fugindo, quando for preciso combater, será <b>punido de morte</b> (A.G. IV).
Cuidado com armas e uniforme	Todo o soldado, que não tiver cuidado nas suas armas, no seu uniforme, e em tudo, o que lhe pertence; que o lançar fóra, que o romper, ou arruinar de proposito, e sem necessidade; e que o vender, empenhar, ou jogar será pela primeira, e segunda vez repreendido; porém á terceira, punido de <b>morte</b> (A.G. XIX).
	Todo o Soldado deve ter sempre o seu armamento em bom estado, e fazer o serviço com as suas próprias armas (A.G. XX).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de LIPPE, 1763.

Obs.: A.G.= *Artigo de Guerra*.

Os *Artigos de Guerra* serviriam de Código Penal Militar em Portugal até a publicação do Código de 1875.

As virtudes foram elaboradas pelo autor para sistematizar as determinações presentes nos *Artigos de Guerra*.

Fernando López (1992, p. 45) esclarece, numa perspectiva ibérica, que a Justiça Militar julga sem ater-se, exclusivamente, ao ato em si, mas sim à sua transcendência. Um soldado que está a exercer a função de sentinela e dorme frente ao inimigo não é penalizado por uma falha laboral, pois, por sua negligência, pode o inimigo surpreender a guarnição de uma posição e matar a todos. Assim, não é uma questão de negligência laboral, vai além. Por sua vez, a desobediência solapa a base da hierarquia militar, pois coloca em xeque a autoridade e o poder de mando do superior hierárquico diante do subordinado.

Com a punição do soldado encerra-se o ciclo “ensinar-vigiar-punir”. Os momentos experienciados pelos envolvidos no Conselho de Guerra são percebidos como eventos educativos. Eles são marcados pela racionalidade e formalidade, ao mesmo tempo em que existe uma forte carga emocional. Não se pode desconsiderar que tal evento é propício para a produção de traumas. Devido ao ritual em curso as discordâncias não podem ser verbalizadas. As ações violentas não são esquecidas, elas servem para ensinar, por meio do “ver” e do “ouvir” o que acontece com aquele militar que rompe a ordem estabelecida. Sua punição é exemplar. Superiores, pares e subordinados participam do evento que poderá condenar “um dos seus” à pena capital ou aos castigos físicos. Eles são obrigados a observar a execução da condenação.

Esse evento educativo faz pensar na possibilidade de olhares que tenham como referência interpretativa aspectos apresentados pela “educação dos sentidos e das sensibilidades”, proposta por historiadores da educação como Marcus Tabor da (2018).<sup>118</sup> Essa referência faz pensar em como esses militares, que experienciavam as sessões dos Conselhos de Guerra construíram a partir dessas vivências as suas percepções e como as traduziam em seus comportamentos. Como eles desenvolveram estratégias de resistências, adaptações e sobrevivência diante dessa estrutura (TABORDA, 2018).

### 3.5 A “Arte Militar de Curar”, o cuidado com o soldado e a vigilância médica

Outro aspecto que foi alvo das recomendações do Conde de Lippe diz respeito à “Arte Militar de Curar”.<sup>119</sup> Ela possui saberes teóricos e práticos da medicina, cirurgia e da botica que são instrumentalizados para as especificidades da vida militar<sup>120</sup>, ao mesmo tempo que possui uma dimensão educativa por meio de ações de vigilância e controle dos espaços e dos doentes. A dimensão técnica pode ser percebida na trajetória do maior médico português do século XVIII, Antonio Ribeiro Sanches (1699-1783).<sup>121</sup>

O médico militar Ribeiro Sanches transitou por diversos locais e culturas. Sua sólida formação universitária rendeu-lhe vários cargos, os quais lhe proporcionaram realizar observações, estudos e ações que contribuíram para sua produção intelectual. Para além de seus escritos, esteve no *front* de várias batalhas. Essa faceta militar pode ser observada em 1735, quando foi nomeado médico dos exércitos imperiais da Rússia:

<sup>118</sup> Essa abordagem possibilita compreender as formas de resistências dos soldados, seja de forma individual como o desacato, a desobediência e a deserção, ou coletiva, como os motins e revoltas (muitas delas motivadas pelos excessos dos castigos físicos). A identificação desses aspectos é possível diante dos relatos dos soldados, das reiteradas recomendações em manuais sobre o tratamento dos oficiais para com os soldados. Um campo rico de possibilidades que pode ser explorado com as ferramentas da “Educação dos sentidos e das sensibilidades”.

<sup>119</sup> Termo cunhado para englobar as ações de cuidado sobre os corpos dos militares doentes, perpetradas por médicos, cirurgiões, farmacêuticos, boticários e mesmo por curadores práticos (COTTA, 2004).

<sup>120</sup> O Apêndice D apresenta parte desses saberes que circularam em Portugal nos séculos XVII, XVIII e XIX.

<sup>121</sup> Agradeço ao pesquisador Faber Clayton Barbosa, do CEIbero, pelo compartilhamento de fontes sobre António Ribeiro Sanches. O médico português nasceu na região da Beira Baixa. Inicialmente estudou Direito na Universidade de Coimbra (1716), posteriormente se matriculou em Medicina e em Artes, na Universidade de Salamanca (1720). Em 1727, após ser denunciado por práticas judaizantes, se retirou de Portugal para Londres, onde estudou as matemáticas (física, química, ciências naturais, farmácia). Em 1728, visitou a Universidade de Montpellier, conhecendo Paris e Marselha, também passou pela Universidade de Pisa. Em 1730, estava na Universidade de Leyde e no ano seguinte viajou para Moscou. Em 1733, o 1º Médico da Imperatriz e Presidente da Chancelaria de Medicina o convocou para São Petersburgo, e no ano seguinte o nomeou membro da Chancelaria de Medicina. Dados de sua biografia e obra estão disponíveis em: [http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs\\_biografia.html](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_biografia.html). Acesso em 19 out. 2020.

cargo que aceita com satisfação, porque lhe permitiria estudar as doenças dos acampamentos e fazer algumas observações sobre os **hospitais militares**. Acompanha o exército na guerra contra a Turquia, o que lhe trouxe a **possibilidade de percorrer vários países e contactar com outros povos** (grifo nosso).<sup>122</sup>

Suas experiências nos hospitais militares e campos de batalha forneceram conhecimentos para a elaboração de estudos sobre as doenças que vitimavam os soldados, algo que conhecia de perto, pois ficou enfermo na campanha militar do Cerco de Azoff.<sup>123</sup> No outono de 1736, após retornar do *front*, a Imperatriz Ana Ivanovna (1693-1740) o nomeou médico do *Nobre Corpo de Cadetes*. Esta experiência teria proporcionado a Ribeiro Sanches observar o cotidiano no ambiente educacional da Escola Militar de São Petersburgo.

Com as mudanças ocorridas na Rússia solicitou exoneração e se deslocou para Paris, onde elaborou as *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, concluídas em 19 de dezembro de 1759 e impressas em 1760.<sup>124</sup> Suas propostas tiveram impacto nas reformas pedagógicas em curso em Portugal e teriam influenciado na criação da pretensa “Escola Militar”, que, na verdade, se concretizou no Colégio dos Nobres (BOTO, 2011, p. 67). Para o Conde de Lippe o Colégio seria um local onde poderiam ser elaborados os livros militares e recrutados os cadetes (BRITO, 2012).

Desde a década de 1740 o médico militar e professor de cirurgia Ribeiro Sanches elaborou vários escritos sobre a Arte de Curar: *Projecto de instruções para um professor de cirurgia* (1742); *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos* (1756); *Método de Estudar Medicina* (1763); *Apontamentos para estabelecer-se um Tribunal e Colégio de Medicina*. Publicou na *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers* os textos: *Maladie vénérienne chronique* (1771) e *Afeções de l' âme* (1787).

O Conde de Lippe estava atento à Arte Militar de Curar e, para tanto, reservou o Capítulo XVII do *Regulamento para a Infantaria* (1763) e o Capítulo XIX do *Regulamento para Cavalaria* (1764). Neles foram tratados aspectos importantes como a dinâmica da “escolha dos cirurgiões, e do Cuidado, que se deve haver dos Soldados enfermos”.

Lippe determinava que, para o provimento de Cirurgião-Mor, o candidato deveria ser “examinado” em conhecimentos de Medicina e de Cirurgia, para que “Sua Magestade esteja

<sup>122</sup> Centro de Estudos Judaicos. Biografia de António Ribeiro Sanchez. Disponível em: [http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs\\_biografia.html](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_biografia.html). Acesso em: 19 out. 2020.

<sup>123</sup> *Idem*.

<sup>124</sup> *Idem*. De acordo com Thais Fonseca (2019a, p. 323) as *Cartas sobre a Educação da Mocidade* teriam influências do pensamento de John Locke e destacavam “a ideia do exemplo como instrumento pedagógico”, fato observado nos regulamentos militares da época, como se pontuou anteriormente e se retoma nesse contexto em que se observa a importância de Ribeiro Sanches e sua realção com o universo militar.

seguro de que nas suas Tropas não ha nem hum só Cirurgiaõ mór, que não seja habil na theorica, e na pratica; de cuja habilidade lhes darão os Examinadores huma Attenção, em virtude da qual o Auditor o meterá posse [...]” (LIPPE, 1763, XVII, 1). Aqui está presente a valorização dos conhecimentos teóricos e práticos, que deveriam ser averiguados por meio do exame, ao mesmo tempo em que o Auditor, representante da Justiça Castrense, registraria e formalizaria o ato.

Caberia aos Cirurgiões-Mores de cada regimento nomear seus ajudantes “versados em sua arte”. Além do cuidado aos doentes e feridos, os cirurgiões estariam sujeitos “em tudo à disciplina do regimento”. Portanto, se inseriam na dinâmica da disciplina militar. Eles fariam parte do Estado-Maior dos regimentos, conforme se pode observar no Quadro 6.

Em cada companhia existiria um cirurgião, que faria a barba dos soldados sempre que necessário. O Hospital seria criado na sede da guarnição e, para as companhias, casas particulares poderiam servir para os atendimentos.

Uma das preocupações de Lippe se relacionava às “enfermidades que podem passar a epidemicas”. Nesse sentido, alertava que “por prevenção, qualquer homem atacado de huma enfermidade epidemica, ou contragiosa, será logo no mesmo instante separado dos outros enfermos” (LIPPE, 1763, XVII, 11). Era proibido a todo militar tomar “qualquer remedio de precaução”. Os oficiais deveriam observar “cuidadosamente o semblante dos seus Soldados; e mandaraõ para o Hospital aquelles, que lhes parecer, que estão doentes, para que o Cirurgiaõ mór examine o estado da sua saude” (LIPPE, 1763, XVII, 12).

Para Michel Foucault ([1975], 2020) a “disciplina” realiza a distribuição dos indivíduos no espaço. Para tal utilizava: a “cerca”, um local fechado em si mesmo; o “quadriculamento”, que era o princípio da localização imediata desses indivíduos, se constituindo em um espaço analítico; e as “localizações funcionais”, percebido como um espaço útil. Esse processo aparece no hospital militar. Assim, ele deve cuidar, “mas por isso mesmo deve ser um filtro, um dispositivo que afixa e quadricula [...]. A vigilância médica das doenças e dos contágios é também solidária de uma série de outros controles.” (FOUCAULT, [1975], 2020, p. 141).

O hospital militar se constituía um *locus* privilegiado para o exercício de várias formas de controle: o militar sobre as condutas dos soldados; o fiscal sobre o fornecimentos de mercadorias; o administrativo sobre os remédios, rações, desaparecimentos, curas, mortes e simulações de doenças. Nesse contexto, era necessário distribuir os espaços para localizar os medicamentos e registrar seus usos; identificar o número de doentes; proceder ao isolamento daqueles portadores de doenças contagiosas, em leitos separados. O espaço administrativo, de controle, “se transforma em espaço terapêutico, com uma tendência a individualizar os corpos,

as doenças, os sintomas, as vidas e mortes [...] Nasce da disciplina um espaço útil do ponto de vista médico (FOUCAULT, [1975], 2020, p. 142).

Este capítulo encerra a primeira parte desta dissertação, onde se buscou analisar aspectos que permitiram conhecer como se deu a montagem do arcabouço da disciplina militar pretendida pelo Conde de Lippe, que fôra sistematizada por meio de seus escritos militares. Os fragmentos da vida do cotidiano dos cadetes da Academia Militar criada por Lippe em seu condado jogam luz sobre aspectos pedagógicos idealizados pelo oficial anglo-germânico. Nos próximos capítulos, a segunda parte desta dissertação, serão interpretados os dados que possibilitam compreender os trânsitos de saberes, práticas, livros e homens da Europa para a América portuguesa.



#### 4 PRÁTICAS EDUCATIVAS E A “UTILIDADE” DOS CORPOS MILITARES DA AMÉRICA PORTUGUESA

Neste capítulo busca-se compreender os desdobramentos da reforma militar ilustrada de Portugal na América por intermédio da atuação de militares que assumiram o papel de mediadores culturais ao estabelecerem ligações entre conhecimentos militares produzidos na Europa e a administração, sendo operacionalizadas por meio de diretrizes militares.

Serão analisadas as ações educativas do Tenente-General alemão Böhn, do Marquês do Lavradio e do Capitão-General Dom Antonio de Noronha. Todos esses oficiais participaram do processo de reforma militar e dos embates bélicos que se sucederam em Portugal em decorrência da Guerra dos Sete Anos, sendo que o Tenente-General Böhn atuou com Lippe tanto na região da Alemanha quando em Portugal.

O subcapítulo intitulado *O Cabeça da América: o Inspetor Geral das Tropas e da Disciplina Militar*, trata das ações de Böhn e sua inserção no Sistema Militar Corporativo, buscando compreender práticas e processos educativos militares que ocorreram no Rio de Janeiro, bem como na região sul da América, especialmente a partir da reorganização dos corpos auxiliares em 1766 e a incorporação do pensamento de “Guerra Defensiva” do Conde de Lippe pelo Capitão-General de mar e terra (vice-rei), pelos Capitães-Generais (governadores), Coronéis, Mestres-de-Campo e Capitães-Mores.

O subcapítulo *Reformas no Coração da América: sobre a égide dos escritos do Conde de Lippe* trata do processo de institucionalização da disciplina militar em Minas Gerais. Nele serão analisadas as redes de parentesco e de sociabilidades construídas pelos oficiais do Regimento de Cavalaria e como esse contexto impactou o universo militar da tropa regular e paga na capitania. Destacam-se, na administração do Capitão-General Dom Antonio de Noronha, o sentido utilitário dos conhecimentos militares, o emprego de aspectos da Aritmética Política, da Estatística Descritiva, do Sistema Militar Corporativo e de aspectos da “Guerra Defensiva” do Conde de Lippe.

Com vistas a dar conhecimento sobre a dinâmica militar das capitanias da América portuguesa, bem como especificidades dos corpos militares, elaborou-se o Apêndice F. Nele encontram-se aspectos que dizem respeito às preponderâncias militares das capitanias litorâneas, daquelas de fronteira com a América espanhola e de Minas Gerais. Uma vez que a Capitania de Minas Gerais será alvo de estudo, apresenta-se a estrutura dos corpos militares ali existentes no século XVIII.

#### 4.1 A Cabeça da América e o Inspetor Geral das Tropas e da Disciplina Militar

A ideia de “Cabeça da América” está relacionada aos aspectos da teoria corporativa neotomista do poder, que possibilitam pensar as relações de poder na sociedade de Antigo Regime em Portugal.<sup>125</sup> Christiane Mello (2002, p. 42) esclarece que a dimensão corporativa postulava a delegação de poderes, desde que “estivessem harmonizados com as diretrizes da cabeça do corpo político do Estado, o Rei.” Para a autora essa perspectiva “implicará, e justificará, a concentração institucional e efetiva do poder político na Coroa, isto é, ao poder central caberá a execução das tarefas concernentes ao ordenamento social em função do bem comum”, lembrando que, nesse contexto, o “bem comum” diz respeito à preservação da Coroa.

Partindo dessa lógica, o sistema militar corporativo é entendido como uma trama articulada de relações mútuas de poder entre os diversos corpos militares. Essa articulação não pressupunha perda de autonomia, tampouco homogeneidade. O pluralismo e as especificidades de cada corpo militar permaneceriam, independentemente da missão a ser cumprida. A dinâmica de emprego dos corpos militares unificados ocorreria no âmbito interno das capitânicas, onde se ligavam, como no caso das Minas setecentista, as tropas regulares, auxiliares, ordenanças, pedestres e homens-do-mato. Externamente, por meio da reunião dos vários contingentes oriundos das capitânicas e, em alguns casos, de tropas oriundas de Portugal (COTTA, 2005).

Em capitânicas-gerais tais como Minas Gerais os capitães-gerais, cabeças do corpo militar, seriam os responsáveis pela disciplina militar. A eles estavam subordinados: 1) os Capitães-Mores das ordenanças (“homens bons”, poderosos e que ficavam nas principais vilas das capitânicas), que eram os comandantes diretos dos capitães-de-distritos das ordenanças de pé e de cavalo (compostas, de maneira local e segregada, de homens brancos - titulares das ordenanças de cavalo -, dos homens pardos e dos pretos libertos); 2) os coronéis, comandantes dos corpos auxiliares (milícias) de cavalaria (de homens brancos) e de infantaria (de pardos e de pretos libertos); 3) os mestres-de-campo dos terços de pardos e pretos libertos; 4) os coronéis dos regimentos regulares (cavalaria, infantaria, dragões, artilharia); 5) os Capitães-Mores-do-Mato, dos Homens-do-Mato; 6) os Capitães dos Corpos de Pedestres, que atuavam a auxiliar diretamente a tropa regular (COTTA, 2013). (Apêndice F).

<sup>125</sup> O conceito “Sistema Militar Corporativo” é tributário dos diálogos com o Prof. António Manuel Hespanha, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em 2003, durante a realização de pesquisa financiada pela Capes e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Após leitura atenta da teoria corporativa neotomista do poder e da sociedade e como ela esteve presente nas relações societárias portuguesas, buscou-se verificar sua aplicabilidade ao universo militar. Estudos detalhados sobre a teoria corporativa foram elaborados por Hespanha (1989, p. 135-204; 1995; 1999, p. 133-145).

Esses corpos militares eram constituídos em meio aos arranjos de “redes clientelares”. Elas, por sua vez, são pensadas a partir do caráter simbólico e microfísico do poder, em termos de organização e reprodução dos poderes (FOUCAULT, 1979). Assim, a sociedade estaria ligada por cadeias de relações políticas entre indivíduos, estabelecendo hierarquias e definindo lugares sociais (XAVIER, HESPANHA, 1992, p. 381-393).

Na América, a cabeça militar do rei é representada pela figura do Capitão-General-de-mar-e-terra, o vice-rei do Estado do Brasil, geograficamente posicionado na cidade do Rio de Janeiro, com a elevação do Brasil a vice-reino em 1763. Seu poder de mando em assuntos militares não poderia ser dividido com nenhum outro vassalo militar. Era atribuição do vice-rei superintender e inspecionar todas as obras de defesa dos portos e serviços das guarnições, além de observar o pagamento das folhas civil, militar e eclesiástica, tendo autonomia para criar, em caso de guerra, officios e postos militares. A carta patente do primeiro vice-rei no Rio de Janeiro dava-lhe poder sobre os generais, mestres-de-campo e capitães (COTTA, 2004).

Ao se instalar no Rio de Janeiro, Antonio Álvares da Cunha, Conde da Cunha, vice-rei no período de 1763 a 1767, encontrou a fortaleza de Santa Cruz arruinada e as demais necessitando de reparos urgentes nas muralhas e em quase todas as peças de artilharia. A tropa estava num estado reduzidíssimo, sem forças regulares e composta por homens indisciplinados (RODRIGUES, 2000, p. 15).

A intensificação dos conflitos com os espanhóis no Rio Grande de São Pedro, Colônia de Sacramento e Ilha de Santa Catarina gerou pedidos para que a Inglaterra interviesse no sentido da manutenção do Acordo de Paz de Paris. Em resposta, os ingleses afirmavam que “a Corte de Portugal não quer tropas inglesas defendendo as Minas e comandando os portos da costa do Brasil [...]. A deplorável situação do Brasil não pode deixar de estimular seus inimigos a conquistá-lo.”<sup>126</sup> Em 1763, com o fim da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), Martinho de Melo e Castro representou Portugal nas negociações de paz entre Portugal, França, Inglaterra e Espanha, em Paris. (VALADARES, 1997, p. 105). Nesses relatos percebe-se a necessidade de uma reorganização militar na América portuguesa como sendo vital para a manutenção das conquistas portuguesas.

Em abril de 1765, Martinho de Melo e Castro, então embaixador português na Inglaterra, descrevia ao Conde de Oeiras a conferência que tivera com o Lord Sandwich sobre as condições militares de Portugal para defender o Reino e o Rio de Janeiro de possíveis invasões, bem como

---

<sup>126</sup> Biblioteca Nacional de Portugal (doravante, BNP). Coleção Pombalina. Códice 612, fl.62-64. Carta de Martinho de Melo e Castro ao Conde de Oeiras Londres, 20/3/1765.

a necessidade de se tomar certas precauções.<sup>127</sup>

Diante desse quadro caótico, o vice-rei solicitou o deslocamento para o Rio de Janeiro de oficiais já familiarizados com as inovações da reforma militar de Lippe. Solicitava reforço de tropas de Portugal para defender a sede do vice-reinado e estarem preparadas para os confrontos no sul. A situação do setor militar era deficitária: efetivos desfalcados, faltavam armas e equipamentos, os quartéis eram insuficientes, não havia instrução militar e as fortalezas se encontravam em mau estado.<sup>128</sup>

Em 1767, foram enviados para o Rio de Janeiro um *Trem de Artilharia*<sup>129</sup> e os regimentos portugueses de infantaria de Moura, Bragança e Estremoz. Juntamente com a tropa, desembarcaram 70 oficiais liderados pelo Tenente-General Johann Heinrich Böhn (1708-1783), lugar-tenente do Conde de Lippe e Inspetor Geral das Tropas, com atuação em toda a América (COTTA, 2004, p. 152). Os limites de atuação do inspetor eram previstos na *Ordenança dos Inspectores* (1767), conforme já analisado nesta dissertação. Em seu relatório, o Marquês do Lavradio, vice-rei no período de 1769-1779, afirmava que Böhn

**exercitava com bastante aspereza a tropa e seus oficiais, pôs em prática a execução do Regulamento** [Conde de Lippe] ainda em muitas daquelas coisas que, aliás, **não são praticadas neste país**, pelos prejuízos graves que geralmente se podem seguir, assim à vida dos homens como ao Estado. Nesta ordem entra **o tempo dos exercícios** que sendo escolhidos na Europa por ser aquele tempo menos rigorosos; na América é o dos maiores calores e mais abundância de água de onde nascia haver **imensos doentes, muitos perderem as vidas e outros adquirem moléstias que inteiramente ficaram impossibilitados. Não consentia mais casamentos que os que permitia o Regulamento**; e como a tropa ocupa tanta gente em um país que necessita infinitamente dela, se vinha, por este modo a embaraçar um dos meios que pode concorrer para o aumento do Estado.<sup>130</sup>

Böhn destacava a necessidade de treinar, e colocar em ordem os corpos auxiliares, uma vez que da maneira como eles se encontravam eram:

De pouca utilidade também me parece em caso de guerra, esses Regimentos de Auxiliares, aos quais só se pode lembrar lentamente (aqueles de fora) e os três Regimentos de Brancos nesta capital não valem uma companhia das tropas regulares, pelo menos eu escolheria o último, não encontrando saúde, nem disposição, nem vontade com os outros (tradução nossa).<sup>131</sup>

<sup>127</sup> BNP. Coleção Pombalina. 613, fl. 76. Carta de Martinho de Melo e Castro ao Conde de Oeiras. Londres, 1/4/1765.

<sup>128</sup> Situação posteriormente confirmada pelo tenente General Böhn. Cf. BNRJ. Seção de Manuscritos. I-7-4-1. Correspondência do tenente-General Böhn com o Conde de Oeiras.

<sup>129</sup> Originariamente o *Trom* era o nome dado às primeiras bocas de fogo, feitas em ferro forjado.

<sup>130</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante, ANRJ). Relatório do Marquês do Lavradio. Rio de Janeiro, 19/6/1779. Cód. 71, fl. 3. Grifo nosso.

<sup>131</sup> *De peu d'utilité me semble aussi en case de guerre, ces Regiments d'Auxiliares, dont on ne pourraient ressembler, que lentement (ceux de dehors) et les trois Regiments des Blancs dans cette capitale ne*

O Tenente-General considerava que os regimentos auxiliares, de homens brancos, teriam “pouca utilidade” no caso de guerra. Para ele, os três existentes não valeriam uma companhia de tropa regular: eram compostos por homens doentes, sem disposição ou vontade. Entretanto, para ele, “os mulatos livres, pelo contrário, mais saudáveis, mais robustos, mais ativos, dotados de certo Brio, seriam uma tropa excelente” (tradução nossa).<sup>132</sup> Tendo em vista o elogio feito pelo Tenente-General alemão aos militares mulatos, essa temática será retomada posteriormente nesta dissertação.

O Marquês do Lavradio, também um militar de carreira<sup>133</sup>, ao passar o vice-reinado ao seu substituto, Luís de Vasconcelos, mostrava-se entusiasta das tropas auxiliares e irregulares que Böhn desprezava porque, segundo lhe parecia, “o Tenente-General tem grandíssima inveja deles, e sem olhar para a grande utilidade de que eles são, custa-lhe ver homens que ele reputa paisanos com fardas.”<sup>134</sup> O vice-rei queixava-se do “excesso de jurisdição do Tenente-General” e a “violência que os vice-reis sofriam”. Para ele, a aspereza com que a tropa era tratada seria o motivo das deserções. Ao assumir o vice-reinado das mãos do Conde de Azambuja, o Marquês do Lavradio chamou a si “toda a jurisdição” que lhe pertencia, fazendo o Tenente-General reconhecer a superioridade do lugar do vice-rei<sup>135</sup>, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conde de Lippe na *Ordenança que determina as obrigações dos Inspectores das Tropas de Sua Magestade Fidelissima* (1767). O vice-rei possuía o posto de “Capitão-General-de-Mar-e-Terra” e Böhn o de “Tenente-General”.

Dentre as medidas realizadas pelo Marquês do Lavradio estavam a reconciliação de Böhn com os demais oficiais da guarnição do Rio de Janeiro; a realização dos exercícios militares nos meses “mais competentes”; autorização para a realização dos casamentos dos soldados; providências para que se “embarçassem os desertores”, a fim de que não saíssem do

---

*valent pas une compagnie des troupes réglées, pour le moins je choisirais la dernière ne trouvant aux autres ni santé, ni disposition, ni volonté.* BNRJ. Mss. 1-7-4-5.

<sup>132</sup> “*Les mulats libres, au contraire, plus sains, plus robustes, plus actifs, doués d'un certain Brio, serait une excellent troupe.*”

<sup>133</sup> O Marquês do Lavradio aos 10 anos de idade assentou praça no regimento de infantaria de Eval. Em 1761 como Coronel, comandou o Regimento de Cascais. Após a Campanha de 1762 foi promovido a Brigadeiro, em 1763. Em 1767 foi nomeado Governador e Capitão-General da Bahia. Em 1769 tornou-se Vice-Rei do Brasil. Em abril de 1779 entregou o vice-reinado a Luís de Vasconcelos e Sousa. Atuou também como conselheiro de guerra e presidente do Desembargo do Paço. ANRJ. Fundo Marquês do Lavradio, p. 5.

<sup>134</sup> ANRJ. Cód. 71, fl. 6. Relatório do Marquês do Lavradio. Rio de Janeiro, 19/6/1779.

<sup>135</sup> ANRJ. Cód. 71, fl. 7. Relatório do Marquês do Lavradio. Rio de Janeiro, 19/6/1779.

Rio de Janeiro. Operacionalizadas as medidas, “sossegaram os oficiais, pararam as doenças e todos ficaram em grande sossego e satisfação.”<sup>136</sup>

Böhn comandou o corpo militar unificado que atuou no Rio Grande (1775-1779), expulsando os espanhóis de São Martinho (1/10/1775), Santa Tecla (1776) e Vila do Rio Grande (1/4/1776). Após a guerra ele retornou ao Rio de Janeiro e ali viveu por quatro anos. No dia 17 de julho de 1782, quando fazia, aos 75 anos de idade, seu exercício de equitação, sua montaria rodou. Em consequência, o velho Cabo de guerra sofreu graves ferimentos, sobrevivendo por mais de um ano. Como não se restabeleceu, Luís de Vasconcelos e Souza relatou sua impossibilidade de continuar na inspeção, direção e disciplina das tropas. No mesmo ofício, o vice-rei ressaltou que:

o desastre que o pôs naquela impossibilidade, e de que parece quis servir a Providência para o arrancar da triste infelicidade em que foi criado e sempre viveu sujeito aos erros de *Calvino*, reconciliando-o com a nossa *Santa Igreja Católica Romana* por meio de uma abjuração confirmada pelos sinais mais expressivos de uma vontade deliberada pela razão e de um coração convencido pela verdade.<sup>137</sup>

O Tenente-General Bohn atuou de acordo com seus conhecimentos da *Scientia* da Guerra e visão de mundo. Os aspectos mencionados com destaque na carta do vice-rei ao ministro suscita várias outras questões que fogem ao escopo desse trabalho, mas que lançam luz sobre fragmentos das trajetórias pessoais que se cruzam no universo militar. Essas questões fazem pensar nas propostas de Sabina Loriga (2011, p. 214) de se “pensar a experiência biográfica como uma possibilidade para melhor compreender o contexto social”.

<sup>136</sup> ANRJ. Cód. 71, fl. 8. Relatório do Marquês do Lavradio. Rio de Janeiro, 19/6/1779. Böhn era visto pelo Vice-Rei como um oficial “hábil na profissão, muito bem instruído e com bastante prática”. Tinha um “caráter muito forte”, era desconfiado, mas possuía “a maior sinceridade”.

<sup>137</sup> Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante, IHGB). Arq. 1.2.1 (grifão nosso). Carta de Luiz de Vasconcelos e Souza a Martinho de Mello e Castro relatando o acontecido ao Tenente-General Böhn e de haver ele abraçado a religião católica. Rio de Janeiro, 17/8/1782. Conselho Ultramarino. Vol. 30, p 114v-120. Böhn faleceu em 22/12/1783 e foi sepultado no Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro.

## 4.2 Reorganização dos auxiliares em 1766 e a “Arte Militar Defensiva” de Lippe

Em meados da década de 1770, o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, destacou para os governadores de Minas Gerais e São Paulo três “princípios inalteráveis”:

**Primeiro**, que o pequeno continente de Portugal, tendo braços muitos extensos, muito distantes e muito separados uns dos outros, quais são seus domínios ultramarinos nas **quatro partes do mundo**, não pode ter meios, nem forças com que se defenda a si próprio, e acuda ao mesmo tempo a preservação e segurança de cada um deles; **Segundo**, que nenhuma potência do universo por mais formidável que seja, pode, nem intentou até agora defender as suas colônias com as únicas forças do seu próprio continente; **terceiro**, que o único meio que até agora se tem descoberto, e praticado para ocorrer a sobredita impossibilidade foi o de fazer servir as mesmas colônias para a própria, e natural defesa delas: E na inteligência deste inalterável princípio, as principais forças que hão de defender o Brasil são as do mesmo Brasil.<sup>138</sup>

Esses “princípios inalteráveis” dialogam com aspectos táticos e estratégicos propostos pelo Conde de Lippe em escritos que tratam da “Guerra Defensiva”, pensados em virtude da necessidade da defesa do pequeno condado de Schumburg-Lippe-Bückeburg diante de grandes potências europeias, especialmente na Guerra dos Sete Anos. Os princípios da Guerra Defensiva foram utilizados no desenrolar da Guerra Fantástica (1762), para resistir e desestabilizar os espanhóis das terras portuguesas, por meio da *Kleiner Krieg* [pequena guerra ou guerrilha].<sup>139</sup>

Os vice-reis e os capitães-generais, coroneis e mestres-de-campo da América portuguesa sabiam da importância bélica dos corpos auxiliares. Dessa forma as dimensões da disciplina militar poderiam ser utilizadas para potencializar a utilidade dos corpos auxiliares e irregulares em prol da “defesa do Brasil”. Nesse sentido, um ano antes da chegada de Böhn à América (1767), como desdobramento da reforma militar do Conde de Lippe em termos estratégicos e, especialmente em virtude dos conflitos bélicos contra os espanhóis no sul, a Carta Régia de 22 de março de 1766 determinou aos governadores:

alistar todos os moradores das terras de sua jurisdição que se acharem em estado de poderem servir nas tropas auxiliares, sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos, e a proporção dos que tiver cada uma das referidas classes formeis Terços de Auxiliares e

<sup>138</sup> Esses princípios estão presentes nas instruções dadas aos governadores de Minas Gerais e de São Paulo: BNP. Coleção Pombalina. 643, fl. 125-131. Instruções para se regular a tropa paga de Minas. Salvaterra de Magos, 24/1/1775. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 43, p. 29-52. Instrução Militar. De Martinho de Melo e Castro para o Capitão-General da capitania de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha. Salvaterra de Magos, 14/1/1775. Grifo nosso.

<sup>139</sup> Tais relatos foram realizados pelo Conde de Lippe em *Mémoire de la campagne de Portugal en 1762*.

Ordenança.<sup>140</sup>

A Carta Régia não “inventou” os corpos militares compostos por homens pardos e pretos libertos, mas representou uma etapa importante para sua ampliação e institucionalização na estrutura militar defensiva. Em Minas Gerais, a operacionalização da Carta Régia iniciou-se no governo do Capitão-General Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768)<sup>141</sup> e prosseguiu com o Conde de Valadares (1768-1773). Esses governadores criaram vários corpos militares e nomearam os seus respectivos oficiais, sendo, inclusive, alvo de averiguação posterior pelo Capitão-General Dom Antonio de Noronha.

Entre os que receberam patentes de oficiais de corpos auxiliares e de ordenanças estava o homem preto liberto Antônio dos Santos Correia, nomeado Capitão da Companhia de Ordenança de Pé dos Homens Pretos Libertos de Vila Rica, “criada de novo”. Ele não receberia soldo, mas gozaria de “todas as honras, privilégios, isenções e franquias”. Deveria realizar o juramento dos Santos Evangelhos, seria “conhecido por Capitão e como tal deveria ser tratado [...] **com honra e estima pelos oficiais e soldados sob suas ordens.**”<sup>142</sup> Essa fórmula-padrão da carta patente trazia expressões que distinguiam esses homens numa sociedade escravista.

Também é possível identificar aspectos ligados à dimensão educativa da disciplina militar relacionados ao comportamento do soldado, em que palavras como “honra”, “estima” e as ideias de “reconhecimento” e de tratamento diferenciado eram carregadas de simbolismo. Como afirmava os *Artigos de Guerra* do Conde de Lippe (1763, XXIV): “Todo o Militar deve regular os seus costumes pelas regras da virtude, da candura, e da probidade: deve temer a Deos; reverenciar, e amar ao seu Rey; e executar exactamente as ordens, que lhe forem prescriptas.”

De acordo com as investigações de Ana Costa (2006), dois anos após as determinações da Carta Régia de 1766, existiam em Minas Gerais 99 companhias de pardos libertos, com 6.020 militares e 55 companhias de pretos libertos, com 3.442 homens. Esses dados mostram a dimensão do processo de institucionalização dos “fiéis e bons vassalos militares”.

Mesmo com a mudança de denominação da estrutura tática para regimento (de infantaria ou cavalaria) aplicáveis aos homens brancos, a designação “terço” permaneceu como designativo da reunião das companhias auxiliares de infantaria de pardos e pretos libertos. A

<sup>140</sup> Palácio do Nossa Senhora da Ajuda (doravante PNA). *Sobre a criação dos auxiliares*. 22/3/1766. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (doravante, BGUC). Códice 706, fl. 5-6. Carta régia de 22/3/1766. ANRJ. Cod. 64, vol.4, fls. 538-539.

<sup>141</sup> AHU. MG.Cx. 112. Doc. 24. Carta régia enviada ao Capitão-General Luís Diogo Lobo da Silva. Lisboa, 22/3/1766.

<sup>142</sup> AHU. MG. Cx. 93. Doc. 26. Carta patente passada pelo Conde de Valadares a Antonio dos Santos Corrêa no posto de Capitão de uma Companhia de Ordenança de Pé de Homens Pretos Libertos de Vila Rica. Vila Rica, 11/9/1768.



comandá-lo estaria o mestre-de-campo. Isso é representativo da hierarquização existente entre os diversos tipos de corpos militares e da preservação do *status quo*.<sup>143</sup>

A trajetória militar de Francisco Alexandrino, homem pardo residente em Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto nas décadas de 1760 e 1770, permite compreender aspectos da disciplina militar aplicáveis aos corpos auxiliares e de ordenanças. Entre eles estavam: o controle e vigilância das condutas, o juramento aos Santos Evangelhos e a dimensão religiosa, a obediência aos superiores e autoridades e o controle do vassalo no espaço geográfico.

Francisco almejava ser Capitão da Companhia de Ordenanças de Pé dos Homens Pardos de Vila Rica. Seguindo o rito militar, realizou e foi aprovado nos “exames de aritmética e evoluções militares, na forma do estilo”, aplicados pelo Ajudante-de-Ordens do Capitão-General de Minas Gerais Jerônimo de Mattos e pelo Alferes de Dragões João Carlos Xavier da Silva Ferrão. Na sequência, foi indicado pela Câmara de Vila Rica e confirmado no posto. O Capitão realizou “contínuas expedições de entrar os matos contra os negros fugidos” e auxiliou nos mandatos da justiça, “nas distâncias e asperezas dos caminhos”. Para os camaristas de Vila Rica, o desempenho dessas missões não “resolvem outra qualidade de homens”. Francisco era visto como “homem de morigerados costumes, louvável conduta, capacidade e outras circunstâncias que o fazem merecedor desta atenção”. Ele se subordinava ao Capitão-Mor de Vila Rica, aos oficiais superiores das ordenanças e ao governador. Não recebia soldo, mas gozava de “todas as honras, graças e isenções do posto”. Ele havia realizado o juramento dos Santos Evangelhos e assumiu o compromisso de residir em Vila Rica.<sup>144</sup>

Após a estruturação da Carta Régia de 1766, o Capitão Francisco Alexandrino foi promovido ao posto de Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria Auxiliar dos homens pardos de Vila Rica e seu termo.<sup>145</sup> Ele passou do Corpo de Ordenança (irregular, também considerada uma tropa de “paisanos armados”) para um Corpo Auxiliar (hierarquicamente superior às Ordenanças). Seu comando foi ampliado para 23 companhias de pardos (13 localizadas em Vila Rica e 10 em Mariana) além de sete companhias de pretos libertos (4 situadas em Vila Rica e 3 em Mariana). Essas 30 companhias totalizavam aproximadamente 1800 militares. Cada companhia, composta por aproximadamente 60 homens, era comandada por um Capitão (pardo

---

<sup>143</sup> No caso das Minas, o terço ficou restrito aos corpos de homens pardos e pretos libertos. Somente em 1802, o terço de pardos e pretos passou a ser designado “regimento”, e o posto de mestre-de-campo passou a coronel (COTTA, 2010).

<sup>144</sup> AHU. MG. Cx. 90. Doc. 46. Requerimento de Francisco Alexandrino. Vila Rica, 20/5/1767.

<sup>145</sup> AHU. MG. Cx. 97. Doc. 26. Requerimento de Francisco Alexandrino. Vila Rica, 8/4/1770. Carta Patente de Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria Auxiliar de Vila Rica. Vila Rica, 19/12/1768.

ou preto liberto, de acordo com o tipo).<sup>146</sup>

Para além da dimensão educativa da disciplina militar, foco desta dissertação, tem-se como hipótese que a inserção voluntária desses homens pardos e pretos libertos (e mesmo de escravos) nos corpos militares poderiam ser estratégias de mobilidade social, uma forma de resistência, e mesmo de sobrevivência numa sociedade escravista (COTTA, 2010). Cristiane de Mello (2006) considera a organização militar como uma estratégia da Coroa portuguesa para integrar os negros, mulatos, cabras, mestiços, índios e forros, homens livres e pobres por meio da concepção do “bem comum”.<sup>147</sup> Para Silveira (2009) e Silva (2013, p. 121) os “homens de cor” buscavam as cartas patentes como “símbolos de distinção fundamentais no interior da configuração social particular formada pelos negros, e de ascensão no âmbito da configuração social mais ampla”.

A Carta Régia de 1766 atingia todas as “condições” dos vassallos de El Rey e exigia o Tributo de Sangue. Eduardo Paiva (2015, p.154) argumenta que no contexto da Ibero-América a “categoria *cor* serviu de marcador social de distinção, de vivência, de convivência e de mobilidade”. Institucionalizam-se os terços de homens pardos e pretos libertos ampliando as possibilidades para as relativas mobilidades sociais por meio de “concessões controladas”.

Assim como os professores régios na América portuguesa estudados por Thais Fonseca (2011, p. 102), os quais, na busca da “distinção social”, “gozariam dos privilégios de nobres”, a patente do oficial também afidalgava. No último quartel do século XVIII, pouco antes da Inconfidência Mineira (1789), vários poemas satíricos circularam por Vila Rica criticando a administração do governador Dom Luís da Cunha Meneses (1783-1788). Elas foram atribuídas ao português Tomás Antonio Gonzaga (1744-1810). A Carta IX mencionava:

É também Doroteu<sup>148</sup>, contra a polícia  
 Franquearem-se as portas, a que subam  
 Aos distintos empregos pessoas,  
 Que vêm de humildes troncos. Os Tendeiros  
**Mal se vêem Capitães, são já Fidalgos:**  
 Seus néscios descendentes já não querem  
 Conservar as tavernas, que lhes deram  
 Os primeiros sapatos, e os primeiros  
 Capotes com capuz de grosso pano  
 (GONZAGA (?), [178-], Carta IX, p. 191, grifo nosso).

<sup>146</sup> Arquivo Público Mineiro (doravante APM). SG. Fl. 75v; SC. 249, fl. 241. Terços de pardos e pretos libertos de Vila Rica e Mariana. Minas Gerais. 1775.

<sup>147</sup> A concepção de “bem comum” nesse contexto diz respeito as ações que levem em conta a preservação da Coroa portuguesa (DENIPOTI, 2020).

<sup>148</sup> Doroteu era Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), poeta, advogado e proprietário de terras.

A indignação presente nesses versos diz respeito ao processo de mobilidade social de homens que exerciam ofícios mecânicos, e se inseriam na organização militar e, assim, de acordo com suas cartas patentes, cada qual deveria ser “conhecido [...] tratado [...] com honra e estima pelos oficiais e soldados sob suas ordens.”<sup>149</sup> Esse era um fato corriqueiro, especialmente para militares pardos. Muitos conseguiam atingir elevada posição social, e reproduziam a lógica escravista ao possuir escravos, terem agregados, propriedades e morarem em boas casas ao lado de homens poderosos.<sup>150</sup>

Essas e outras questões relacionadas aos corpos militares auxiliares foram abordadas nos últimos anos por uma historiografia que se insere em temas de interesse da Nova História Militar Colonial.<sup>151</sup>

Para além dos desafios relacionados às dinâmicas de uma “sociedade movediça”, cujas bases se assentavam em práticas de Antigo Regime, da escravidão, das dinâmicas da organização dos corpos auxiliares, em 1766 buscava-se adequar às diretrizes táticas e estratégicas. Uma racionalidade necessária para que as tropas fossem “úteis”.

Nesse sentido, em 1766 o Capitão-General de Minas enviou ofício para o Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos relatando a necessidade de que os corpos auxiliares de Minas fossem equipados com armamento do mesmo padrão e de igual calibre. O Capitão-General ressalta a importância da uniformização dos fardamentos.<sup>152</sup> Junto ao ofício foi enviado o desenho com os tipos armamentos (FIG. 11).

---

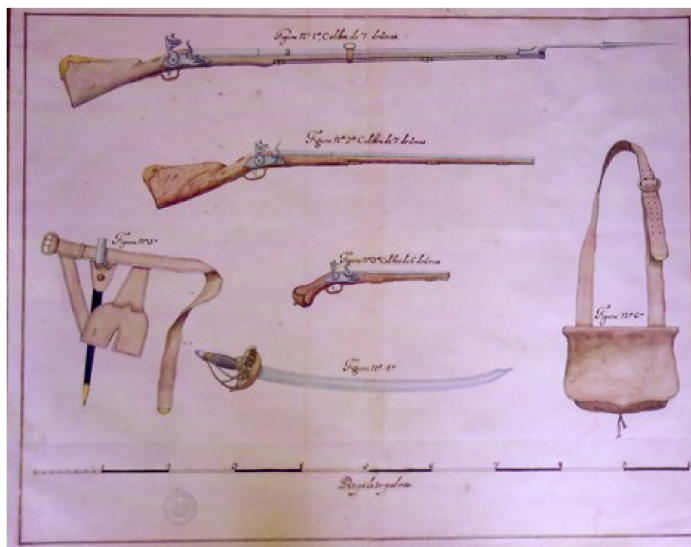
<sup>149</sup> AHU. MG. Cx. 93. Doc. 26. Carta patente passada pelo Conde de Valadares a Antonio dos Santos Corrêa no posto de Capitão de uma Companhia de Ordenança de Pê de Homens Pretos Libertos de Vila Rica. Vila Rica, 11/9/1768.

<sup>150</sup> Trajetórias bem sucedidas de militares pardos de corpos auxiliares podem ser vistas em Cotta (2010).

<sup>151</sup> Para além dos trabalhos já considerados clássicos para a historiografia militar da América portuguesa, cujos vários autores já foram e serão citados nesta dissertação, uma nova geração de brilhantes historiadoras e historiadores - vinculados a programas de pós-graduações em História de universidades públicas brasileiras - tem-se debruçado sobre a organização militar em várias localidades do Império português, entre elas citam-se as pesquisas que tratam de: Angola, de Ariane Carvalho (2014, 2020); do Rio Grande do Norte, de Maiara Araújo (2019); de Pernambuco, de Ana Crispin (2011); da Capitania de São Paulo, de Fernando Souza (2011); do Ceará, de José Gomes (2009); de Vila Rica/Minas Gerais, de autoria de Ana Costa (2006).

<sup>152</sup> AHU. MG. Cx. 88. Doc. 28. Carta do Capitão-General Luís Diogo Lobo da Silva ao Secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Rica, 24/8/1766.

Figura 11 – Padronização de armamentos e calibres de Corpos Auxiliares. 1766



Fonte: Desenho à escala de seis peças de armamento, relativo à necessidade das tropas auxiliares serem equipadas com armamento do mesmo padrão e igual calibre. Vila Rica, 24/8/1766. AHU. MG. Coleção Iconografia 160.

A padronização das armas e dos calibres levava em conta aspectos operacionais diretamente relacionados à reposição de peças e manutenção dos armamentos, assim como a produção e fornecimento de munições em situações de guerra. Portanto, tinha como finalidade aumentar a utilidade do soldado. Esse, por sua vez, receberia o treinamento necessário que o habilitaria ao emprego correto do seu armamento, a ser ministrado pelo Sargento-Mor.

Nessa seção buscou-se destacar a reforma dos corpos auxiliares, ocorrida em 1766, como reflexo do pensamento do Conde de Lippe, especialmente relacionada à “Arte Militar Defensiva”, ao inserir todos os vassallos, de maneira sistematizada, no esforço defensivo da América portuguesa.

#### 4.3 Mudanças e permanências militares no Coração da América portuguesa

Entre os objetivos dessa seção, dando continuidade aos jogos de escalas de análise buscou-se estabelecer a relação entre racionalização administrativa, econômica e a disciplina militar em Minas Gerais no último quartel do século XVIII, lançando o olhar sobre as redes familiares e as teias de sociabilidades no processo de provimento dos postos dos oficiais do Regimento de Cavalaria. Nesse esforço, compartilha-se as percepções que os viajantes estrangeiros tiveram sobre a disciplina militar dos soldados mineiros. E, por fim, busca-se perceber como as atividades realizadas pelos militares do Regimento de Minas foram fruto de

saberes cotidianos construídos e transmitidos pelos militares mais antigos que aprenderam na prática diante das demandas concretas.

Muitos capitães-generais que governaram as capitanias da América portuguesa tiveram suas trajetórias marcadas pelo “feito das armas” em Portugal e em outras partes do Império. Essas experiências influenciam a maneira como administravam. Nesse sentido, as afirmações feitas pelo Capitão-General das Minas, Dom Antonio de Noronha, que governou a capitania entre 1775-1780, se tornaram emblemáticas e assim diz ao ministro Martinho de Melo e Castro:

Vossa Excelência não pode ignorar que **eu fui criado no serviço das tropas**, e que esse motivo me obriga muitas vezes a duvidar sobre algumas resoluções que devo tomar em algumas dependências do Governo Político desta Capitania. Eu procuro dirigir com acerto as minhas coisas, mas ainda assim poderei errar por falta do conhecimento da minha profissão.<sup>153</sup>

Quando chegou a Minas Gerais, Dom Antonio de Noronha enviou carta ao ministro solicitando a conservação da praça que deixou em Campo Maior. O governador afirmava: “esta é a minha vida, cujo exercício eu não quero deixar jamais.”<sup>154</sup>

A administração de Dom Antonio de Noronha foi marcada por ações militares. Dentre seus feitos, destacaram-se: a organização militar da capitania, a criação do Regimento de Cavalaria de Minas, expedições militares para o Sul e Rio de Janeiro, expedições exploratórias, conquista do Cuieté, construção do quartel para a cavalaria em Cachoeira do Campo, elaboração de uma rica cartografia, além de sua obrigação de elaborar o mapa dos habitantes da capitania. Em muitos desses instrumentos pode-se perceber claramente a instrumentalização da “Aritmética Política” e da “Estatística Descritiva” apontadas por Antonio Santos (2011a, p. 216- 223).

Uma de suas primeiras ações foi a institucionalização do Regimento Regular de Cavalaria de Minas em substituição às Companhias de Dragões. Ele foi organizado no contexto das lutas contra os espanhóis no sul da América portuguesa, e emergiu da racionalização administrativa/econômica do Pombalismo. Os gastos constantes na “folha militar” referentes às três Companhias de Dragões que chegaram às Minas em 1719 e 1729, a pedido do Conde de Assumar<sup>155</sup>, deveria ser suficiente para arcar com as despesas das oito companhias do novo regimento de Cavalaria. Dom Antonio de Noronha recebera instruções para fazer cessar a

<sup>153</sup> AHU. MG. Cx. 111. Doc. 2. Carta do Capitão-General Dom Antonio de Noronha ao ministro Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 7/1/1777. Grifo nosso.

<sup>154</sup> AHU. MG. Cx. 108. Doc. 31. Carta do Capitão-General Dom Antonio de Noronha ao ministro Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 14/6/1775.

<sup>155</sup> IHGB. Conselho Ultramarino. Vol. 25, p. 142. Nomeação de oficiais para as duas companhias de cavalos nas Minas. Lisboa. 13/1/1719.

“despesa que se faz com duzentos e vinte e quatro [soldados] de ruim tropa.”<sup>156</sup> Os soldos elevados pagos às três companhias de Dragões somente se justificavam numa época em que o território de Minas:

se compunha quase todo de um país inabitado e sem cultura, sem gados e sem proteção alguma que servisse para o sustento dos homens, exceto a casca e os frutos agrestes do mato: e quando a maior parte dos gêneros ainda os mais necessários para a vida vinham do Rio de Janeiro, e Bahia por caminhos difíceis, e pouco praticados, chegando por esta razão caros, que foi preciso proporcionar os soldos da tropa a exorbitância dos preços deles, sendo igualmente necessário suprir a mesma tropa com os referidos soldos para a determinar a ir viver em um sertão tal como era naquele tempo a Capitania de Minas Gerais.<sup>157</sup>

Esse diagnóstico possibilitou entender, para além das mudanças das dinâmicas econômicas do abastecimento e ao comércio, aspectos relacionados aos saberes militares específicos construídos pelas práticas de mais de 50 anos dos Dragões portugueses nas Minas. Ao que tudo indica, esses conhecimentos seriam transmitidos aos militares do regimento de cavalaria, uma vez que eles não pertenciam ao rol de saberes da *Scienza* da Guerra, isso é, da “instrução” contida nos escritos do Conde de Lippe.

Antes da reforma, as três Companhias de Dragões eram compostas por 224 militares e recebiam anualmente o soldo de 38.300\$402. Já os primeiros 474 soldados do novo regimento de cavalaria receberiam 37.119\$300. Isso representava a economia de 1.181\$102 anuais, além de ser o dobro de militares alistados. Quanto às despesas com fardamentos, ferragens e capins, o Capitão-General de Minas, ao realizar uma comparação com a realidade de Portugal, sugeria que se recolhessem aos cofres do rei as “terças” dos rendimentos das câmaras. No Reino elas eram utilizadas para reparo dos muros e castelos e outras obras necessárias para a defesa, enquanto nas Minas esses muros eram as próprias tropas.<sup>158</sup>

O Capitão-General Dom Antonio de Noronha comunicou ao Marquês de Pombal que os processos de aquisições foram racionalizados. Isso impactou a compra de cavalos para o novo regimento. Pagava-se em semovente trinta e cinco mil réis e, com a reforma, passou a ser adquirido por vinte mil réis. Os arreios, selas e selins foram padronizados.<sup>159</sup>

De acordo com o *Regulamento para o Exercício e Disciplina dos Regimentos de Cavallaria* (1764), os espingardeiros e seleiros deveriam fazer parte do regimento. Na época

<sup>156</sup> BNP. Coleção Pombalina. 643, fl. 125-13. Instrução para se regular a Tropa Paga. Salvaterra de Magos, 24/1/1775.

<sup>157</sup> *Idem*, § 9º.

<sup>158</sup> BNP. Coleção Pombalina. 643, fl. 122. Relação dos soldos do novo Regimento de Minas.

<sup>159</sup> APM. Cód. 211, S. G. fls. 64-68v. Carta do Capitão-General Dom Antonio de Noronha ao Marquês de Pombal. Vila Rica, 14/6/1775.

dos Dragões, os particulares fabricavam e faziam a manutenção de armamentos, selas e selins. Com a criação do Regimento esses homens foram recrutados como militares. A produção das peças pelos artífices militares do Regimento representou redução dos custos com peças.<sup>160</sup> Os soldos desses militares eram superiores aos dos Cabos-de-Esquadra, eles integravam o Estado-Maior do regimento e estavam ao lado do Sargento Mor, do capelão e do auditor, representantes da alta oficialidade, do clero e dos peritos em leis, conforme se observa no Quadro 6.

Quadro 6 - Composição do Estado-Maior de um Regimento de Cavalaria (1764)

Estado-Maior de um Regimento de Cavalaria	
1 Sargento Maior [Major]	4 Ajudantes do cirurgião
1 Ajudante, que é Tenente	1 Picador
1 Quartel Mestre, também Tenente	1 Correeiro ou seleiro
1 Capelão	1 Espingardeiro
1 Auditor	1 Coronheiro
1 Cirurgião	1 Timbaleiro

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de LIPPE, 1764.

Entre os integrantes do Estado-Maior do Regimento de Cavalaria de Minas estavam os seleiros Antônio de Oliveira Moura e Joaquim Xavier dos Santos, o armeiro Manuel João Pereira e o ferreiro Euzébio da Costa Ataíde.<sup>161</sup> Logo após a formação do regimento, o Capitão-General enviou para a Casa das Armas do Rio de Janeiro 44 militares, entre eles estavam carpinteiros, ferreiros e serralheiros.<sup>162</sup>

O mapa elaborado pelo Sargento-Mor Crispim Teixeira da Silva e encaminhado ao vice-rei relata o gasto com a remuneração dos “artífices militares, mestre e aprendizes” que trabalharam no Trem de Artilharia do Rio de Janeiro.<sup>163</sup> A importância atribuída aos artífices militares no período também pode ser vista em outras localidades da América portuguesa.<sup>164</sup> Práticas educativas envolvendo artífices militares continuaram no século XIX. Em 1812, o Príncipe Regente determinou ao governador de Minas que potencializasse a fabricação de espingardas e formasse “uma Escola de Serralheiros e Oficiais de Lima.”<sup>165</sup>

<sup>160</sup> BNP. Coleção Pombalina. 643, fl. 123-124. Carta do Capitão-General Dom Antonio de Noronha ao ministro Martinho de Melo e Castro. 1775.

<sup>161</sup> Coleção Casa dos Contos (doravante CCC). Ouro Preto. Lata 105, 1º pacote; Lata 161, 2º pacote; Lata 166, 1º pacote.

<sup>162</sup> AHU. MG. Cx. 110. Doc. 25. Carta do Capitão-General Dom Antonio de Noronha a Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 7/9/1776.

<sup>163</sup> ANRJ. Fundo Marquês do Lavradio. RD63. Mapa elaborado pelo Sargento-Mor Crispim Teixeira da Silva. Rio de Janeiro. 1773. Sua trajetória se cruza com o Capitão-General da Capitania do Rio de Janeiro com Governo das Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, em 1755, quando era Alferes de Granadeiros do Regimento novo da cidade do Rio de Janeiro e foi nomeado Ajudante do mesmo regimento. (RAPM, v. 24, n.1, p. 145). Sua promoção ao posto de Sargento-Mor e atribuição para atuar na inspeção do Trem de Artilharia se deu no governo do Vice-Rei Conde de Azambuja (IHGB. Lata 37. Doc. 78).

<sup>164</sup> Silva (2018) mostra o emprego de “artífices-soldados” em Pernambuco, como forma de mobilidade social.

<sup>165</sup> AHE. Cartas Régias. 265, fl. 141. Carta do Príncipe Regente ao Conde de Palma. RJ, 21/1/1812.

O Estado-Maior do Regimento de Cavalaria de Minas era composto por treze militares comandados diretamente pelo Sargento-Mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho<sup>166</sup>, principal responsável, de acordo com as diretrizes do Conde de Lippe, pela aplicação da disciplina militar. Antes de ser designado para Minas, Pedro Afonso servira como Alferes no regimento comandado por Dom Antonio de Noronha, no Regimento de Infantaria da Praça de Campo Maior, em Portugal. Sua promoção a tão alto posto se justificava:

pela **falta de conhecimento da disciplina militar que havia nos oficiais desta Capitania** me determinei a fazê-lo exercer este posto para com a sua atividade e a **grande inteligência que tem do serviço** de Sua Majestade de **fazer estabelecer no novo Regimento a verdadeira disciplina militar**, conforme Sua Majestade que se observe nos seus exércitos, o qual se vai empregado na ocupação com todo o zelo.<sup>167</sup>

A promoção do Alferes ao posto de Major (saltando os postos de Tenente e Capitão) se justificava pelo seu conhecimento da “verdadeira disciplina militar”, ponto central nos argumentos do seu comandante.<sup>168</sup>

Para dar continuidade ao processo que buscava construir a disciplina militar era necessário fixar espacialmente os soldados. Segundo Foucault ([1975], 2020, p. 139) é preciso “impedir as violências, acalmar os habitantes que mal suportam as tropas de passagem, evitar os conflitos com autoridades, fazer cessar as deserções e controlar as despesas.”<sup>169</sup> Nesse contexto, Dom Antonio de Noronha mandou construir o quartel de Cachoeira do Campo (1779), situado estrategicamente em uma colina (FIG. 12). Nesse local os soldados receberiam os treinamentos militares.

---

<sup>166</sup> AHU. MG. Cx. 181. Doc. 43. No governo do Conde Sarzedas, Pedro Afonso foi indicado para o posto de coronel comandante do Regimento de Cavalaria, para que “[...] inspecionasse a parte econômica dele [Regimento]”. Carta do Capitão-General das Minas Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo ao Visconde de Anadia. Vila Rica, 22/8/1806.

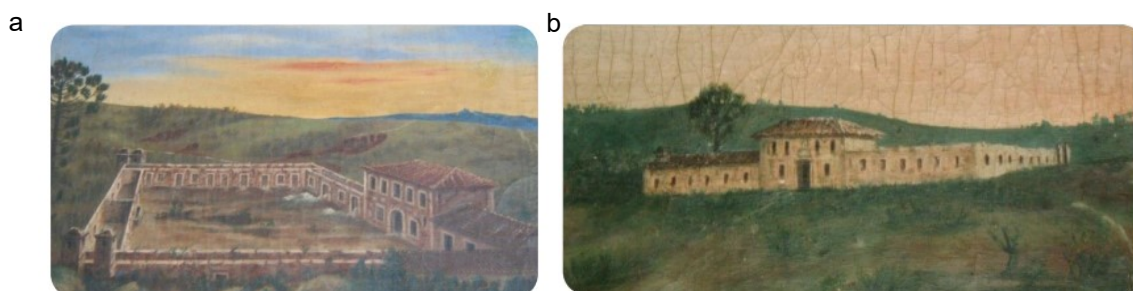
<sup>167</sup> APM. SC. 211, fl.76. Relação dos Oficiais da Tropa Paga. Vila Rica, 25/7/1775. Grifo nosso.

<sup>168</sup> AHU. MG. Cx. 107. Doc. 69. Nomeação do coronel Antonio de Noronha para governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 13/12/1774.

<sup>169</sup> De acordo com um alvará de 1772, todos os militares contra os quais se provasse que sem ordem de seus superiores “fossem achados ou vistos fora dos seus quartéis juntos em número de três ou mais com armas brancas ou de fogo, públicas ou ocultas, seriam imediatamente enforcados”. Arquivo Histórico Militar. Rio de Janeiro (doravante AHM). Alvará de 14/2/1772. AHM. Div/3/3/2/3.



Figura 12 – Quartel do Regimento de Cavalaria. Construído em 1779



Legenda: a) Vista das divisões do quartel.  
b) Vista frontal do quartel.

Fonte: pinturas. Óleo sobre tela. Elaboradas no século XIX [data incerta]. Localizadas nas antigas instalações do Quartel de Cachoeira do Campo. Distrito de Cachoeira do Campo. Ouro Preto. Minas Gerais. Autor desconhecido. Foto do autor.

As pinturas que representam o quartel da Cavalaria de Minas foram elaboradas em algum momento do século XIX, a data e o autor não constam nas pinturas. Elas retratam o total estado de abandono do quartel. Nas imagens identificam-se as divisões da edificação. O prédio central possui dois pavimentos e, ao ser visto pelo lado interno, observam-se cinco janelas grandes. Entre elas uma se destaca, por seu tamanho e centralidade, a sala do comandante. Nela, o Tenente-Coronel Francisco Paula Freire de Andrade e o Sargento-Mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho observavam as atividades.

Como afirma Rui Bebiano (2000, p. 458) a “educação do soldado começa agora com a definição e o isolamento daquilo que lhe não é permitido”. Para que se revele “útil na sua função ele é moldado segundo um padrão de comportamento que exclui completamente todos os outros, punindo-se o desvio como atitude completamente intolerável.” O processo de disciplinarização militar é obtido com o aquartelamento.

Do lado externo do quartel do Regimento de Cavalaria, logo em sua entrada, está em posição de destaque o brasão das armas da Coroa portuguesa, a reafirmar sua autoridade e poder sobre os vassallos militares, bem a lembrar aquele que mandou construir as instalações (FIG. 13).

Figura 13 – Visão externa e brasão do Quartel do Regimento de Cavalaria. 1779



Legenda: a) Pintura óleo sobre tela localizadas no prédio do quartel em Cachoeira do Campo. Distrito de Ouro Preto. Minas Gerais. Sem autor, sem data.  
 b) Brasão da Coroa portuguesa, feito em Pedra Sabão, tem a seguinte inscrição: “Esta obra a mandou fazer o Ill Ex<sup>mo</sup> Senhor D. Antonio de Noronha C[oronel]. e Cap[itão] Ger [al] desta capitania [no] ano de 1779”.

Fonte: Fotografia do autor.

As construções dos quartéis portugueses no século XVIII, especialmente em virtude das indicações do Conde de Lippe, são tributárias dos tratados de Bernard Forest de Bélidor, entre elas, *La Science des ingenieurs dans la conduite des travaux de fortification et d'architecture civile*, especificamente no Livro IV - *Des Édifices Militaires* (1754, L. IV, Cap. X, p. 72-81).<sup>170</sup> O modelo do quartel do Regimento de Cavalaria de Minas é retangular oblongo e busca “um *habitat* militar ideal” para a formação do soldado.

Bélidor (1729) em seu *La science des ingénieurs dans la conduite des travaux de fortification et d'architecture civile*, afirma que “as casernas são construídas para abrigar as tropas e manter a guarnição das praças em ordem e disciplina” (tradução nossa).<sup>171</sup> Portanto, o quartel possui aspectos educativos relacionados à formação e ao controle do militar. Parte de um espaço físico delimitado e que constrói comportamentos desejados, cria ritos e cerimônias, reafirma símbolos e lugares de poder. Para o Conde de Lippe o quartel “seria o local onde o militar estaria abrigado e alimentado, não tendo que esmolar o seu sustento” (BRITO, 2012, p. 59). A concentração da soldadesca e a sua “redução ao espaço da caserna permitirão a separação

<sup>170</sup> A Ciência dos Engenheiros na Condução de Obras de Fortificação e Arquitetura Civil (tradução nossa).

<sup>171</sup> *Pour maintenir l'ordre et la discipline dans la Garnison des Places, on fait des Cazernes por loger les Troupes* (BÉLIDOR, Cap. X, 1729).

do mundo civil e uma maior vigilância, exercida sobre um território limitado que controlava com maior facilidade” (BEBIANO, 2000, p. 458).

#### 4.4 Paradoxos da disciplina militar e os soldados de Minas

O Conde de Lippe advogava que a carreira das armas era uma profissão aberta ao ingresso tanto de nobres quanto de plebeus. As reformas administrativas do Marquês de Pombal flexibilizavam o acesso ao serviço da Coroa. Nesse cenário, o rei de Portugal determinou que se criasse, em Minas Gerais, um Regimento e Cavalaria de Minas.<sup>172</sup> No momento de sua criação observam-se paradoxos, marcados pela tradição e por novas propostas nos campos da Administração e da “Economia Militar”.

Para a realização dessa tarefa, foi enviado para as Minas Gerais o oficial experiente, Dom Antonio de Noronha, Coronel do Regimento de Infantaria de Campo Maior, em Portugal, que foi promovido a Capitão-General de Minas Gerais. Ele levou consigo o Alferes do seu regimento Pedro Afonso de São Martinho, promovido ao posto de Sargento-Mor.

Ao chegar em Minas Gerais, a primeira ação do Capitão-General foi escrever aos Capitães-Mores das comarcas de Vila Rica, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro do Frio, comunicando-lhes que o “Rei era servido estabelecer nas Minas um Regimento de Cavalaria”. Caberia aos capitães-mores comunicarem às pessoas mais capazes de poderem empregar-se nos postos de capitães e que quisessem formar companhias às suas custas. Após a convocação, muitos vassallos se apresentaram para participar da:

distinta honra que Sua Majestade lhe permite de os admitir no seu Real Serviço e estas tem aceitado as condições com que devem formar as suas companhias, que são apresentarem os seus soldados montados com todas aquelas munições com que Sua Majestade os costuma fornecer, menos a clavina, pistola, e a espada.<sup>173</sup>

Devido a essa dinâmica de recrutamento e formação, os oficiais e soldados do Regimento de Cavalaria de Minas, fossem eles portugueses ou “Filhos de Minas”, estavam inseridos em redes de parentesco, amizade e compadrio, construídas em meio a interesses econômicos e sociais. Passar em revista a esses militares é um exercício que possibilita perceber como a instituição militar, especialmente em relação aos postos da oficialidade da tropa paga, reafirmava o *status quo* de uma sociedade baseada em alguns valores típicos do Antigo Regime,

<sup>172</sup> Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa. Coleção Pombalina 643. Instruções para a Tropa Paga de Minas. Salvaterra de Magos, 24/1/1775.

<sup>173</sup> APM. Cód. 211, SG, fls. 64-68v. Carta do Capitão-General Dom Antonio de Noronha ao Marquês de Pombal. Vila Rica, 14/6/1775.

entretanto remodelada em virtude de novas perspectivas construídas na América portuguesa. A compreensão dessa realidade social possibilita pensar em práticas educativas para além de “categorias sociais rígidas”, e especialmente imersas na densidade social dos atores (LORIGA, 2011, p. 219).

Os oficiais do novo regimento possuíam posições sociais importantes em suas comunidades, e muitos já estavam inseridos em corpos militares auxiliares. Dom Antonio de Noronha, que atuou no contexto da “Guerra Fantástica” (1762), seguiu na íntegra todas as orientações do Conde de Lippe para a organização do Regimento de Cavalaria. De acordo com Capítulo I do *Regulamento para o Exercício, e Disciplina dos Regimentos de Cavallaria* (1764), o regimento deveria ser composto por oito companhias:

A primeira companhia é do Coronel, sendo composta por um Primeiro Tenente, um Segundo-Tenente, um Alferes, um Porta-Estandarte, um Furriel, 3 Cabos de Esquadra, um ferrador, um trombeta e 30 soldados (em tempo de paz), perfazendo 41 militares (LIPPE, 1764, Cap I).

No caso de Minas, o Capitão-General era o comandante não somente do Regimento Regular de Cavalaria, mas de todos os corpos militares da capitania, uma vez que era o “Cabeça Militar”. Essa tradição permaneceu nos séculos seguintes, de tal forma que o governador permaneceu como chefe supremo das forças militares (Capitania, Província e, inclusive, Estado).

Ao realizar o levantamento da procedência dos três oficiais da primeira companhia, consta-se que todos pertenciam às extintas companhias de Dragões, que eram compostas exclusivamente por portugueses. O Primeiro-Tenente Jerônimo José Machado era Furriel; o Segundo-Tenente Maximiliano de Oliveira Leite e o Alferes Roberto Mascarenhas Lobo eram cadetes. O Tenente Maximiliano possuía terras na freguesia do Sumidouro e Furquim; era primo de dona Isabel Querubina, esposa do seu comandante no Regimento de Cavalaria e sobrinho de dona Juliana Francisca de Oliveira, esposa do Capitão-Mor de Vila Rica, José Álvares Maciel, e um dos netos do Guarda-Mor de Mariana. O Alferes Roberto Mascarenhas Lobo era filho do Capitão Bernardo da Fonseca Lobo e exercia, desde 1765, o ofício de tabelião da Vila do Príncipe.<sup>174</sup>

De acordo com o *Regulamento para Cavalaria* (1764), em termos formais, a segunda companhia, “do Tenente-Coronel é igual em tudo a do Coronel”. A comandar a segunda

---

<sup>174</sup> AHU. MG. Cx. 94. Doc. 39; APM. SC. 211, fl. 76-77; AHU. MG. Cx. 55. Doc. 09; AHU. MG. Cx. 55. Doc. 09; AHU. MG. Cx. 85. Doc. 52.

companhia estava o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade (1752-1808), que, na prática e de fato, era o comandante do Regimento de Cavalaria.

Francisco Paula Freire de Andrade nasceu no Rio de Janeiro e era filho natural do português José Antonio Freire de Andrada (2º Conde de Bobadela) e de Maria do Bom Sucesso Correia de Sá Benevides, descendente de uma das mais importantes famílias da América portuguesa. O pai de Francisco de Paula foi Capitão-General e governador interino do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (1751-1758). Para além das redes clientelares, ele possuía uma biblioteca com vários livros militares.<sup>175</sup>

Dos 15 títulos (37 volumes), nove foram publicados na França (Paris), dois na Espanha (um em Barcelona e outro em Madrid), dois na Holanda (Haia), um em Portugal (Lisboa) e um na Itália (Turim). As obras confirmam as diversas influências militares na Europa, desde a tática holandesa de Maurício de Nassau, príncipe de Orange e de seus discípulos, a importância da engenharia italiana, passando pelos *tercios españoles* e chegando à organização e centralização dos exércitos franceses.

A composição da biblioteca do pai de Francisco Paula Freire de Andrade, 2º Conde de Bobadela, como afirma Villalta (2001, p. 84), está relacionada à condição social e às atividades desenvolvidas: “nobre, governador e com carreira militar”. Os livros eram um “signo de poder e reforçavam o prestígio social” do genitor do comandante do Regimento de Cavalaria de Minas.

As posições sociais tanto do pai, quanto do tio (Antonio Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela) possibilitaram a Francisco de Paula Freire de Andrade iniciar sua carreira militar aos 12 anos de idade, ao ser admitido como cadete no Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro.<sup>176</sup> Posteriormente, serviu como Capitão no Esquadrão de Cavalaria da Guarda dos Vice-reis, no Rio de Janeiro, sob o comando direto do Marquês do Lavradio. Naquela época “foi incumbido em algumas diligências do serviço pelo marquês vice-rei do Estado; e de todas deu muito boa conta”.<sup>177</sup> Em 1775, aos 23 anos de idade, já no posto de Tenente-Coronel, assumiu o comando do Regimento Regular de Cavalaria de Minas. Em 1789, sua carreira foi encerrada pelo fato de ter participado da Inconfidência Mineira. No *Traslado do Sequestro* feito

---

<sup>175</sup> Luiz Villalta (2001) transcreveu a lista de todos os livros de sua biblioteca. A partir desses dados, selecionaram-se para esta dissertação apenas os livros militares, os quais são apresentados detalhadamente no Apêndice C.

<sup>176</sup> Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (doravante ADIM). Vol. 5, p. 171-172. Inquirição de Francisco de Paula Freire de Andrada. Rio de Janeiro, 16/11/1789.

<sup>177</sup> APM. SC. 211, fl. 76. Relação dos oficiais da Tropa Paga. Vila Rica, 25/7/1775. Em 1792, devido a sua participação na Inconfidência Mineira foi desterrado para Pedras d’Angola, em Moçambique.

em sua casa consta que possuía 84 volumes de livros e uma “estante de livros pintada e uma dita mais usada.”<sup>178</sup>

Voltando à composição das companhias do Regimento de Cavalaria de Minas, eram subordinados diretos de Francisco de Paula, na segunda companhia, os Tenentes José Luiz Saião e Antônio Agostinho Lobo Leite Pereira, ambos ex-cadetes das Companhias de Dragões de Minas. A fechar o quadro de oficiais estava o Alferes José Antônio de Melo, natural de São João Del Rei, que pertencia, anteriormente, a uma cavalaria auxiliar.<sup>179</sup>

A partir da terceira companhia foram inseridos os capitães. De acordo com o Conde de Lippe (1764), a companhia deveria ser composta por: um Capitão, um Tenente, um Alferes, um Furriel, um porta-estandarte, 3 Cabos de Esquadra, um trombeta, um ferrador, 30 soldados (na paz), perfazendo 40 militares.

O comandante da terceira companhia era o Capitão Francisco Antonio Rebelo, posteriormente nomeado ajudante de ordens do Capitão-General Dom Antonio de Noronha. Rebelo nasceu em 1731, no Minho e chegou a Minas Gerais na década de 1760, para ser escrivão e contador da Provedoria da Real Fazenda (OLIVEIRA, 1976, p.89). Iniciou sua carreira militar em 1761, como Capitão da companhia de ordenança de cavalo da freguesia de Santo Antonio da Casa Branca.<sup>180</sup> No mesmo ano em que escreveu o *Erário Régio* (1768)<sup>181</sup> e recebeu a carta-patente de Sargento-Mor do Regimento de Cavalaria Auxiliar do termo de Vila Rica.<sup>182</sup> Os outros oficiais da terceira companhia eram o Tenente Bernardo Teixeira Alves, cunhado do Sargento-Mor Pedro Afonso de São Martinho, e o Alferes Felipe José da Cunha.

Na quarta companhia, tanto o Capitão Luiz Antônio Saião quanto o Tenente José de Souza Melo Lobo eram oriundos das Companhias de Dragões, aquele no posto de Tenente e este como Cadete. Melo Lobo possuía terras na freguesia do Sumidouro, termo da cidade de Mariana.<sup>183</sup>

A composição da oficialidade da quinta companhia reforça os laços de parentesco, característica dos corpos militares no período. À frente da companhia estavam os “Filhos de Minas” Capitão Manoel da Silva Brandão, Tenente Antônio da Silva Brandão e Alferes José da

<sup>178</sup> ADIM. Vol. 6. P. 223-225. Infelizmente não constam os títulos dos livros apreendidos.

<sup>179</sup> APM. SC. 211, fl. 76-77; AHU. MG. Cx. 103. Doc. 26; ADIM. Vol. 1, p. 182.

<sup>180</sup> AHU. MG. Cx. 78, Doc. 92.

<sup>181</sup> Trabalho que trata de aspectos financeiros e fazendários das Minas, entre 1715-1767.

<sup>182</sup> AHU. MG. Cx. 93, Doc. 32.

<sup>183</sup> APM. SC. 211, fl. 76-77; AHU. MG. Cx. 91; Doc. 73.

Silva Brandão.<sup>184</sup> José da Silva Brandão servira no Esquadrão de Cavalaria da Guarda dos Vice-reis.<sup>185</sup>

O Capitão Baltazar João Mayrink, comandante da sexta companhia, foi Capitão no Regimento Auxiliar de Cavalaria de Nobreza de Ouro Preto.<sup>186</sup> O Tenente João Gonçalves de Castro era possuidor de terras na paragem chamada Ilha do Príncipe, no rio Xopotó, termo de Mariana.<sup>187</sup> O Alferes Joaquim José da Silva Xavier, natural de São José del Rei, viera do Esquadrão de Cavalaria da Guarda dos Vice-Reis, no Rio de Janeiro. O Alferes Simão da Silva Pereira, oficial da sétima companhia, era rábula da Vila do Bom Sucesso das Minas Novas.<sup>188</sup> Quanto ao Capitão José de Vasconcelos Parada e Souza e ao Tenente Carlos Caetano Monteiro, a despeito de não se encontrar nenhum registro de suas procedências, constatou-se que o último permaneceu em Minas até o século XIX<sup>189</sup> e o primeiro faleceu em Minas nos finais do século XVIII.<sup>190</sup>

A oitava companhia era comandada pelo Capitão Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Ele era natural da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Igreja Nova, comarca do Rio das Mortes e foi antigo comandante do Regimento Auxiliar de Cavalaria de São João Del Rei. Era proprietário da fazenda situada junto ao povoado de Ponta do Morro, localizada entre Prados e São João Del Rei, dedicava-se à pecuária e à mineração, mantendo comércio com o Rio de Janeiro.<sup>191</sup>

A partir do cruzamento dos dados sobre as procedências dos oficiais, constata-se que, antes de assumirem seus postos no Regimento Regular de Cavalaria de Minas, vários pertenciam às antigas companhias de Dragões. Alguns já possuíam patentes de oficiais das cavalarias auxiliares da própria capitania. Isso demonstra uma certa solução de continuidade. Não poucos eram proprietários de terras e vários desempenhavam suas atividades em Minas. Pelo menos seis desses oficiais, em algum momento de suas trajetórias militares, foram cadetes.

---

<sup>184</sup> ADIM. Vol. 7, p.54. Lista das pessoas que se achavam presas em consequência das notícias de que se premeditava uma conjuração.

<sup>185</sup> APM. SC, cód. 277, fl. 62v. Em 1800, o governador de Minas propunha ao Rei alguns militares que teriam se destacado nas campanhas que atuaram na prisão do “Bando dos Vira-Saia”, para serem “adiantados” em suas carreiras. Ali se encontra a indicação do Major Manoel da Silva Brandão – comandante da expedição – para o posto de tenente coronel de infantaria de milícias de Bambuí. No mesmo documento consta que o Capitão José da Silva Brandão não poderia ser promovido a Sargento-Mor, pois iria preterir seu irmão, Antônio da Silva Brandão.

<sup>186</sup> AHU. MG. Cx. 95. Doc. 26.

<sup>187</sup> AHU. MG. Cx. 109. Doc. 43.

<sup>188</sup> AHU. MG. Cx. 118. Doc. 30.

<sup>189</sup> AHU. MG. Cx. 160. Doc. 54.

<sup>190</sup> AHU. MG. Cx. 140. Doc. 42.

<sup>191</sup> ADIM. Vol. 2, p. 38-39.

A quantidade de ex-cadetes que comunham o Regimento de Cavalaria merece maior detalhamento, dessa forma, apresenta-se no Apêndice B, sobre as exigências legais para o candidato a cadete.

O cadete deveria ter “conduta regular”, mostrar aplicação e habilidade para o serviço militar e, se sua constituição física permitia, a ele “formar-se um perfeito oficial”. Deveria possuir a renda necessária para “alimentar-se com decoro, e viver na companhia dos oficiais do exército”. Finalmente, se o pretendente era de uma “família ilustre ou nobreza notoriamente conhecida.”<sup>192</sup> Esse lugar do cadete como integrante de uma elite militar foi potencializada quando determinou-se que ele não poderia fazer serviço de oficial inferior.<sup>193</sup> Nenhum cadete poderia ser considerado como tal se não possuísse fôro de “Moço Fidalgo, Fidalgo Escudeiro ou Fidalgo Cavaleiro; ou não ser filho de Major de 1ª Linha, de Coronel de 2ª Linha ou de Coronel das Ordenanças da Corte.<sup>194</sup> O Conde de Lippe (1763, Cap XIII, § 4), ao tratar “do modo de prover os postos vagos de Officiaes, e Officiaes inferiores” e a questão dos cadetes, recomendava que:

[...] haja em cada Regimento Cadetes, ou Porta-Bandeiras de qualidade, aos quaes o Coronel proporá para Alferes, quando o seu procedimento, e aplicação ao serviço os fizer dignos, e não de outra maneira; devendo o merecimento preceder a todas as outras considerações.

O posto de Alferes era o primeiro da carreira do oficialato, ao ser promovido o oficial recebia a sua carta-patente assinada pelo rei. Nesse sentido, afirmava o Conde de Lippe que “devendo o ponto de honra animar aos Officiaes, mais do que outro algum motivo; todo o Official de Patente assinada pela Real Maõ, será reputado nobre [...]” (LIPPE, 1763, Cap XIII, § 7).

Outro aspecto que se insere na discussão sobre o assentamento de cadetes nos regimentos diz respeito à idade mínima prevista nas leis (15 anos), que muitas vezes era relativizada em virtude dos laços familiares do pretendente. Ademais, não se pode desconsiderar que o recrutamento e alistamento de “meninos” em corpos regulares e auxiliares era um fato comum em diversas localidades da Europa e das Américas portuguesa e espanhola. Um exemplo dessa prática é o alistamento do futuro comandante do Regimento de Cavalaria de Minas, que assentou praça como cadete aos 12 anos de idade. O vice-rei, Marquês do Lavradio assentou praça como cadete aos 10 anos de idade. Ao tratar do alistamento de criança

<sup>192</sup> Repertório das Ordens do Dia dadas ao Exército Portuguez. Ordem de 10 de julho de 1810. Nº 215.

<sup>193</sup> Repertório das Ordens do Dia dadas ao Exército Portuguez. Ordem de 5 de dezembro de 1813. Nº 216.

<sup>194</sup> Repertório das Ordens do Dia dadas ao Exército Portuguez. Ordem de 23 de setembro de 1815. Nº 218.



e adolescentes e o “santo amor das armas”, Tomás Antonio Gonzaga afirmava, em suas *Cartas Chilenas*:

O Coronel Valente agarra tudo  
 Quanto tem de varão a forma, e traje:  
 Nem lhes obsta, Doroteu, que os seus soldados  
 Meninos inda sejam; que eles crescem,  
 E cresce com os corpos igualmente  
 O santo amor das armas. Muitos, muitos,  
 Quando vão para a Igreja receberem  
 As águas salvadoras do Batismo,  
 Já vão vestidos com a curta farda  
 (GONZAGA (?), [178-], Carta IX, p. 186).

Ao tratar especificamente do Regimento de Cavalaria de Minas, corpo regular e pago pela Coroa portuguesa, o poeta declara:

Este mesmo costume tem, Amigo,  
 O pago Regimento: apenas nasce  
 Aos Cabos algum filho, logo à pressa  
 Lhe assenta o Chefe de cadete a praça.  
 Venturoso costume, que promete  
 Produzir de cordeiros tigres bravos!  
 Aníbal, Doroteu, desde menino  
 Com o seu Pai militou: talvez não fosse  
 O terror dos Romanos, se passasse  
 A tenra, inda imberbe mocidade  
 Entre os moles prazeres de Cartago [...]  
 (GONZAGA (?), [178-], Carta IX, p. 186).

Essa “crítica” diz respeito, entre outras questões, ao não cumprimento das normas que tratavam dos critérios para serem reconhecidos como cadetes, uma vez o poeta menciona o assentamento de filhos de Cabos como cadetes no Regimento Regular de Cavalaria. Essa discussão permanecerá por muitos anos.<sup>195</sup>

Quanto ao Regimento de Cavalaria, ele começou a operar em 1º de julho de 1775, quando se “assentaram praças” aos primeiros militares. Não tardou para que o vice-rei o convocasse para o esforço de defesa do Rio de Janeiro. Em 1776, o Marquês do Lavradio exortava a Dom Antonio de Noronha “que com sua presença venha animar esta tropa e por

<sup>195</sup> No *Tratado Jurídico das Pessoas Honradas* (1851, p. 5), o autor inicia seu texto afirmando que muitos sofismam a Lei segundo suas paixões particulares, ou mesmo a despreza e, dessa forma, não dão ideia clara e exata das diferentes classes de pessoas honradas do paiz”. Assim, “provada a capacidade nas cousas da guerra ou da administração da republica infundião em a natureza certa qualidade (1851, p. 6). Entretanto, o mesmo autor reafirma, amparado na Lei, que podem assentar praças de cadetes os filhos de Sargento-Mor pago e Major de Primeira Linha (1851, Tít. XLII, Art. 178, § 1). Agradeço a indicação desta fonte ao Prof. Antonio Cesar de Almeida Santos.

consequência ajudar-me nos meus trabalhos, sendo este um dos maiores socorros que eu posso ter.”<sup>196</sup> Em resposta, o Capitão-General afirmava:

deve V. Exa. persuadir-se dos grandes desejos que eu tenho de marchar imediatamente para essa Cidade, porque sempre estou pronto para servir a El Rei maiormente nessa Praça, onde militando eu debaixo das ordens de V. Exa poderei aprender parte do muito que ignoro da **Arte da Guerra**, fazendo-me assim mais **útil ao Estado** e conseguindo por esse meio o glorioso nome de discípulo de V. Exa.<sup>197</sup>

Entretanto, mesmo diante das prontas-respostas dadas pelo Regimento de Minas, passados três anos de sua instalação a situação da confirmação das patentes dos seus oficiais ainda não estava resolvida pelo Conselho Ultramarino. Sobre essa questão, o Capitão-General ponderava:

Se eu der baixa aos referidos oficiais a quem provi e a quem Sua Majestade só premia com a honra dos postos, desanimarão eles e os mais habitantes desta Capitania e nenhum servirá com zelo no futuro. Além disso, os oficiais que nomeei sofreram grandes trabalhos e fizeram grandes despesas durante a guerra deste Estado com a Espanha porque uns marcharam para o Rio de Janeiro, outros escoltaram quatro mil recrutas que mandei por terra para o Rio Grande atravessando os ásperos e dilatados sertões que medeiam entre esta Capitania e aquele Continente.<sup>198</sup>

O argumentos apresentados por Dom Antonio de Noronha ao ministro Martinho de Melo e Castro possibilitam aplicar ao universo militar o pensamento do século XVIII, exposto por Antonio Santos (2011a, p. 215), de que “[...] um país não pode crescer em riqueza e poder senão fazendo os homens particulares seus deveres ao Público [...]”. Também retoma a ideia de sistema militar corporativo, em termos de ajuda mútua entre as capitanias e a dimensão do esforço dos vassalos militares. Essa ação demonstra o alinhamento do Capitão-General às diretrizes militares que recebeu, em 1775:

Todas as colônias portuguesas são de Sua Majestade, e todos os que as governam são vassalos seus, e nessa inteligência **tanta obrigação tem o governador de uma capitania de a defender quando for atacada, como mandar todas as forças dela em socorro de qualquer outra das mesmas capitanias**, que precisar da sua assistência. Sendo certo que nessa **recíproca união de poder**, consiste essencialmente a maior força de um Estado e na falta dela toda a fraqueza dele.<sup>199</sup>

<sup>196</sup> AHU. MG. Cx. 110. Doc. 37. Carta do Vice-Rei Marquês do Lavradio ao Capitão-General Dom Antonio de Noronha. Rio de Janeiro, 30/10/1776.

<sup>197</sup> AHU. MG. Cx. 110. Doc. 37. Carta do Capitão-General Dom Antonio de Noronha ao Vice-Rei Marquês do Lavradio. Vila Rica, 7/11/1776.

<sup>198</sup> AHU. MG. Cx. 113. Doc. 13. Carta do Capitão-General Dom Antonio de Noronha a Martinho de Melo e Castro. Vila Rica, 15/8/1778.

<sup>199</sup> BNP. Coleção Pombalina 643. Instruções para a Tropa Paga de Minas. Salvaterra de Magos, 24/1/1775. fl. 125. Grifo nosso. O teor se assemelha à Instrução dadas anteriormente ao Morgado de Materus, governador de São

A instrução de 1775, recebida por Dom Antonio de Noronha, é exemplar no tocante a uma nova orientação sobre as reformas militares. De certa forma esse movimento também está ligado às propostas de como defender um país, à *Guerra Defensiva* proposta pelo Conde de Lippe.

Não se pode desconsiderar o esforço militar de Minas no recrutamento e envio de homens para o Rio de Janeiro e sul. Os 4.000 mil recrutas na época do governo de Dom Antonio de Noronha é algo que deve ser destacado, uma vez que o recrutamento, especialmente de homens brancos, sempre foi um tema polêmico para os governadores de Minas. Muitos vassalos residentes em Minas resistiam abandonar suas roças, lavras e comércios. Eles argumentavam que ao voltarem encontravam tudo destruído.

Em 1766, logo após a Carta Régia que determinava a formação dos terços auxiliares, os oficiais das câmaras de Mariana, Vila do Príncipe, Vila de São João del Rei e o Capitão-Mor da Vila do Caeté reagiram contra a determinação “do abastecimento de um corpo de tropas de milícias para expedição quando necessário”. Para os camaristas de Vila Rica, os interesses do Rei passavam pela conservação intacta das fábricas, lavouras e moradores nas Minas, “donde não podem sair corpos militares em socorro das fronteiras.”<sup>200</sup> O então Capitão-General de Minas Gerais, Luiz Diogo Lobo da Silva (1763-1768), corroborava o discurso dos mineiros, ao afirmar a necessidade de homens para reprimir os “inimigos domésticos”. Se os homens brancos saíssem para a defesa das fronteiras, “os negros ficariam senhores das Minas e dos brancos”, o que representaria a “ruína total do Estado e desamparo das famílias.”<sup>201</sup> Ao se interromper as extrações de ouro e diamantes o coração da América portuguesa deixaria de bombear o sangue dourado, que era vital para os gastos com os esforços bélicos e outros compromissos da Coroa.

Institucionalizado e consolidado o Regimento de Cavalaria de Minas, nos moldes das prescrições contidas nos escritos do Conde de Lippe, coletaram-se percepções de diversas testemunhas oculares, as quais permitem conhecer aspectos relacionados às dimensões da disciplina militar, tais como: preparo técnico, evoluções militares, comportamento dos soldados e atividades cotidianas.

Inicia-se com o próprio vice-rei Marquês do Lavradio, que, em 1779, ao tratar da conduta do comandante do Regimento de Cavalaria de Minas ao seu sucessor, afirmou:

O Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade é muito moço, porém tem comandado as companhias que estão debaixo da sua ordem com

---

Paulo em 20/11/1772, conforme se verá adiante. Cf. RIHGB. Vol. 257, p. 53.

<sup>200</sup> AHU. Cx. 89. Doc. 32. Representação dos oficiais da Câmara de Vila Rica. Vila Rica, 27/10/1766.

<sup>201</sup> AHU. Cx. 88. Doc. 36. Carta de Luís Diogo Lobo da Silva para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Rica, 4/9/1766.

muito acerto. Este corpo foi formado de novo, assim de soldados, como de oficiais, **ele os tem disciplinado e instruído nas evoluções militares, que executam sofrivelmente bem, conserva em respeito e obediência aos seus súditos a quem trata ao mesmo tempo com urbanidade.** Este moço tem muita viveza e compreensão; V. Ex<sup>a</sup> deve vigiar com algum cuidado sobre o que a V. Ex<sup>a</sup> digo nesta informação a respeito deste oficial, porque, como **o tenho criado há perto de nove anos pode ser que a minha amizade particular faça dizer dele mais do que ele merece.**<sup>202</sup>

Em sua narrativa é possível identificar duas dimensões da disciplina militar presentes nos escritos do Conde de Lippe e foram operacionalizadas nas Minas: 1) a instrução, quando trata das “evoluções militares, que executam sofrivelmente bem” e 2) a educação, ao mencionar que “conserva em respeito e obediência aos súditos a quem trata ao mesmo tempo com urbanidade.” Outro aspecto que merece atenção, e que permite compreender os dramas tecidos nos processos de preenchimento dos postos de comando nos regimentos militares transparece na relação de proximidade entre o vice-rei e o comandante do Regimento, ao afirmar que: “o tenho criado há perto de nove anos pode ser que a minha amizade particular faça dizer dele mais do que ele merece”.

No início do século XIX, Minas Gerais recebeu diversos naturalistas estrangeiros, que ficaram conhecidos por “viajantes”. Eles realizavam observações e relatavam em seus diários sobre diversos aspectos, entre eles estavam: as paisagens, as vias de penetração no território, os métodos de exploração e beneficiamento de pedras preciosas e do ouro, a diversidade da fauna e da flora, os costumes e a vida nas cidades. Muitos desses viajantes deixaram suas impressões sobre o Regimento de Cavalaria.

No livro intitulado *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes*, o francês August Saint-Hilaire (1830, p. 381) afirmava que:

Os soldados do Regimento de Minas são altos, bem arrumados e têm uma boa aparência; mas esse é o menor elogio que podemos dar a eles. Em nenhum país eu vi um corpo de soldados comuns tão perfeitamente composto. Muito diferente dos homens tão pouco estimados que formam os regimentos do Rio de Janeiro [...] (tradução nossa).<sup>203</sup>

Para além das percepções em relação aos aspectos físicos dos soldados, destaca-se a dimensão do “corpo militar perfeitamente constituído”. Na sequência, informa que “Os soldados de Minas geralmente pertencem a famílias honestas; todos sabem ler e escrever e são

<sup>202</sup> ANRJ. Cód. 71, fls. 15v-16. Relatório do Marquês do Lavradio ao seu sucessor. 19/6/1779. Grifo nosso.

<sup>203</sup> *Les soldats du régiment des Mines sont grands, bien faits, et ont une belle tenue; mais c'est là le moindre éloge que l'on puisse faire d'eux. Dans aucun pays, je n'ai vu un corps de simples militaires aussi parfaitement composé. Bien différent des hommes si peu estimables qui forment les régimens de Rio de Janeiro [...]*

notáveis por sua polidez, inteligência, excelente conduta e integridade.” (tradução nossa).<sup>204</sup> As percepções de Saint-Hilaire corroboram as informações sobre a constituição de laços familiares expostos anteriormente, nomeadamente quanto da oficialidade que compunha o Regimento de Cavalaria. Um dado importante para essa dissertação é a afirmação de que “todos sabem ler e escrever” e a menção à “inteligência” [conhecimento] dos soldados.

Nessa direção estão as notas de viagem redigidas pelo sueco Gustav Beyer e publicadas em Estocolmo em 1814, intituladas: *Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à Capitania de São Paulo, no Brasil, no verão de 1813* (tradução de Alberto Loefgren).<sup>205</sup> De acordo com Afonso de Taunay (1924), Beyer diplomou-se em medicina na Universidade de Lund e foi “contratado para o serviço da armada de sua pátria, onde alcançou o posto de Físico-Mor”. Matos (1992, p. 9) acrescenta que Beyer foi “médico do Real Almirantado, preocupando-se com problemas sanitários da marinha.” Em 1813, Gustav Beyer, ao relatar sobre manobras que assistiu no Campo de Exercícios da Luz, em São Paulo, afirmou:

De tropas estranhas havia um regimento de cavalaria com 800 homens, de Minas Gerais, provavelmente **um dos mais brihantes regimentos do mundo**, o qual estava de passagem por São Paulo para se juntar ao exército brasileiro acampado no Paraguai, perto do limite com o domínio da Espanha. Todo o metal dos arreios era de prata maciça e como eles pertenciam a famílias mineiras daquela rica província, estavam **adequadamente equipados**. Contaram-me que no regimento nenhum homem havia que não tivesse a soma de mil coroas na algibeira. O seu **comportamento também era o melhor possível**.<sup>206</sup>

Rio de Janeiro e São Paulo funcionavam como pólos catalizadores dos contingentes militares recrutados em diversas capitanias da América portuguesa. Historicamente os paulistas participaram do esforço bélico em diversas regiões, e não somente no sul. Após a reforma militar portuguesa de meados do século XVIII, essa participação foi reiterada, conforme instruções recebidas em 1772, pelo governador de São Paulo, Morgado de Mateus:

a capitania de São Paulo, o Rio Grande de São Pedro e as mais colônias portuguesas de Sua Majestade, e os que as governam são todos vassallos seus, e nesta certeza **tanta obrigação tem os paulistas de socorrer o Rio Grande de São Pedro, com todas as suas forças quanto tem o Rio de Janeiro de socorrer a Capitania de São Paulo, com todas as que tiver**. As outras capitanias tem a mesma **obrigação de socorrerem mutuamente**, segundo o

<sup>204</sup> “*les soldats de Minas appartiennent généralement à des familles honnêtes; tous savent lire et écrire, et sont remarquables par leur politesse, leur intelligence, leur excellente conduite et leur probité.*” Saber ler e escrever não se constituía condição sine qua non para ingresso no Regimento de Minas. As afirmações do viajante francês necessitam ser corroboradas por meio de outras fontes coevas.

<sup>205</sup> *Strodda Anteckningar öfwer en Resa fran Rio de Janeiro till Capitanian St. Paulo i Brasillien om Sommaren 1813* [...]. No Brasil, as notas foram traduzidas pelo sueco Alberto Loefgren e publicadas em 1908, no volume XII da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, p. 275-311.

<sup>206</sup> Essas declarações de Beyer foram replicadas por Taunay (1924, p. 69-70) e também na tradução de Alberto Loefgren republicada pela Editora da PUC de Campinas em 1992 (BEYER, 1992, p. 28-29).

estado, situação e proximidade de cada uma. E nesta união de poder é que consiste essencialmente toda a força de um Estado, e na falta da dita união toda a fraqueza dele. **Sendo a mesma falta a única causa de se acharem os castelhanos senhores da parte meridional da América Portuguesa**, que ainda hoje ocupam e de nos tratarem ainda por cima com soberba e arrogância, como se não estivessem no que era nosso ou nós possuíssemos o que era seu.<sup>207</sup>

Mesmo com as vitórias das forças luso-americanas comandadas pelo Tenente-General Böhn no final da década de 1770, a questão da fronteira com a América espanhola permaneceu no início do século XIX. Em 1801, o Capitão-General de São Paulo comunicava ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar que estava pronto a auxiliar o Mato Grosso<sup>208</sup>, a Ilha de Santa Catarina e o Rio Grande<sup>209</sup>. Em outubro do mesmo ano comunicou as providências tomadas em comum acordo com o governador do Rio de Janeiro acerca “da defesa destes domínios contra potências inimigas.”<sup>210</sup> Diante dessa obrigação de socorro mútuo e da defesa pelos moradores da América portuguesa, observam-se dois aspectos: a execução do Sistema Militar Corporativo e a “Arte Militar Defensiva”, desenvolvida pelo Conde de Lippe. Os governadores e capitães-generais teriam incorporado esses elementos militares em suas administrações bélicas.

Sobre a questão do alistamento de novos recrutas para servirem no Regimento de Cavalaria de Minas, o inglês John Mawe relatou:

O Regimento é bellissimo e **goza de tão alta reputação** que, muitas pessoas se apresentam para ser **alistados**. Durante minha estada em Vila Rica duzentos voluntários faziam o serviço sem remuneração alguma, aguardando a sua vez de serem arregimentados. Este ardor facilita aos governos oportunidade de escolher **homens inegavelmente animados de verdadeiro espírito militar**, e conhecidos, ao mesmo tempo, por seu **bom procedimento**. Dizem, e eu creio, de bom grado, que a este respeito aquele Corpo não tem igual.<sup>211</sup>

Mawe menciona a “alta reputação” e o “bom procedimento” dos soldados de Minas, discurso recorrente em outras narrativas dos viajantes estrangeiros do século XIX. Entretanto, ao assumir o governo da capitania de Minas em 1775, o Capitão-General Dom Antonio de Noronha, ao fazer o diagnóstico da atuação dos Dragões, relatava diretamente ao Marquês de

<sup>207</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 257, p. 53. Instruções dadas ao Morgado de Mateus. Lisboa, 20/11/1772. Grifo nosso.

<sup>208</sup> AHU. ACL. Conselho Ultramarino. 023. Cx. 16, Doc. 801. Carta do Capitão-General de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, a Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar. São Paulo, 10/1/1801.

<sup>209</sup> AHU. ACL. Conselho Ultramarino. 023. Cx. 17, Doc. 877. Carta do Capitão-General de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, a Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar. São Paulo, 14/9/1801.

<sup>210</sup> AHU. ACL. Conselho Ultramarino. 023. Cx. 17. Doc. 887. Carta do Capitão-General de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, a Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar. São Paulo, 15/10/1801.

<sup>211</sup> AHE. Capitania de Minas. I,1,2,34,15. Carta do Conde de Linhares a José Ricardo de Gouveia Mourão anunciando a estadia de John Mawe em Minas. 9/1/1810. Grifo nosso.

Pombal que a permanência do soldado por muitos anos em um registro ou destacamento proporcionaria o seu envolvimento com extraviadores e comerciantes ilegais. De acordo com suas averiguações, alguns dos antigos Dragões haviam “relaxado em suas atribuições de fiscalizar e controlar devido o conhecimento que tinham com os viajantes.”<sup>212</sup> Na sua percepção, a saída para essa situação estaria na “disciplina militar”. Dessa forma, “ficam sempre duzentas e quarenta praças **disciplinando-se no quartel**, e o resto **guarnecendo os postos** por onde se receia poder haver algum extravio de ouro ou diamantes.”<sup>213</sup>

Saint-Hilaire (1830, p. 381) retomou a discussão sobre os extravios de ouro e diamantes nas fronteiras de Minas, e as funções dos militares nessa atividade. Ele afirmava: “Eles não fazem apenas serviço militar. São postados nas fronteiras da província para evitar o contrabando de ouro e diamantes” (tradução nossa).<sup>214</sup> Entretanto, diferente das constatações realizadas no século XVIII por Dom Antonio de Noronha para os Dragões, o viajante relatava que: “vemos quantas comissões delicadas e importantes são dadas a esses soldados, e eu nunca ouvi dizer que, um único, tivesse tirado dos depósitos que lhe foram confiados” (tradução nossa).<sup>215</sup> Essa percepção seria um indicativo da eficácia da disciplina militar em termos de um possível controle da conduta do soldado.

Mesmo diante dos relatos positivos sobre o processo bem sucedido da “disciplina militar” no Regimento de Cavalaria de Minas, não se pode desconsiderar a questão da indisciplina militar em sua dimensão comportamental. O Quadro 7 reúne aspectos ligados a contextos que possibilitaram a emergência de condutas (individuais ou coletivas) consideradas como atos de indisciplina.

---

<sup>212</sup> APM. SC 211, fl. 64. Carta de Dom Antonio de Noronha ao Marquês de Pombal. Vila Rica, 14/6/1775.

<sup>213</sup> APM. SC 211, fl. 64. Carta de Dom Antonio de Noronha ao Marquês de Pombal. Vila Rica, 14/6/1775. Grifo nosso.

<sup>214</sup> *Ils ne font pas seulement un service militaire. Ce sont eux qui sont postes sur les frontières de la province pour empêcher la contrebande de l'or et des diamans.*

<sup>215</sup> *On voit combien de commissions délicates et importantes on confie à ces militaires, et je n'ai jamais oui dire qu'un seul eut rien détourné des dépôts qui lui étaient confiés.*

Quadro 7 - A indisciplina em sua dimensão moral: as condutas individuais e coletivas

Contextos adversos e causas	Condutas individuais	Condutas coletivas
Atraso no pagamento dos soldos		
Deficiência/ausência na alimentação	Deserção	
Atraso/ausência de fardamento	Covardia	
Ausência de quartéis	Insubordinação	Motim
Falta de armamentos e equipamentos	Embriaguez	Revolta
Promoções adiadas ou negadas	Violência	Conspiração
Enfermidades/ausência de hospitais	Abusos	
Castigos físicos	Excessos	
Choque de culturas e de costumes		
Contextos políticos		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da leitura dos Conselhos de Guerra. Arquivo Histórico Militar. Lisboa.

As fontes militares do século XVIII mostram diversas respostas individuais e coletivas dos soldados diante de situações adversas; os ritos formais de julgamento por meio dos “concelhos de guerra” e as punições por eles sofridas. O Quadro 7 apresenta comportamentos recorrentes e que podem ser identificados tanto nos corpos militares europeus (Portugal e Espanha) quando das Américas portuguesa e espanhola.<sup>216</sup>

Sobre a dimensão coletiva da indisciplina, entre 1788 e 1789, vários militares do Regimento de Cavalaria de Minas participaram da Conjuração/Inconfidência Mineira, entre eles estavam o seu comandante, Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido por Tiradentes; o Capitão Antonio José de Araújo, o Capitão Maximiano de Oliveira Leite, o Tenente Agostinho Lobo Leite e o porta estandarte Francisco Xavier Machado, todos citados formalmente nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira.<sup>217</sup>

Em decorrência da Conjuração/Inconfidência Mineira o Regimento de Cavalaria de Minas foi colocado sob suspeita, Dessa forma, foram deslocados do Rio de Janeiro os regimentos portugueses de Moura e Bragança, que aportaram na América nos finais da década de 1760, com o Tenente-General Böhn. Esses militares portugueses assumiram atividades realizadas pelos militares da Cavalaria de Minas. Entretanto, muitos deles cometeram atos de indisciplina. No Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência existem duas devassas da década

<sup>216</sup> Sobre as condutas consideradas como ações de indisciplina existem diversos estudos que se inserem na Nova História Militar. Para a Espanha ver: Andújar Castillo (1999), para a América espanhola, Marchena Fernández (1992), Castrillo Mazeret (1992); para Portugal, ver: Costa (2010); para América portuguesa, ver: Cotta (2004); Possamai (2010).

<sup>217</sup> Para melhor detalhamento sobre a participação dos militares do Regimento de Cavalaria de Minas, dos corpos auxiliares e das ordenanças na Conjuração Mineira, ver: Cotta (2016).



de 1790 que mostram a presença de soldados portugueses presos na cadeia de Vila Rica.<sup>218</sup>

Passados 45 anos da instalação do Regimento de Cavalaria de Minas, o alemão Wilhelm Ludwig Von Eschwege, Coronel do Corpo de Engenheiros do Exército Real Português, em seu relato de viagem a Arrozal de Cima, em 15 de setembro de 1820, traz aspectos que possibilitam compreender sua percepção sobre a disciplina dos soldados:

O brasileiro tem um talento natural para aprender os **exercícios militares** e dar-se um ar militar, especialmente na cavalaria [...]. O Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais, por exemplo, que **na verdade só cumpre a função de gendarmes e nunca se exercitava em manobras**, já fazia três meses após a nova organização, (mas) realizava suas **manobras com tal precisão que nada deixava a desejar** (SCHWEGE, 1996, p. 47, grifo nosso).

O barão de Eschwege trata da dimensão técnica da instrução, prevista nos escritos do Conde de Lippe, relacionada ao exercício das manobras militares. A ausência da prática constante era justificada pelo desempenho da “função de gendarmes”. Esse aspecto aponta para a necessidade de compreender como ocorriam as práticas educativas desses militares para além da *Sciencia* da Guerra, em virtude das especificidades de suas funções como “gendarmes” no Coração da América portuguesa. Os relatos dos viajantes mostram, em tese, os resultados do treinamento militar do Regimento de Cavalaria, a partir da década de 1770.

#### 4.5 Outros escritos: saberes militares “práticos e úteis”

Em virtude das funções de *gendarmes*, ações militares relacionadas às atividades de “polícia”, os soldados de Minas desenvolveram saberes que não estavam previstos nos escritos militares que tratavam da “*Sciencia Practica* da Guerra”. Desde a chegada dos Dragões Del Rey às Minas do Ouro, em 1719, desenvolveram-se saberes “práticos e úteis” à Coroa. Com a reorganização de 1775, as três companhias de Dragões contavam com 224 soldados. Muitos deles foram incorporados ao Regimento Regular de Cavalaria de Minas. Seus conhecimentos foram “práticos e úteis” e, portanto, incorporados ao “fazer” dos militares.

Ocorreu um hibridismo entre a disciplina militar proposta pelo Conde de Lippe e operacionalizada por meio das ações do Capitão-General Dom Antônio de Noronha, e as práticas cotidianas dos velhos Dragões. Nesse sentido, para além das práticas educativas baseadas na oralidade, o “fazer” diante dos casos concretos era utilizado para a transmissão dos

<sup>218</sup> Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (doravante AHMI). Ouro Preto. Devassa sobre a fuga de soldados presos na cadeia de Vila Rica. Códice nº448, auto 9450, 1º Ofício, 1793. AHMI. Devassa sobre o arrombamento e fuga de presos da cadeia de Vila Rica. Códice n.º 448, auto 9436, 1º Ofício, 1799/80.

saberes. Esses eventos educativos podem ser percebidos por meio da correspondência dos militares, nas quais relatavam suas ações. Nelas é possível identificar os *modus operandi* desenvolvidos diante da realidade que era colocada, como controle das vias para evitar os extravios e controlar as ações delituosas dos bandos armados que saqueavam os comerciantes.

Os militares do Regimento de Cavalaria eram postados onde se pagavam os tributos, nas regiões onde se extraíam ouro e diamante e nos caminhos. Os soldados eram alocados nas quatro comarcas da capitania de Minas Gerais. Nelas estavam inseridas as “comandâncias”, que eram sediadas em centros urbanos importantes. No segundo quartel do século XVIII, Minas Gerais estava dividida em quatro comarcas: Vila Rica, Rio das Mortes, Rio das Velhas e Serro do Frio. As vilas mais importantes, e mais densamente povoadas eram a sede das comarcas (QUADRO 8).

Quadro 8- Organização territorial do Regimento de Cavalaria de Minas. 1778

Comarca	Comandância	Guarda/Registro/Patrolha	
Vila Rica	Vila Rica	Cachoeira	Espera
Rio das Mortes	Vila de São João	Guarda da Intendência do Rio das Mortes Registro da Mantiqueira Registro do Itajubá Registro do Jaguari Registro do Ouro Fino Registro do Jacuí Guarda de Matias Barbosa	Guarda do Pinheirinho Guarda do Toledo Guarda do Garambeo Guarda de Picada da Auiruoca Patrolha do Caminho Novo Guarda da Paraibuna
Rio das Velhas	Sertão	Guarda da Intendência do Sabará Registro das Sete Lagoas Registro do Jequitibá Registro do Zabelé Registro do Ribeirão da Areia	Guarda dos Macacos Guarda do Riacho da Areia Guarda da Tapera do Saco Patrolha de Venda Nova
	Paracatu	Guarda do Rio da Prata Guarda de São Romão Guarda do Porto do Bezerra Registro do Nazaré Registro de Santa Izabel	Registro de Santo Antônio Registro de São Luiz Registro dos Olhos d'Água Guarda da Catinga Guarda do Rio da Marmelada
Serro do Frio	Tejuco	Guarda da Intendência da Vila do Príncipe Destacamento do Tejuco Registro do Galheiro Registro do Rabelo Registro do Caeté Mirim Registro da Inhacica Registro do Pé-do-Morro Guarda do Milho Verde Guarda da Paraúna	Guarda da Gouveia Guarda da Picada Guarda das Três Barras Guarda do Rio Pardo Guarda da Chapada Guarda do Andaiá Guarda do Inhai Guarda do Rio Manso
	Minas Novas	Destacamento de Minas Novas Registro de Jequitinhonha Registro de Itacambira Guarda do Rio Pardo Guarda da Gurutuba	Guarda do Itacambiruçu Guarda do Tocaio Guarda da Conceição Guarda de Simão Vieira Guarda de Santa Cruz

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de ROCHA, 1780.

Cada comandância era responsável por um grupo de destacamentos, registros, guardas e patrulhas. Essa organização, e consequente distribuição do efetivo de militares da tropa paga no terreno representa anos de vivências. Ela emergiu como respostas a demandas específicas, diante da conjugação de variáveis relacionadas à busca de controle por parte da Coroa. Um controle das pessoas, do território e do processo de extração e tributação do ouro e diamantes. Atrela-se a esses aspectos a questão do abastecimento, e consequente controle das vias.

De acordo com o Cabo-de-Esquadra e cartógrafo José Joaquim da Rocha (1780), os destacamentos eram guarnecidos por Cabos e soldados. Cada um possuía em média seis soldados; exceção feita ao quartel do Tejuco, que dispunha de doze a vinte militares. Uma guarda geralmente era composta por um Cabo, quatro soldados e dois pedestres. Essa distribuição da tropa no terreno faz pensar em práticas educativas que estão para além de alguns aspectos técnicos (instrução) da disciplina militar, mas que não deixava de incorporar princípios da educação (subordinação, odediência e relatos das alterações identificadas).

Nessa lógica de coordenação e controle, os oficiais eram responsáveis por realizar periodicamente a fiscalização de todos os destacamentos, registros e guardas, dando “parte” de todas as irregularidades detectadas. Tal procedimento recebia o nome de “giro”. Em situações de normalidade, o oficial era acompanhado por três militares.<sup>219</sup> Os furriéis e Cabos-de-Esquadra, comandantes de pequenas frações, confeccionavam os “diários”, nos quais relatavam os fatos ocorridos durante as patrulhas.<sup>220</sup> Ocorre nesse processo uma dinâmica que lança luz sobre as “culturas do escrito” em um ambiente militar. Nota-se que as “partes” dos oficiais, e os “diários” dos furriéis e Cabos-de-Esquadra eram documentos escritos, e deveriam ser encaminhados aos seus superiores hierárquicos. Muitas vezes esses escritos eram encaminhados aos magistrados e ao Capitão-General da capitania.<sup>221</sup>

As “patrulhas dos caminhos” ou “patrulhas do mato” vigiavam as estradas situadas nas proximidades dos registros, por onde eram comuns os desvios de cargas, para não se pagar os impostos. Elas percorriam picadas e atalhos por onde ocorriam extravios de ouro e diamante. As patrulhas também atuavam de forma a reprimir as quadrilhas de salteadores. A esse respeito,

---

<sup>219</sup> APM. SC. 224, fl. 147 v. Carta do tenente Antônio José de Araújo ao Capitão-General Dom Rodrigo José de Menezes. Bom Sucesso de Minas Novas, 10/10/1781.

<sup>220</sup> APM. SC. 224, fl. 45 v. Carta do Capitão José Luiz Saião ao Capitão-General Dom Rodrigo José de Menezes. Tejuco, 10/10/1781.

<sup>221</sup> Ivana Parella (2002) ao estudar o garimpo, extravio, contrabando e violência na ocupação da Serra de Santo Antônio do Itacambiraçu (1768-1800) apresenta várias “partes” e “diários” produzidos pelos militares em seu cotidiano.

em 1783, o comandante do Caminho Novo (que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais), Alferes da 6ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Minas, Joaquim José da Silva Xavier, relatava ao governador que os “tropeiros e viandantes do caminho” estavam com “medo de serem roubados”.<sup>222</sup> Da análise das ações de enfrentamento aos bandoleiros, salteadores e facinorosos é possível identificar os saberes práticos, construídos por militares diante dos desafios cotidianos.<sup>223</sup>

---

<sup>222</sup> APM. SC. SG. Cód. 237. Carta do Alferes Joaquim José da Silva Xavier a Dom Rodrigo José de Menezes. 1783.

<sup>223</sup> Entre os estudos que tratam dessas ações citam-se o de Anastasia (2000) e Oliveira (2008).

## 5 FRAGMENTOS DO PENSAMENTO DE LIPPE NA CULTURA MILITAR

Um dos objetivos deste capítulo é buscar em fragmentos iconográficos aspectos que permitam identificar a apropriação de propostas militares do Conde de Lippe no cotidiano da América portuguesa. Também contribui para pensar as potencialidades dos estudos da iconografia militar, em suas diversas formas de representação: cenas que retratam o cotidiano dos militares, suas cerimônias e rituais, os figurinos militares, as cartas cartográficas, desenhos de plantas e edificações.

Inicia-se o estudo ao realizar um exercício de interpretação iconográfica a partir de uma aquarela pintada em 1784, elaborada por um militar português, na região amazônica da América portuguesa. Esse contexto possibilita pensar nas condições de produção, nos atores sociais envolvidos, nos locais de trânsito e, dessa forma, joga luz sobre a perspectiva interpretativa que percebe o militar como um “mediador cultural” a levar seus conhecimentos, nesse caso das artes do desenho, fruto de um processo de aprendizado formal em Lisboa, para o interior da América. O movimento não pára aí, pois ele também leva, por meio da sua representação, os saberes, as cenas, os atores retratados na América para Portugal. Uma relação dialética na qual ele impacta o cotidiano das pessoas, ao mesmo tempo que é impactado pelas realidades vivenciadas. Nesses movimentos, observam-se tanto a mobilidade espaciais dos militares quanto a construção de saberes “úteis” para a Coroa portuguesa.

Observam-se composições iconográficas sofisticadas saídas das mãos de militares, nas quais se juntam em um só documento as descrições, figurinos militares e edificações, como no caso da *Planta de Vila Boa* (1782), elaborada pelo soldado Dragão Manuel Ribeiro Guimarães.

A cartografia elaborada por militares de várias localidades da América portuguesa é construída por saberes formalizados em tratados de época e também pelos conhecimentos adquiridos na prática, por meio de caminhadas pelos lugares, na coleta de informações com os nativos e com os funcionários da administração régia. Uma elaboração que exige dos cartógrafos militares a disposição para enfrentar os riscos e desconfortos do ambiente. Um dos representantes dessas vivências é o Cabo-de-Esquadra de Dragões das Minas Joze Joaquim da Rocha, que, para além da produção cartográfica, elaborou escritos que seriam “úteis” para a administração da Capitania.

Outra experiência relacionada às artes do desenho militar é o caso do Cabo-de-Esquadra da Bahia, Joaquim Vieira da Silva, que, em 1778, elaborou um desenho sobre fortificação, utilizando-se da técnica bico de pena, para a Aula Militar da Bahia. O militar utiliza autores franceses como suporte para a sua cópia. Essa ação possibilita pensar no processo de circulação

dos saberes militares, nas diretrizes do Conde de Lippe em relação aos livros recomendados. O registro da autoria nas produções iconográficas analisadas é um aspecto importante que individualiza a obra e abre outras possibilidades de interpretação.

Para além da iconografia, em termos mais amplos, observam-se os legados do Conde de Lippe no livro do Tenente de Cavalaria José Marques Cardoso, intitulado *Elementos da Arte Militar* (1785). Nele, o oficial de cavalaria retomou a valorização dos livros, a disciplina militar, e das aulas militares abertas a toda “casta de pessoa”, também reafirma a importância do “exemplo” das condutas dos oficiais junto aos soldados.

Em outras partes do Império português, pode ser observada a apropriação das diretrizes do Conde de Lippe, como no caso do *Regulamento do Regimento da Praça de Moçambique* (1779), elaborado pelo Tenente-Coronel Vicente Caetano Maia. Nele, o oficial trata de aspectos relacionados à disciplina do soldado.

Outras fontes reafirmam o papel do Sargento-Mor como responsável pela coordenação e controle das atividades educativas dos corpos militares, destacando a dimensão escrita nesse processo.

A *Arte Militar de Curar*, e sua dimensão do cuidar, é percebida nos hospitais militares em diversas localidades da América portuguesa e nos livros de medicina militar que foram publicados a partir do último quartel do século XVIII.

Por fim, percebe-se o legado do Conde de Lippe para a Justiça Militar por meio da publicação de livros e compilações aplicáveis em Portugal, na América portuguesa e em outras localidades do Império.

## 5.1 Leituras de elementos materiais da cultura militar à luz dos escritos de Lippe

Parte-se do pressuposto, como afirma Galvão (2007, p. 36), de que a materialidade dos objetos possibilita ver eventos e práticas educativas. Nesse sentido, busca-se por meio da interpretação da representação iconográfica, identificar incorporações dos escritos do Conde de Lippe relacionadas à educação e à instrução dos militares na América portuguesa. O primeiro elemento material da cultura militar analisado é a aquarela na qual está representada uma cena em que estão presentes quatro militares de corpos auxiliares compostos por homens pardos (FIG. 14).

Figura 14 – Militares em cerimônia de continência com armas. 1784



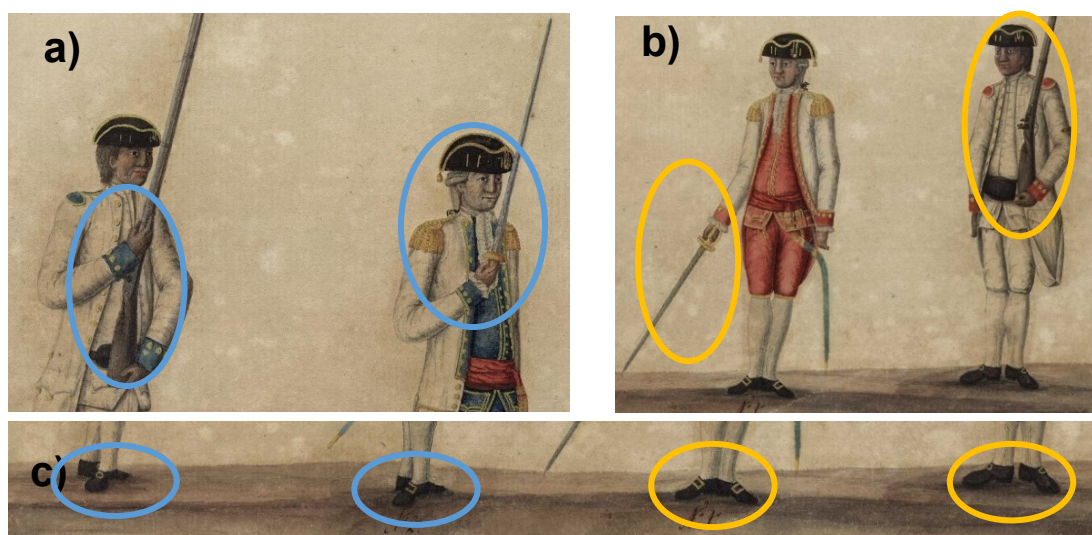
Fonte: Nº 1º Uniforme do Terço Auxiliar da Cidade, de que é Mestre de Campo Marcos José Monteiro de Carvalho e Veiga Coelho. Nº 2º Dº do Bairro da Campina, que é Mestre de Campo Lourenço Furtado de Vasconcellos. 1784. Desenho. Aquarela. Colorido. 31,0 x 18,0 cm em f. 34,5 x 24,0 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. MAP.I,4,01 nº013ª. Manuscritos. Desenho de Joze Joaquim Freire. 1784.

Essa representação iconográfica de um ritual militar foi elaborada sete anos após a morte do Conde de Lippe. A cena demonstra os lugares hierárquicos e as relações de poder estabelecidas entre os atores. Os movimentos com as espadas e com os mosquetes lançam luz sobre as prescrições dos regulamentos, da disciplina militar como educação e como instrução de forma simbiótica.

A aquarela possibilita pensar na internalização da norma, nos procedimentos e nos lugares hierárquicos dos militares no dispositivo, que transparece nas posições dos corpos, das cabeças e dos olhares. A instrução militar se mostra na relação entre os movimentos, a utilização correta e padronizadas das espadas e mosquetes. Assim, como afirma Michel Foucault ([1975], 2020, p. 150) “um corpo disciplinado é a base do gesto eficiente”.

A Figura 14 representa a relação de subordinação hierárquica entre os militares presentes na cena. Ela pode ser entendida a partir de seguinte interpretação do ritual militar: 1) os dois militares que estão à esquerda correspondem à continência com espada no movimento de “apresentar armas”, o soldado com o mosquete e o oficial com a espada (FIG. 15 a); 2) os militares que estão posicionados à direita estão prestando a continência (FIG. 15 b). O soldado posta seu mosquete em posição de “ombro arma”; o comandante é um oficial pardo, está com a espada “abatida ao solo”, realizando a saudação regulamentar ao outro Oficial Superior (Mestre-de-Campo) que traz a espada na altura dos olhos (FIG. 15 b). A “continência com a espada, os Oficiais devem fazê-las quando os Soldados apresentarem as armas; e no caso de se dirigir a eles Oficiais pessoalmente o Oficial Superior, que estiver presente; e então abaixarão a ponta da espada em sinal de respeito”.<sup>224</sup>

Figura 15 – Detalhes dos movimentos de “Apresentar Armas”. 1784



Legenda: a) oficial e soldado prestam a continência militar.

b) oficial e soldado recebem a continência de “apresentar as armas”.

c) posições padronizadas dos pés durante a continência militar com armas.

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. MAP.I,4,01 n°013A – Manuscritos. Desenhista: Joze Joaquim Freire. 1784.

<sup>224</sup> Verbete nº 479 do *Repertório das Ordens do Dia dadas ao Exército Portuguez* (1830).



O movimento de “apresentar as armas” está detalhado no Capítulo II, *Da Formatura do Batalhaõ para a Parada, do Regulamento para o Exercício, e Disciplina, dos Regimentos de Infantaria* (LIPPE, 1763). Essa cena mostra a correta execução dos movimentos por parte dos militares que estão representados, além de demonstração de conhecimento técnico por parte de quem elaborou o desenho, uma vez que destacou detalhes muito específicos.

Esses movimentos de armas estão relacionados ao cerimonial militar descrito pelo Conde de Lippe e marca as hierarquias militares e, portanto, as subordinações e relações de poder e mando entre os envolvidos. Os dois soldados portam mosquetes com as “baionetas caladas”, acopladas ao cano, o que demonstra a formalidade do momento representado.

Os dois oficiais, que portam as espadas e estão posicionados à frente, foram pintados com uma tonalidade de pele mais clara do que os soldados. Eles usam perucas brancas, possuem rendas nos punhos, lenços nos pescoços e dragonas nos ombros. A dragona é a peça ornada com franjas de fios de seda ou ouro que é usada como distintivo no ombro.

A denominação “Terço Auxiliar” e a patente “Mestre de Campo”, em 1784, diz muito sobre a “qualidade e condição” dos envolvidos, especialmente dos oficiais representados (homens pardos), uma vez que desde a reforma militar de 1708, para os corpos regulares, a denominação “Terço” passou para “Regimento”, e a patente “Mestre de Campo” se tornou “Coronel.” Essa situação somente seria resolvida anos mais tarde.

Nota-se as posições padronizadas dos pés e dos calçados (FIG. 15 c). Atrela-se a isso a representação do asseio dos militares por meio das fardas brancas e limpas, cabelos penteados, barbas feitas. Esses detalhes confirmam o legado dos escritos militares do Conde de Lippe na América portuguesa.

A farda militar teria uma função prática e outra simbólica. Ao mesmo tempo que ela identificaria e diferenciaria um exército do outro nos campos de batalha, fortalecia o “espírito de corpo”, tanto na guerra quanto na paz. Como afirma Souza (2008, p. 122), o “uniforme coloca em destaque o senso de pertença comum, o espírito de corpo, torna-se um espelho de obediência e eficácia, solidifica a disciplina, constitui sinal de distinção”.

A farda diferenciava o soldado dos outros vassalos, possibilitando sua fácil identificação. Dessa forma, o colocava em constante exposição aos olhos dos seus camaradas, comandantes e da população para serem vigiados, premiados ou punidos. Outro aspecto em relação à farda é que ela está submetida a uma legislação que regulamenta tanto o feitio, quanto o uso.<sup>225</sup> Para Wilson Souza (2008), a farda assume características de um vestuário específico,

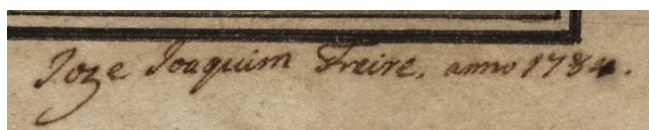
---

<sup>225</sup> Souza (2008) ressalta que com Lippe, mentor do primeiro plano de uniformes para o exército português, é que efectivamente, em Portugal, o uniforme substituiu o gosto individual de vestuário do soldado.

uma vez que constitui reflexo das ações dos membros das corporações que se expressam por meio das condecorações. Assim, a farda possui uma dimensão simbólica na qual a ideia de “honra militar” se materializa.<sup>226</sup>

A representação dos militares da Figura 11 se torna ainda mais rica com a assinatura do desenhista, o segundo-Tenente Joze Joaquim Freire (1760-1847) (FIG. 16). A partir do seu nome é possível reconstruir sociabilidades, habilidades, outros tipos de serviços e, sobretudo, sua intensa mobilidade física ao percorrer diversas regiões da América portuguesa.<sup>227</sup>

Figura 16 – Detalhe da assinatura do autor militar do desenho. 1784



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. MAP.I,4,01 n° 013A – Manuscritos.

Autor: Segundo-Tenente Joze Joaquim Freire.

Joze Freire era português e foi aprendiz em uma das principais escolas de desenho de Portugal, a Fundação do Real Arsenal do Exército. Essa experiência justifica a riqueza de detalhes das armas representadas (FIG. 14). Aos 20 anos de idade foi contratado pelo Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda. Entre os anos de 1783 e 1792 integrou a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira que ficou conhecida como *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*<sup>228</sup> Joze Freire realizou croquis e desenhos aquarelados que documentaram atividades artesanais da população nativa, espécimes da fauna e da flora, vistas de cidades e vilas, construções e embarcações.<sup>229</sup> Entre elas estava a cerimônia militar (FIG.14). Ao registrar os nomes dos mestres de campo e dos respectivos terços na legenda que está abaixo do desenho, ele criou a possibilidade de identificação dos militares. Assim foi possível saber que, no mesmo ano de 1784, o Bispo da

<sup>226</sup> Essa ideia é percebida por meio do recrudescimento das punições àqueles que utilizavam fardas militares em seus delitos. O rei afirmava que “com a referida simulação, e pretendendo **infamar** com ela aquela **ilibada reputação e honra** que os militares do meu exército se empregam no meu real serviço.” AHM/Div/3/3/22. Alvará de 20/10/1763 (grifo nosso).

<sup>227</sup> Elaborou uma vasta cartografia: *Mapa hidrográfico da Bacia Amazônica*: abrangendo até o curso dos rios: Mamoré (a oeste); Araguaia (a leste); Negro e Branco (ao norte); parte do rio Paraguai (ao sul). BNRJ. ARC.025, 02, 001 – Cartografia. Mapa ms., desenho a nanquim, 58,5 x 55cm em f. 64,5 x 61. *Carta geográfica do rio Branco ou Parimé*: e dos rios Caratirimani Uararicapará Majari, Tacutú e Mahú. BNRJ. ARC.025, 04, 004 – Cartografia. Mapa ms., desenho a nanquim, 44,5 x 29,5cm em f. 47,2 x 32,3.

<sup>228</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.br/projetos/alexandre/personagens.htm>. Acesso em 17 out. 2020.

<sup>229</sup> Estas aquarelas podem ser localizadas *Brasiliiana Iconográfica*, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Coleção formada pelos acervos da Fundação Biblioteca Nacional, Instituto Moreira Salles, Pinacoteca de São Paulo e Instituto Itaú Cultural, de São Paulo. Disponível em: [https://www.brasiliianaiconografica.art.br/obras/rel\\_content\\_id/17643](https://www.brasiliianaiconografica.art.br/obras/rel_content_id/17643). Acesso em 17 out. 2020.

Diocese do Pará, Dom frei Caetano Brandão, ao realizar uma de suas visitas ao interior do Pará, relatou que foi recebido:

com todo o alvoroço pelo **Commandante da Villa o Mestre de Campo Lourenço Furtado de Vasconcellos**, e pelos moradores, que concorrerão todos alegremente a receber a benção do seu Pastor; e por entre huma bella arcada de murta me conduzirão á Igreja. Achei muita graça n'hum letreiro, que vi sobre hum arco, por onde fui conduzido: erão estas as palavras – *Veni, Pater pauperum*<sup>230</sup> – Gostei por ser o titulo mais próprio, que convém a hum Bispo; assim eu o soubesse desempenhar (AMARAL, 1818, p. 296, grifos nosso).

Seja pela representação iconográfica do “bom, e leal vassalo” militar que transparece na execução correta dos movimentos da cerimônia militar, pela “utilidade” dos seus serviços ou pelo “alvoroço” para receber “alegremente” a “benção do seu pastor”, anos mais tarde o mestre de campo Lourenço de Vasconcelos teve sua patente militar confirmada e foi remanejado para o “Regimento de Macapá.”<sup>231</sup> O desenhista, por sua vez, atingiu o posto de Tenente-Coronel, em virtude dos bons serviços prestados à Coroa.

Como afirma Souza (2008, p. 130), “os militares possuíam uma visão muito pragmática do desenho, o que reflecte e confirma uma concepção corrente, no Portugal setecentista, do desenho enquanto projeto.” A “utilidade” dos militares se mostrava em ações que buscavam conhecer e controlar o território por meio da elaboração dos mapas.

Esses saberes técnicos também foram “úteis” ao Capitão-General de Minas Dom Antonio de Noronha. Na década de 1770, ele determinou ao Cabo-de-Esquadra do Regimento de Cavalaria, Joze Joaquim da Rocha (1740-1804), que elaborasse os mapas das comarcas da Capitania. A Figura 16 mostra fragmentos dos mapas assinados pelo militar, bem como a menção às ordens do Capitão-General.

O Cabo-de-Esquadra destacou que ele foi feito “conforme as mais certas e novas observaçoens feitas com grande trabalho do seu autor”. Inclusive, existe a possibilidade de o cartógrafo estar representado no mapa (FIG. 17 b). Como afirma Beatriz Bueno (2000, p. 41), o desenho foi um dos mais “eficientes mecanismos de conhecimento, apropriação e controle do território; um dos veículos capazes de fornecer à Coroa a medida do seu império e materializar nas Conquistas a presença de um rei ausente.” Assim, demonstra-se a “utilidade” da instrução militar, ao fornecer conhecimentos técnicos que podem ser instrumentalizados para a

<sup>230</sup> Expressão em latim que em português se traduz para “vinde, pai dos pobres”, ela compõe o canto gregoriano *Veni Sancte Spiritus*, também chamada de *Sequência de Pentecostes* ou *Sequência de Ouro* (em latim *Sequentia Aurea*), é a sequência prescrita para a Missa de Pentecostes e sua Oitava na liturgia romana. É cantada na Missa desde Pentecostes até o sábado seguinte (SOLESMESS, 1961, p. xi).

<sup>231</sup> Provimientos Militares para o Ultramar. Decreto de 11 de agosto de 1796 (ALMEIDA, 1964, p. 332).

## Administração da Coroa.

Figura 17 – Detalhes de mapas produzidos pelo Cabo-de-Esquadra de Minas. 1777



Legenda: a) Descrição por determinação do Capitão-General das Minas, “conforme as mais certas e novas observações”.

b) Possível representação do cartógrafo militar Cabo-de-Esquadra de Dragões Joze Joaquim da Rocha.

c) Assinatura de Joze Joaquim da Rocha em mapa de sua autoria. 1777.

d) Assinatura de Joze Joaquim da Rocha em mapa de sua autoria. 1778.

Fontes: APM. SC. SG 005. 1778. BNRJ. ARC.030,01,033 – Cartografia.

Joze Joaquim da Rocha era filho do Capitão Luís da Rocha e de dona Maria do Planto. Nasceu em 1740, em São Miguel da Vila de Souza, ao sul de Aveiro e faleceu em Minas Gerais, em 1804. Chegou em Minas no governo de Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768), Capitão-General responsável por operacionalizar a Carta-Régia de 1766, que reorganizou os corpos militares auxiliares. Sentou praça como Cabo-de-Esquadra em uma das companhias de Dragões (RESENDE, 1995; FURTADO, 2009). Em 1775, com a criação do Regimento de Cavalaria de Minas, foi a ele incorporado. Em 1778, pediu baixa do serviço militar, provavelmente devido à redução do soldo, realizada em virtude da racionalização administrativa operacionalizada por Dom Antonio de Noronha ou pela falta de promoção, uma vez que estava a servir por mais de 10 anos.

Rocha escreveu três textos: a *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais* (1781), a *Descrição Geográfica, Topográfica, Histórica e Política da Capitania de Minas Gerais* (1783) e a *Memória História da Capitania de Minas Gerais* (1788). Em 1781, ele dedicou a *Geografia Histórica* ao novo Capitão-General de Minas, Dom Rodrigo José de Menezes (1780-

1783). Como recompensa, em 1782, foi nomeado Sargento-Mor.<sup>232</sup> Em 1789 foi acusado de envolvimento na Inconfidência Mineira, por ter passado ao Alferes Tirandentes o *Mapa de População de Minas Gerais* (1776). Suas redes de compadrio e amizade conseguiram tirá-lo da situação. Nota-se que a extensa cartografia e seus escritos, verdadeiros inventários de Minas Gerais, mostram a “utilidade” de sua produção para os governos da Capitania. Um militar que percorreu praticamente todo o território mineiro, e, portanto conhecia *in loco* as situações que narrava ou representava em seus mapas. Seus contatos com administradores possibilitaram a coleta de dados que foram transformados em “tábuas” (quadros) presentes em seus escritos. Entretanto, a despeito do seu empenho e dedicação, ele afirmava ao Ministro Martinho de Melo e Castro:

Nunca fui contemplado senão para atropelar riscos, expondo muitas vezes a vida a ser devorada pelas feras na penetração dos densíssimos sertões, sem mais interesse que a utilidade do serviço da Soberana; e por isso indigente, sem amparo, nem estabilidade para poder passar o resto dos anos como homem de bem (RESENDE, 1995, p. 44).

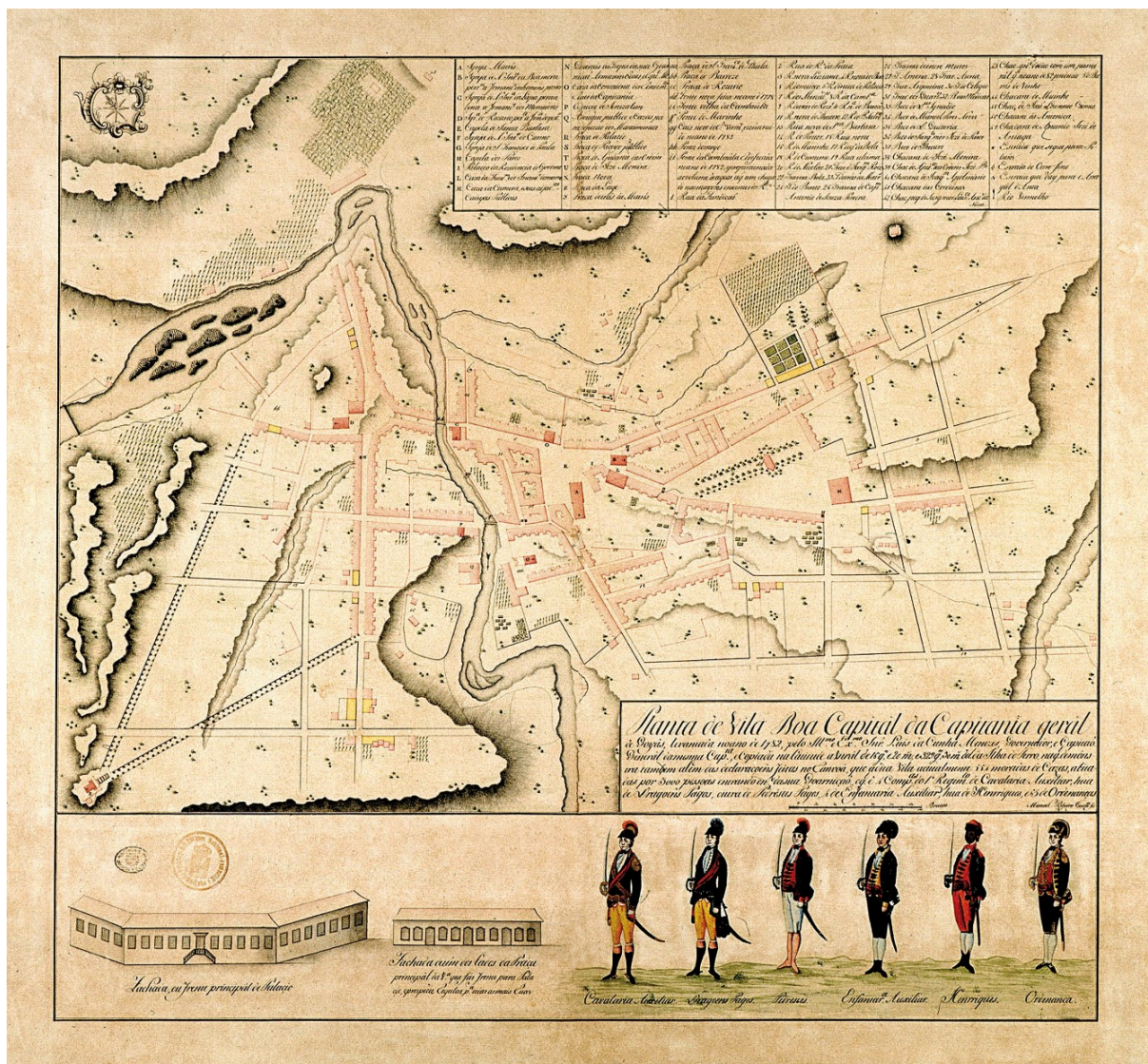
Os saberes práticos e a “Arte do Desenho Militar” em outras partes da América portuguesa. Em 1782, Luis da Cunha Menezes, Capitão-General de Goiás entre 1778-1783, determinou ao Soldado Dragão Manuel Ribeiro Guimarães que elaborasse a *Planta de Vila Boa, Capital da Capitania de Goyas* (FIG. 18). Trata-se da elaboração de um plano de realinhamento e expansão para a Vila, em 1782. Nele foram detalhados os principais logradoures da época, além de prever uma regularidade das ruas. Mostra a delimitação de novas quadras para posteriores construções, na busca de coibir a expansão desordenada. O desenho estava alinhado às orientações para a retificação e o crescimento da capital goiana, demonstrando a presença de novos valores da cultura Iluminista, que visavam a “ordem e a razão”, contrapondo-se as concepções urbanas anteriores (BOAVENTURA, 2007, p. 228).

---

<sup>232</sup> Era responsável pela instrução das Ordenanças dos distritos das Capelas de São Luís da Conquista e Santo Antonio da Barra, do Termo da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuai, com direito a privilégios e honrarias, porém sem soldo algum, nos termos da carta-patente de 23 de novembro de 1782 (APM. Livro de Patentes, fl. 926-927).



Figura 18 – Planta de Vila Boa Capital da Capitania Geral de Goyas. 1782



Fonte. AHU\_CARTm\_008, D. 0877. Desenhista: Soldado Dragão Manuel Ribeiro Guimarães.

No canto inferior direito da “Planta de Vila Boa Capital da Capitania de Goyas” (1782) observam-se os figurinos militares representativos de todos os tipos de corpos militares existentes na localidade. Todos os militares são oficiais, pois estão a portar suas espadas na posição definida como “ombro arma”, segundo o *Regulamento para a Infantaria* (LIPPE, 1763). Aspectos da disciplina militar se fazem representar pelos detalhes vistos na padronização da postura dos corpos, na posição das espadas, no “aceio” dos militares e dos fardamentos (FIG. 19).



Figura 19 – Detalhe da aquarelas dos figurinos militares da Capitania de Goyas. 1782



Fonte. AHU\_CARTm\_008, D. 0877. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 35, D. 2148.  
Desenhista: Soldado Dragão Manuel Ribeiro Guimarães.

A representação iconográfica apresenta oficiais pertencentes aos corpos militares de Cavalaria Auxiliar, Dragões Pagos, Pedrestes, Infantaria Auxiliar, Henriques e Ordenanças. Essa pluralidade de corpos militares faz pensar na consolidação da estrutura militar prevista na Carta-Régia de 1766, que representou na América o desdobramento da reforma militar capitaneada pelo Conde de Lippe. Os tipos de corpos militares representados agregam vassallos de todas as “qualidades e condições”. Esse conjunto reafirma o vigor da teoria da “Arte Militar Defensiva” proposta por Lippe, que se alinhava ao Sistema Militar Corporativo, e valorizava a participação dos moradores locais na defesa.

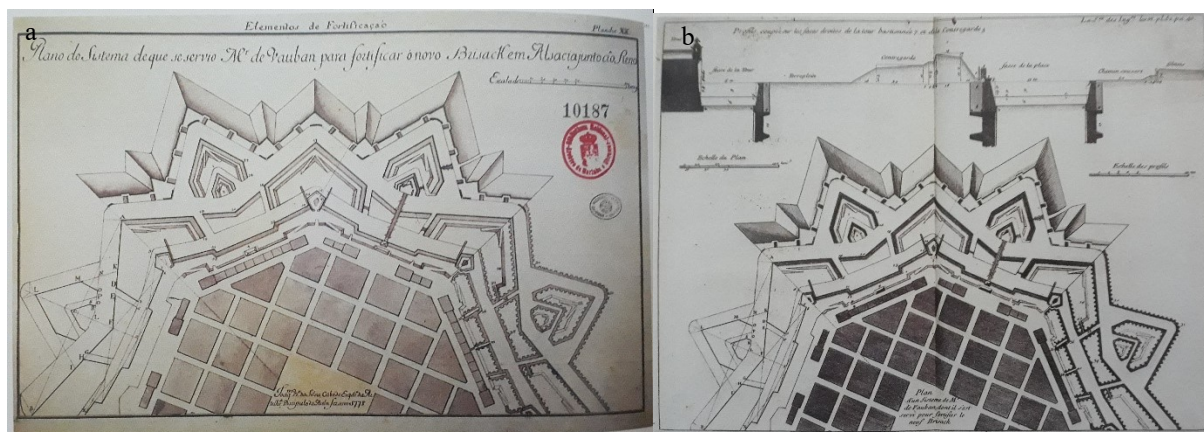
Outra potencialidade dos “elementos materiais da cultura militar” é identificar, por meio deles, o trânsito de saberes e práticas entre Europa e América portuguesa em ambientes educacionais formais, como o caso da Aula Militar da Bahia.<sup>233</sup>

O *Caderno de Desenhos da Aula Militar da Bahia* (1778-1779), que é composto por 40 folhas, e 22 desenhos técnicos, 6 plantas e 12 mapas, além de aspectos que permitem conhecer o diálogo estabelecido com os autores militares estrangeiros consagrados. Os desenhos estão assinados e são elaborados por militares partidistas (que recebiam uma espécie de auxílio financeiro) e discípulos da aula. Esse tipo de fonte mostra a *instrução*, o método de ensino, a circularidade de conhecimentos e sua função prática. O desenho é visto como um “educador dos olhos” (SOUZA, TRINCHÃO, 2006, p. 5).

<sup>233</sup> As aulas militares e, em especial as dinâmicas da Aula Militar da Bahia foram alvo de estudos de Wilson Souza (2006, 2008) e Beatriz Bueno (2011). Aqui interessa identificar a circularidade dos saberes por meio dos livros e de sua reprodução pelos alunos.

As Aulas Militares em Portugal e na América portuguesa eram baseadas em conhecimentos registrados nos tratados estrangeiros ou em materiais didáticos organizados e manuscritos pelos próprios lentes. A Figura 20 é um exercício de desenho realizado pelo Cabo-de-Esquadra Joaquim Vieira da Silva, discípulo da Aula Militar da Bahia.

Figura 20 - Exercícios dos alunos da Aula Militar da Bahia sobre fortificações. 1778



Legenda a) Desenho feito pelo Cabo-de Joaquim Vieira da Silva. Bahia. 1778.

b) Desenho do livro de Béliador. *La science des ingénieurs* [...] Paris., 1729.

Fonte: a) Exercícios dos alunos da Aula Militar da Bahia sobre fortificações. 1778. Técnica: bico-de-pena. Dimensão: 20,7 X 32 cm. Desenho de Joaquim Vieira da Silva. Arquivo Histórico Ultramarino do IICT, Lisboa.

b) BÉLIDOR. Bernad Forest de. *La science des ingénieurs*[...] Paris., 1729. In: VÉRIN, (1993, p. 236-237).

Com a criação da Academia Militar pelo Conde de Lippe (1767), adotou-se como livro básico para o ensino dos cadetes, o *Novo curso de matemática* [...] (1725), de Bernad Forest de Béliador. Na Biblioteca do Conde de Lippe, além de vários títulos deste autor publicados em francês, existiam dois livros de Béliador, em português, publicados em Lisboa (SCHMALZ, 1783; SCHULZ, 2010, p. 224; BRITO, 2012a, p. 107). Em seus escritos, Lippe recomendou para os alunos da Artilharia o tratado intitulado *Ataque e defesa das praças*, de Sébastien Le Prestre de Vauban.

Beatriz Bueno (2011, p. 229) afirma que o tratado de Béliador converteu-se na década de 1770 “na principal literatura de referência das Aulas em Portugal e no Brasil.”<sup>234</sup> Um indicativo do cumprimento das recomendações do Conde de Lippe.

<sup>234</sup> Na suposta biblioteca da Aula Militar da Bahia existiam os seguintes livros de Béliador: *La Science des ingénieurs dans la conduite des travaux de fortification et d'Architecture civile* [...] (1729); *Nouveau Cours de Mathématique* [...], 1720; *Novo Curso de Matematica* [...], 1764; *Architecture Hydraulique* [...] 1737-1753. 4 volumes. De autoria de Vauban: *Traité de l'attaque et la défense des places* [...] 1742; *De l'attaque et de la défense des places* [...] 1743 (BUENO, 2011, p. 230).



## 5.2 Legados dos escritos do Conde de Lippe para a cultura militar

Com a queda do Marquês de Pombal e a morte do Conde de Lippe (1777), encerra-se a influência formal do Marechal General na estrutura da organização militar portuguesa. Vários contemporâneos colocaram em questão o alcance de seus escritos, especialmente em Portugal.<sup>235</sup> Nesta seção, por meio de alguns fragmentos, mostra-se que os legados do Conde de Lippe permaneceram nas práticas militares, especialmente na América portuguesa.

A continuidade do pensamento de Lippe pode ser percebido no livro publicado em 1785 pelo Tenente de Cavalaria, José Marques Cardoso, intitulado *Elementos da Arte Militar*, elaborado, segundo o autor, com o “desejo de recopilar debaixo de principios simplicis, claros, e methodicos, huma **Instrução**, ou Elementos da Arte, e **Disciplina Militar**.” (CARDOSO, 1785, grifo nosso).

O livro do Tenente Cardoso teve uma boa divulgação, pois aparece no “catalogo de alguns livros impressos à custa de Borel, Borel e Companhia, e de outros que os mesmos tem em grande número, em Lisboa, quasi defronte da Igreja de N. S. dos Martyres, na esquina. Anno de 1789”. Esse catálogo está anexo ao “Diccionário da Lingua Portugueza”, de Moraes Silva (1789, p. 752):

Elementos da Arte Militar, que comprehendem todas as Acções da Guerra que se podem praticar nos ataques, e defensas, por José Marques Cardoso, Tenente da Cavallaria da Praça de Almeida, I, vol. 8. Lisboa, 1785. Com estampas. Este Livrinho he indispensavel a todo o Militar applicado. Preço 600.

Seguindo as diretrizes da *Memória Sobre os Exercícios de Meditação Militar* (1773), o livro de Cardoso valoriza os livros, a história militar e a prática da arte militar baseada na disciplina e na ordem. Sobre a importância dos “livros militares permitidos”, afirmava:

Elles saó a luz da verdade, Presidentes da memoria, Embaixadores da eternidade; cujos conselhos saó tanto mais seguros, quanto mais despidos dos affectos, e respeitos humanos: elles saó huns testemunhos dos tempos, huma vida do entendimento, huns mestres da vida [...]. A todos convem muito a lição dos livros; mas os Militares com especialidade devem na applicação dos estudos adquirir as maiores notícias, para o augmento, e felicidade. De letras, e armas fabricaraó a sua fortuna (CARDOSO, 1785, Liv. I §§ XIV-XIV).

Ao tratar da disciplina militar, especificamente em sua dimensão educativa, Cardoso recomendava que se advertisse ao

---

<sup>235</sup> Ecos desse pensamento estão presentes em Andrade (1806). Essa questão é pontuada por Costa (1998), Bebiano (2000), Monteiro (2004) entre outros.

**Soldado de honra**, que quizer ser **bem visto dos seus Officiaes**, depois de ter observado, e adquirido tudo quanto nestas advertencias se lhe propoem, que com hum muito activo aborrecimento deve separar-se dos adjuntos, que lhe podem infringir a boa opiniaó, das **assembleias murmuratorias**, e ainda **livros profanos** (CARDOSO, 1785, Liv. I § XVII).

O Tenente retoma a ideia de honra militar, tão valorizada por Lippe. Outro aspecto que também foi tratado nos escritos de Lippe diz respeito à “boa fama do Soldado” e a necessidade de se precaver contra as murmurações e leituras não recomendadas. Também defende a presença de um “exército permanente e sempre exercitado”. No campo da educação militar, destaca a necessidade de se criar em cada província uma aula militar ou academia, “onde pudesse entrar **toda a casta de pessoa: órfãos, bastardos, enjeitados, mendicantes e pessoas mais distintas** que particularmente ou na mesma aula se quisessem iniciar e instruir na arte da guerra” (CARDOSO, 1785, Liv. V § VI, grifo nosso).

Cardoso reservou um tópico específico em seu “Elementos da Arte Militar” para tratar da “Da lição dos Livros” no qual afirmava:

Porém qualquer sujeito, que se deliberar a servir, como já dissemos, e a querer sustentar estas circunstancias, que narramos; deve ter essencialmente por base, e fundamento de taó sumptuosas maravilhas a lição das Historias; porque o conselho para o exercicio, que temos exposto, ou se adquire da publica advertencia dos vivos, ou da particular conversaçãõ dos mortos com a lição dos livros (CARDOSO, 1785, V, § IV).

Ao tratar do valor da história, destacou que nela com a “mais pronta e fiel clareza se observam as experiências dos governos passados e se fazem os experimentos para os sucessos presentes e futuros”. A “instrução histórica”, na qual se destacava “o valor heróico das batalhas e dos grandes generais”, era imprescindível para o militar. O “Soldado deveria abster-se de murmurações, ajuntamentos e livros profanos” (CARDOSO, 1785, Liv. I § XV-XVI).

Na esteira do Conde de Lippe, Cardoso (1785, Liv. V, § I) reafirma a importância da conduta dos oficiais ao esclarecer que “dos descuidos dos senhores oficiais, oprimindo os ânimos e particularizando nas suas paixões este ou aquele Soldado para o punirem, insultarem e porem no perigo de serem trãnsfugas”. Para evitar a deserção os oficiais deveriam conservar os seus Soldados “debaixo de **uma doce, mas vigorosa disciplina**”, aconselhando-os a terem “amor, afabilidade, cautela e prudência para saber medir a ação que deve ser castigada ou apenas moderadamente advertida.” O Tenente recomendava o recrutamento de homens que “amassem o rei e a pátria, e ao menos seus costumes fossem capazes de uma boa disciplina” (CARDOSO, 1785, Liv. V § III, grifo nosso).

Ao que tudo indica, o livro do Tenente Cardoso circulou, pois, em 1789, uma cópia foi localizada em Minas Gerais, na biblioteca do inconfidente Cônego Vieira. Consta no “Traslado do auto de sequestro feito nos bens que se acharam em casa do Cônego Luís Vieira da Silva”, uma biblioteca composta por 267 obras, 569 volumes (conforme o traslado final). Entre os livros apreendidos estava um exemplar de *Elementos da Arte Militar*.<sup>236</sup>

O pensamento do Conde de Lippe teve eco na África portuguesa. Rodrigues (2006) e Wagner (2018) estudaram a organização militar em Moçambique e Rios de Sena. Por meio das ações do Tenente-Coronel Vicente Caetano da Maia, que comandou o Regimento de Infantaria de Moçambique entre 1779 e 1788, é possível identificar alguns legados de Lippe.

Com base nas orientações do Conde de Lippe, em 1779 o Tenente-Coronel Vicente Maia redigiu o *Regulamento do Regimento da Praça de Moçambique*.<sup>237</sup> O regulamento tratava da disciplina militar, abordando aspectos tais como: formaturas, períodos de exercícios, regularidade dos treinamentos, refeições, descanso, silêncio, assistência religiosa, regras e punições, especialmente aquelas ligadas à higiene pessoal e à limpeza dos armamentos e equipamentos (WAGNER, 2018, p. 4; RODRIGUES, 2006, p. 80).

Ana Wagner (2018) retomou o Alvará de 24 de março de 1764, já mencionado nesta dissertação, que tratava da relação entre a disciplina militar e o asseio dos Soldados e de suas fardas. A pesquisadora destacou que naquela porção oriental do continente africano, ao tratar das fardas, era necessário considerar os condicionantes locais, a conveniência climática, os preços e tipos dos tecidos, os aviamentos, a existência ou não de alfaiates e a periodicidade dos navios portugueses que aportavam naquele território. Sobre aspectos relativos ao asseio dos Soldados, apresentam-se as determinações do Tenente-Coronel Vicente Maia:

Todos os dias ao toque da alvorada, os oficiais e oficiais inferiores, que estiverem comandando as suas companhias, farão levantar os seus Soldados, e faze-los vestir, lavar, levantar as camas e arrumá-las, pentear os cabelos [...].<sup>238</sup>

Também é possível identificar aspectos relativos à disciplina militar no pedido do Governador-Geral de Moçambique António Manoel de Melo e Castro que, em 1786, solicitou ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, o envio de pentes para os Soldados daquela guarnição, além de especialistas para a manutenção dos armamentos.<sup>239</sup>

<sup>236</sup> ADIM. Vol. 6, p. 83-93. Traslado do Sequestro feito ao Cônego Luis Vieira da Silva.

<sup>237</sup> AHU. Moçambique. Cx. 34. Doc. 38, *apud* Rodrigues (2006, p. 80); Wagner (2018, p. 6).

<sup>238</sup> AHU. Moçambique. Cx. 34. Doc. 38. Carta do tenente coronel Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, sobre os aspectos militares, s/d [1779] *apud* Wagner (2018, p. 6).

<sup>239</sup> AHU. Moçambique. Cx. 52. Doc. 08, *apud* Wagner (2018, p. 6).

A missão do Tenente-Coronel Vicente Maia era “reorganizar e disciplinar” as tropas de Moçambique, de acordo com as reformas de 1763. Ele permaneceu por nove anos naquela parte oriental do continente africano. Rodrigues (2006, p. 83) relata o elogio feito aos militares africanos pelo Governador-Geral, que destacava especialmente o conhecimento do terreno e resistência física que possuíam. Fazia apenas uma objeção ao serviço dos africanos: “sua resistência à sujeição ao trabalho e à **disciplina da milícia**, o que os levava a desertar” (grifo nosso). O Regimento de Moçambique nunca atingiu o efetivo previsto.

Para resolver essa questão, em 1792 o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, que parecia desconhecer aspectos culturais e sociais de Moçambique<sup>240</sup>, considerava a necessidade de completar o regimento com os nativos, pois, para ele:

Os africanos prefeririam, certamente, a **disciplina da vida militar** à dureza da escravidão, pois no exército seriam muito mais bem tratados em sustento, e vestuário, do que [...] debaixo do jugo de particulares (grifo nosso).<sup>241</sup>

Martinho de Melo e Castro estabelecia uma comparação entre a “servidão voluntária” da vida militar, especialmente focando na “disciplina”, e a “dureza da escravidão” compulsória. Assim, o nativo seria submetido à dinâmica do “ensinar-vigiar-punir”, que envolvia saberes, olhares e ações de diversos militares, culminando com o Sargento-Mor (Major), responsável pela coordenação e controle de todo processo.

Mesmo após a morte do Conde de Lippe, especificamente em 1785, o Conselho de Guerra determinou que: “Qualquer Capitão-Mor querendo expedir ordens para as suas ordenanças, deve sempre expedi-las ao seo Sargento-Mor por escrito, para este as mandar executar; o qual lhe dará parte da sua execução por escrito, ou pessoalmente.”<sup>242</sup>

As “ordens por escrito” e as atribuições dos Sargentos-Mores foram defindas nas *Instruções Gerais*, publicadas em 1762, (LIPPE, 1762, Art. III, § XVII). Ainda de acordo com o Conselho de Guerra, o Sargento-Mor era responsável pelas “mostras, revistas e exames das Companhias [...] sempre feitas nas praças públicas e naqueles tempos em que os Povos

---

<sup>240</sup> Virgínia Valadares (1997) mostra que Martinho de Melo e Castro foi o ministro de maior longevidade no cargo, tendo participado, por um quarto de século, das principais ações e/ou inações governamentais relativas às colônias portuguesas. No caso de Minas Gerais sua atuação agravou a desordem administrativa, acirrando os ânimos da elite mineira contra a Metrópole e, por consequência, acelerando o movimento da Conjuração/Inconfidência Mineira, em 1789.

<sup>241</sup> AHU. Moçambique. Cod. 1472, fls. 105v-107, *apud* Rodrigues (2006, p. 86, grifo nosso).

<sup>242</sup> Resolução do Conselho de Guerra de 22/9/1785. O Conselho de Guerra foi criado em 1643, possuía um caráter consultivo sendo de sua competência: o planejamento da estratégia e da logística; composição das armadas; recrutamento; decisão por guerra ofensiva ou defensiva; nomeação de oficiais e Justiça Militar (Alvará de 29/11/1643).

experimentarem menos inconvenientes.”<sup>243</sup> No *Regulamento para Organização do Exercito de Portugal* (1816) ao tratar dos Oficiais que foram designados para servir de Majores e Ajudantes nos Corpos de Milícias, diz que aqueles que:

não forem dignos de promoção por não terem pôsto em bom estado de **Disciplina** os mesmos Corpos, voltarão aos seus respectivos Regimentos nos postos que tinham, e mesmo em agregados, segundo o **gráo d’indisciplina**, em que se acharem os Corpos de Milicias em que tiverem servido, ou serão reformados conforme o seu merecimento (Grifo nosso. MELO, 1830, Verbete 1198. p. 179).

Observa-se no início do século XIX a consolidação da competência do Major como o Oficial responsável pela coordenação e controle dos aspectos ligados à disciplina militar, não somente nos corpos regulares mas também nas milícias (denominação dos Corpos Auxiliares do século XVIII).

Outro aspecto tratado pelo Conde de Lippe nos regulamentos de Infantaria e de Cavalaria foi o cuidado com o Soldado. A permanência da Arte Militar de Curar pode ser observada na América portuguesa por meio dos hospitais militares. Entre eles está o Hospital Militar do Regimento de Cavalaria de Minas, que funcionava em Vila Rica.

Para o Hospital Militar de Vila Rica eram encaminhados os militares que necessitassem de tratamento prolongado.<sup>244</sup> Já os atendimentos de urgência eram realizados em pequenos hospitais militares localizados nos destacamentos de Paracatú, Santo Antônio do Abaeté, São João Del Rei, Tejuco, Minas Novas e Borda do Campo.<sup>245</sup> Os Soldados eram ali tratados e os gastos com a *botica* e honorários dos cirurgiões eram repassados para posterior ressarcimento.<sup>246</sup> Essa arte militar também era perpassada pela disciplina militar, por saberes e práticas educativas específicas.

<sup>243</sup> Resolução do Conselho de Guerra. 22 de setembro de 1785. Repertório das Ordens do Dia. Nº 1385.

<sup>244</sup> Em 1769, o Hospital Militar de Vila Rica dispunha de Cirurgião-Mor, sangrador, enfermeiro, servente, lavadeira e botica. Estudos mais detalhados estão em COTTA, 2004.

<sup>245</sup> Os hospitais militares foram aprovados pelas ordens do Erário dirigidas à Junta de Vila Rica, a 23/10/1772 e a de 11/10/1773 (COELHO, 1780, p. 153).

<sup>246</sup> Centro de Estudos do Ciclo do Ouro (CECO). Ouro Preto. Gastos realizados com remédios na doença que teve o soldado Francisco da Cruz Monte Alegre. Borda do Campo, 1772. CECO. Livro de liquidação. Cód. 3791, fl. 14. As despesas com os hospitais militares estão relacionadas na documentação da Casa dos Contos: Livro de registro de certidões, contas e termos de arrematação de dízimos dos hospitais dos soldados das companhias de Dragões. Vila Rica. 1767-1771. APM: CC – 1170 – Microfilme: 024 (7/15). Livro de registro de recebimento de Direitos de Entradas, Dízimoa e Terças-Partes e pagamento de ordenados e despesas com o Hospital Militar pelo tesoureiro-geral da Junta da Real Fazenda. Vila Rica. 180101803. APM: CC- 1585. Microfilme: 098 (7/8). Livro do Registro de despesas com a Folha Militar [...]. Vila Rica. 1801-1804. APM: Casa dos Contos (CC) – 1586. Microfilme 098 (8/8) 099 (1/16).

Em 1797, diante da falta de cirurgiões realizou-se uma proposta para a criação de uma “cadeira de cirurgia, anatomia e parto” em Vila Rica<sup>247</sup>, o que teve boa recepção pelo Capitão-General de Minas Gerais.<sup>248</sup> Em decorrência, no ano de 1801, o Príncipe Regente enviou correspondência ao governador Bernardo José de Lorena, na qual afirmava:

Atendendo a grande falta que há de Cirurgiões hábeis, e inteligentes nessa Capitania, por nela **não haver Aulas Públicas**, em que se expliquem as doutrinas respectivas a esta faculdade; e conformando-me com o vosso parecer, e do vosso antecessor [...] sou servido estabelecer no Hospital de Vila Rica uma **Cadeira de Anatomia e Arte Obstetrícia**; nomeando para ela o atual **Cirurgião-Mor do Regimento de Cavalaria de Minas Gerais**, Antônio José Vieira de Carvalho, por nele concorrerem as circunstâncias, e requisitos necessários, para bem reger a dita Cadeira, ao qual estabelecerei o competente ordenado [...].

O Cirurgião-Mor do Regimento de Cavalaria Regular de Minas, Antônio José Vieira de Carvalho (1756-1818), estudou no Hospital Real de Lisboa, praticava a Medicina Operatória no Hospital Real de Vila Rica e em 1801 traduziu do francês e publicou em português o livro intitulado *Observações sobre as enfermidades dos Negros: suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir*.<sup>249</sup>

Poucos anos mais tarde, publicou-se em Lisboa o *Regulamento para os Hospitais Militares de Sua Alteza Real* (1805), no qual era descrita a estrutura interna e providências a serem tomadas no interior dos hospitais militares. Na sequência foi editada a *Memória sobre o modo de purificar o ar inficionado e sobre os aparelhos portáteis e permanentes para o mesmo fim para uso nos hospitais militares* (1805).<sup>250</sup>

Sobre o aumento da produção dos livros relacionados à medicina e cirurgia militar, o Apêndice D apresenta fragmentos dessa escrita, a “pena da arte militar de curar”. Nele observam-se livros escritos em latim, francês, inglês e português. Muitas questões relacionadas à tradução e à circulação desses e de outros livros no período de 1770 a 1810, foram tratadas por Cláudio DeNipoti (2017) em seu *Tradutores médicos e a ideia de tradução em Portugal em fins do século XVIII: o caso dos livros de medicina*. Ao analisar mais de uma centena de livros ele confirma que nas duas últimas décadas do século XVIII ocorreu um aumento da

<sup>247</sup> APM. CC. Cx. 080, Doc. 20135. Carta de Joaquim Felix Pinheiro sobre a criação de uma cadeira de Cirurgia, Anatomia e Parto, com a finalidade principal de atender a população. Vila Rica, 03/10/1797. Essa falta de médicos e cirurgiões era propícia para presença de “curadores práticos” e boticários como o Alferes Tiradentes, oficial da Sexta Companhia do Regimento de Cavalaria de Minas (FIGUEIREDO, 2008).

<sup>248</sup> AHU, MG, Caixa. 143, Doc. 10904. Carta de Bernardo José de Lorena, governador de Minas, a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos, dando seu parecer sobre os meios próprios com que se poderá estabelecer a cadeira de Cirurgião em Vila Rica. Vila Rica, 7/10/1797.

<sup>249</sup> Um exemplar se encontra em exposição no Museu da Inconfidência Mineira em Ouro Preto. Minas Gerais.

<sup>250</sup> Arquivo Histórico Militar. Lisboa. PT/AHM/DIV/3/16/01/02/91. O Regulamento é de 27/3/1805.

publicação em Portugal ou por autores portugueses. A tradução era feita com base na notoriedade de determinadas obras, em virtude dos princípios clientelistas da organização de Antigo Regime português e pela utilidade que poderia ter (DENIPOTI, 2017). No caso da arte militar de curar o aspecto da “utilidade” é potencializada em virtude de sua aplicabilidade nos hospitais militares. A dimensão da “utilidade” pode ser percebida em outras áreas, especialmente na administração na América portuguesa.

Passados 41 anos da reforma militar do Conde de Lippe, iniciada em 1762, o Capitão-General da Capitania de São Paulo, António Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802), deixou *Instruções* para seu sucessor na qual afirmava que “o Regimento de Infantaria ainda se acha no pé do Regulamento [do Conde de Lippe ] de 1763” (Instruções, Cap 6, § 2). Além dessa *Instrução*, Mello e Castro elaborou outras cinco *Memórias*, entre elas estava a que ressaltou a necessidade dos Soldados aprenderem a ler, escrever, fazer operações matemáticas básicas e estudar o catecismo (MENDONÇA, 1803).

Por fim, a força dos escritos de Lippe pode ser observada no *Repertório das Ordens do Dia dadas ao Exército Portuguez [...] concernentes á Organização, Economia, Disciplina, Policia, Serviço, Saúde, e Justiça Criminal [...]* (1830). Nele, o seu autor, Major Melo, compilou os escritos do Conde de Lippe, inserindo-os na legislação militar em vigor no século XIX, especialmente os Artigos de Guerra (MELO, 1830, p. 15-18). O próprio Major Melo afirmava que “as ordens de datas anteriores ao anno de 1809 pertencem a Sua Alteza o Marechal-General Conde de Lippe” (MELLO, 1830, p. 376).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas considerações finais realiza-se uma síntese dos resultados alcançados, tendo em mente que eles são sempre provisórios e podem ser reelaborados de acordo com as descobertas de novas fontes, ou mesmo (re)interpretações daquelas que aqui foram apresentadas, com outros olhares, abordagens conceituais e metodológicas.

O objeto de estudo desta dissertação se constituiu nas práticas educativas e suas instrumentalidades centradas na disciplina militar, analisadas a partir dos escritos militares elaborados pelo oficial anglo-germânico Conde de Lippe. Colocou-se como problema de pesquisa responder como se construíram as dimensões e as propostas de instrumentalização dessa “disciplina militar”, que direcionou as práticas educativas militares em Portugal e na América Portuguesa, na segunda metade do século XVIII.

A hipótese colocada demandou a coleta, seleção e análise de dados que foram incorporados, de forma descritiva e analítica, aos capítulos desta dissertação. Assim confirmou-se que a disciplina militar, presente nos escritos de Lippe, emergiu de uma cultura militar diferente dos costumes praticados pelos portugueses nos domínios *Cariocecus* (deus da guerra na mitologia lusitana), especialmente quando analisada em sua dimensão educativa. Percebe-se que suas propostas se alinhavam às obras de grandes pensadores portugueses, como Ribeiro Sanches, Pina Proença e Verney que destacavam a dimensão educativa do “exemplo” e a “utilidade” da educação. Os escritos de Lippe representavam uma mudança em relação ao pensamento militar prussiano clássico, especialmente pela incorporação de premissas iluministas, que advogavam o “comando pelo caráter” e a “obediência pela convicção”.

Para a operacionalização de suas diretrizes, Lippe criou dispositivos que permitiram a estruturação de uma Justiça Militar portuguesa autônoma e a sistematização da “Arte Militar de Curar”, vista como uma dimensão do cuidar. Propôs mudanças no processo de alistamento e promoção dos oficiais, fossem eles nobres ou plebeus. Suas ações buscaram valorizar a educação e a instrução nos corpos militares.

No campo estratégico desenvolveu a “Arte Militar Defensiva”, em que valorizava a “guerra conjugada”, as estratégias defensivas, e a utilização dos moradores locais. Esse conjunto de ações defensivas, por se alinharem ao “sistema militar corporativo”, teria sido incorporado por administradores e comandantes na América portuguesa.

Os sentidos atribuídos à disciplina militar se constituíram no fio condutor para a coleta, seleção e interpretação dos dados desta dissertação. Inicialmente, eles foram buscados em fontes militares elaboradas na segunda metade do século XVIII. Essa disciplina militar estaria



imbrincada à educação e à instrução, ao controle do comportamento e aos saberes necessários para a prática militar. A disciplina militar atuaria sobre o “ser” e o “fazer” do Soldado, de maneira indissociável. Assim, o Soldado que possuía disciplina era aquele “bom, e fiel vassalo”, sobretudo, útil à Coroa, disposto a “derramar todo o [seu] sangue” em sua defesa. Essa disciplina foi analisada a partir do tripé “ensinar-vigiar-punir”.

Perseguindo o objetivo geral proposto, descreveram-se as dimensões e as propostas operativas da disciplina militar dos escritos de Lippe. Para tanto buscou-se compreender o processo de construção da disciplina militar e suas dimensões, a partir da trajetória pessoal de Lippe. Nesse esforço foram coletados fragmentos e indícios que possibilitaram compreender seus “pertencimentos identitários e principais instâncias de socialização.”

Nesse processo, seguindo a proposta metodológica de Galvão (2020), constatou-se as vivências do Conde de Lippe nas “culturas do escrito”, seja por meio de “instâncias” com o cotidiano dos campos de batalhas, os quartéis e a Academia Militar, cada qual com suas dinâmicas específicas, todas imersas em situações de multidimensionalidade da linguagem traduzidas no “ver-ouvir-falar”, superando, dessa forma, as dicotomias entre o oral e o escrito. Destacando-se o “ver”, como uma dimensão proposta por Thais Fonseca (2019b).

Ainda, pensando nas “culturas do escrito”, os “objetos” com os quais Lippe teve contato desde criança foram os livros, seja na Corte na Inglaterra, nas escolas protestantes nas quais estudou ou na sua biblioteca particular na Alemanha, que contava com um acervo de mais de 5.000 títulos. Outros “objetos” foram seus escritos filosóficos e militares, cerca de 600 textos de sua autoria. Muitos deles utilizados nas aulas para os cadetes de sua Academia Militar. Por fim, a pluralidade de contatos e interações ente os “sujeitos”, tais como pensadores, escritores, governantes, administradores e militares permitiram ao Conde de Lippe se tornar um verdadeiro mediador cultural.

Identificaram-se em seus escritos e ações, os saberes escolhidos para serem transmitidos, os materiais e métodos utilizados no processo de ensino-aprendizagem, os sujeitos envolvidos nas práticas educativas e os tempos e espaços a elas destinados. Espaços tais como a Academia Militar, o interior dos quartéis, as sessões dos Conselhos de Guerra, o cotidiano do campo de batalha. Fragmentos de suas ações educativas puderam ser percebidas na dinâmica educacional da Academia Militar. Seu pensamento educacional transparece nas diretrizes contidas nos regulamentos, memórias, instruções e correspondências.

Os jogos de escalas de análises se mostraram apropriados para a operação historiográfica realizada. As fontes selecionadas, descritas e analisadas permitiam conhecer as dinâmicas que ligavam vivências pessoais dos militares a contextos bélicos locais e globais.

Histórias que se conectaram umas às outras e, juntas, formavam uma rede complexa na qual se interligavam trajetórias militares, dimensões estratégicas e administrativas. Essas redes ultrapassavam as fronteiras territoriais, ainda em construção, lançando luz sobre a fluidez das relações e intencionalidades dos atores sociais imersos no Universo Militar.

Juntou-se aos jogos de escalas de análises as ideias de mediadores culturais. Assim, Oficiais e Praças como o Conde de Lippe, Böhn, Marquês do Lavradio, Antonio de Noronha, José Joaquim Freire, José Joaquim da Rocha, Manuel Ribeiro Guimarães e Joaquim Vieira da Silva podem ser vistos como mediadores das culturas militares. Eles transitaram fisicamente, traziam e levaram saberes e práticas de uma cultura para outra, em um processo de influências múltiplas. Os escritos de Lippe também foram percebidos como mediadores culturais, pois levaram para Portugal saberes e práticas em uso no seu pequeno condado ao norte da Alemanha, ao mesmo tempo que a realidade portuguesa possibilitou a reelaboração de sua “Arte Militar Defensiva”.

Na segunda parte da dissertação percebeu-se como os saberes contidos nos escritos de Lippe e/ou decorrentes do seu pensamento foram instrumentalizados por administradores como o vice-rei Marquês do Lavradio, no Rio de Janeiro, pelo Capitão-General Dom Antonio de Noronha, em Minas Gerais, e pelo inspetor geral e comandante militar Tenente-General Böhn, no sul da América portuguesa.

Na sociedade luso-americana setecentista, os administradores e comandantes militares buscaram instrumentalizar a disciplina militar, por meio da educação moral que atuava no comportamento do Soldado e da instrução que o capacitava tecnicamente para a prática. Essa dinâmica, baseada no “governo dos povos” e na “razão de Estado”, se desdobrou em ações concretas que tinham por objetivos conhecer e controlar o território, atuar na manutenção da “ordem” e, sobretudo, potencializar as forças militares por meio da tentativa de controlar e tornar útil o “bom, e fiel vassalo” militar, de todas as “qualidades e condições”.

Com a morte do Conde de Lippe, seu legado teria permanecido. Ele pode ser percebido nas interpretações das representações iconográficas, que constituem elementos materiais da cultura militar. Entre eles estão desenhos, plantas, mapas, fardas, armamentos, construções e livros. Neles é possível, mediante a análise dos detalhes e decodificação de aspectos simbólicos e das representações, identificar as permanências e reelaborações. Muitos livros e outros tipos de escritos militares produzidos após a morte de Lippe reafirmavam a recepção de suas diretrizes e visões.

As contribuições de Lippe para a cultura militar luso-americana se mostram na Arte Militar de Curar (uma dimensão do cuidar e também do vigiar), e na institucionalização e consolidação da Justiça Militar (a dimensão mais visível do punir), especialmente no contexto luso-americano. As práticas educativas centradas no controle do comportamento do Soldado por meio de dispositivos penais/disciplinares, das inspecções e revistas, dos olhares vigilantes, permaneceram nos processos formativos dos corpos militares e dos militares.

“Ensinar-vigiar-punir” é a síntese de ações interdependentes que operacionalizam a disciplina militar em sua dimensão comportamental/moral, e técnica/saber-fazer. Em ambas o método é o mesmo: primeiro se explica com ser/fazer, na sequência se observa a execução correta/comportamento do outro e, por fim, castiga-se aquele que não executou/se comportou conforme o ensinado. Um processo que se insere na longa duração histórica, capaz de moldar práticas e sensibilidades de indivíduos inseridos na vida castrense, um universo que ultrapassa as fronteiras territoriais.

Por fim, as descobertas realizadas durante o processo de pesquisa colocam muitas possibilidades para investigações posteriores, tais como: as dinâmicas de formação dos cadetes, seja nos regimentos ou nas academias militares; as escolas de artífices militares, a dimensão educativa dos Conselhos de Guerra por meio de uma história da educação dos sentidos e das sensibilidades; a aulas relacionadas às artes militares de curar.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

ANDRADE, Gomes Freire de. *Ensaio sobre o método de organizar em Portugal o Exército relativo à população, agricultura e defesa do país*. Nova Officina de João Rodrigues Neves: Lisboa, 1806.

AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. 11 volumes. Brasília/Belo Horizonte: Câmara dos Deputados/Governo do Estado de Minas Gerais/ Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1976-1983.

BEYER, Gustav. *Strodda Anteckningar öfwer en Resa fran Rio de Janeiro till Capitanía St. Paulo i Brasillien om Sommaren 1813, tillika med nagra Underrattelser om Staden Bahia och den nyligen imellan Cap och Grandergs Tryckeri*. Estocolmo, 1814.

BÖHM, John Heinrich. *Memórias relativas à expedição ao Rio Grande da qual fui encarregado pelo rei d. José I, de 1774 ao final de 1775, contendo cartas que escrevi ao Marquês do Lavradio, Vice-rei do Brasil*. Anais do Simpósio Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976). Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Rio de Janeiro. 1979.

BÖHM, John Heinrich. *Mémoires de la campagne en Portugal, en 1762*. Cód. 8216. Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa.

CARDOSO, José Marques. *Elementos da arte militar que compreendem todas as ações de guerra que se podem praticar nos ataques e defesas*. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno. 1785.

CARTAS Chilenas em que se contam os sucessos de todo o Governo de Fanfarrão Minésio, General de Chile. Escritas na língua Castelhana pelo Poeta Critilo. Traduzidas em Português, e dedicadas aos Grandes de Portugal por um Anônimo. Atribuídas a Tomás Antonio Gonzaga. [178?]. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, Antonio José Vieira de. *Observações sobre as Enfermidades dos Negros: suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir [...] Traduzidas na língua portugueza, debaixo dos auspícios e ordem de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente N. S., por Antônio José Vieira de Carvalho, cirurgião mór do regimento de Cavalleria Regular da Capitania de Minas Geraes; e lente de anatomia, cirurgia, e operações no Hospital Real Militar de Villa Rica...* 1801.

CASTELO BRANCO, Carlos Magalhães. *Prática criminal do foro militar e conselhos de guerra*. Lisboa: Oficina da Academia de Ciências. 1783.

COELHO, José João Teixeira (1780). *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

COELHO, José Maria Latino. *História Política e Militar de Portugal desde os fins do XVIII século até 1814*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874-1891.

CORRESPONDÊNCIA assinada por Gustav Beyer ao marquês de Aguiar e Tomás Antônio de Vilanova Portugal (1816-1821). Estocolmo. Arquivo Histórico do Itamaraty. Brasília.

DÜRING, Major Ritter G.W. von. *Geschichte des Schaumburg-Lippe-Bückeburgischen Karabinier –und Jäger-Korps – Ein Beitrag zur Lehre des kleinen krieges, in Beispielen ausgezeichneter Waffenthaten dieses Korps, während des siebenjährigen Krieges* [História do Corpo de Carabineiros e Caçadores de Schaumburg-Lippe-Bückeburg – Um contributo para o ensino da pequena guerra, com exemplos extraordinários feitos de armas deste Corpo durante a Guerra dos Sete Anos]. Berlin: Ernst Siegfried Mittler, 1828.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Brasil, novo mundo*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1996.

*EXTRAIT de la designation de tous les objets utiles au Portugal, qui se trouvent dans les archives de chateau de Buquebourg*. Buquebourg, 22/12/1777. Lata 95, pasta 8, f. 1-8. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Manuscrito.

INSTRUÇÕES deixadas em 19 de junho de 1779 pelo vice-rei Marquez do Lavradio ao seu sucessor Luiz de Vasconcelos e Souza. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Manuscrito. Lata 37. Doc. 18.

LIPPE, Conde de Schaumbourg. *Instruções Geraes relativas a varias partes essenciaes do Serviço Diario para o Exercito de S.Magestade Fidelissima debaixo do mando do illustrissimo e excelentissimo senhor Conde Reinante de Schaumbourg Lippe Marechal General dos Exercitos do mesmo Senhor, e General em Chefe das Tropas Auxiliares de Sua Magestade Britanica*. Lisboa: Secretaria de Estado, 1762.

LIPPE, Conde de Schaumbourg. *Regulamento para o Exercicio, e Disciplina, dos Regimentos de Infantaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima*: Feito por Ordem do mesmo Senhor por Sua Alteza O Conde Reynante de Schaumbourg Lippe, Marechal-General. Lisboa: Secretaria de Estado, 1763.

LIPPE, Conde de Schaumbourg. *Regulamento para o Exercicio, e Disciplina dos Regimentos de Cavallaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima*: Feito por Ordem do mesmo Senhor por Sua Alteza O Conde Reynante de Schaumbourg Lippe, Marechal-General. Lisboa: Secretaria de Estado, Lisboa: Secretaria de Estado, 1764.

LIPPE, Conde de Schaumbourg. *Ordenança que determina as obrigações dos Inspectores das Tropas de Sua Magestade Fidelissima*: estabelecida por ordem do mesmo Senhor pelo Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, Marechal-General dos Exercitos da mesma Magestade Fidelissima, e Feld Marechal das de El Rey da Graõ Bertanha (sic). Lisboa: Secretaria de Estado, 1767.

LIPPE, Conde de Schaumbourg. *Direções, que Ham de Servir Para os Senhores Coroneis, Tenentes Coroneis, e Majores dos Regimentos de Infantaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima com precizaõ os grandes movimentos das Tropas Estabelecidas por Ordem do mesmo Senhor por Sua Alteza o [...] / traduzidas do Original de S.A. na lingua Portugueza por D. Joaquim de Noronha*. [Lisboa]: Na Secretaria de Estado, 1767a.

LIPPE, Conde de Schaumbourg. *Ordenança que determina as obrigações dos Inspectores das Tropas de Sua Magestade Fidelissima*: estabelecida por ordem do mesmo Senhor pelo Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, Marechal General dos Exercitos da mesma Magestade Fidelissima, e Feld Marechal das de El Rey da Graõ Bertanha (sic). Lisboa: Impresso na Secretaria de Estado, 1767b.

LIPPE, Wilhelm Schaumburg. *Compilação de cartas de Guillaume de Valleré e do Conde de Lippe, avisos e portarias*. 1767c. Manuscrito. Biblioteca Nacional de Portugal. Cod. 4514.

LIPPE, Conde de Schaumbourg. [1773]. *Memoria sobre os exercicios de meditação militar para se remeter aos senhores Generaes e Governadores de Provincias a fim de se distribuir aos senhores Chefes de Regimentos dos Exercitos de Sua Magestade*. Lisboa: Offic. de João Antonio da Silva, Impressor de S. Magestade, 1791.

LIPPE, Conde de Schaumbourg. *Memories pour servir à L'Art Militaire Défensif*. Bückeburg, 1775.

LIPPE, Conde de Schaumbourg. *Compêndio das diversas obras que o Conde de Lippe remeteu ao brigadeiro Christiano Frederico de Weinholtz, para serem traduzidas na língua portuguesa e entregues a esta Corte*. 1778. Biblioteca Nacional de Portugal. Reservados. Cod. 927.

LIPPE, Wilhelm Schaumburg. *Mémoires de la Campagne en Portugal l'année 1762: sous le Comte Regnant de Schaumbourg y Lippe. Mar[ech]al Gen[er]al 1762*. Biblioteca Nacional de Portugal. Cod. 8216. Manuscrito.

LUSITANO, Cândido. *Diccionario Poetico, para uso dos que principiaõ a exercitarse na poesia portuguesa: obra igualmente útil ao orador principiante*. Lisboa: Offic. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. 1765.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro e. *Memória econômico política da Capitania de S. Paulo*. Primeira Parte, por Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, Governador, e Capitão-General da mesma Capitania, em 1800. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, Tomo XV, p. 81-247

MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro e. *Instrucções dadas por Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça sobre o governo da Capitania de São Paulo a Antonio José da França e Horta*. Na forma das Reaes Ordens. São Paulo, 28 de dezembro de 1802, São Paulo, 14 de janeiro de 1803.

MELO, Major João Crisóstomo do Couto e. *Repertório das Ordens do Dia dadas ao Exército Portuguez [...]*. Lisboa: Tipografia de Bulhões. 1830.

OCHWADT, Curd. *Wilhelm Graf zu Schaumburg-Lippe - Schriften und Briefe I Philosophische und politische Schriften* [Escritos e Correspondências I – Escritos filosóficos e políticos]. Frankfurt/Main: Klostermann, 1977a.

OCHWADT, Curd. *Wilhelm Graf zu Schaumburg-Lippe – Schriften und Briefe II – Militärische Schriften*. [Escritos e Correspondências II – Escritos Militares]. Frankfurt/Main: Klostermann, 1977b.

OCHWADT, Curd. *Wilhelm Graf zu Schaumburg-Lippe – Schriften und Briefe III Briefe* [Escritos e Correspondências III – Correspondências]. Frankfurt/Main: Klostermann, 1983.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e. *Apontamentos para a educação de hum menino nobre*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.

PORTUGAL, *Ordenanças Militares*. Lisboa. 15 de novembro de 1707.

PORTUGAL, Secretaria de Estado. *Regimentos em que se dá nova forma a cavallaria, & infantaria, com augmento de soldos para todos os Cabos, officiaes, & Soldados; & disposição para o governo dos exercitos assim na campanha, como nas praças. Em que se comprehendentambem os exercitos uteis, com as suas vozes para todos os Soldados, & granadeyros, sirviço por brigada, modo de acampar, & tomar as guardas, & ordens geraes para os Sargentos mayores. Mandados imprimir pelo Secretario de Estado por ordem de S. Magestade.* Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1708.

ROCHA, José Joaquim da (1780). *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais.* Descrição Geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: FJP, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes.* Tome Premier. Paris: Grimbert et Dorez, 1830.

SANCHES, António Nunes Ribeiro (1760). *Cartas sobre a educação da mocidade.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

SCHMALZ, Theodor Anton Heinrich. *Denkwürdigkeiten des Grafen Wilhelm zu Schaumburg-Lippe* [Memórias do Conde Wilhelm de Schaumburg-Lippe]. Hannover: Kommission der Helwingischen Hofbuchhandlung, 1783. Disponível em: [https://digital.onb.ac.at/OnbViewer/viewer.faces?doc=ABO\\_%2BZ156844301](https://digital.onb.ac.at/OnbViewer/viewer.faces?doc=ABO_%2BZ156844301)

SILVA, António de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza* composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, 2 v.

*TRATADO Jurídico das Pessoas Honradas.* Escrito segundo a legislação vigente A' morte d'Elrei D. João VI. Lisboa: Imprensa de Lucas Evangeslista, 1851.

## Iconografia

CONDE Albert e Condado de Bückeberg. Gravura. 15 cm X 8,9 cm. Técnica: gravação em papel. Escola/estilo: é alemão. Museu Britânico. Localização Bb, 14,72. Autores: Martin Tyroff (gravador); Anton E. Grumbrecht (desenhista). Nuremberg. C. 1740.

CONDE Wilhelm Friedrich Ernst de Schaumburg-Lippe. c. 1770. Dimensões: 71,7 x 87 cm. Autor: Johann Georg Ziesenis. Photo ©bpk – Photo Agency/Gemäldegalerie, Staatliche Museen zu Berlin - Preubischer Kulturbesitz /Volker-H, Schneider.

CONDE Wilhelm Friedrich Ernst de Schaumburg-Lippe. Feito após Johann Ziesenis. 1782. Autor: Anton Wilhelm Strack. Permissão para uso: Gleimhaus Halberstadt. Disponível em: <http://museum-digital.de/nat/index.php?t=objekt&oges=881>.

FREIRE, Segundo-Tenente José Joaquim. *Nº 1º Uniforme do terço auxiliar da cidade, de que é mestre de campo Marcos José Monteiro de Carvalho e Veiga Coelho. Nº 2º Dº do Bairro da Campina, que é mestre de campo Lourenço Furtado de Vasconcellos.* [S.l.: s.n.], 1784. 1 desenho, aquarela, colorido, imagem 31,0 x 18,0 cm em f. 34,5 x 24,0 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. MAP.I,4,01 nº013A – Manuscritos.

GUIMARÃES, Soldado Manuel Ribeiro. *Planta de Vila Boa Capital da Capitania geral de Goyas*: levantada no ano de 1782, pelo Illmo. e Exmo. Snr. Luis da Cunha Menezes, Governador, e Capitão-General da mesma Capitania. Escala [ca. 1:5.000]. – 1 planta ms : color., desenho a nanquim ; 45,7 x 51,6 cm em folha 53,5 x 59,5 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. Coleção cartográfica e iconográfica do Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_CARTm\_008, D. 0877. Anexo ao documento AHU\_ACL\_CU\_008, Cx.35, D.2148.

LIPPE, Conde de. *Posição de Peça da Artilharia*. Gravura colorida à mão, assinada pelo Conde Reinante de Schaumburg-Lippe com selo real de Portugal afixado em branco. Dimensões: 26 cm x 37 cm. 1762. Catálogo Castro e Silva. MES. 1506JC016. Lisboa.

QUARTEL do Regimento Regularde Cavalaria de Minas Gerais. Cachoeira do Campo. Distrito de Ouro Preto. Minas Gerais. Pinturas. Óleo sobre tela. Elaboradas no século XIX [data incerta]. Expostas no interior da edificação. Autor desconhecido. Fotografia do autor.

ROCHA, Cabo-de-Esquadra Joze Joaquim da. *Mapa da Comarca de Sabará*. Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial. Secretaria de Governo 005. Belo Horizonte. Minas Gerais. 1777. BNRJ. ARC.030,01,033 – Cartografia.

WILHELM Friederich e Georg August. Década de 1740. Biblioteca Nacional da Áustria. Imagens digitais. Números dos inventários: Wilhelm: Port\_00065079\_01. Georg: Port\_00065077\_01. Créditos das imagens: ÖNB. Autorias: Martin Tyroff (gravador); Anton E. Grumbrecht (desenhista). C. 1740. Escola/estilo alemão.

## Referências Bibliográficas

ALMADA, Márcia. Cultura material da escrita ou o texto como artefato. In: CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELES, Juliana Gessuelli (Orgs.). **Cultura escrita em debate: reflexões sobre o Império Português na América**. Séculos XVI ao XIX. Jundiá: Paco Editorial, 2018, p. 19-42.

ALMADA, Márcia. Cultura Escrita e Materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa. **Pós**. Revista do programa de Pós-graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG, n. 8, Vol. 4, nov. 2014, p. 134-147.

ALMADA, Márcia. **Das artes da pena e do pincel**. Caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

AMARAL, Antonio Caetano do. **Memórias para a história da vida do venerável arcebispo de Braga Dom Frei Caetano Brandão**. Lisboa: Impressão Régia, 1818.

ANASTASIA, Carla. Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas Matas Gerais da Mantiqueira (1783-1786). In: DEL PRIORE, Mary (org.). **Revisão do Paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 117-138.

ANDERSON, Matthew Smith. **War and Society in Europe of the Old Regime (1618-1789)**. Londres: Fontana Press, 1988.

ANDÚJAR CASTILLO, Francisco. **Ejércitos y militares en la Europa Moderna**. Madrid: Síntesis, 1999.



ANTUNES, Álvaro de Araújo. O inventário crítico das ausências: a produção historiográfica e as perspectivas para a História da Educação na América portuguesa. **História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 2, p. 110-113, set. 2015.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. “Ensinai-os e domai-os”: o governo e disciplina escolar em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. In: ANTUNES, Álvaro de Araújo; SILVEIRA, Marco Antonio (Org.). **Dimensões do Poder em Minas** (Séculos XVIII e XIX). Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 49-70.

ARAUJO, Maiara Silva. **Tropas pagas e ordenanças: perfil social dos militares da Capitania do Rio Grande (Séculos XVII-XIX)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

BARRENTO, António. **Guerra Fantástica (1762)**. Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos. Lisboa: Tribuna da História, 2006.

BANASCHIK-EHL, Christa. **Scharnhorsts Lehrer, Graf Wilhelm von Schaumburg-Lippe, in Portugal. Die Heeresreform 1761-1777**. Osnabruck: Biblio-Verlag, 1974.

BEBIANO, Rui. Elementos de um Barroco Militar. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 11, p. 113-127, 1989.

BEBIANO, Rui. **A Pena de Marte**. Escrita da Guerra em Portugal e na Europa (séculos XVI-XVIII). Coimbra: Minerva, 2000.

BEST, Geoffrey Francis. **War and Society in Revolutionary Europe, 1770-1870**. Leicester: Leicester University Press, 1982.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. 2007. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BOTO, Carlota. **Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola**. 2011. Tese (Concurso Público de Livre-Docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BREYMAYER, Reinhard. “Der ‘Vater des deutschen Pietismus’ und seine Bücher. Zur Privatbibliothek Philipp Jakob Speners”. In: **Bibliothecae selectae da Cusano a Leopardi, a cura di Eugenio Canone**. Firenze: Leo S. Olschki, Editore, 1993, p. 299-233.

BRITO, Pedro de. Publicações alemãs sobre o Conde de Lippe. Uma orientação bibliográfica. **Revista Militar**, Lisboa, n. 2508, p. 83-150, jan. 2011a.

BRITO, Pedro de. A família do Conde de Lippe - as dos seus parentes e dos seus inimigos – redes de poder. **Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica**, Universidade Lusófona do Porto, Porto, n. 6, ano 6, Out., p. 3-43. 2011b.

BRITO, Pedro de. **O Artilheiro Conde de Lippe**. Porto, s.e., 2012a.

BRITO, Pedro de. Conde de Lippe. Mais pormenores sobre as relações familiares. **Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto**, Porto, n. 7, ano 7, Dez., p. 3-34. 2012b.

BRITO, Pedro de. O Conde de Lippe. Sageza cristã no século das luzes. In: XXI Colóquio de História Militar. Nos 250 anos da chegada do Conde de Lippe a Portugal. Necessidade, reformas e consequências da presença de militares estrangeiros no Exército Português. **Actas [...]**. Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 2012c, p. 327-367.

BRITO, Pedro de. Os regulamentos do Conde de Lippe. In: SILVA, Mário J. Freire da; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis (Orgs.). **Libros Relege, Volve, Lege**. O livro antigo na Biblioteca do Exército. Lisboa: Biblioteca do Exército, 2018.

BUENO, Beatriz Siqueira. *Desenho e desígnio. O Brasil dos engenheiros militares*. **Oceanos**, nº. 41, Jan/Mar 2000. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e desígnio**. O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). São Paulo: Edusp, 2011.

CARDOSO, Maria Luiza. Wilhelm Von Schaumburg-Lippe: um Notável Pedagogo Militar. VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. SBHE, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 20-23 mai. 2013.

CARVALHO, Ariane. **Militares e militarização no Reino de Angola**: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

CARVALHO, Ariane. **Guerras nos sertões de Angola**: sobas, guerra preta e escravidão (1749-1797). 2020. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGR, 2004.

CASTRILLO MAZERES, Francisco. **El Soldado de la conquista**. Madrid: Mapfre, 1992.

COSTA, Ana Paula Pereira. **A atuação de poderes locais no Império Lusitano**: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

COSTA, Fernando Dorez. O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar. **Análise Social**: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, v. 33, n. 149, p. 969-1017, 1998.

COSTA, Fernando Dorez. “Fidalgos e Plebeus” e “Guerra no tempo de Lippe e de Pombal.” In: HESPANHA, António Manuel. **Nova História militar de Portugal**. Vol. II. Circulo de Leitores: Lisboa, 2004.

COSTA, Fernando Dorez. **Insubmissão**: aversão e inconformidade sociais perante os constrangimentos do estilo militar em Portugal no século XVIII. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia e Economia Históricas) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007.

COSTA, Fernando Dores. A lei de recrutamento militar de 1764 era aplicada em 1791? Uma observação dos mapas do Regimento de Infantaria de Lippe. In: POSSAMAI, Paulo (org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 59-66.

COTTA, Francis Albert. **No rastro dos Dragões**. Políticas da Ordem e o Universo Militar nas Minas setecentista. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

COTTA, Francis Albert. Sistema Militar Corporativo na América portuguesa. In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME; PODERES E SOCIEDADES. 2005, Lisboa. *Anais [...]*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2005.

COTTA, Francis Albert. Quando os filhos de Marte partem da Lusitânia. O processo de mundialização da cultura militar portuguesa. **Programa de Bolsas Acadêmicas Especiais**. Departamento de História – FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: [http://chronos.fafich.ufmg.br/pae/textos\\_apoio.htm](http://chronos.fafich.ufmg.br/pae/textos_apoio.htm)

COTTA, Francis Albert. **Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

COTTA, Francis Albert. A fabricação do Soldado português no século XVIII. In: POSSAMAI, Paulo César (Org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 47-58.

COTTA, Francis Albert. Organização Militar. In: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. **Dicionário Histórico das Minas Gerais**. 3 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 297-304.

COTTA, Francis Albert. Representação geopolítica militar da Inconfidência Mineira. **Anais do 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Belo Horizonte: CRCH-Universidade Federal de Minas Gerais, 26 a 28 de outubro de 2016, p. 147-155.

COTTA, Francis Albert. Escrita e aplicação dos regulamentos militares do Conde de Lippe no Império Português: representações, apropriações e práticas de leitura (Brasil e Portugal - século XVIII). In: GRAMMONT, Guiomar; MENESES, José Newton Coelho; ALMADA, Márcia (Org.). **Anais do I Seminário Internacional Cultura Escrita no Mundo Moderno**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019, p. 159-166.

COTTA, Francis. **Matrizes Ibéricas da Justiça Militar Brasileira**. Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Administrativo Disciplinar Militar. História do Direito Militar Brasileiro. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Estudo e Pesquisa em Direito Militar, 2020.

CORVISIER, André. **Un problème social de l'Ancien Régime**. La composition de l'armée. Paris: PUF, 1958.

CORVISIER, André. **L'armée française de la fin du XVIIe siècle au ministère de Choiseul**. Le soldat. Paris: PUF, 1964.

CORVISIER, André. **Armées et sociétés en Europe de 1494 à 1789**. Paris: PUF, 1976.

CORVISIER, André. **Histoire militaire de la France. Des origines à nos jours**. Paris: PUF, 1997.

CRISPIN, Ana Carolina Teixeira. **Além do acidente pardo**. Os oficiais das milícias pardas de Pernambuco e Minas Gerais (1766-1807). 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

DENIPOTI, Cláudio; PEREIRA, Magnus. Feitiçaria e Iluminismo: traduções e estratégias editoriais em Portugal no século XVIII. **Maracanan**, v.10, n.10, p.48-63. 2014.

DENIPOTI, Cláudio. Tradutores médicos e a ideia de tradução em Portugal em fins do século XVIII: o caso dos livros de medicina. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 913-93, out.-dez. 2017.

DENIPOTI, Cláudio. O “y”, o artigo e as ortografias: a censura e o vernáculo português do século XVIII. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, nº 77, p. 37-55, 2018.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A Arte de Curar**. Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História da Educação e História Cultural. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes**. Civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **O Ensino régio na Capitania de Minas Gerais. 1772-1814**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Org.). **As reformas pombalinas no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011a.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. Temas e problemas. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011b.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Mestiçagem e mediadores culturais e história da educação. Contribuições da obra de Serge Gruzinski. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Pesquisadores Sociais e História da Educação 2**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 297-313.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Serge Gruzinski e as dinâmicas culturais na América colonial. **Cultura Histórica & Patrimônio**. Vol. 2, n.1, p. 60-71, 2013.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Circulação e apropriação de concepções educativas no mundo luso americano colonial. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). **Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Concepções e práticas de educação em Minas Gerais Colonial: reflexões com base em fontes de pesquisa. In: FONSECA, T. N. L. (Org. vol. 1). CARVALHO, Carlos H. de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Coords.). **História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República**. Uberlândia: EDUFU, 2019a. p. 23-54.

- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Ver e ouvir: arte e práticas educativas na América Portuguesa. In: VIEIRA, Carlos Eduardo; OSINSKI, Dulce Regina Baggio; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tabora (Orgs.). **História Intelectual e Educação**. Artes, artistas e projetos estéticos. Jundiaí: Paco Editorial, 2019b, p. 319-342.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Pesquisa sobre a educação no Antigo Regime luso-americano: percursos metodológicos. In: VEIGA, Cynhia Greive; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tabora (Orgs.). **Historiografia da Educação**: abordagens teóricas e metodológicas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019c, p. 21-48.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Educação/Instrução. **Glossário de termos do mundo ibérico setecentista**. Disponível em: <https://denipotri.wixsite.com/website/educacao-instrucao>. Acesso em: 18 out. 2020.
- FOUCAULT, Michel [1975]. **Vigiar e Punir**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2020.
- FOUCAULT, Michel [1979]. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FURTADO, Júnia Ferreira. **O mundo francês em Minas**. Belo Horizonte: BDMG, 2000.
- FURTADO, Junia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. **Anais do Museu Paulista**. V. 7, n.2, São Paulo, jul./dez. 2009.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Oralidade, memória e narrativa: elementos para a construção de uma história da cultura escrita. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira *et al* (Org.). **História da Cultura Escrita**. Séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 9-46.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História Cultural e História da Educação. In: LINHALES, Meilly Abbsú; FONSECA, Thais Nívia Fonseca e. (Org.) **Diálogos da História da Educação**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2017a.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; JINZENJI, Mônica Yumi; MELO, Juliana Ferreira de (Org.). **Culturas orais, culturas do escrito: intersecções**. Campinas: Mercado de Letras, 2017b.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Defesa de Memorial para promoção a professora titular**. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. 25 set. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gX-mUEepsAQ&feature=youtu.be>. Acesso em 25 set. 2020.
- GINZBURG, Carlo. Chaves do mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. In: ECO, Humberto; SEBEOK, Thomas A. (Orgs.). **O Signo de três**. São Paulo: Perspectiva, 1991, p. 89-129.
- GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **As Milícias D' El Rey**: tropas militares e poder no Ceará setecentista. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- GRUZINSKI, Serge. Da porta da China à porta do Peru: da história colonial à história global. In: CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **Novos olhares sobre a Amazônia Colonial**. Belém: Paka Tatu, 2016. p. 79-9.

GRUZINSKI, Serge. **Les quatre parties du monde**. Histoire d'une mondialisation. Paris: Éditions de La Martinière, 2004.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: “a história cultural” no novo milênio. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 321-242. 2003.

GRUZINSKI, Serge. La cristianización de lo imaginario. In: GRUZINSKI, Serge. **La Colonización de lo imaginario**: sociedades indígenas y occidentalización en el México español. Siglos XVI-XVIII. México: Fondo de Cultura Económica, 2001a, p. 186-202.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Cia das Letras, 2001b.

HAGEN, Willan W. **German history in modern times**: four lives of the nation. Cambridge University Press, 2012.

HALE, John Rigby. **War and Society in Renaissance Europe (1450-1620)**. London: Fontana, 1985.

HESPANHA, António Manuel. **História de Portugal moderno**: político e institucional. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

HESPANHA, António Manuel. O debate acerca do Estado Moderno. In: TENGARRINHA, José (Coord.). **A historiografia portuguesa, hoje**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 133-145.

HESPANHA, António Manuel (Coord.). **Nova História Militar de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

KLEIN, Hans. Wilhelm zu Schaumburg-Lippe. Klassiker der Abschreckungstheorie und Lehrer Scharnhorsts. **Studien zur Militärgeschichte**. Militärwissenschaft und Konfliktforschung, 28, Biblio, Osnabrück, 1982.

LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Paris, 44<sup>e</sup> année, n. 6, p. 1325-1336, nov./déc, 1989. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/ahess\\_0395-2649\\_1989\\_num\\_44\\_6\\_283658](https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1989_num_44_6_283658). Acesso em: 2 jun. 2020.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

LÓPEZ, Fernando de Salas. **Ordenanzas militares en Españã y Hispanoamérica**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

LORIGA, Sabina. **Soldati**. *L'istituzione militare nel Piemonte del Settecento*. Venezia: Saggi Marsilio, 1992.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x**. Da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MARTINS, Lígia de Azevedo (Coord.). **A ciência do desenho**: a ilustração na coleção de códices da Biblioteca Nacional. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

MATOS, Odilon Nogueira. Prefácio. In: BEYER, Gustavo. **Viagem a São Paulo no Verão de 1813**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1992.

MATZKE, Heike. **Die Bibliothek des Grafen Wilhelm zu Schaumburg-Lippe (1724-1777):** Annäherung an die Persönlichkeit eines Landesherm des 18 Jahrhunderts durch die Rekonstruktion seiner Büchersammlungen. Diplomarbeit im Studiengang Bibliothekswesen an der Fachhochschule Hannover, Wunstorf, 2003.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII.** As capitânias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-sul da América. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2002.

MENESES, José Newton Coelho. Os elementos materiais da Cultura e a percepção do banal e do óbvio. Ou, De como render-se ao óbvio. **Seminário de História Social da Cultura.** Programa de Pós-graduação em História. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

MENESES, José Newton Coelho. Apresentação. Dossiê Elementos Materiais da Cultura e Patrimônio. **Varia História**, v. 27, n 46. Belo Horizonte, jul./dez., p. 397-404, 2011.

MERTON, Robert. **Ensaio de Sociologia da Ciência.** São Paulo: Editora 34, 2013.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. As aulas de fortificação de Recife. Século XVIII. **Anais do V Encontro Nordestino de História.** Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Out, 2004.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco. In: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal.** Bauru: EDUSC, 2000, p. 127-148.

MONTEIRO, Nuno. Comandos militares e elites sociais. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). **Nova História militar de Portugal.** Vol. II. Circulo de Leitores: Lisboa, 2004.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D. José na sombra de Pombal.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

OCHWADT, Curd. **Voltaire un die Graf zu Schaumburg-Lippe.** Bremen: Jacobi Verlag, 1977c.

OLIVEIRA, Marcus Taborda de. Educação dos sentidos e das sensibilidades: entre a moda acadêmica e a possibilidade de renovação do âmbito das pesquisas em História da Educação. **Revista História da Educação.** Porto Alegre, v.22, n.55, mai/ago. 2018, p. 116-133.

OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. **“Mão de Luva” e “Montanha”:** bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII (Matas Gerais da Mantiqueira: 1755-1786). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. **Análise e organização do Erário Régio de Francisco Antônio Rebelo. 1768.** Brasília: Escola de Administração Fazendária, 1976.

PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (Org.). **O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX.** São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFGM, 2002.

PAIVA, Eduardo França. Histórias comparadas, histórias conectadas: escravidão e mestiçagem no Mundo Ibérico. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (Org.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista :Edunesb, 2008, p. 13-26.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo**. Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PALMEIRIM, Augusto Xavier. **Alguns factos militares portugueses do século XVIII**. Lisboa: Typ. Universal, 1873.

PARKER, Geoffrey. **The Military Revolution: Military innovation and the rise of the West, 1500-1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PARELLA, Ivana. **O teatro das desordens**: garimpo, extravio, contrabando e violência na ocupação da Serra de Santo Antonio do Itacambiraçu (1768-1800). 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

POSSAMAI, Paulo (org.). **Conquistar e defender**: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.

QUATREFAGES, René. **La revolución militar moderna**. El crisol español. Madrid: Ministerio de Defesa, 1996.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. Estudo Crítico. In: ROCHA, José Joaquim da. **Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogo de Escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed FGV, 1998.

REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Lisboa: Difel, 1989.

RODRIGUES, Manuel A Ribeiro. O Tenente-General Böhn e as Forças Expedicionárias para o Brasil. **Jornal do Exército Português**. Lisboa, Ano XVI, n. 484, p. 15-17, abr., 2000.

RODRIGUES, Maria Eugénia. Cipaiais da Índia ou Soldados da Terra? Dilemas da naturalização do Exército Português em Moçambique no Século XVIII. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 45, p. 57-95, 2006.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. Resultados parciais e expectativas frustradas: os Cunha Mattos sob as reformas de Lippe. **Almanack**. Guarulhos, n. 16, p. 309-342, Ago. 2017.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. A base moral e ética do governo local no Atlântico luso-brasileiro durante o Antigo Regime. In: GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Maria das Graças; VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Administrando Impérios**: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 13-44.

ROBERTS, Michael. **The Military Revolution (1560-1660)**. Belfast: Queen's College, 1956.

ROGERS, C. J. **The military revolution: readings on the military transformation of early modern Europe**. Oxford, 1995.



SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Aritmética política e administração do Estado português na segunda metade do século XVIII. *In*: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Orgs.). **Temas setecentistas: governos e populações no Império português**. Curitiba: UFPR; SCHLA; Fundação Araucária, 2009, p. 143-152.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Para a instrução dos homens encarregados dos negócios públicos no final do Antigo Regime português. *In*: FONSECA, Thais Nivia de Lima e (Org.). **As Reformas Pombalinas no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011a, p. 205-226.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Luzes em Portugal: do terremoto à inauguração da estátua equestre do Reformador. **Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011b, p. 75-95 .

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Pombal e a Política Econômica Portuguesa na Segunda Metade do Setecentos. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. 2011c, p. 2797-2805.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; DeNipoti, Cláudio; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Cultura e educação nos impérios ibéricos: pesquisa, teoria, experiência. **Antíteses**, Londrina, v.13, n. 25, p. 567-595, jan.-jun. 2020.

SALES, Capitão Capelão Ernesto Augusto Pereira. **O Conde de Lippe em Portugal**. Vila Nova de Famalicão: Minerva, 1936.

SCHULZ, Oliver. Die Vorstellungen des Grafen Wilhelm von Schaumburg-Lippe. *In*: GAHLEN, Gundula; WINKEL, Carmen (Hrsg.). **Militär und Gesellschaft in der Frühen Neuzeit**. Militärische Eliten in der Frühen Neuzeit. Potsdam: Universität Potsdam, 2010, p. 215-228.

SELVAGEM, Carlos. **Portugal Militar**. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as origens do Estado Portugalense até o fim da Dinastia de Bragança. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.

SILVA, Henrique Nelson da. **O paradoxo do trabalho: o coporativismo artesanal e as trajetórias de vida dos oficiais mecânicos, século XVIII**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. **Revista de História**, São Paulo, n. 169, jul./dez. 2013, p. 111-144.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **D. João V**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009, p. 175-237.

SILVEIRA, Marco Antônio. Narrativas de contestação. Os Capítulos do crioulo José Inácio Marçal Coutinho (Minas Gerais, 1755-1765). **História Social**, n. 17, 2º sem., 2009, p. 285-307.

SOLESMESS, Monges Beneditinos de. **Liber Usualis**. New York: Desclée Company, 1961.

SOUZA, Wilson de. **O desenho no Brasil no século XVIII: ornatos de documentos e figurinos militares**. 2008. Tese (Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2008, 2 v.

SOUZA, Wilson de; TRINCHÃO, Gláucia. O desenho na formação de lentes engenheiros militares portugueses e brasileiros. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Sociedade Brasileira de História da Educação. História e Profissão Docente. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 5 a 8 de novembro de 2006, p. 1-10.

SOUZA, Adriana Barreto de. A governança da justiça militar entre Lisboa e o Rio de Janeiro (1750-1820). **Almanack**. Guarulhos, n.10, p.368-408, Ago. 2015.

SOUZA, Fernando Prestes de. **Milicianos Pardos em São Paulo**. Cor, identidade e política (1765-1831). 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

STRADONITZ, Stephan Kekulé von Stradonitz. Graf Wilhelm zu Schaumburg-Lippe, Freimaurer. [Conde Wilhelm de Schaumburg-Lippe, um maçom?]. **Am Rauhen Stein**. Royal York zur Freundschaft. Berlin, v. 6, s. 225-229, 1907.

TAUNAY, Affonso D'Escragnolle. **Non Ducor Duco**. Notícias de S. Paulo, 1565-1820. São Paulo: Typ. Ideal H.L. Canton, 1924.

TILLY, Charles. **Coerción, Capital y los Estados Europeos**. 990-1990. Madrid: Alianza, 1992.

WAGNER, Ana Paula. Transformando homens em Soldados: a tropa regular da Capitania de Moçambique e Rios de Sena (segunda metade do século XVIII). **Anais do XVI Encontro Regional de História**. Tempos de Transição. Ponta Grossa, Paraná, 15 a 18 julho de 2018, p. 1-9.

WEISSENBACH, Strack. **Regierender Graf Wilhelm zu Schaumburg-Lippe bezüglich seiner Leistungen als Artillerist, insbesondere im siebenjährigen Kriege**. [O Conde Reinante Wilhelm de Schaumburg-Lippe: suas realizações como artilheiro, especialmente na Guerra dos Sete Anos]. Bückeberg: Verlag, 1889.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **A sombra do poder**. Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795). 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa. 1997

VILLALTA, Luiz Carlos. Governadores, bibliotecas e práticas de leitura em Minas Gerais no século XVIII. **Oficina do Inconfidência**. Revista de trabalho. Ouro Preto: Museu da Inconfidência. Ano 2, n.1. (dez), p. 77- 96. 2001.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. A economia do dom. Amizades e clientelas na ação política. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel. (Coord.). **História de Portugal**. O Antigo Regime (1620-1807). Vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 381-393.

## GLOSSÁRIO

**Alveitaria:** Arte de curar os cavalos. O alveitar era um militar que atuava nos Regimentos de Cavalaria como espécie de veterinário prático. Ver Apêndice E.

**Alferes:** Oficial Subalterno. Primeiro posto da carreira militar da “Classe de Oficiais” (expressão de época). Está presente nos corpos militares de ordenanças (de pé e de cavalo), auxiliares (de Infantaria e de Cavalaria) e regulares (Dragões, Cavalaria, Artilharia e Infantaria). Hierarquicamente é subordinado ao Tenente, sendo superior ao Sargento. Caberia a ele a condução da bandeira. Posto herdado da legião romana: o *Aquilifer*, que levava a águia como bandeira. Também existiu na estrutura militar árabe, sendo literalmente “aquele que conduz a bandeira” (BLUTEAU, 1713). Ver Apêndice E.

**Anspençada:** Hierarquicamente subordina-se ao Cabo-de-Esquadra. Do *lancia zpezzáta*, lança quebrada. Historicamente era um Soldado da Cavalaria Ligeira que havia quebrado sua lança honrosamente em combate e por ficar sem montaria era agregado à Infantaria. Era colocado em um patamar distinto, se posicionando acima do Soldado. Ver Apêndice E.

**Arcabuz:** Arma de fogo que tem a boca do cano mais larga que a espingarda. Como pena militar (castigo) o soldado poderia ser arcabuzado, isto é, ser morto por tiro de arcabuz. Arcabuzeiro é aquele militar que vai à guerra armado de arcabuz.

**Armas Militares:** Também chamadas de Ramos Militares. São compostas pela Infantaria, Cavalaria, Dragões e Artilharia.

**Artilharia:** Ramo Militar ou Arma Militar responsável pela utilização dos artefatos explosivos. Na Artilharia se inserem os engenheiros, mineiros, granadeiros e sapadores.

**Auditor:** Oficial militar “letrado e instruído” não só nos *Artigos de Guerra*, mas também nos outros crimes previstos nas leis civis. Sua jurisdição estava limitada à esfera militar.

**Brigadeiro:** Primeiro posto da classe de Oficiais Gerais. Aquele que comanda uma brigada. A brigada, como unidade militar tática, foi inventada pelo rei sueco Gustavo Adolfo, no século XVII, para realizar a coordenação dos diversos regimentos. Ver Apêndice E.

**Cabo-de-Esquadra:** Praça hierarquicamente superior ao Soldado e ao Anspençada. Subordinava-se diretamente ao Sargento. Cabo, do latim *caput*, cabeça, chefe. Apêndice E.

**Cadete:** Posto criado em Portugal pelo Alvará de 16 de março de 1757, atribuído aos nobres que assentavam praça num regimento para receberem conhecimentos sobre a Arte da Guerra e a Disciplina Militar, a fim de se tornarem futuros Oficiais. Posteriormente passou a designar os alunos das Academias Militares. Do baixo latim *capitettus*, diminutivo de *caput*, cabecinha, pequeno chefe.

**Capelão:** Oficial responsável pelo serviço religioso nos corpos militares.

**Capitão:** Oficial Intermediário. Hierarquicamente subordinado ao Major e superior ao Tenente. Do latim *caput*, cabeça. No baixo latim *Capitanus*, o chefe.

**Capitão-General:** Designação aplicada aos governadores dos territórios ultramarinos. Desempenhava funções militares e da administração civil. Quando estavam a exercer seus cargos tinham honras militares de General Comandante em Chefe do Exército. Ver Apêndice E.

**Carabinas:** Armas de fogo de porte reduzido em relação à espingarda. Eram apropriadas para o uso do soldado montado, em virtude do seu peso e tamanho.

**Carabineiros:** Militares da cavalaria que utilizam carabinas.

**Carta-Patente:** Título oficial assinado por autoridade competente, na qual se declara o posto do Oficial militar. Ela garante as prerrogativas, isenções e define os deveres do Oficial.

**Castramentação:** Ação de tomar as medidas do lugar, “em que se ha de assentar o arraial” militar (SILVA, 1789, t.1, p. 244).

**Castrense:** Deriva do latim *castrum* que diz respeito a uma fortificação, como um castelo. O termo era utilizado pelos romanos para nomear os edifícios e áreas reservadas para serem utilizadas pelas legiões seja como acantonamento ou como posições defensivas. Eles se apropriaram do modelo de fortificações desenvolvidas pelos celtas, o castro. Para Morais Silva o termo diz respeito àquilo que é “adquirido pelo serviço militar” (SILVA, 1789, t.1. p. 244), como por exemplo: disciplina castrense ou fôro castrense.

**Cavalaria:** Ramo militar que se caracteriza pelo uso do cavalo. A Cavalaria tinha como característica a velocidade, servindo para as escoltas, inquietação, vigia avançada, além de assegurar as retiradas e dar parte do que se observava. Seus militares utilizavam: clavina curta, pistola, espada e casquete.

**Cavalaria Ligeira:** Constituída por homens e cavalos de pequena estaturas, dotados de grande agilidade e rapidez. Eram encarregados de bater o campo e descobrir mantimentos, romper as fileiras de arcabuzeiros e dar combate à cavalaria ligeira inimiga.

**Cavalaria de Arcabuzeiros:** O cavaleiro é armado de arcabuz (tipo de arma de fogo). Formava, durante a batalha, nas alas da cavalaria, sendo a sua missão manobrar na vanguarda, descobrir e bater estradas, iniciar escaramuças, escoltar comboios e forrageadores, escoltar socorros, estar sempre em movimento.

**Clavina:** Arma de fogo de tamanho reduzido, da mesma forma que a carabina, utilizada pelos Dragões que atuavam tanto montados quanto apeados.

**Coronel:** Oficial Superior. Comandante de um Corpo Militar. Hierarquicamente superior ao Tenente-Coronel. Do italiano *Colonélllo*, aquele que comanda uma Coluna de Tropas. Ver Apêndice E.

**Dragões:** Ramo Militar ou Arma Militar cujos Soldados atuavam montados, como os militares da Cavalaria, e também a pé, como os da Infantaria. Por possuírem montarias, eles se transportavam a qualquer parte com rapidez, atingindo grandes distâncias em tempo reduzido.

**Economia Militar:** É a administração de um Corpo Militar, em todas as operações relacionadas aos vencimentos, recebimentos e distribuições, tanto de dinheiro como de gêneros. Cuida da documentação relacionada à contabilidade, para comprovar a legalidade.

**Espingarda:** Arma de fogo de grandes dimensões, composta por cano, coronha e fechos. Os espingardeiros eram aqueles que fazia espingardas.

**Feld-Maréchal:** Expressão francesa, que significa em português “Marechal-de-Campo”. É um oficial da classe dos Oficiais Generais. Nos exércitos germânico, inglês, russo e escandinavo, o Marechal de Campo é a mais alto posto do oficialato.

**Furriel:** Praça hierarquicamente superior ao Cabo-de-Esquadra e subordinado ao Sargento. Do francês *fouriêr*, de *fourrage*, forragem. O encarregado da forragem nos Esquadrões de Cavalaria. Distribui os soldos, munições e fardas aos militares Ver Apêndice E.

**General:** Do latim *generális*, geral. O Chefe Geral, o Comandante geral de um exército. Ver Apêndice E.

**Granadeiro:** Militar responsável pelo lançamento das granadas. Também foi empregado nas ações de assalto ou tomada de pontos específicos. Os granadeiros eram recrutados entre os Soldados de estutura mais alta.

**Hierarquia Militar:** Se constitui nos diversos graus do “Estado Militar”. Ver Apêndice E.

**Infantaria:** Ramo militar cujos soldados atuam a pé. A Infantaria tinha por missão os combates e sítios. Seus Soldados utilizavam de piques, armas de fogo e baionetas.

**Infante:** Militar pertencente à Infantaria, aquele que combate a pé. Para Bluteau (1713, p.122) nos reinos de Portugal e Castela era um “título que se da aos filhos dos Reys, abaixo do primogenito, que a este lhe chama Principe”.

**Major:** Oficial Superior. O mesmo que Sargento-Mor. O maior. Hierarquicamente subordinado ao Tenente-Coronel e superior ao Capitão. Responsável pela coordenação e controle da disciplina militar nos regimentos. Ver Apêndice E.

**Marechal:** Posto de Oficial General. Ver Apêndice E.

**Músicos Militares:** Cada corpo militar era composto por quatro Soldados músicos. Era responsabilidade do Mestre da Música dar-lhes lições regulares de acordo com as especialidades: Flautim, Clarinete, Primeiro Clarinete, Clarim, Fagote e Serpentão.

**Obediência Militar:** De acordo com as *Novas Ordenanças* (1708, Cap.11), todos os militares devem render “aos seus maiores no que for concernente ao Real Serviço, de sorte que seja pronta, sem demora, voluntária, sem contradição, simples, sem exame, perserverante, sem diminuição, valorosa, sem receio, universal, sem isenção.”

**Oficial:** Militar responsável por atividades de coordenação e controle. A carreira do Oficial inicia-se com o posto de Alferes, segue como Segundo-Tenente, Primeiro-Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel. Após, tem-se os postos de Oficiais-Generais.

**Praças:** Militares que não recebem carta-patente. Iniciam suas carreiras como Soldados, seguem como Anspençadas, Cabos-de-Esquadra, Furriéis e Sargentos.

**Primeiro-Tenente:** Oficial Subalterno que se encontra hierarquicamente subordinado ao Capitão e superior ao Segundo-Tenente. Ver Apêndice E.

**Quartel-General:** Instalação física onde estão presentes os Oficiais militares integrantes do Estado-Maior.

**Quartel-Mestre:** Oficial responsável pela escrituração dos assuntos relacionados aos regimentos.

**Ramos militares:** Também conhecidas por “Ordens Soldadescas”. No século XVIII, em Portugal, eram quatro: Dragões, Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Os engenheiros militares estavam inseridos na Artilharia.

**Sapadores:** Militares equipados com machados, que tinham a função de abrir itinerários e realizar trabalhos de engenharia.

**Sargento:** Praça, hierarquicamente superior ao Cabo-de-Esquadra e subordinado ao Alferes. Realiza o comando de pequenos grupos de militares. Ver Apêndice E.

**Sargento-Mor:** Oficial Superior. O mesmo que Major. Hierarquicamente superior ao Capitão e subordinado ao Tenente-Coronel. Responsável pela Instrução e Disciplina dos Regimentos. Ver Apêndice E.

**Segundão:** Filho segundo. Por não ser o primogênito, deveria se inserir na carreira militar.

**Soldado:** Primeira graduação na carreira militar. Assoldado, que recebe soldo. Os soldados desempenhavam diferentes funções como se pode observar no Apêndice E.

**Soldo:** Salário recebido pelos militares. Também conhecido como soldada.

**Subordinação militar:** É a base da Disciplina Militar, “o nervo mais poderoso dos Exércitos. O Militar que não estremece ao vê-la ofendida impunemente é indigno deste nome. Sem ela não há Exército, nem Soberano, nem Governo, nem finalmente socêgo público em qualquer Estado”. Ordem do Dia. Nº 1939 (MELO, 1830).

**Tarimbeiro:** Oficial militar que possui experiência prática e recebe suas promoções em virtude de suas ações em combate.

**Tenente:** Segundo posto da “classe de Oficiais militares”. Hierarquicamente superior ao Alferes e subordinado ao Capitão. Do latim *Tenens*, que significa “aquele que substitui o chefe, o que comanda em lugar de outro”. Lugar-Tenente, o que mantém o lugar vago.

**Tenente-Coronel:** Oficial Superior. Subordinado ao Coronel e superior direto do Major. Exerce as funções no lugar do Coronel, tais como comandante de regimentos e batalhões. O que substitui o Coronel. Ver o Anexo E.

## APÊNDICES

### Apêndice A - “Disciplina Militar” nos livros publicados em Portugal (1631-1792)

Ano	Autor	Título	Local
1631	João de Brito Lemos	Abecedário militar do que o Soldado deve fazer te chegar a ser Capitão, & Sargento Mór, e para cada um d’elles in solidam e todos juntos saberem a obrigação dos seus cargos o modo que terão em formar companhias, batalhões e esquadroens	Lisboa: Pedro Craesbeeck
1641	Luís Martinho de Azevedo	Ordenanças militares para disciplina da milícia portugueza, recopiladas das que instituiu em Flandres o Príncipe de Parma, & das mais que se observão nos exercitos & armadas	Lisboa: Manuel da Sylva
1644	António Gallo	Regimiento Militar, que trata de como los soldados se han de gobernar, obedecer y guardar las ordenes, y como los oficiales los han de gobernar	Lisboa: Paulo Graesbeeck
1644	Gregório Soares de Brito	Breve discurso e tratado das Regras Militares observadas por muitos prácticos e valorosos soldados	Lisboa: Paulo Graesbeeck
1659	João de Medeiros Correia	Perfeito Soldado, e Política Militar. Com a traducção do Regimento de Auditor Geral, do Príncipe de Parma	Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira
1709	António Nunes da Veiga	Perfeyto Capitam. Maximas militares tiradas da disciplina, & da prática militar dos mayores Heroes que conheceo o tempo	Lisboa Off. Valentim da Costa Deslandes
1713	André Ribeiro Coutinho	Prototypo constituído das partes mais essenciaes de um general perfeito	Lisboa: Antonio Pedroso Galram
1737	Tomás Teles da Silva	Discursos sobre a Disciplina Militar, e Sciencia de hum Soldado de Infantaria, dedicados aos Soldados Novos	Lisboa: Off. De Joseph Antonio da Sylva
1762	José Angelo de Moraes	Despertador de Marte. Instrucçoens militares aos soldados portuguezes, Que na prezente Guerra defendem o Rey, o Reyno, e a Razão	Lisboa: Off. Francisco Borges de Souza
1785	José Marques Cardoso	Elementos da Arte Militar, que comprehendem todas as acções da Guerra, que se podem praticar nos Ataques, e Defesas	Lisboa: Off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno
1787	Luis de Oliveira da Costa de Almeida Osório	Tractado de Tactica dirigido a instruir os Officiaes novos, Cadetes de Infantaria e Cavalaria, dividido em tres partes	Lisboa: Off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno
1792	Francisco António Freire da Fonseca Coutinho	Pequeno Resumo de Castramentação dirigido aos novos Cadetes, e adornado com suas Estampas	Lisboa: Typ. Nunesiana

Nota: Trata-se dos principais livros localizados nos acervos, conforme instituições relacionadas na fonte. Não foram relacionados os tratados manuscritos. O período inicia-se com o processo de Restauração Portuguesa (1640), após a União Ibérica (1580-1640) e encerra-se em meados do século XVIII.

Fonte: Elaborado a partir da seleção realizada nos acervos constantes na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca do Exército Português, Biblioteca do Exército Brasileiro, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. COTTA, 2004.

## Apêndice B – Formalidades para reconhecimento como Cadete

<b>Procedimentos a serem realizados</b>	
1º	Retirar a certidão de idade (entre 15 e 20 anos)
2º	Retirar pública forma do alvará de foro ou da patente do pai, ou de instrumento de nobreza
3º	Escritura pública da prestação alimentícia de 144\$ réis por ano em mesadas de 12\$ reis
4º	Requerimento ao corregedor pedindo que mandasse passar um mandado para a devida avaliação dos bens
5º	Requerimento ao comandante em chefe do exército, pedindo-lhe que mande justificar o suplicante cadete no regimento em que tem praça
6º	Licença do comandante em chefe para proceder à justificação do suplicante perante o auditor do exército
7º	Requerimento do suplicante perante o auditor para que o admita a justificação para o cadete em tal corpo
8º	Despacho do auditor para que justifique dentro de 3 meses: justificação perante o auditor com três testemunhas de identidade do pretendente, de que seu pai tem, ou teve o fôro de tal, ou a patente de tal, ou que tem nobreza
9º	Remessa da justificação ao chefe do corpo, e por este é remetida ao comandante em chefe do exército;
10	Vista ao juiz relator do Conselho de Justiça
11	Ordem do comandante em chefe ao comandante do corpo para proceder o Conselho de Direção
12	Remessa do Conselho de Direção ao chefe do Exército
13	Ordem do chefe do exército para que o suplicante seja reconhecido como cadete à frente do corpo

Fonte: Elaborado a partir do Alvará de 16 de março de 1757 (MELO, 1830).

A Ordem do Dia de 13/2/1826 afirmava que aos “Filhos Segundos de Casas Vinculadas estão dispensados de apresentar a Escritura Alimentícia para serem reconhecidos Cadêtes; ficando porém obrigados a sunstituí-la por um instrumento justificativo julgado por Sentença, em que provem ter alimentos não menores que 144 \$ réis.” (MELO, 1830, p. 116).



## Apêndice C – Livros militares da biblioteca particular do 2º Conde de Bobadela

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Volumes</b>	<b>Cidade</b>	<b>Ano</b>
Malthus, Le Sieur	Pratique de La Guerre contenant L'Usage de L'Artillerie, Bombes, et Mortiers	1	Paris	1681
Saint-Remy, Sarius de	Memoires d'Artillerie – seconde edition	1	Paris	1707
Sparre, M. Le Baron de	Code Militaire, ou Compilation des Ordennaces, et Reglemens de Louis XIV	1	Paris	1709
Gxx, Jean-Leonor de	Les campagnes de Charles XII Roy de Suede	1	Paris	1711
Leine, M. Le Cogmade	Le 177eliger ordinare, et journalier de la cavalerie	1	Paris	1720
Ossorio, D Alvaro Navia	Reflexiones Militares (Tomos 1,2,3,5,7,8 e 9)	7	Turim	1724-1727
Anonymo	Des Fonctions, et Du Principal Devoir d'un officer de Cavalerie, augmentées de Reflexions sur L'Art Militaire	1	Paris	1726
Briguet	Code Militaire ou compilation des ordenances des Rois de France concernant les Gens de Guerre	4	Paris	1735
Marzenado, Le Marquis de Santa Cruz de	Reflexions Militares, et Politiques, traduites de l'/Espagnol (Tomos 1,2 e 3)	3	Paris	1735-1736
Villeneuve, M. Bardet de	Cours de La Science Militaire a L'usage de L'Infanterie, de la Cavalerie, de L'Artillerie, Du Genie, et de la Marine (Tomos 2 e 7)	2	Haia	1740-1741
Moura, Jozé de Almeйда	Movimentos da Cavalaria com addicção para Dragoens, e Infantaria	1	Lisboa	1741
Anonymos	Dictionnaire Militaire, ou Recuil Alphabetique de tous les termes propres e L'Art de la Guerre	1	Paris	1742
La Guerinière, M.	Manuel de Cavalerie, ou L'on anseige d'une mansier e courte, et facile la connoissance du chevall, l'embucherre, la Ferrure, La Selle...	1	Haia	1742
Labarre, Don Nicolás de	Historia de Las Operaciones Militares, y executadas por los Exercitos de las Potencias beligerantes en Europa, durante La Guerra comenzada en el año de 1756 (Tomos 1 e 3)	2	Barcelo na	1760
Rustant, Don Joseph Vicente de	Decadas de La Guerra de Alamania e Inglaterra, Francia, España, y Portugal (10 tomos)	10	Madrid	1765

Nota: O 2º Conde de Bobadela era o pai do Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, primeiro comandante do Regimento de Cavalaria Regular de Minas Gerais (1775) e inconfidente degredado para a África.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Villalta (2001, p. 90-96), com fontes localizadas nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, "Real Mesa Censória", cód. 137, n.3024. "Livros do Ilmo. E Exmo. Conde de Bobadela assistente na travessa da Condeça do Rio frega. De Sta. Catherina de Monte Synay.

## Apêndice D – Fragmentos da Pena da “Arte Militar de Curar” (1676-1817)

Médico/Cirurgião Militar	Livro	Ano
Wiseman, Richard (1622-1676) Cirurgião militar britânico	<i>Severall Chirurgicall Treatises</i>	1676
Sydenham, Thomas (1624-1689) Médico militar britânico	<i>Observationes Medicae</i>	1676
	<i>Tractatus do Podagra et Hydrope. Londres</i>	1683
Petit, Jean-Louis (1674-1750) Cirurgião militar francês	<i>Traité des maladies des os</i>	1741
Pringle, John (1707-1782) Cirurgião militar britânico	<i>Observations on the diseases of the Army</i>	1752
Meyserey, Guillaume Mahieu Médico militar na Itália e Alemanha	<i>La medecine d'armée: contenant des moyens aisés de préserver de maladies, sur terre &amp; sur mer, dans toutes fortes de Païs, &amp; d'en guérir, sans beaucoup de remedes ni de dépense les gens de guerre, &amp; autres de quelque condtit qu'ils soient</i>	1754
Van Swieten, Gerard (1700-1772) Cirurgião militar austríaco	<i>Description abrégée des maladies qui règnent le plus communément dans les armées, avec la méthode de les traite. Viena</i>	1759
	Vulgares doenças do exército e higiene do soldado	1761
Baldinger	<i>Militum morbis imprimis vero exercitus regis Prussioe.</i>	1763
Blocklesby	<i>Economical and medical observatins from the year 1758 to the year 1763</i>	1764
Monro Cirurgião militar britânico	A medicina do exército nos acampamentos e em guarnição	1769
Colombier, Jean (1736-1789) Médico militar francês	<i>Code de médecine militaire: pour le service de terre: ouvrage utile aux officiers, nécessaire aux médecins des armées et des hôpitaux militaires, Paris</i>	1772
	<i>Préceptes sur la santé des gens de guerre, ou hygiène militaire, Paris</i>	1775
	Seis volumes em português: 1º Febres essenciais; 2º Doenças agudas locais; 3ª Afecções crônicas; 4º Doenças virulentas não agudas; 5º Afecções externas e feridas de arma de fogo e 6º Matéria médica militar	1778
Van Swieten, Gerard (1700-1772) Cirurgião militar austríaco	Descrição das enfermidades dos exércitos. Tradução de Antonio Martins Vidigal	1786
Hunter, John (1728-1793) Cirurgião militar britânico	<i>A treatise on blood, inflammation and gunshot wounds</i>	1794
Carvalho, Antonio José Vieira. Cirurgião militar português servindo em Minas Gerais	Observações sobre as enfermidades dos negros	1801
Lachaise	Ensaio acerca de higiene militar	1803
Revolat	Nova higiene militar	1803
Martim	Manual de medicina militar	1804
Hecker Médico militar alemão	Manual de medicina prática militar	1805
Coste/ Percy	<i>De la santé des troupes à la grande armée. Strasbourg</i>	1806
Pirgot	Memória sobre higiene militar	1808
Biron/Champeret	Higiene militar	1816
Armbruster	Higiene militar	1817
Milligen, John Gideon (1782-1862) Cirurgião militar britânico	<i>The army medical officer's manual upon active service, or, Precepts for his guidance in the various situations in which he may be placed: with observations on the preservation of the health of armies upon foreign service. Londres</i>	1819
Bello, José Francesco. Cirurgião militar português e lente de anatomia e cirurgia	Tratado sobre carbúnculo	1817
Ascensão, José Machado. Cirurgião militar português	<i>Unum debet esse omnibus propositum ut eadem sit utilitas unius cujus que et universorum</i>	1817
Zamit, Fernando António Cirurgião militar português	Tradução dos novos princípios de cirurgia de Legouas	1817

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de fontes do Arquivo Histórico Militar. Lisboa; Biblioteca Militar de Lisboa; Biblioteca Nacional de Portugal; COTTA, 2004. DENIPOTI, 2017.

## Apêndice E – Estrutura Hierárquica do Exército Português Século XVIII e início do XIX

“Classes”*	“Graus do Estado Militar”**	Correspondência com a Magistratura **
Oficiais Gerais	Marechal-General	Por serem graus muito superiores não se lhes dá correspondência
	Marechal dos Exércitos	
	General	
	Capitão-General ***	
	Tenente-General	
	Marechal de Campo	
Oficiais Superiores (Estado-Maior)	Brigadeiro	Desembargador do Paço
	Coronel	Conselheiro da Fazenda
	Tenente-Coronel	Desembargador da Suplicação
Oficial Intermediário	Major	Desembargador do Porto
	Capitão	Primeiro Banco
Oficiais Subalternos	Primeiro-Tenente	Juiz de Fora de Segunda Intrancia*
	Segundo-Tenente	
	Alferes	Juiz de Fora de Primeira Intrancia*
	Posto ou Graduação	Atribuições
Oficiais do Estado-Menor (designação do século XIX). Para o Conde de Lippe (1763 e 1764) faziam parte do Estado-Maior	Ajudante	Responsável pela escrituração
	Quartel-Mestre	Responsável pela logística/administração
	Capelão	Responsável pelos ofícios religiosos
	Cirurgião-Mor	Responsáveis pela “Arte Militar de Curar”
	Cirurgião-Ajudante	
	Porta-Estandarte (Alferes)	Portar as bandeiras do regimento
	Picador	Responsável pelo treino com os cavalos
Praças de Pré	Sargento-Ajudante	Graduado letrado, auxiliava na escrituração
	Sargento-Quartel-Mestre	Graduado letrado, ajudante do Quartel-Mestre
	Alveitar	Veterinário prático que fazia curativos, sangrias, castrações etc.
	Tambor-Mor	Músicos militares
	Corneta-Mor	
	Cabo de Tambores	
	Pífano	
	Coronheiro	Artífice militar que confeccionava as partes de madeira das armas, tais como coronha
Espingardeiro	Artífice militar que confeccionava armas	
Seleiro	Artífice militar que confeccionava e consertava as selas dos cavalos	
Oficiais Inferiores	Primeiro-Sargento	Graduações presentes em todas as Armas Militares do século XVIII (Infantaria, Cavalaria, Dragões e Artilharia). Também estavam nos Corpos Auxiliares.
	Segundo-Sargento	
	Furriel	
	Cabo-de-Esquadra	
	Anspençada	Soldado de classe superior
	Soldado	Primeira graduação da carreira militar
	Tambor	Músicos militares
	Corneta	
	Ferrador	Artífice militar que atua na Cavalaria

Notas:

\* Termos utilizados nas fontes militares dos séculos XVIII e XIX.

\*\* Resolução de Consulta do *Concelho de Guerra*. 8 de março de 1763. Verbete 1033 (MELO, 1830, p. 158).

\*\*\* O Capitão General “estando no seo Governo, pertencem as mesmas honras militares que ao General Comandante em Chefe do Exército (*Novas Ordenanças Militares*, 1707, Cap. 119). MELO, 1830, p. 137.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MELO, 1830, p. 294-297.

## Apêndice F – Organização Militar na América Portuguesa. Século XVIII

**PREPONDERÂNCIAS MILITARES DAS CAPITANIAS DA AMÉRICA PORTUGUESA**



**Capitanias litorâneas (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco ...)**

- ✓ criação de Aulas Militares;
- ✓ construção de fortalezas e desenvolvimento da Engenharia Militar;
- ✓ fortalecimento de Parques de Artilharia;
- ✓ defesa contra invasões marítimas.

Fortaleza de Santa Cruz da Barra, Niterói, Rio de Janeiro. 1612

Atribuições militares dos governadores e capitães-generais

- 1) realização de inventários dos meios disponíveis;
- 2) organização e supervisão das milícias e ordenanças de modo que fossem providos os postos necessários e se realizassem exercícios frequentes;
- 3) comunicação à Coroa sobre o provimento de cargos ligados à justiça, à guerra e à fazenda;
- 4) redação e controle das folhas referentes às despesas civil, eclesiástica e militar.

Regimento de Roque da Costa Barreto, Vigorou de 1677 até 1808.

**Capitanias de fronteiras (Goiás, Mato Grosso ...)**

- ✓ forte recrutamento para os corpos auxiliares;
- ✓ embates, negociações e acomodações no cenário bélico;
- ✓ estado constante de vigilância externa e mobilização;
- ✓ defesa contra invasões terrestres.



Forte Coimbra, Mato Grosso do Sul. 1775



**Capitania de Centro (Minas Gerais)**

- ✓ especialização policial dos corpos militares;
- ✓ construção de saberes práticos;
- ✓ estratégias de vigilância e de controle interno do território;
- ✓ processo de urbanização;
- ✓ resistência dos corpos auxiliares e ordenanças às mobilizações para missões militares externas à Capitania.

Vila Rica, Minas Gerais. Sec. XVIII

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de COTTA, 2004.

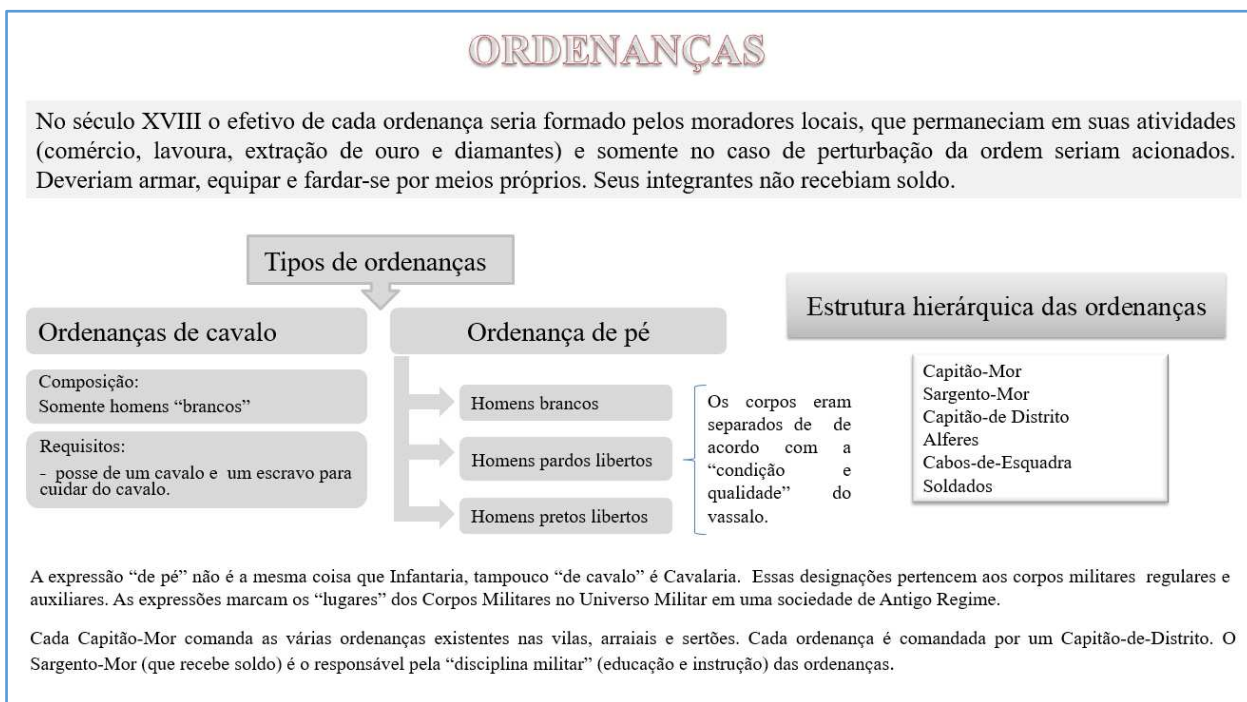
**Organização Militar em Minas Gerais. Século XVIII**

- 1) Tropa Paga e Regular**  
Companhias de Dragões Del Rey (1719-1775) . Compostas, exclusivamente, por portugueses.  
Regimento Regular de Cavalaria de Minas (1775- ). Composto por portugueses e nascidos na América portuguesa.
- 2) Corpos Auxiliares ou Milícias**  
Cavalaria Auxiliar (Homens brancos – “Cavalaria de Nobreza”)  
Infantaria Auxiliar:
  - Homens brancos [ou “tidos como tal”]
  - Homens pardos libertos (Terços de Homens Pardos Libertos)
  - Homens pretos libertos (Terços de Homens Pretos Libertos)
- 3) Ordenanças**  
De cavalo: - Homens brancos  
De pé : - Homens brancos  
- Homens pardos libertos  
- Homens pretos libertos  
- De índios
- 4) Pedestres** - Homens pretos (escravos, livres ou libertos)  
- Índios ou mestiços
- 5) Homens-do-mato, de assalto ou entradas**  
- Homens pretos (escravos, livres ou libertos), índios e mestiços

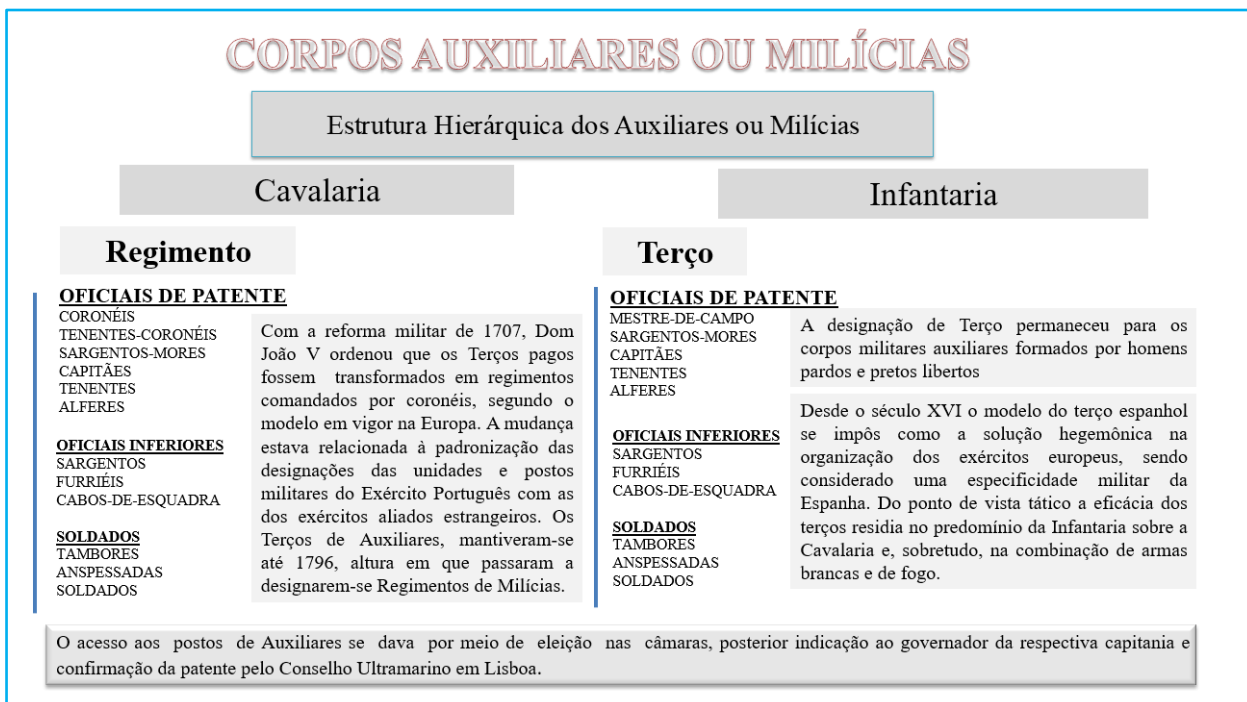
Durante o século XVIII existiram apenas dois tipos de Ramos Militares ou Armas Militares em Minas Gerais: Dragões e Cavalaria. Diferentemente de outras capitanias da América portuguesa, em Minas não existia Artilharia, o que teria impactado na não realização de Aulas Militares

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de COTTA, 2004.

## Apêndice F – Organização Militar na América Portuguesa



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de COTTA, 2004.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de COTTA, 2004.

Apêndice G – *Artigos de Guerra*

LIPPE, Conde de Schaumburg. *Regulamento para o exercício e disciplina dos regimentos de infantaria dos exércitos de Sua Majestade Fidelíssima* [...]. Lisboa: Secretaria de Estado, 1763. Cap XXVI.

Artigo 1º - Aquele que recusar, por palavras ou discursos, obedecer às ordens de seus superiores concernentes ao serviço, será condenado a trabalhar nas fortificações; porém se se lhe opuser, servindo-se de qualquer arma ou ameaça, será arcabuzado.

Artigo 2º - Todo oficial de qualquer graduação que seja, que, estando melhor informado, der a seus superiores por escrito ou de boca, sobre qualquer objeto militar, alguma falsa informação, será expulso com infâmia.

Artigo 3º - Todo oficial de qualquer graduação que seja, ou oficial inferior [sargento], que, sendo atacado pelo inimigo, desamparar o seu posto sem ordem, será punido de morte. Porém, quando for atacado por um inimigo superior em forças, será preciso provar perante um conselho de guerra que ele fez toda a defesa possível e que não cedeu senão na maior e última extremidade; mas, se tiver ordem expressa para se não retirar, suceda o que suceder, neste caso nada o poderá escusar, porque é melhor morrer no seu posto do que deixá-lo.

Artigo 4º - Todo militar que cometer uma fraqueza, escondendo-se ou fugindo quando for preciso combater, será punido de morte.

Artigo 5º - Todo militar que em uma batalha, ação ou combate, ou em outra ocasião de guerra, der um grito de espanto, como dizendo “O inimigo nos tem cercado” – “Nós fomos cortados” – “Quem puder escapar-se, escape-se”, ou qualquer palavra semelhante que possa intimidar as tropas, no mesmo instante o matará o primeiro oficial mais próximo que o ouvir e se por acaso isto não lhe suceder, será logo preso e passará pelas armas por sentença do conselho de guerra.

Artigo 6º - Todos são obrigados a respeitar as sentinelas ou outras guardas; aquele que não o fizer será castigado rigorosamente e aquele que atacar qualquer sentinela será arcabuzado.

Artigo 7º - Todos os oficiais inferiores e soldados devem toda a obediência e respeito aos seus oficiais, do primeiro até o último em geral.

Artigo 8º - Todas as diferenças e disputas são proibidas sob pena rigorosa de prisão, mas, se suceder a qualquer soldado ferir seu camarada à traição, ou o matar, será condenado ao carrinho [argola de ferro que se adaptava ao tornozelo do condenado e presa a uma corrente] perpetuamente, ou castigado com pena de morte, conforme as circunstâncias.

Artigo 9º - Todo soldado deve achar-se onde for mandado e à hora que se lhe determinar, posto que não lhe toque, sem murmurar nem por dificuldades; e, se entender que lhe fizeram injustiça, depois de fazer o serviço se poderá queixar, porém, sempre com moderação.

Artigo 10º - Aquele que fizer estrondo, ruído, bulha ou gritaria ao pé de alguma guarda, principalmente de noite, será castigado rigorosamente, conforme a intenção com que o houver feito.

Artigo 11º - Aquele que faltar a entrar de guarda ou que for à parada tão bêbado que a não possa montar, será castigado no dia sucessivo com 50 pancadas de espada de prancha.

Artigo 12º - Se algum soldado se deixar dormir ou se embebedar estando de sentinela, ou deixar o seu posto antes de ser rendido, sendo em tempo de paz será castigado com 50 pancadas de espada de prancha e condenado por tempo de seis meses a trabalhar nas fortificações; porém, se for em tempo de guerra, será arcabuzado.

Artigo 13º - Nenhuma pessoa de qualquer grau ou condição que seja entrará em qualquer fortaleza senão pelas portas e lugares ordinários, sob pena de morte.

Artigo 14º - Todo aquele que desertar ou entrar em conspiração de deserção, ou que sendo informado dela a não delatar, se for em tempo de guerra será enforcado, e aquele que deixar a sua companhia ou o seu regimento sem licença para ir ao lugar de seu nascimento, ou outra qualquer parte que seja, será castigado com pena de morte como se desertasse para fora do reino, e sendo em tempo de paz, será condenado por seis anos a trabalhar nas fortificações.

Artigo 15º - Todo aquele que for cabeça de motim ou de traição, ou tiver parte ou concorrer para estes delitos, ou souber que se urdem e não delatar em tempo os agressores, será infalivelmente enforcado.

Artigo 16º - Todo aquele que falar mal dos seus superiores nos corpos de guarda ou nas companhias, será condenado aos trabalhos da fortificação; porém, se na indagação que se fizer se conhecer que aquela murmuração não fora precedida somente de uma soltura de língua, mas encaminhada à rebelião, será punida de morte como cabeça de motim.

Artigo 17º - Todo soldado se deve contentar com a paga e com o uniforme que se lhe der; se se opuser, não o querendo receber, será tido e castigado como amotinador.

Artigo 18º - Todos os furtos e assim mesmo todo o gênero de violências para extorquir dinheiro ou qualquer gênero, serão punidos severamente; porém, aquele furto que se fizer em armas, munições ou outras cousas pertencentes a Sua Majestade, ou aquele que roubar seu camarada, ou cometer furtos com fração, ou for ladrão de estrada, perderá a vida conforme as circunstâncias; ou também se qualquer sentinela cometer furto ou consentir que alguém o cometa, será castigada severamente e, conforme as circunstâncias, incursa em pena capital.

Artigo 19º - Todo o soldado que não tiver cuidado nas suas armas, no seu uniforme e em tudo que lhe pertence, que o lançar fora, que o romper ou arruinar de propósito e sem necessidade, será pela primeira e segunda vez preso, porém, a terceira, será punido de morte.

Artigo 20º - Todo o soldado deve ter sempre o seu armamento em bom estado e fazer o serviço com as suas próprias armas; aquele que se servir das alheias ou as pedir emprestadas ao seu camarada, será castigado com prisão rigorosa.

Artigo 21º - Aquele soldado que contrair dívidas às escondidas de seus oficiais será castigado corporalmente.

Artigo 22º - Todo aquele que fizer passaportes falsos, ou usar mal de sua habilidade, por qualquer modo que seja, será punido com rigorosa prisão; se, por este meio, facilitar a fuga a qualquer desertor, será reputado desertor.

Artigo 23º - Todo o soldado que ocultar um criminoso, ou buscar meios para se escapar aquele que estiver preso como tal, ou o deixar fugir, ou sendo encarregado de o guardar não puser todas as precauções para este efeito, será posto no lugar do criminoso.

Artigo 24º - Se qualquer soldado cometer algum crime estando bêbado, de nenhum modo o escusará do castigo a bebedice, antes pelo contrário, será punido dobradamente conforme as circunstâncias do caso.

Artigo 25º - Todo o soldado que, de propósito e deliberadamente, se puser incapaz de fazer o serviço, será condenado ao carrinho perpétuo.

Artigo 26º - Nenhum soldado poderá emprestar dinheiro ao seu camarada, nem ao superior.

Artigo 27º - Nenhum soldado se poderá casar sem licença de seu coronel.

Artigo 28º - Todo o oficial de qualquer graduação que seja que se valer do seu emprego para tirar qualquer lucro, por qualquer maneira que seja e de que não se puder inteiramente verificar a legalidade, será infalivelmente expulso.

Artigo 29º - Todo o militar deve regular os seus costumes pelas regras da virtude, da candura e da probidade; deve temer a Deus, reverenciar e amar seu Rei e executar exatamente as ordens que lhe forem prescritas.